

Universidades Lusíada

Silva, João Manuel Machado da, 1972-

O processo teórico na reabilitação : Alvôco das Várzeas como estudo de caso

<http://hdl.handle.net/11067/1393>

Metadados

Data de Publicação	2015-01-22
Resumo	As cidades funcionam como organismos com vida e conforme a maior parte estão sujeitas a diferentes ações, dependendo a sua “saúde” da sua capacidade resiliente no tempo. As cidades desenvolvem-se, crescem, degradam-se, entram em decadência, recuperam das agressões de que são alvo, reabilitam-se e funcionam consoante as solicitações que sofrem por parte dos seus utilizadores, para o melhor e para o pior. As cidades têm carácter, identidade, valor, alma e, consequentemente, geram uma relação emoci...
Palavras Chave	Renovação urbana, Arquitectura - Conservação e restauro, Edifícios - Reparação e reconstrução, Alvôco das Várzeas (Oliveira do Hospital, Portugal) - Edifícios, estruturas, etc
Tipo	masterThesis
Revisão de Pares	Não
Coleções	[ULL-FAA] Dissertações

Esta página foi gerada automaticamente em 2023-05-07T16:44:58Z com informação proveniente do Repositório



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

Faculdade de Arquitectura e Artes

Mestrado Integrado em Arquitectura

**O processo teórico na reabilitação: Alvôco das Várzeas
como estudo de caso**

Realizado por:

João Manuel Machado da Silva

Orientado por:

Prof. Doutor Arqt. Luís Manuel Pires Pereira

Constituição do Júri:

Presidente:	Prof. Doutor Arqt. Joaquim José Ferrão de Oliveira Braizinha
Orientador:	Prof. Doutor Arqt. Luís Manuel Pires Pereira
Arguente:	Prof. Doutor Arqt. Mário João Alves Chaves

Dissertação aprovada em: 21 de Janeiro de 2015

Lisboa

2014



U N I V E R S I D A D E L U S Í A D A D E L I S B O A

Faculdade de Arquitectura e Artes

Mestrado Integrado em Arquitectura

O processo teórico na reabilitação:
Alvôco das Várzeas como estudo de caso

João Manuel Machado da Silva

Lisboa

Outubro 2014



U N I V E R S I D A D E L U S Í A D A D E L I S B O A

Faculdade de Arquitectura e Artes

Mestrado Integrado em Arquitectura

O processo teórico na reabilitação:
Alvôco das Várzeas como estudo de caso

João Manuel Machado da Silva

Lisboa

Outubro 2014

João Manuel Machado da Silva

O processo teórico na reabilitação:
Alvôco das Várzeas como estudo de caso

Dissertação apresentada à Faculdade de Arquitectura e
Artes da Universidade Lusíada de Lisboa para a
obtenção do grau de Mestre em Arquitectura.

Orientador: Prof. Doutor Arqt. Luís Manuel Pires Pereira

Lisboa

Outubro 2014

Ficha Técnica

Autor João Manuel Machado da Silva
Orientador Prof. Doutor Arqt. Luís Manuel Pires Pereira
Título O processo teórico na reabilitação: Alvôco das Várzeas como estudo de caso
Local Lisboa
Ano 2014

Mediateca da Universidade Lusíada de Lisboa - Catalogação na Publicação

SILVA, João Manuel Machado da, 1972-

O processo teórico na reabilitação : Alvôco das Várzeas como estudo de caso / João Manuel Machado da Silva ; orientado por Luís Manuel Pires Pereira. - Lisboa : [s.n.], 2014. - Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura, Faculdade de Arquitectura e Artes da Universidade Lusíada de Lisboa.

I – PEREIRA, Luís Manuel Pires, 1958-

LCSH

1. Renovação urbana
2. Arquitectura - Conservação e restauro
3. Edifícios - Reparação e reconstrução
4. Alvôco das Várzeas (Oliveira do Hospital, Portugal) - Edifícios, estruturas, etc.
5. Universidade Lusíada de Lisboa. Faculdade de Arquitectura e Artes - Teses
6. Teses - Portugal - Lisboa

1. Urban renewal
2. Architecture - Conservation and restoration
3. Buildings - Repair and reconstruction
4. Alvôco das Várzeas (Oliveira do Hospital, Portugal) - Buildings, structures, etc.
5. Universidade Lusíada de Lisboa. Faculdade de Arquitectura e Artes - Dissertations
6. Dissertations, Academic - Portugal - Lisbon

LCC

1. HT170.S55 2014

Para os meus.

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Doutor Arqt. Luís Manuel Pires Pereira, pelo apoio incondicional que me facultou e pela orientação e sentido crítico na escolha e elaboração do presente estudo.

Agradeço a todos os meus professores que me ajudaram e orientaram durante este meu processo de crescimento e formação, enquanto homem.

Agradeço à minha mãe, ao meu pai, que de onde está, me guia e orienta nas minhas opções, aos meus irmãos, a toda a minha família e aos meus amigos que me apoiaram neste processo.

De uma forma muito especial, agradeço à mulher que amo e aos meus filhos, por serem sempre o meu porto seguro.

“Que os novos arquitectos se lembrem da responsabilidade enorme que abraçam. Os monumentos apagam-se com o tempo, mas a beleza perdura na atitude que cala fundo no coração de todo o Homem. A sua vida será justificada, se também com a sua ajuda a humanidade poder encontrar o seu caminho pelos caminhos do amor e da verdade, que é o mesmo que dizer, o verdadeiro caminho da justiça. Pois hoje, mais do que nunca, o velho Tigre poderia sustentar que uma sociedade sem justiça é como um bando de animais a caminho do matadouro.”

APRESENTAÇÃO

O processo teórico na reabilitação: Alvôco das Várzeas como estudo de caso

João Manuel Machado da Silva

As cidades funcionam como organismos com vida e conforme a maior parte estão sujeitas a diferentes ações, dependendo a sua “saúde” da sua capacidade resiliente no tempo. As cidades desenvolvem-se, crescem, degradam-se, entram em decadência, recuperam das agressões de que são alvo, reabilitam-se e funcionam consoante as solicitações que sofrem por parte dos seus utilizadores, para o melhor e para o pior. As cidades têm carácter, identidade, valor, alma e, conseqüentemente, geram uma relação emocional com quem as vive. Tantas vezes se ouve dizer “eu amo esta cidade”. É uma expressão demasiado forte para não ser levada a sério. Assim todos os atores e produtores de cidade devem perceber a melhor forma de atuar no seu espaço. Todos devemos conhecer a nossa função na cidade, seja enquanto promotores, enquanto criadores, ou utilizadores. O promotor deve criar condições para o criador criar para o utilizador. É um pensamento tão simples que, certamente, por ser tão simples, raramente se pratica.

É fundamental que, no quadro atual, exista a preocupação de reabilitar as cidades, atuando no seu espaço e nos seus edifícios, dotando-os de qualidade e função e corrigindo erros que sofreram nas diversas ações de que foram alvo na sua história, com a preocupação de nunca lhes retirar a alma e a identidade. O arquiteto surge aqui como elemento necessário nesta intervenção, devendo chamar a si a responsabilidade para a qual se preparou.

O processo de reabilitação, que se pretende estudar com uma abordagem integrada e estratégica, procura alcançar a elevada qualidade de vida para as populações, eficácia nas infraestruturas urbanas, a adequabilidade com a envolvente natural e a promoção das relações humanas de proximidade. Para tal é necessária uma análise séria de todos os dados sobre as características do cenário futuro e um processo participado pelas populações e diferentes atores.

Palavras-chave: Cidades, Reabilitação, Arquiteto

PRESENTATION

The Theoretical Process in Rehabilitation: Alvôco das Várzeas as a Case Study

João Manuel Machado da Silva

Cities work as living organisms and as such are subject to different actions, depending their health on its resilience through time. Cities develop, grow, degrade, come into decay, recover from attacks suffered, regenerate and work again, according to the demands made by their users, for better or worse. Cities have a character, an identity, a soul and consequently generate an emotional relationship with those who experience them. It's so common to hear people say "I love this city". It is too strong an expression not to be taken seriously. Therefore, all the actors and city producers should realize the best way to act within its space. All of us should be aware of our role in the city, either as promoters, as creators or users. The promoters must provide conditions to allow creators to create for the user. It's such a simple thought but surely, being simple you would think it would be a more common practice.

It is essential that, in the current framework, there is the concern to rehabilitate the cities, acting in its space and its buildings, providing them with quality and function and correcting the errors they suffered in the various actions they have undergone throughout their history always with the concern never to still their soul or identity. The architect arises here as a necessary element in this intervention and he should take on himself the responsibility for which he prepared for.

The rehabilitation process, to be studied with an integrated and strategic approach, seeks to achieve high standards of life for the population, efficiency in urban infrastructure, the suitability with the natural environment and the promotion of close neighbourhood relations. Achieving this goal requires a serious and thorough analysis of all data on the characteristics of future scenarios and a participatory process involving populations and multiple actors.

Keywords: Cities, Rehabilitation, Architect

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 – “Esboço e estudo de composição de Pablo Picasso para o quadro Guernica”. (Serrano, 1992, p. 202)	32
Ilustração 2 – “Esboço e estudo de composição de Pablo Picasso para o quadro Guernica”. (Serrano, 1992, p. 202)	32
Ilustração 3 – “Planta e esboço prévio da habitação para F.W.Little, Wayzata, Minnesota, 1912, por F.L.Wright”. (Serrano, 1992, p. 203)	33
Ilustração 4 – “Planta e esboço prévio da habitação para F.W.Little, Wayzata, Minnesota, 1912, por F.L.Wright”. (Serrano, 1992, p. 203)	33
Ilustração 5 - “Esboço para o Museu Castelvecchio em Verona, 1956, por Carlo Scarpa”. (Serrano, 1992, p. 204).....	34
Ilustração 6 - “Esboço e planta da Residencial Universitária E. Donnelly Erdman Hall, Pensilvania, 1960-65, Louis I. Kahn”. (Serrano, 1992, p. 206).....	35
Ilustração 7 - “Esboço e planta da Residencial Universitária E. Donnelly Erdman Hall, Pensilvania, 1960-65, Louis I. Kahn”. (Serrano, 1992, p. 206).....	35
Ilustração 8 – “Interior da Catedral de Amiens, 1220-1235”. (Serrano, 1992, p. 215)	36
Ilustração 9 – “Plantas centralizadas do Quinto Livro de Architectura, Sebastiano Serlio”. (Serrano, 1992, p. 216)	37
Ilustração 10 - “Esquícios de Alvar Aalto”. (Serrano, 1992, p. 220).....	38
Ilustração 11 - “Esquícios de Alvar Aalto”. (Serrano, 1992, p. 220).....	38
Ilustração 12 - “Leonardo; estudo para a Virgem e o Menino”. (Serrano, 1992, p.225)	39
Ilustração 13 – “Rafael; estudo para a Virgem e o Menino”. (Serrano, 1992, p. 225)	40
Ilustração 14 - “Reconstrução hipotética do projeto de Donato Bramante (1505) ”. (Serrano, 1992, p. 228)	40
Ilustração 15 - “Arco de Trajano, Ancon (115 d. C.) ”. (Serrano, 1992, p. 244) 42	
Ilustração 16 - “G.B. Montano; capitéis fantásticos (1636) ”. (Serrano, 1992, p. 255)	44
Ilustração 17 - “Juan Herrera; fachada principal do Mosteiro do El Escorial (1563-1584) ”. (Serrano, 1992, p. 272).....	46
Ilustração 18 - “Mies van der Rohe; Pavilhão de Barcelona (1929) ”. (Serrano, 1992, p. 291)	49
Ilustração 19 - “Mies van der Rohe; Pavilhão de Barcelona (1929) ”. (Serrano, 1992, p. 291)	49

Ilustração 20 – “Símbolo da A.S.C.O.R.A.L. reproduzido no número hars série de l’Architecture d’Aujourd’hui, dedicado a Le Corbusier”. (Filgueiras, 1962, p. 88)	62
Ilustração 21 - “Robert Macaire, grundet eine Sanitare Gesellschaft, do álbum Honoré Daumier”. (Filgueiras, 1962, p. 91)	64
Ilustração 22 – Fotografia de João Ferrand. (Freitas, 2013, p. 3)	85
Ilustração 23 – Intervenções de reabilitação. (Appleton, 2013, p. 34)	88
Ilustração 24 – “Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça”. (Appleton, 2013, p. 70)	90
Ilustração 25 – “Intervenções de reabilitação”. (Revista Património Numero Um, 2013, p. 32)	93
Ilustração 26 – “Mosteiro de Santa Maria de Salzedas, aspecto geral dos trabalhos de recuperação da noviciaria e a sua adaptação a núcleo museológico”. (Revista Património Numero Um, 2013, p. 103)	94
Ilustração 27 – “Fotografia de João Ferrand”. (Freitas, 2013, p. 21)	95
Ilustração 28 - “Fotografia de João Ferrand”. (Freitas, 2013, p. 2)	96
Ilustração 29 – “Gráfico de apoio do estado ao sector da habitação entre 1992 e 2002”. (Freitas, 2012, p. 21)	97
Ilustração 30 - “Gráfico do estado de conservação dos fogos, de acordo com os CENSOS 2001”. (Freitas, 2012, p. 22)	97
Ilustração 31 - “Gráfico do investimento no sector da construção em Portugal”. (Freitas, 2012, p. 23)	98
Ilustração 32 – “Descrição da solução construtiva – situação existente”. (Freitas, 2012, p. 91)	102
Ilustração 33 – “Tipificação dos principais elementos com funções estruturais”. (Freitas, 2012, p. 61)	102
Ilustração 34 – “Fichas com soluções-tipo de reabilitação em zona corrente, Ação de Formação de Projeto de reabilitação de edifícios antigos, soluções tipo de edifícios antigos”. (Freitas e Barreiro, 2013 p. 4)	103
Ilustração 35 – “Identificação das principais preocupações construtivas de elementos a reabilitar, Ação de Formação de Projeto de Reabilitação de Edifícios Antigos”. (Freitas e Lopes, 2012, p. 10)	103
Ilustração 36 - “Descrição e identificação das principais preocupações construtivas de elementos a reabilitar, Ação de Formação de Projeto de Reabilitação de Edifícios Antigos”. (Freitas e Lopes, 2012, p. 11)	104
Ilustração 37 - “Descrição e identificação das principais preocupações construtivas de elementos a reabilitar”. (Freitas e Lopes, 2012, p. 23)	105
Ilustração 38 - “Escadaria principal do edifício em análise”. (Freitas e Lopes, 2012, p. 25)	105

Ilustração 39 - “Descrição e identificação das principais preocupações construtivas de elementos a reabilitar, Ação de Formação de Projeto de Reabilitação de Edifícios Antigos”. (Freitas e Lopes, 2012, p. 27)	106
Ilustração 40 - “Descrição e identificação das principais preocupações construtivas de elementos a reabilitar, Ação de Formação de Projeto de Reabilitação de Edifícios Antigos”. (Freitas e Lopes, 2012, p. 28)	106
Ilustração 41 - “Descrição e identificação das principais preocupações construtivas de elementos a reabilitar, Ação de Formação de Projeto de Reabilitação de Edifícios Antigos”. (Freitas e Lopes, 2012, p. 30)	107
Ilustração 42 - “Descrição e identificação das principais preocupações construtivas de elementos a reabilitar, Ação de Formação de Projeto de Reabilitação de Edifícios Antigos”. (Freitas e Lopes, 2012, p. 31)	107
Ilustração 43 - “Descrição e identificação das principais preocupações construtivas de elementos a reabilitar, Ação de Formação de Projeto de Reabilitação de Edifícios Antigos”. (Freitas e Lopes, 2012, p. 32)	108
Ilustração 44 - “Descrição e identificação das principais preocupações construtivas de elementos a reabilitar, Ação de Formação de Projeto de Reabilitação de Edifícios Antigos”. (Freitas e Lopes, 2012, p. 33)	108
Ilustração 45 - “Fotografia de João Ferrand”. (Freitas, 2013, p. 37).....	109
Ilustração 46 - Alvôco das Várzeas localiza-se em Portugal Continental. (Google Inc, 2012).....	114
Ilustração 47 - Alvôco das Várzeas é uma freguesia de Oliveira do Hospital. (Google Inc, 2012).....	114
Ilustração 48 - Alvôco das Várzeas é uma aldeia rural com cerca de 10,73 km2 e 320 habitantes. (Google Inc, 2012).	114
Ilustração 49 - Planta da área de intervenção. ([Adaptado a partir de:] Santos, 2012).	115
Ilustração 50 - Planta hidrográfica. ([Adaptado a partir de:] Santos, 2012). ...	115
Ilustração 51 – Planta hipsométrica, planta de declive e planta de exposições solares. ([Adaptado a partir de:] Santos, 2012).	116
Ilustração 52 – Planta de áreas florestais, agrícolas, incultas e edificadas. ([Adaptado a partir de:] Santos, 2012).	117
Ilustração 53 - Planta de rede viária, rede de rega e muros de suporte. ([Adaptado a partir de:] Santos, 2012).	118
Ilustração 54 - Planta de divisão da área de intervenção. ([Adaptado a partir de:] Santos, 2012).	119
Ilustração 55 – Caracterização do edificado. (Ilustração nossa, 2012).	119
Ilustração 56 – Caracterização dos pavimentos. (Ilustração nossa, 2012). ...	120
Ilustração 57 – Planta com marcação de perfis. (Ilustração nossa, 2012).	121
Ilustração 58 – Desenho de perfis. (Ilustração nossa, 2012).....	121

Ilustração 59 – Desenho de perfis. (Ilustração nossa, 2012).....	121
Ilustração 60 – Desenho de perfis. (Ilustração nossa, 2012).....	122
Ilustração 61 – Desenho de perfis. (Ilustração nossa, 2012).....	122
Ilustração 62 – Desenho de perfis. (Ilustração nossa, 2012).....	122
Ilustração 63 – Desenho de perfis. (Ilustração nossa, 2012).....	122
Ilustração 64 – “Caracterização e tipificação construtiva dos edifícios antigos”. (Freitas, 2012, p. 37)	123
Ilustração 65 – Ficha de levantamento do edificado. (Ilustração nossa, 2012).	124
Ilustração 66 – Ficha de levantamento do edificado. (Ilustração nossa, 2012).	125
Ilustração 67 – Ficha de levantamento do edificado. (Ilustração nossa, 2012).	126
Ilustração 68 – Desenhos de caracterização de pormenores e do sistema construtivo existente. (Ilustração nossa, 2012).	127
Ilustração 69 – Desenhos de caracterização de pormenores e do sistema construtivo existente. (Ilustração nossa, 2012).	127
Ilustração 70 – Desenhos de caracterização de pormenores e do sistema construtivo existente. (Ilustração nossa, 2012).	128
Ilustração 71 – Desenhos de caracterização de pormenores e do sistema construtivo existente. (Ilustração nossa, 2012).	128
Ilustração 72 – Desenhos de caracterização de pormenores e do sistema construtivo existente. (Ilustração nossa, 2012).	129
Ilustração 73 – “Tipificação dos principais elementos com funções estruturais”. (Freitas, 2012, p. 61)	129
Ilustração 74 – Formulação de proposta. (Ilustração nossa, 2012).....	130
Ilustração 75 – Formulação de proposta. (Ilustração nossa, 2012).....	131
Ilustração 76 – Formulação de proposta. (Ilustração nossa, 2012).....	132
Ilustração 77 – Formulação de proposta. (Ilustração nossa, 2012).....	133
Ilustração 78 – Formulação de proposta. (Ilustração nossa, 2012).....	133
Ilustração 79 – Análise de perfis. (Ilustração nossa, 2012).	134
Ilustração 80 – Análise de perfis. (Ilustração nossa, 2012)	134
Ilustração 81 – Estudo desenvolvido na formulação da proposta. (Ilustração nossa, 2012).....	135
Ilustração 82 – Estudo desenvolvido na formulação da proposta. (Ilustração nossa, 2012).....	135
Ilustração 83 – Estudos desenvolvidos na proposta de desenho urbano. (Ilustração nossa, 2012).....	137

Ilustração 84 – Estudos desenvolvidos na proposta de projecto. (Ilustração nossa, 2012).....	138
Ilustração 85 – Planta geral da area de intervenção com a proposta a desenvolver. ([Adaptado a partir de:] Santos, 2012).	139
Ilustração 86 – Planta geral da area de intervenção com a definição de áreas a detalhar. ([Adaptado a partir de:] Santos, 2012).....	139
Ilustração 87 – Planta da intervenção proposta para área junto à ribeira de Alvôco das Várzeas. ([Adaptado a partir de:] Santos, 2012).....	140
Ilustração 88 – Planta coma identificação das zonas a detalhar para área junto à ribeira de Alvôco das Várzeas. ([Adaptado a partir de:] Santos, 2012).	140
Ilustração 89 – Zonas a detalhar e respectivos pormenores construtivos. (Ilustração nossa, 2012).....	141
Ilustração 90 – Zonas a detalhar e respectivos pormenores construtivos. (Ilustração nossa, 2012).....	142
Ilustração 91 – Zonas a detalhar e respectivos pormenores construtivos. (Ilustração nossa, 2012).....	143
Ilustração 92 – Equipamento de apoio a localizar na área de intervenção junto à ribeira de Alvôco das Várzeas. (Ilustração nossa, 2012).	144
Ilustração 93 – Planta da intervenção proposta para área central de Alvôco das Várzeas. ([Adaptado a partir de:] Santos, 2012).	145
Ilustração 94 – Planta com a identificação das zonas a detalhar na área central de Alvôco das Várzeas. ([Adaptado a partir de:] Santos, 2012).....	145
Ilustração 95 – Zonas a detalhar e respectivos pormenores construtivos. (Ilustração nossa, 2012).....	146
Ilustração 96 – Planta da Intervenção proposta para a requalificação do edifício existente (aqui nasceu Alvôco) a designar “Alvocultura”. (Ilustração nossa, 2012).	147
Ilustração 97 - Planta do Piso -1 do edifício “Alvocultura”. Zona do Restaurante. (Ilustração nossa, 2012).....	148
Ilustração 98 - Planta do Piso 0 do edifício “Alvocultura”. Zona de Receção e Exposições. (Ilustração nossa, 2012).....	148
Ilustração 99 - Planta do Piso 1 do edifício “Alvocultura”. Zona de Auditório, Biblioteca e Formação. (Ilustração nossa, 2012).	149
Ilustração 100 - Planta da Cobertura do edificio “Alvocultura”. (Ilustração nossa, 2012).	149
Ilustração 101 - Corte Longitudinais do edifício “Alvocultura”. (Ilustração nossa, 2012).	150
Ilustração 102 - Alçados do edifício “Alvocultura”. (Ilustração nossa, 2012). .	150
Ilustração 103 - Plantas e alçados dos edificios a requalificar em Alvôco das Várzeas. (Ilustração nossa, 2012).....	151

Ilustração 104 - Plantas e alçados dos edifícios a requalificar em Alvôco das Várzeas. (Ilustração nossa, 2012).....	151
--	-----

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS

- INE - Instituto Nacional de Estatística
- IGESPAR - Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico
- SRU - Sociedades de Reabilitação Urbana

SUMÁRIO

1. Introdução	21
1.1. Âmbito	21
1.2. Motivações	22
1.3. Metodologia	23
1.4. Desafio	25
2. O conhecimento teórico como suporte	29
2.1. Configuração e definição de forma na estrutura	29
2.2. Papel do arquiteto no processo de desenvolvimento urbano e social	51
3. O espaço reabilitado	75
3.1. A intervenção na arquitetura do passado	75
3.2. Espaços e Edifícios reabilitados – para que serve e o que representa o património?	76
3.3. Questões, estratégia e método	77
3.4. Espaço arquitetónico: lugares praticados e lugares de memória	80
4. Reabilitação e reutilização do património	85
4.1. Princípios da reabilitação	85
4.2. Património moderno: A importância da sua conservação e reutilização	86
4.3. Património Urbano: Práticas de conservação e reabilitação	88
4.4. Edifícios Antigos	95
4.5. Evolução e Caracterização do parque habitacional	96
5. Processo de Reabilitação	99
5.1. Viabilidade da intervenção	99
5.2. Diagnóstico	100
5.3. Definição da Estratégia	109
5.4. Projeto de Execução	110
5.5. Análise Técnico-económica de propostas	110
5.6. Execução da Obra	111
6. Estudo de caso – Alvôco das Várzeas – remeto para os discursos teóricos acima descritos (aplicação subjacente)	113
6.1. Levantamento e análise do território	114
6.1.1. Análise do suporte físico natural	114
6.1.2. Análise do suporte físico humanizado	117
6.1.3. Análise do edificado – diagnóstico e conclusões	118
6.2. Propostas de intervenção – formulação e justificação	130
6.3. Projecto de desenho urbano	136
6.4. Projecto de arquitectura	145

7. Conclusão	153
Referências	157
Bibliografia.....	161
Anexos	163
Anexo A	167
Anexo B	173
Anexo C	179
Anexo D	193
Anexo E	199
Anexo F	207

1. INTRODUÇÃO

1.1. ÂMBITO

Não duvidando das minhas limitações para a abordagem rigorosa do tema em questão, não me inibo de promover o seu debate, por julgar o mesmo essencial, fazendo-o com a consciência de querer contribuir de algum modo para um assunto tão atual.

A crise de desenvolvimento atual arrasta a crise do modelo de regulação social e gera movimentos de procura de novas formas de viver em conjunto com o impacto espacial. O período que vivemos atualmente não é de todo um período favorecido do ponto de vista económico, financeiro e social. A conjectura atual levanta diversas questões, nos mais diversos quadrantes, surgindo interrogações sobre os percursos e processos a adotar mediante um cenário desfavorável em vigor. Surge como evidente a necessidade de nos recolocarmos e ponderarmos a nossa atuação de forma a determinar um rumo e procedimentos estratégicos que nos permitam superiorizar perante o adverso e adequar às oportunidades e soluções, que ainda existem. Nunca o homem foi tão dotado de conhecimento, noções e meios, como o homem do século XXI. Nunca o homem poderia estar mais preparado para um desafio de tal dimensão. O homem só necessita de apelar à sua consciência e agir de acordo com ela e com o que conhece.

Esta problemática é transversal às mais diversas áreas em que o homem atua e no que respeita à arquitetura e ao urbanismo, “departamentos” responsáveis pelo espaço, enquanto património edificado, sem distinção, enquanto espaço que vivemos, enquanto sítios, lugares ou memórias, os desafios são imensos. Mas são estes mesmos desafios e dificuldades que podem permitir uma revisão na ação e procedimento dos arquitetos, que são os “diretores” dos referidos “departamentos”, devendo aqui exigir para si a responsabilidade de indicar o percurso a seguir e as medidas ajustadas a praticar, com o objetivo de reposicionar no seu lugar o correto processo do desenvolvimento das cidades, em conformidade com as exigências de qualidade adequadas aos seus agentes e atores, em suma, a todos que a vivem e não a devem querer “doente”.

É então fundamental repensar o espaço ajustado aos seus utilizadores e recuperar o significado de lugar e memória de lugar, reabilitando conscientemente, com o critério e

a determinação de procura da solução adequada ao problema, o espaço e o património edificado, num quadro sustentado. Neste período, a possibilidade de edificar de novo é muito limitada, assumindo-se como essencial a recuperação e gestão do parque habitacional existente, para requalificar, revitalizar e reabilitar as cidades. A reabilitação de espaços públicos e de edifícios abandonados e devolutos faz parte do processo de recuperação e devolução das cidades aos seus habitantes, sendo já alvo dos mais variados estudos, programas e adaptação legislativa e sustentável, de forma a desbloquear os obstáculos mais variados com a qual se depara.

1.2. MOTIVAÇÕES

O pensamento sobre o urbanismo quotidiano tende a valorizar os grandes movimentos e as grandes funções urbanas, esquecendo muitas vezes a escala temporal e geográfica da vida quotidiana. As tensões entre a vida quotidiana e as formas de organizar a cidade devem ser alvo de reflexão, assim como a relação entre os modos de vida e a cidade. Existem valores subjacentes ao crescimento urbano que devem ser devidamente ponderados. Os valores económicos tornam as cidades mais competitivas, enquanto os valores fundiários e imobiliários valorizam a cidade em si. O arquiteto é fundamental na organização do espaço e logo da cidade, devendo conhecer quais os valores necessários para que o espaço da cidade seja simultaneamente um lugar civilizacional e um lugar de respostas aos modos de vida quotidiana, na sua diversidade. O espaço provoca comportamentos e modela o modo de vida, tendo aqui um papel importante na sua estruturação. O espaço é uma das variáveis que estrutura os modos de vida, mas é também a “sala de visitas” da nossa vida coletiva. A intervenção no espaço tem efeitos no projeto coletivo, na sociedade, na vida dos cidadãos. É necessário preparar a cidade multicultural, reforçar os espaços, equipando o espaço público, tornando-o atrativo, promovendo formas de apropriação. A intervenção sobre o espaço é mais eficaz quanto mais integrar simultaneamente as diferentes esferas, seja a requalificação, a formação, a apropriação multicultural ou a criação de emprego. O modelo deve procurar o desenvolvimento social e urbano, integrado e participado.

Estas questões são apaixonantes do ponto de vista da função do arquiteto, enquanto agente deste processo e do qual depende um trabalho obstinado para atingir tais objetivos. Saber que o arquiteto pode ser determinante e que, agindo em

conformidade, vai influenciar positivamente todo o processo de evolução e crescimento sustentável das cidades e das suas populações, é saber que está ao seu alcance a generosidade de ser um agente endotérmico numa reação química com a fórmula da felicidade.

1.3. METODOLOGIA

É importante que esta dissertação seja clara no seu objetivo, devendo funcionar como plataforma de reflexão sobre o tema que levanta. Assim, procurei no seu desenvolvimento, fazer-me “acompanhar” de autores que permitissem, de forma inequívoca e gradual, a sua evolução e raciocínio perceptíveis.

Na sua fase inicial, esta dissertação expõe a importância da teoria da arquitetura em qualquer processo de intervenção de um arquiteto, ao longo da história. Em todos os processos arquitetónicos é fundamental a base e o conhecimento teórico e neste primeiro capítulo procura-se demonstrar a importância de relacionar a forma como configuração com a forma como estrutura que, ordenadas, constituem um todo unitário. O objetivo é demonstrar que a componente prática deve ter sempre uma base teórica que a justifique e suporte, permitindo que a sua concretização seja rigorosa e adequada ao ideal pretendido. A teoria desperta a sensibilidade para as mais diversas questões e desafios que uma intervenção arquitetónica pressupõe, permitindo a esta perpetuar-se no tempo, conforme toda a história o comprova.

A função do arquiteto no processo de desenvolvimento urbano e social surge como argumento completar à primeira fase da dissertação, comprovando a necessidade de um elemento dotado e acreditado na componente teórica e prática para validar as suas opções, enquanto fator preponderante no tema em debate.

A teoria da arquitetura e a função do arquiteto parecem por vezes esquecidas, num período de crise, em que cada vez menos se escreve sobre arquitetura e cada vez mais se procura não escrever, preferindo antes olvidar o que é a essência do pensamento e da intervenção arquitetónica. É assim mais fácil camuflar as debilidades, sem o medo de cometer erros que hão de rasgar o tempo como testemunho dessas falhas.

O arquiteto deve ter a noção clara da sua importância e da sua verdadeira função na sociedade que, por vezes, assente em pressupostos errados, conduz a erros, muitas

vezes, quase irreversíveis. O arquiteto deve perceber o seu papel como agente e como ator e nunca descorar o verdadeiro objetivo a que se propôs, aquando disse perante todos que queria ser arquiteto.

Neste período do desenvolvimento do tema, considero fundamental a reflexão acerca da intervenção do arquiteto e sobre a sua real missão.

Após esta reflexão sobre a colocação do arquiteto mediante este processo, tanto numa perspetiva teórica como prática, revisitamos a história no que concerne à evolução da tratadística referente à conservação do património, assim como o posicionamento do homem de forma mais concertada, ao longo do tempo, em relação a esta temática, de acordo com a sua relevância. Para um melhor entendimento do enunciado, evidenciam-se os principais tratados, a sua sequência e importância, assim como os fundamentais pontos que cada um debate e acrescenta a esta questão.

Nos capítulos seguintes surge o teor do tema, para o qual, com base nas matérias anteriormente abordadas, nos podemos considerar preparados para uma análise mais adequada às exigências que o mesmo requiere. Aqui, propomos entender o que significa intervir na arquitetura do passado e de como essa intervenção se faz sentir no presente, qual o conceito de património e a sua utilidade, ou que questões se levantam, qual a estratégia que devemos seguir e qual o método num processo de reabilitação que se pretende pôr em prática e exemplificar. Para isso é necessário perceber o que é o espaço arquitetónico, quais os seus lugares e memórias, como a sua desordem pode representar as imperfeições no campo social e porque é que a arquitetura deve ser ética e acreditar no desenho das cidades apoiado na participação dos cidadãos.

A conservação e reutilização do património são igualmente debatidos procurando compreender a necessidade de adaptação a usos e expectativas atuais e de como a preservação do património arquitetónico constitui uma das grandes oportunidades para o arquiteto da atualidade.

É fundamental perceber as boas práticas de conservação do património urbano e a razão pela qual a conservação do património arquitetónico é essencial na conservação da memória do lugar e do legado construído pelo homem, assim como a valorização da reabilitação, que sempre fez sentido, assumindo-se atualmente como opção racional e inteligente, seja do ponto de vista social, económico, cultural ou ambiental.

Neste debate sugere-se ainda entender quais os princípios da reabilitação, entender e compreender o que são os edifícios antigos e perceber como se caracteriza e evoluiu o parque habitacional em Portugal de forma a justificar a reabilitação do mesmo.

Na parte final da dissertação propomos explicar um processo de reabilitação, desde a sua viabilidade de intervenção, diagnóstico, que permite verificar a possibilidade de repor a sua qualidade inicial, a definição de uma estratégia, o projeto de execução, a análise técnico-económica das propostas, até à execução da obra.

Em conclusão, todo o processo desenvolvido durante este tema, todas as questões teóricas, todo o método e estratégia de intervenção ou postura do arquiteto perante tão sensíveis questões, sejam de ordem física ou intelectual, devem transparecer na solução a desenvolver no caso de estudo que no final se apresenta.

1.4. DESAFIO

As cidades são o reflexo presente de vários passados históricos, atravessados por diferentes civilizações, tecnologias e filosofias, e de diferentes futuros imaginados, sempre presente nas ambições dos seus «constructores». São conjuntos de paisagens (cruzamentos de culturas, ações edificadoras e ações naturais), de imagens, de serviços, de relações que ganham coerência pelo espaço geográfico que ocupam e pelo território (conjunto complexo de interações entre pessoas e sítios geográficos) que representam. São sistemas, por vezes coerentes e harmoniosos, de espaços com História, Identidade e Alma. [...]

As cidades podem ser encaradas como organismos vivos e dinâmicos que se transformam diariamente através do jogo complexo de interações e intenções dos seus diferentes atores. As cidades não são. Vão sendo! Numa interação criativa de diferentes «lugares», carregados de histórias (por vezes coletivas) e de emoção. Tal como a vida e o universo, as cidades transcendem os nossos limites da imaginação e serão sempre o resultado da inteligência coletiva que nasce nos processos de ação, de ordenamento, de gestão, de liderança e de comunicação dos e sobre os territórios. Mas, independentemente do que são nas suas componentes materiais e edificadas, as cidades são as emoções que estabelecemos com os seus diferentes sítios (transformados em «lugares» através de diversos processos de apropriação emocional). As cidades são constelações dinâmicas de lugares com diferentes significados e valores para cada um de nós. [...]

A cidade (dos lugares) pode ser «melhorada», valorizada através de intervenções integradas que, aproveitando a identidade, a história e a alma dos lugares, ora incidem a sua ação sobre a materialidade da paisagem (edificada ou natural), a imaterialidade da imagem ou no condicionamento das relações e dos serviços que ela providencia. Este processo tem tudo que ver com ordenamento e desenho urbano, espaço privilegiado de atuação dos arquitetos e urbanistas ao longo dos tempos. O desenho urbano, esse ato de influenciar a concretização da cidade através da expressão em

documentos gráficos de diversos tipos de ideologias e filosofias que impregnam os espaços e as relações humanas, pode ser a síntese de um conjunto de pensamentos e sentimentos que promovem a subida do valor (emocional) dos diferentes lugares da cidade, refletindo-se, posteriormente, no preço (mais elevado) do metro quadrado dos terrenos e dos edifícios. [...] (Cidrais, 2010, p.1-8)

O valor da cidade é fundamental e pode ser usado pelo arquiteto por intermédio do desenho urbano. Quando se pensa em desenhar cidade e se assume o compromisso de o fazer com o objetivo de facilitar a promoção de um espaço constituído por diversos lugares com valor, emoção, significado e estéticos, pensa-se no objetivo e finalidade que o desenho urbano deve comportar. Mas numa intervenção com esta responsabilidade é necessário que o arquiteto compreenda que não existe isolado e que não pode determinar sem consulta e apoio de outros “produtores” de cidade. O arquiteto deve acreditar que sempre que intervém é para servir.

Enquanto organizador, o homem não pode obedecer ou ignorar completamente as circunstâncias com que se depara, deve selecionar os aspetos positivos e tentar eliminar os mais negativos da circunstância existente. Desde que se prove que esta alteração de circunstância foi correta e positiva, o homem é importante na sua intervenção. Entre o abandono da circunstância e o compromisso total da mesma existem uma infinidade de posições que podem ser tomadas por uma igual infinidade de homens, daí a importância do compromisso entre todos. Existe assim o risco da individualização por parte de quem tem grande capacidade, mas a organização deve satisfazer a sociedade e não só o autor. Os mais aptos ou capazes devem usar as suas obras de forma pedagógica, devem ter a noção de como podem influenciar quando organizam o espaço. Por outro lado, quando as formas se desintegram do espaço, desvalorizam-no e originam a delapidação do mesmo, afetando o homem e consequentemente, a sociedade, em diversos campos (social, económico, cultural). Assim, pode dizer-se que a função de organizador do espaço é uma das mais altas funções que o homem pode atribuir-se e a delapidação do espaço é uma das maiores ofensas que o homem pode cometer.

O arquiteto tem responsabilidade na organização do espaço enquanto criador de formas, deve trabalhar para a sociedade e não em seu benefício e servir a mesma, intervém em diversos campos, deve ser consciencioso, conhecer a circunstância e fazer parte dela, deve educar, colaborar, valorizar o positivo e ser sempre aluno, deve ser humilde e conhecer o homem em geral, deve ser homem organizador do espaço, criador de felicidade. (Távora, 2008, p. 75)

O espaço organizado tem como importante característica a sua continuidade. É contínuo, não aceitando limitações. Assim, a forma e o espaço estão ligados, funcionando um como negativo do outro, um é importante para caracterizar o outro. O que se deixa por fazer é tão importante como o que se faz, isto mostra a continuidade do espaço. O geral e o particular, aparentemente opostos são realmente complementares.

O método de concepção de cidade deve ser posto em causa e deve ser atualizado. Levantam-se questões sobre a concepção dos espaços públicos e privado, da cidade e do campo, interior e exterior. Questionam-se as noções de distância, de diversidade, de mistura e densidade. Numa sociedade com práticas e necessidades cada vez mais diversas e individualizadas, qual o papel dos equipamentos coletivos e serviços urbanos? É importante compreender e perceber como agir e como conceber cidades produtivas, atraentes e equitativas numa sociedade hipertexto, mediante estas questões. (Archer, 2010, p. 78-95)

O referido anteriormente pode remeter-nos para um processo de reabilitação do espaço urbano e construído, isto é, para uma nova forma de pensar o espaço, promovendo o valor do lugar, a sua identidade, a requalificação social, a promoção da intergeracionalidade, a regeneração e recuperação do património, entendido enquanto fator promotor. Reabilitar pela arquitetura, pela arte, de forma estratégica, através de um processo urbanístico integrado que permita reabilitar o espaço, potenciar a sociedade, reabilitar a mesma economicamente, num processo de ajustamento a uma nova realidade mais sustentável e participada.

Num exercício de memória, ou viagem ao passado, verificamos que as palavras “arquitetura”, “arte” e “reabilitação” são “irmãs”, são do mesmo “sangue”, estão relacionadas desde sempre, não fazendo sentido que percorram caminhos distintos, podendo juntas atingir objetivos justificados e valiosos. Arte é talento, saber, habilidade, é aquilo em que se aplica talento. Arquitetura é construir para o homem, sendo o principal criador da obra construída o arquiteto. Reabilitação é re+habilitar. O prefixo “re” significa repetição, restabelecimento num estado, é a ideia de voltar com vigor novo ao ponto inicial de ações que com o tempo se enfraqueceram, alteraram ou desfizeram. Habilitar é tornar hábil, capaz. Reabilitar é restabelecer no seu estado anterior, readquirir a boa forma ou crédito. Assim, podem ser ferramentas fundamentais em todo um processo estratégico de valorização, que nos permite,

enquanto utilizadores, reencontrarmo-nos, reabilitarmo-nos. Percorrer estas palavras pela via simples faz-nos perceber que estas fazem parte da solução e não do problema e que aplicadas em conjunto, o resultado pode ser fundamental em todo o processo de reabilitação que se pretende estudar com uma abordagem integrada e estratégica, procurando alcançar a elevada qualidade de vida para as populações, eficácia nas infraestruturas urbanas, a adequabilidade com a envolvente natural e a promoção das relações humanas de proximidade. Para tal é necessária uma análise séria de todos os dados sobre as características do cenário futuro e um processo participado pelas populações e diferentes atores.

2. O CONHECIMENTO TEÓRICO COMO SUPORTE

2.1. CONFIGURAÇÃO E DEFINIÇÃO DE FORMA NA ESTRUTURA

Para uma correta abordagem ao projeto, o arquiteto deve ter consistência teórica e conhecimento da evolução desta com a história, que suporte sempre o seu pensamento e ações. Na interpretação do desafio que surge em cada intervenção que deve levar a cabo, o arquiteto, como sujeito que age com o espaço e com as formas que a todos envolve, necessita de um suporte teórico rigoroso que lhe permita encontrar o percurso correto e justificado. A questão da representação e análise formal, a configuração formal, a criatividade formal, a adequação formal, o significado formal e o conceito de espaço arquitetónico, devem ser do conhecimento do arquiteto e são fundamentais para o rigor e objetividade no desenvolvimento de todas as suas intervenções, enquanto criador de formas e criador de espaço. De forma a permitir uma melhor compreensão da importância desta problemática e de como se tem desenvolvido com a história, solicito o acompanhamento teórico e de análise ao tema, acompanhando a exposição que Carlos Montes Serrano¹ faz em “Representación y análisis formal”, referindo vários autores e teóricos da arquitetura, facilitando o assimilar da questão, compreensão da sua importância e consequências da mesma.

A configuração formal, a forma como totalidade, os seus elementos e relações são a introdução a esta questão. A definição de forma arquitetónica, é importante para analisar os conceitos que esta engloba e a sua incidência para a explicação histórico-artística.

É necessário relacionar a forma como configuração com a forma como estrutura, sendo que se trata de uma estrutura composta por vários elementos ou partes, ordenadas de forma a constituírem um todo unitário. (Serrano, 1992, p. 185-186)

O mundo antigo deixou ao Renascimento² um legado de doutrina e um conjunto de ideias que seria aplicado por teóricos dos séculos XV e XVI nas artes figurativas e especialmente na arquitetura e na pintura, incidindo decisivamente no modo de entender e avaliar as formas e também nos processos de produção das mesmas. Para

¹ Carlos Montes Serrano (Oviedo, 27 de Julho de 1952), formou-se em arquitectura entre 1970 e 1976 na E.T.S. de arquitectura da Universidade de Navarra, onde realizou o seu doutoramento em 1982.

² Renascimento é um período da História da Europa, situado aproximadamente entre fins do século XIV e início do século XVII. Chamou-se "Renascimento" em virtude da redescoberta e revalorização das referências culturais da antiguidade clássica, que nortearam as mudanças deste período em direção a um ideal humanista e naturalista.

entender toda a posterior compreensão da arte é necessário conhecer os textos da “Poética”³ de Aristóteles⁴, onde este diz ser necessário, que do mesmo modo que nas outras artes imitativas, a unidade de imitação resulte da unidade do objeto. A ideia de totalidade e unidade entre as partes construtivas, em Aristóteles, junta-se com a ideia de beleza que descobrimos em analogia nos organismos da natureza. Na essência do pensamento clássico, a obra de arte perfeita exige ordem e unidade na totalidade das partes. A harmonia das partes entre si e destas com o todo condiciona a beleza e perfeição da obra. Para Aristóteles e Platão⁵ a unidade era garantia de perfeição. A influência de Aristóteles faz-se notar em Vitruvius⁶, que refere que o arquiteto deve ter o máximo cuidado para que as suas obras tenham nas suas partes a mesma comensuração. Alberti⁷, séculos depois, retoma estas ideias e em correspondência com a Poética” de Aristóteles, escreve que a beleza depende da razão entre as partes. Alberti, definirá, em consequência, a harmonia das partes no todo como garantia da beleza, referindo que é necessário que as distintas partes harmonizem entre si. As mesmas ideias estão também presentes em Palladio⁸, para quem a beleza resultará da forma bela e da correspondência do todo com as partes, das partes entre si e destas com o todo, para que os edifícios pareçam um corpo efêmero e bem acabado. Com Alberti e Palladio, estas ideias ocuparão um lugar estável em todo o posterior entendimento da forma arquitetónica, que se entenderá como um organismo ou estrutura, composto por partes ou elementos, de tal forma relacionados, que o resultado surge como um todo orgânico. (Serrano, 1992, p. 186-189)

³ A Poética (em grego antigo: Περὶ ποιητικῆς; em latim: *poiétikés*), que foi provavelmente registrada entre os anos 335 a.C. e 323 a.C. (Eudoro de Souza, 1993, pg.8), é um conjunto de anotações das aulas de Aristóteles sobre o tema da poesia e da arte na sua época, pertencentes aos seus escritos acroamáticos (para serem transmitidos oralmente aos seus alunos) ou esotéricos (textos para iniciados).

⁴ Aristóteles (em grego antigo: Ἀριστοτέλης, transl. *Aristotélēs*; Estagira, 384 a.C. — Atenas, 322 a.C.) foi um filósofo grego, aluno de Platão e professor de Alexandre, o Grande.[2] Seus escritos abrangem diversos assuntos, como a física, a metafísica, as leis da poesia e do drama, a música, a lógica, a retórica, o governo, a ética, a biologia e a zoologia. Juntamente com Platão e Sócrates (professor de Platão), Aristóteles é visto como um dos fundadores da filosofia ocidental. Em 343 a.C. torna-se tutor de Alexandre da Macedónia, na época com 13 anos de idade, que será o mais célebre conquistador do mundo antigo. Em 335 a.C. Alexandre assume o trono e Aristóteles volta para Atenas, onde funda o Liceu.

⁵ Platão (em grego antigo: Πλάτων, transl. *Plátōn*, — Atenas, 348/347 a.C.) foi um filósofo e matemático do período clássico da Grécia Antiga, autor de diversos diálogos filosóficos e fundador da Academia em Atenas, a primeira instituição de educação superior do mundo ocidental.

⁶ Marcos Vitruvius Polião (em latim, *Marcus Vitruvius Pollio*) foi um arquiteto romano que viveu no século I a.C. e deixou como legado a obra "De Architectura" (10 volumes, aprox. 27 a 16 a.C.), único tratado europeu do período greco-romano que chegou aos nossos dias e serviu de fonte de inspiração a diversos textos sobre Arquitetura e Urbanismo, Hidráulica, Engenharia, desde o Renascimento.

⁷ Leon Battista Alberti (Génova, 18 de Fevereiro de 1404 — Roma, 20 de Abril de 1472) foi um arquiteto, teórico de arte e humanista italiano. Ao estilo do ideal renascentista, foi filósofo da arquitetura e do urbanismo, pintor, músico e escultor.

⁸ Andrea di Pietro della Gondola, vulgo Palladio (Pádua, 30 de Novembro de 1508 — Vicenza, 19 de Agosto de 1580) foi um arquitecto italiano.

Podemos considerar que a definição de forma na estrutura formal é tão acertada que não é estranho encontrar argumentações parecidas em escritos recentes sobre a arte e a arquitetura. O conceito de organismo unitário, que é fundamental para a compreensão da arquitetura ocidental, é substituído pelo conceito de estrutura, conceitos que, para vários autores, são sinónimos. Alguns autores definem a forma arquitetónica como estrutura, como um todo coerente, como uma estrutura de elementos e relações que aspiram à totalidade e unidade ou analisam a forma artística, considerando-a como uma estrutura, como um todo orgânico que reclama tanto a unidade como a multiplicidade. Levi-Strauss⁹ define a estrutura como um sistema, em que a alteração de um elemento qualquer, gera a modificação de todos os outros. É importante referir que o conceito de estrutura é originário de um campo alheio às artes. Nos escritos de outros autores, o conceito de estrutura define as atividades formadoras do homem como formas simbólicas. Para estes autores, as atividades humanas seguem modelos conscientes e inconscientes e realizam-se sob a base de uma estrutura profunda e escondida, dotada de significados próprios que estudos posteriores podem trazer à luz a partir da análise da obra de arte. Esta estrutura é a que dá sentido às distintas manifestações culturais e artísticas do homem, e apresenta-se sob o aspeto estilístico ou figurativo de acordo com cada situação histórica. Se continuarmos a analisar este conceito de estrutura verificamos que este marcará toda uma direção nos trabalhos histórico-artísticos do nosso século. É evidente que os conceitos de estrutura, de totalidade formal, ou de organismo, cobram a sua importância se a analisarmos, não como pautas de análise e crítica, mas partindo do processo formativo da forma artística. A análise formal é uma ferramenta analítica que trabalha à posteriori do processo de criação. O autor reforça, por achar importante, que a obra não é uma soma de partes, mas sim o resultado de um complexo processo de formalização que tenta alcançar a solução ideal na tarefa de criar uma obra de arte. (Serrano, 1992, p. 190-195)

Quando Picasso¹⁰ diz “não procuro, encontro” mergulha-nos mais nos processos criativos e analíticos da obra de arte, do que fizeram todas as especulações académicas. Devemos entender a criação de formas artísticas como a resolução de

⁹ Claude Lévi-Strauss (Bruxelas, 28 de Novembro de 1908 — Paris, 30 de Outubro de 2009) foi um antropólogo, professor e filósofo francês. É considerado fundador da antropologia estruturalista, em meados da década de 1950, e um dos grandes intelectuais do século XX.

¹⁰ Pablo Diego José Francisco de Paula Juan Nepomuceno María de los Remedios Cipriano de la Santísima Trinidad Ruiz y Picasso, ou simplesmente Pablo Picasso (Málaga, 25 de outubro de 1881 — Mougins, 8 de Abril de 1973), foi um pintor, escultor e desenhador espanhol, tendo também desenvolvido a poesia.

uma série de problemas em conflito. Toda a solução exige uma ordem necessária de elementos. Do mesmo modo que uma peça de xadrez, durante o jogo, implica um novo sistema de relações na totalidade, toda a introdução de uma nova variável, ou modificação de uma já existente, origina a revisão de todas as relações que afetam a forma artística em constituição. Este é o processo de criação é a essência da análise da obra de arte.

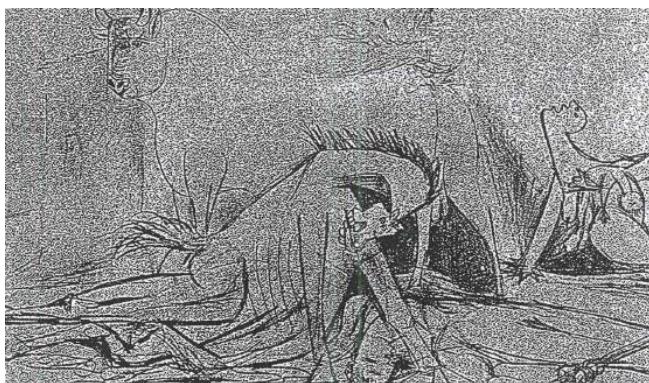


Ilustração 1 – “Esboço e estudo de composição de Pablo Picasso para o quadro Guernica”. (Serrano, 1992, p. 202)



Ilustração 2 – “Esboço e estudo de composição de Pablo Picasso para o quadro Guernica”. (Serrano, 1992, p. 202)

O processo produtivo da obra de arte é tortuoso e cheio de interrogações. As leis são imanentes à criação e consequência de decisões livres, não impostas desde o exterior, são decisões do artista criador durante o seu processo de procura. O pensamento grego oferece-nos recursos para entender o fenómeno criativo. Em Aristóteles o sentido exato da palavra Poética (que habitualmente traduzimos por criação) quer significar o estudo da obra que se vai realizar. Não significa outra coisa, senão “fazer”. Por isso, o conceito poético sugere em Aristóteles, constantemente, ideias de trabalho pessoal, de ajuste de ordenação e de estrutura. Enquanto o termo latino “crear” sugere um gerar natural e espontâneo segundo o qual algo toma forma.

Por isso a ideia artística ou o princípio formativo da obra, que dá sentido à totalidade formal, não se pode desvincular da experiência do “que fazer”. Desta forma, aparece a atividade artística como uma forma de conhecimento na que se revela a forma final, e não como um processo mecânico, dependente de ideias prévias, alheias por completo a essa atividade criativa.

A forma final não se obtém mediante a adição de partes, pois, quem assim o pretender, dificilmente obterá uma estrutura formal unitária e complexa na riqueza das suas relações, obtendo antes uma amálgama de elementos desigualmente trabalhados entre si. A configuração formal, em consequência, desenvolve-se no processo de formação como qualquer outro organismo da natureza, onde o crescimento e a evolução supõem um enriquecimento na articulação e complexidade. (Serrano, 1992, p. 195-198)

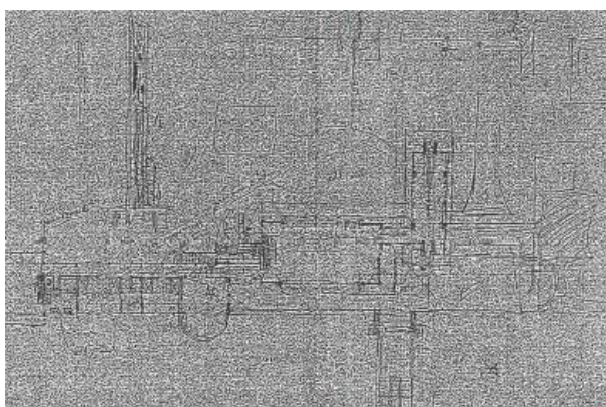


Ilustração 3 – “Planta e esboço prévio da habitação para F.W. Little, Wayzata, Minnesota, 1912, por F.L. Wright”. (Serrano, 1992, p. 203)

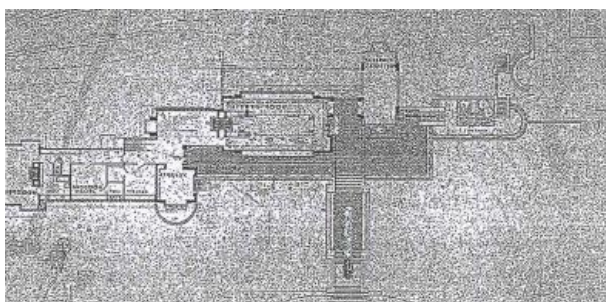


Ilustração 4 – “Planta e esboço prévio da habitação para F.W. Little, Wayzata, Minnesota, 1912, por F.L. Wright”. (Serrano, 1992, p. 203)

Uma ideia que convém destacar, para explicar o sentido pelo qual a forma artística se nos apresenta como uma totalidade orgânica, ou como uma estrutura complexa regida por umas leis e princípios intrínsecos, é a tendência natural para a ordem e regularidade. O princípio de ordenação formal que rege os processos criativos, através da ordem conduz à configuração das estruturas ou totalidades, de que falam os

teóricos e críticos de arte. A causa dessa ordem está nas características do nosso sistema preceptivo e nos mecanismos do conhecimento. (Serrano, 1992, p. 198-200)

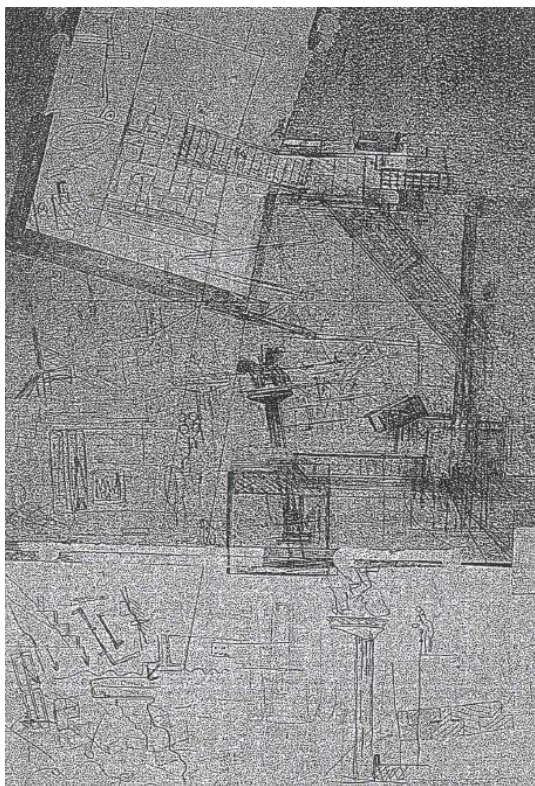


Ilustração 5 - "Esboço para o Museu Castelvecchio em Verona, 1956, por Carlo Scarpa". (Serrano, 1992, p. 204)

Argumentando desde a lógica e racionalidade da explicação, podemos explicar a forma arquitetónica como uma estrutura ou totalidade formal, mantendo assim a mesma linha de argumentação de acordo com as formulações de pensadores como Alberti ou Palladio. Toda a forma arquitetónica é resultado de um processo criativo, genético, em que o artífice, por meio de um processo coordenado de pensamento e atuação e por proximidades sucessivas, resolve um complexo cúmulo de requerimentos, ideias e observações de toda a índole. Podemos entender a forma como o momento final de um processo de configuração, através do qual, o arquiteto conseguiu juntar, articular, submeter a uma ordem toda essa série de requerimentos, sejam eles funcionais, técnicos, económicos, de implantação urbana, de adequação formal, ou de carácter social e cultural. Depois da configuração ou formalização, como forma de unir, ordenar e compor várias coisas num todo o qual fazem parte, deve definir-se o processo de criação arquitetónica como um processo de formalização pelo qual o artífice converte o informe em forma, impondo uma ordem, precisando, concretizando, determinando e ajustando os distintos elementos que tentam dar

resposta aos requerimentos de partida num todo estruturado. Neste sentido, entendemos a definição do feito arquitetónico como estrutura, uma estrutura de elementos e relações, hierarquicamente ordenados, na totalidade ou forma unitária. O processo de formalização ou criação arquitetónica conserva essas características essenciais da criatividade artística. Os processos criativos na arquitetura surgem como processos de procura, como solução para os problemas. O arquiteto, antes de conceber a forma final, desconhece a ciência certa para o que pretende conseguir. O produto arquitetónico vai-se configurando e articulando. Daí que se o processo de formação se ajusta aos mecanismos da criatividade, a forma arquitetónica manifesta-se sempre como um todo. (Serrano, 1992, p. 208-210)

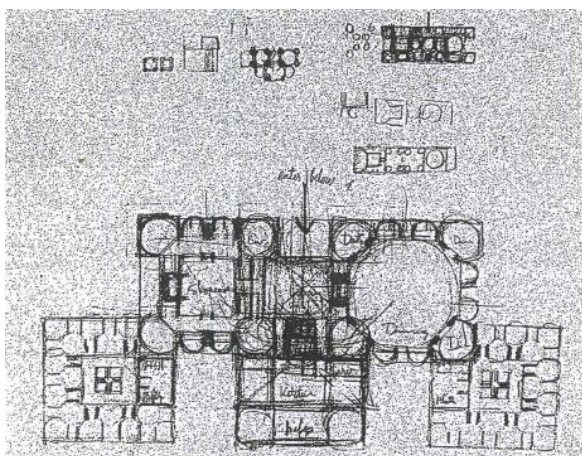


Ilustração 6 - "Esboço e planta da Residencial Universitária E. Donnelly Erdman Hall, Pensilvania, 1960-65, Louis I. Kahn". (Serrano, 1992, p. 206)

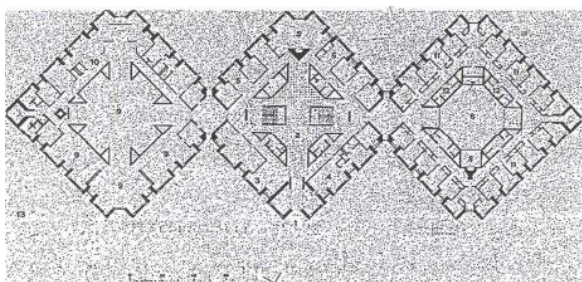


Ilustração 7 - "Esboço e planta da Residencial Universitária E. Donnelly Erdman Hall, Pensilvania, 1960-65, Louis I. Kahn". (Serrano, 1992, p. 206)

Podemos analisar a criatividade formal partindo da essência dos processos criativos. Definindo-se a criatividade formal e artística como processo de formação no qual o artifice procura e encontra a forma final de que é objeto o seu trabalho, a criação arquitetónica, faz parte da criatividade artística e não do "que fazer" técnico. Enquanto o processo técnico estabelece de antemão, os modos ou regras de atuação, nos

processos artísticos, ainda que sujeitos a regras, convenções ou leis de atuação, os artificios mantêm uma constante liberdade de escolha e procura. A criatividade na técnica encontra-se unicamente na idealização, ao passo que na criatividade artística reside no processo de formalização. Nesse processo de formalização arquitetônica, o artifice vai descobrindo a ideia, intenção artística, as leis da forma, ou a sua legalidade interna, atingindo a dita ideia ou intenção quando o processo formal acaba.

Em consequência, a arte, contrariamente à técnica, não se pode desvincular da forma final do seu processo de produção ou formalização. Por outro lado, a criatividade encontra-se intimamente relacionada com a originalidade. A criatividade arquitetônica não se pode desvincular da tradição formal. Cada arquiteto opera num determinado mundo formal. Nas obras de arte, existe uma correspondência intrínseca entre a matéria formal e os princípios ou leis que a regem e constituem. Não existe no processo de criatividade artística, ideias ou princípios, que concebidos teoricamente, pretendam expressar-se numa matéria. (Serrano, 1992, p. 211-214)



Ilustração 8 – “Interior da Catedral de Amiens, 1220-1235”. (Serrano, 1992, p. 215)

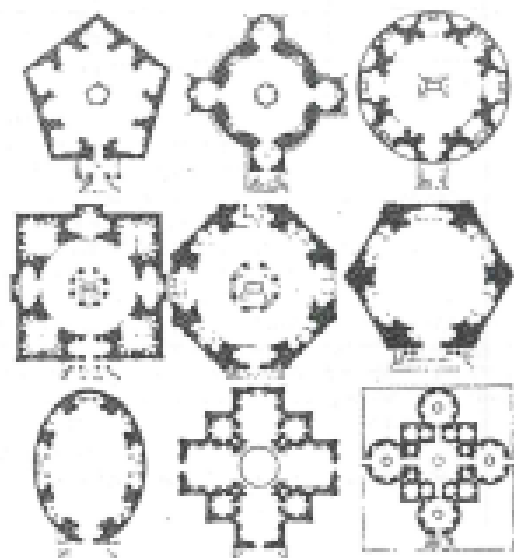


Ilustração 9 – “Plantas centralizadas do Quinto Livro de Architectura, Sebastiano Serlio”. (Serrano, 1992, p. 216)

No que se refere à invenção ou descobrimento é necessário afirmar que em criatividade artística, mais que em invenção devemos falar de descobrimento, já que a essência do processo criativo é sempre a procura e encontro, no processo de formação, de uma configuração formal que se nos apresenta como a mais adequada e coerente no que respeita às funções ou requerimentos que esta forma deve resolver. A inspiração criadora é, sobretudo, consequência do trabalho. Trabalho prévio e continuado de análise e assimilação de formas arquitetônicas, de conhecimento daquela zona estruturada de problemas que pressupõe tradições, convenções e soluções formais, com as quais o artífice se terá de enfrentar. Trabalho contínuo, configurando de formas sobre o papel, corrigindo, ordenando e articulando, por meio do ritmo que governa o modo humano de perceber e conhecer a realidade como vemos a forma criativa de operar. O artista não parte do nada na criação das ordens formais. Trabalha no meio artístico que lhe impõe o mundo formal já estabelecido e configurado. Portanto na sua atuação pode beneficiar de descobrimentos de outros artistas que antes dele terão criado ordens formais similares. Isto não implica o negar o valor ao criador individual que atua incerto numa tradição formal. O artífice¹¹ ao dispor-se a criar outra configuração formal, durante o seu processo de criação, irá descobrindo inesperadas relações e maneiras novas de articular a forma que poderá seguir e explorar, concretizando a forma ao longo do processo, numa nova

¹¹ Um artífice é um operário especializado num determinado ramo de atividade que realiza trabalhos manuais.

O termo "artífice" é, frequentemente, usado como sinónimo de artesão ou artista. Outro uso comum é como sinónimo de criador.

configuração que transcende qualquer resultado formal antes dado ou até pensado. Este é o motivo pelo qual podemos falar de uma história das formas artísticas ou da história da arte. O bom artífice conhece o problema formal que deve resolver e as distintas soluções dentro da tradição, tem um bom conhecimento da sua tradição formal e dos problemas formais que se debatem e investigam na sua época. A partir desse conhecimento, tentará dar a sua resposta pessoal, criativa, ao requerimento formal exposto. Por tudo isso a investigação formal está muito relacionada com as influências. Qualquer forma artística supõe a criação de uma ordem formal tão complexa e estruturada que nem o maior dos artistas poderia ter descoberto sem a ajuda de toda uma larga tradição. (Serrano, 1992, p. 214-223)



Ilustração 10 - “Esquícios de Alvar Aalto”. (Serrano, 1992, p. 220)

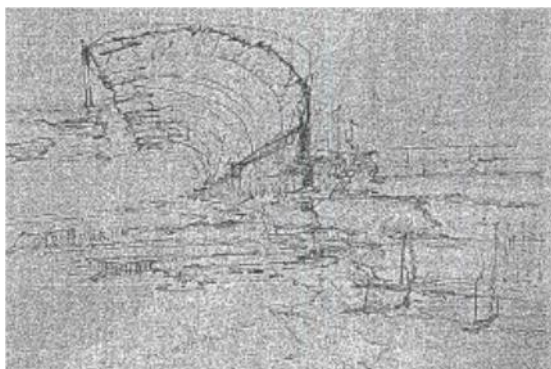


Ilustração 11 - “Esquícios de Alvar Aalto”. (Serrano, 1992, p. 220)

No desenvolvimento do conhecimento científico o homem encontrou problemas que tentou resolver com teorias e hipóteses. O homem não inventou os problemas, nem sequer as teorias, apenas foi enfrentando uma estrutura lógica e coerente de problemas, teorias e soluções, intimamente relacionadas. Uma estrutura que não se pode mudar, que se encontra dada em cada momento histórico, e que desafia o homem na sua tarefa de compreender. Outro aspeto muito sugestivo que se desprende desta autonomia dos problemas é a inintencionalidade. As consequências

que derivam da tentativa de resolver ou dar uma explicação coerente a um determinado problema são insuspeitas. O homem tem a capacidade para produzir objetos e ideias que originam consequências inesperadas e por isso não intencionais. As soluções, ou teorias que pretendam dar solução a problemas existentes originam problemas novos, inesperados e não procurados, problemas autónomos, problemas a descobrir.

Nas tradições formais que acontecem na arte também existem problemas e soluções. Os problemas mudam, evoluem e suscitam problemas inintencionados que procuram nos artistas de uma geração, novas soluções. Esta cadeia de problemas, soluções e emergência de novos problemas, permite-nos falar de continuidade nas tradições formais, e de historicidade. Os problemas formais transmitem-se num certo estado de configuração de artista para artista e neste intercâmbio são sucessivamente superados e substituídos por outros. De igual forma, em arquitetura, encontramos exemplos análogos. As tentativas de construir catedrais maiores, melhores e mais ricas que as construídas noutros locais, deu lugar a um largo processo evolutivo no qual é fácil descobrir quais os problemas que se tiveram de ultrapassar e quais os novos problemas que surgiram do desenvolvimento quase autónomo e inintencionado. (Serrano, 1992, p. 223-234)



Ilustração 12 - "Leonardo; estudo para a Virgem e o Menino". (Serrano, 1992, p.225)



Ilustração 13 – “Rafael; estudo para a Virgem e o Menino”. (Serrano, 1992, p. 225)



Ilustração 14 - “Reconstrução hipotética do projeto de Donato Bramante (1505)”. (Serrano, 1992, p. 228)

Este entender da história das formas artísticas como resolução de problemas tem também os seus perigos. A in intencionalidade ou a emergência de problemas não se deve confundir com a vida autónoma das formas, pois nesse caso postularíamos uma visão determinista e holista da história da arte. Devemos recordar, antes de abordar esta questão, que a lógica do desenvolvimento das formas no tempo, não é mais que a soma das decisões e ações de muitos homens- artistas ou não, que contribuíram decisivamente na arte, nas instituições e na emergência de valores, problemas formais e critérios estéticos. Nenhuma forma artística é realmente percussora ou adiantada. É um anacronismo julgar uma forma artística de acordo com a contribuição que poderá dar no futuro. Ninguém pode conhecer o futuro. Para o artista, no momento criador, o

futuro não existe, por isso, o artista nunca pode pretender ser um pioneiro, um percussor ou um adiantado no seu tempo.

Só um historiador, frente à imagem total do processo, pode interpretar um artista como um percussor, ao ver os efeitos que a sua obra obteve no futuro da arte. O autêntico artista criador tenta em cada obra dar uma solução melhor ao problema que lhe surge. As suas soluções terão uma grande influência no futuro, ao abrir novos caminhos e descobrir novas possibilidades a desenvolver pelos seus sucessores. Mas não são percussores, as suas obras são sempre do seu presente, consequência do seu esforço por conseguir uma solução intrinsecamente valiosa para a sua época, uma obra que pela sua grandeza será admirada no futuro e afetará o desenrolar posterior da arte. A evolução e o desenvolvimento das formas no tempo, não podem entender-se, em consequência, como uma sucessão de passos depois da solução ideal a um problema que se dará no futuro. Para cada artista, o futuro está aberto em todas as direções, apesar da situação do momento em que lhe são impostas restrições à sua livre escolha. Após estas apreciações podem concluir-se alguns princípios metodológicos de utilidade para a interpretação das formas artísticas e das causas da sua evolução. A principal consequência para o estudo das formas será o seu estudo a partir da criatividade formal. A criatividade leva-nos ao estudo das tradições formais e dos valores, à análise da situação concreta, ao estudo dos problemas debatidos pelos artistas e aos distintos fins e objetivos que a arte assumiu ao longo da sua história. Uma correta interpretação das tradições formais permite-nos abordar cada forma artística de acordo com um momento da tradição e com o problema exposto. (Serrano, 1992, p. 234-238)

Para analisar a adequação formal, podemos considerar ser necessário expor toda uma série de noções sobre a forma arquitetónica que denominamos como adequação formal, uma vez que está muitas vezes ligada a questões derivadas das relações entre as formas e as tradições e convenções formais em uso. É impossível dividir racionalmente o conceito de forma em campos autónomos de estudo, por isso, ao tratar da configuração formal, e ao explicar o porquê das obras arquitetónicas se apresentarem como estruturas ou totalidades formais submetidas à ordem e à articulação nos seus elementos, necessitamos de acudir aos processos de criação formal. De igual modo, ao tratar sobre a criatividade formal, tivemos de desenvolver o conceito de problemas formais, conceito que, ao ser consequência de tradições e, ao relacionar-se intimamente com o desenvolvimento das formas no tempo, expõe os

conceitos e ideias derivadas do estudo da adequação formal. O universo das formas, referido tanto na arquitetura, como nos objetos mais usuais, é limitada. Esse elenco formal, na nossa tradição ocidental está ainda mais restringido, reduzindo-se a um número limitado de elementos e motivos que se relacionam entre si segundo regras de articulação mais ou menos precisas, daí que, na arquitetura ocidental, possamos falar de sequências ou famílias de formas, de problemas formais recorrentes, de estilos formais, de estabilidade formal ou de formas prestigiadas. Tudo isto nos permite entender o conservadorismo formal e em consequência o nosso universo formal é estável. (Serrano, 1992, p. 239-242)



Ilustração 15 - "Arco de Trajano, Ancon (115 d. C.) ". (Serrano, 1992, p. 244)

Outra razão pela qual o mundo formal é limitado, encontramos-la recorrendo à analogia com a linguagem. O mundo formal, como na linguagem, precisa de um número limitado de palavras e de regras de articulação. As palavras e as regras devem permitir a construção de um discurso lógico, devem permitir a comunicação de ideias, tanto simples como complexas. Algo similar sucede com o mundo formal.

O atuar por meio de um universo formal limitado tem as suas vantagens. Os problemas que surgem ou podem surgir são os previstos, já foram resolvidos ou podem-se resolver acudindo à analogia com outros problemas já resolvidos. Ao atuar num mundo formal limitado podemos falar de problemas e soluções, objetivos e de boas e más soluções. (Serrano, 1992, p. 249-250)

Do mesmo modo que na percepção e no conhecimento, também o fazer humano se fundamenta em princípios de regularidade que pressupõe hipóteses de partida. Para criar novas formas o artista tem de partir das formas codificadas que a tradição lhe oferece. É impossível criar uma ordem complexa a partir do nada. O artista aprende a partir da experiência prévia do que já existe, trabalha com formas regradas, manipulando-as, adequando-as a novos requerimentos, até que estas se ajustem às suas necessidades. A substituição brusca de um sistema formal faz com que as expectativas e hábitos perceptuais tenham que se ajustar a um grande número de descontinuidades devido à norma esperada, rompe com a familiaridade instintiva e cria um clima de desassossego no público. (Serrano, 1992, p. 250-251)

Dada a tenacidade das tradições e conservadorismo inato do homem, não deveria haver mudanças nas formas. Deveria dar-se uma estabilidade, uma inércia instintiva nos distintos vocabulários formais. Apesar de tudo, são múltiplas as causas que originam a mudança, sendo, influências externas de outras famílias de formas, o prestígio da novidade, fatores técnicos, etc. Ao sistema formal sucede-lhe o mesmo que se sucede com a linguagem. O mundo das formas, como o da linguagem, tem um carácter flexível e instável, compatível com a permanência das suas formas. Por outro lado, o artista encontra-se submetido, na sua ação, a uma tensão entre estabilidade e mudança, entre a reprodução das formas existentes e a invenção de outras novas. O artista não pode reproduzir sem introduzir inovações. (Serrano, 1992, p. 252-254)

O fator de instabilidade e inovação nas sociedades que admitem a crítica, o experimentalismo e o progresso pode variar, desde admitir todo o tipo de mudança até admitir a variação em alguns aspetos que considerem prioritários. Normalmente são três as circunstâncias que originam esse fator de instabilidade frente às tradições formais: as inovações técnicas, as mudanças nos fins ou requerimentos funcionais e a rivalidade social entre artistas na arquitetura também se produzem inovações técnicas que afetam a instabilidade do sistema formal utilizado, produzindo fortes mudanças. As formas artistas do presente século distinguem-se mais pelas suas inovações originais que pela sua capacidade de manter o legado da tradição ou criar tradições formais alternativas. (Serrano, 1992, p. 254-260)

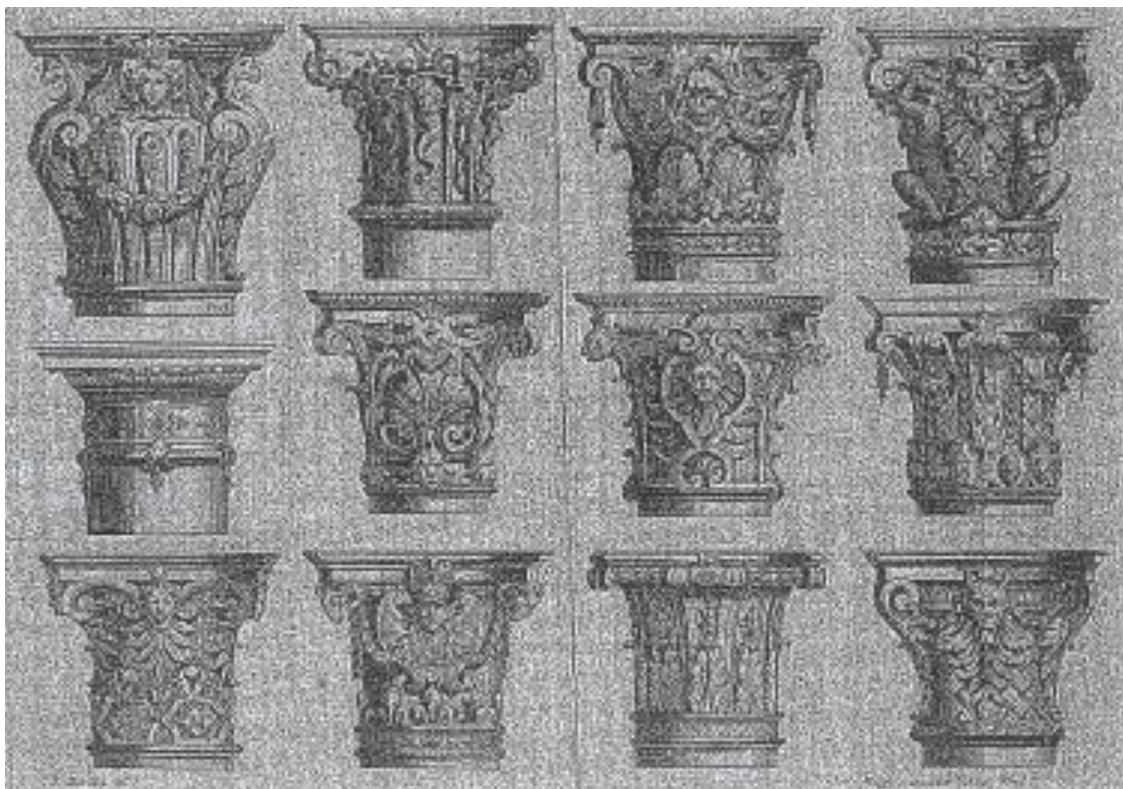


Ilustração 16 - "G.B. Montano; capitéis fantásticos (1636)". (Serrano, 1992, p. 255)

A inércia das formas, o poder da tradição e a força dos hábitos permitem-nos falar de famílias de formas, de séries ou de sequências formais, de estilos e tipologias. É difícil definir quais são as características formais comuns a várias obras. As características formais variam e transformam-se com o tempo. Podemos classificar as formas artísticas a partir de fatores ou características comuns que partilham um grupo de obras contemporâneas ou sequências de formas ordenadas no tempo segundo o critério de influência ou derivação. As características mais relevantes são as convenções formais ou tipológicas, que permitem falar de um vocabulário de formas e de parentesco e de familiaridade formal. (Serrano, 1992, p. 260-262)

Para falar sobre o significado formal é importante introduzir a forma e significado. É ao tratar da adequação formal, que as formas assumem valores e significados o que motiva a tendência inata ao conservadorismo das formas em uso, e a resistência à mudança. A estabilidade formal não só permite a percepção e reconhecimento das formas e objetos mas também as dota de sentido e significado. Panofsky¹², nos seus

¹² Erwin Panofsky (Hanover, 1892 - Princeton, Nova Jérnia, 1968) foi um crítico e historiador da arte alemão, um dos principais representantes do chamado método iconológico, estudos académicos em iconografia.

estudos de Iconologia¹³ indica três níveis de análise e interpretação das formas artísticas. Ao primeiro nível corresponde a descrição pré iconográfica¹⁴. Ao segundo nível corresponde a análise iconográfica. O método iconográfico permite aceder aos tipos figurativos básicos. No plano interpretativo mais profundo a interpretação iconológica centra-se no que Panofsky denomina como conteúdos ou significados intrínsecos da forma artística. É importante referir que o método iconográfico e iconológico foi, não só popularizado, mas também banalizado por excesso de zelo. Em qualquer caso, estes métodos, pesem as tentativas realizadas, resiste a uma aplicação direta ao estudo e análise das formas arquitetónicas. (Serrano, 1992, p. 263-265)

Não é fácil precisar qual é o significado de uma forma arquitetónica. O certo é que, em arquitetura, a forma tem prioridade absoluta sobre o significado e a expressão. Em primeiro lugar, a arquitetura opera com uma linguagem abstrata de elementos, ao contrário da pintura e da escultura. O significado das formas e elementos arquitetónicos identifica-se com as nossas categorias de reconhecimento e perceção. Em consequência, e acudindo à distinção de Panofsky, movemo-nos no âmbito do primeiro nível, o dos significados fácticos e expressivos. (Serrano, 1992, p.266-267)

Sobre o significado expressivo, devemos referir-nos a um carácter expressivo das formas, que dependerá do contexto e do mundo formal desenvolvido por uma cultura. A articulação do contexto formal e a possibilidade de utilizar diversas formas alternativas, dentro de uma família formal, é o que dá garantia do significado expressivo das formas e das suas possibilidades. (Serrano, 1992, p. 267-268)

Em toda a análise interpretativa é necessário estudar de forma final, em relação ao processo de formação que a tornou possível, pelo que se deverá investigar as intenções do artífice, com a certeza de conseguir uma luz sobre o dito processo. De igual modo, também ao analisar a forma arquitetónica devemos interpretar o seu significado em relação ao autor da mesma. As relações entre o autor de uma obra e os significados que esta nos comunica, foram objeto de toda a classe de teorias. Ao analisar ou interpretar uma forma artística é possível distinguir e averiguar o seu sentido e as suas implicações. Entende-se, por sentido, o significado real e intencional

¹³ Iconologia é o estudo do simbolismo em representação visual (arte).

¹⁴ A iconografia (do grego "Eykón", imagem, e "graphia", descrição, escrita) é uma forma de linguagem visual que utiliza imagens para representar determinado tema. A iconografia estuda a origem e a formação das imagens.

que o autor pretendia introduzir e transmitir no seu produto formal. (Serrano, 1992, p. 269-270)

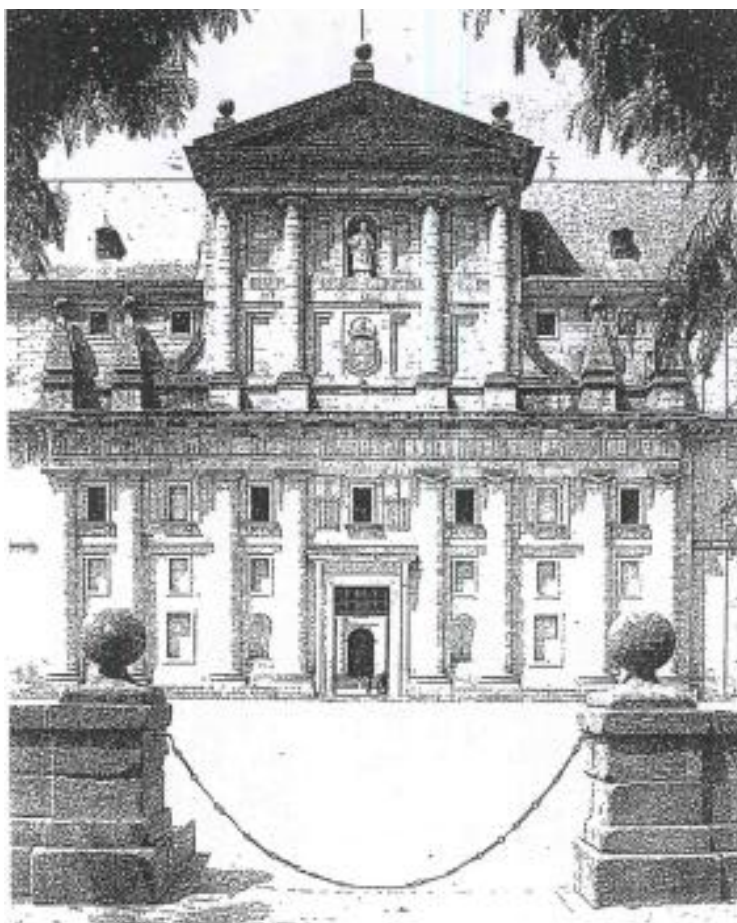


Ilustração 17 - “Juan Herrera; fachada principal do Mosteiro do El Escorial (1563-1584)”. (Serrano, 1992, p. 272)

A forma permite-nos compreender que o artista, na sua atividade criadora, não parte de uma ideia expressiva prévia, à que posteriormente deve dar forma, para transmitir aos outros, mas em lugar disso, trabalhando com as formas artísticas, experimenta os seus resultados expressivos e descobre relações formais capazes de suscitar efeitos emotivos ou psicológicos. No verdadeiro processo de criação artística, a forma final não é o resultado da ideia prévia, uma vez que a ideia se descobre ou revela no processo do “que fazer” formativo. O processo de formação também adquire uma importância radical na articulação do significado expressivo. O artista não se serve da forma para transmitir os seus sentimentos, vivências ou emoções. Ele é o servidor da forma que, transformando-a, explora e traz à luz todas as suas potencialidades expressivas. A interpretação de uma forma artística não pode ter como objetivo

averiguar o estado emotivo do autor no seu processo criador, porque este deve ser privado e inacessível para o intérprete. Não é o autor que queremos compreender, mas sim a sua obra. É importante explicar a essência da arte como uma transmissão de sentimentos, ou entender a interpretação da obra como uma espécie de comunicação interpessoal.

Esta afirmação não supõe um desprezo pela sensibilidade pessoal do artifice, antes pelo contrário, graças a essa especial sensibilidade com a que os grandes artistas estão agraciados, as formas artísticas constituem-se, num processo de criação, como formas expressivas, capazes de produzir um impacto emocional no observador. (Serrano, 1992, p. 275-277)

Sobre o conceito de espaço arquitetónico, podemos referi-lo como espaço fundamental da arquitetura, o espaço arquitetónico que tanta relevância tem na docência e na teoria da arquitetura no presente século. Com a definição da arquitetura como arte do espaço, tentou-se explicar, durante os últimos cinquenta anos, toda a complexidade da experiência da arquitetura, tanto na sua percepção, compreensão e fruição, como no seu processo de projeção. Autores com Bruno Zevi¹⁵ e Sigfried Giedion,¹⁶ foram máximos impulsores para esta conceção espacial da nossa disciplina, tentando mostrar que o espaço é a verdade da essência da verdadeira arquitetura. Para Zevi o espaço é protagonista da arquitetura. O arquiteto, no seu processo criador, trabalha com o espaço, opera com o espaço físico. Esta ideia de espaço enquanto essência da arquitetura é relativamente nova na teoria da disciplina de arquitetura, chegando, a sua relevância, à vanguarda arquitetónica, por volta dos anos vinte, influenciando no pensamento de F.L. Wright¹⁷ ou Gropius¹⁸.

A estética do espaço surge como consequência de muito material crítico e estético do século XIX, em que o pensamento hegliano¹⁹ tem muita influência nos historiadores do

¹⁵ Bruno Zevi (Roma, 22 de Janeiro de 1918 — Roma, 9 de Janeiro de 2000) foi um arquiteto italiano que actuou na teorização e introdução da historiografia da arquitetura moderna.

¹⁶ Sigfried Giedion (Praga, 14 Abril 1888 – Zurique, 10 Abril 1968) historiador e crítico de arquitectura.

¹⁷ Frank Lloyd Wright (Richland Center, 8 de Junho de 1867 — Phoenix, 9 de Abril de 1959) foi um arquiteto e escritor. Um dos conceitos centrais em sua obra é o de que o projeto deve ser individual, de acordo com sua localização e finalidade.

¹⁸ Walter Gropius (Berlim, 18 de Maio de 1883 — Boston, 5 de Julho de 1969) foi um arquiteto alemão. É considerado um dos principais nomes da arquitetura do século XX, tendo sido fundador da Bauhaus, escola que foi um marco no design, arquitetura e arte moderna e diretor do curso de arquitetura da Universidade de Harvard.

¹⁹ O hegelianismo é uma corrente filosófica desenvolvida por Georg Wilhelm Friedrich Hegel, um dos primeiros pensadores a preocupar-se com a “modernidade” como base dos estudos sociológicos. Pode ser sintetizada pela frase do próprio filósofo “o racional por si só é real”, que significa que a realidade é

centro da Europa e na recém-nascida psicologia da percepção. Hegel²⁰ é o pai da História Moderna da Arte, daí a importância que a figura do génio ou a inspiração adquire na arte. De acordo com estas ideias, a obra de arte ganha congruência entre forma e conteúdo, sendo a primeira a condição para a expressão do segundo. Hegel, também interpreta a História como a evolução no tempo da encarnação do absoluto nas formas materiais. A concepção histórica hegeliana, aplicada à arquitetura, assinala o espaço como autêntica essência da arquitetura, mas indica também que cada época histórica tem uma ideia diferente de espaço e que toda a história da arquitetura deve entender esta situação como a evolução das distintas concepções espaciais da arquitetura ao longo da história. Em consequência esta ideia de espaço evolui no sentido de se aperfeiçoar. (Serrano, 1992, p. 279-284)

Zevi, herdeiro de cinquenta anos de teorização estética sobre este conceito, fala-nos de que o espaço expressa espiritualmente a vida das associações humanas. Para Giedion, por detrás de cada idade do espaço surge a ideia do espírito da época, o *Zeitgeist*²¹. Este conceito de espaço é que permite articular todo o pensamento. Todas estas ideias se perderam rapidamente com as aspirações de jovens arquitetos comprometidos com a tarefa de fazer uma nova arquitetura de acordo com a época moderna e não com o futuro. A arquitetura anti formalista, baseada na articulação dos espaços tridimensionais, consumiu-se na sua própria utopia. Como sabemos, a arquitetura moderna foi tão formalista como a de qualquer outro período histórico. Em consequência, é feita uma revisão teórica do espaço, que conduz nos seguintes anos a uma superação do racionalismo futurista, com um certo formalismo visual para a arquitetura. (Serrano, 1992, p. 284-290)

capaz de ser expressa em categorias reais. O objetivo de Hegel era reduzir a realidade a uma unidade sintética dentro de um sistema denominado idealismo transcendental.

²⁰ Georg Wilhelm Friedrich Hegel (Stuttgart, 27 de Agosto de 1770 — Berlim, 14 de Novembro de 1831) foi um filósofo alemão. Hegel foi um dos criadores do idealismo alemão e naturalmente da génese do que é chamado de hegelianismo.

²¹ *Zeitgeist* é um termo alemão cuja tradução significa espírito da época, espírito do tempo ou sinal dos tempos. O *Zeitgeist* significa, em suma, o conjunto do momento intelectual e cultural do mundo, numa determinada época, ou as características genéricas de um determinado período de tempo.

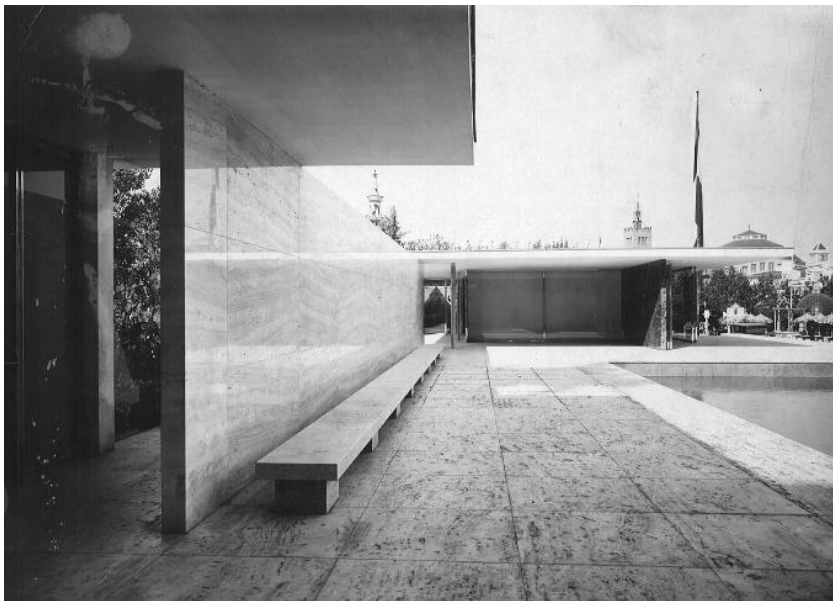


Ilustração 18 - “Mies van der Rohe; Pavilhão de Barcelona (1929) ”. (Serrano, 1992, p. 291)



Ilustração 19 - “Mies van der Rohe; Pavilhão de Barcelona (1929) ”. (Serrano, 1992, p. 291)

Para podermos afirmar que percebemos os efeitos formais em vez dos efeitos espaciais, ou que o espaço vazio é irrelevante na nossa experiência arquitetônica, teríamos que recorrer a recentes estudos da psicologia da percepção, para assim estruturar essas afirmações. Só é imaginável aquilo que é expressável, se não somos capazes de expressar um conceito, ideia ou pensamento, esse conceito é algo vago e não articulável. Como as ideias necessitam da linguagem apropriada para se poderem articular, as formas necessitam do desenho. Só o que podemos desenhar ou expressar visualmente pode ser objeto da nossa imaginação e criação. Possuir o

espaço, saber captar o espaço, é a base para a compreensão da arquitetura. (Serrano, 1992, p. 290-296)

O desenho é o meio mais adequado para que o arquiteto alcance a necessária visão espacial, indispensável para o seu objetivo arquitetônico. O desenho ou a Geometria Descritiva permite-nos a possibilidade de imaginarmos como uma série de formas se dispõem, sobrepõem ou intercetam o espaço. O espaço, enquanto imaginável, é o simples resultado da percepção imaginativa dessas formas, contornos de volumes e objetos desenhados. Um desenho realista nunca representa o espaço, sendo este uma consequência ilusionista com origem na nossa imaginação. A ilusão do espaço surge da interpretação dos objetos representados, sendo isto a ilusão do espaço. Quando entramos numa obra arquitetônica e nos movimentamos no seu interior, recebemos um fluxo de informação, podendo abstrair daí os dados necessários para nos orientarmos nesse espaço e compreender o mesmo. Podemos dizer que em arquitetura existe uma prioridade da forma sobre o espaço. Os efeitos espaciais identificam-se com os efeitos formais e a experiência espacial da arquitetura não é mais que a única e verdadeira experiência das formas arquitetônicas. (Serrano, 1992, p. 296-301)

Em conclusão, podemos referir que a primazia do fazer existe em qualquer das atividades humanas. Esta primazia do fazer também existe na interpretação das imagens. Ao falar de desenho ou de representação gráfica, também insistimos na primazia do fazer sobre o ver. O artista deve aprender a ver, mas sobre tudo, a fazer. Existe, portanto, uma primazia do fazer em qualquer atividade humana. O homem é um fazedor, um construtor de formas e imagens. Só fazendo, o homem descobre o modo adequado de fazer. Este princípio fundamental no modo de atuar do homem, reflete-se, em consequência, em todas as suas atividades, entre elas, as que estão relacionadas com a criatividade artística, com a sua aprendizagem, compreensão e valorização. Devemos recordar que a primazia do fazer não indica que o homem atue sem pensar e ponderar o que quer fazer. Na sua atuação, segue certos princípios ou critérios com a finalidade de que a sua atividade tenha um sentido lógico. Daí que o ato percetual, seja um processo ativo, mas conduzido por uma série de hábitos percetuais. Em resumo, nas diversas facetas do atuar humano e na sua aprendizagem, existe uma primazia do fazer. Um fazer do qual partimos de esquemas, sejam hábitos percetuais, categorias de conhecimento, convencionalismos gráficos, estruturas formais ou cânones de valorização, e mediante um contínuo processo de

experimentação, conduzido por um sentido crítico, vamos alcançando a finalidade proposta em cada ato.

2.2. PAPEL DO ARQUITETO NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E SOCIAL

Após a abordagem teórica de arquitetura e a noção de carência da mesma por parte do arquiteto, de modo semelhante se propõe agora compreender a função do arquiteto no desenvolvimento urbano e social, recorrendo a pareceres de teóricos da arquitetura, que muito escreveram sobre esta questão e sobre a sua importância. É curioso perceber como em tempos diferentes as interrogações eram as mesmas e como a problemática permanece até aos dias de hoje. Certamente o papel do arquiteto não tem sido considerado como relevante para estas matérias, ao mesmo tempo que o próprio arquiteto, possivelmente, não procura exercer a sua verdadeira função, sendo-lhe mais fácil ignorar tal importância que lhe é incumbida quando se assume como “arquiteto”, como organizador de espaço e criador de formas. O arquiteto deve ser consciente do seu ofício e exigir para si a responsabilidade que este acarreta.

Octávio Lixa Filgueiras²², Fernando Távora²³ e Nuno Portas²⁴, são figuras incontestáveis da teoria da arquitetura, que escreveram e fundamentaram sobre a forma como o arquiteto deve proceder no processo de desenvolvimento urbano e de como são necessários nas opções que este deve tomar de acordo com as condicionantes dos mais variados quadrantes, ao longo da história.

Todo o mestre não pode deixar de se preocupar realmente com a educação depois de conhecer as condições da vida para a qual essa educação deve preparar o seu aluno, conforme Octávio Lixa Filgueiras expõe quando recorre ao pensamento de Ruskin.²⁵

²² Octávio Lixa Filgueiras (Foz do Douro, 1922-1996) destacou-se nas áreas da cultura, arqueologia e marinha, onde se destacam os trabalhos relativos à etnografia naval. Estudou Arquitectura na Escola Superior de Belas-Artes do Porto, de 1942 a 1949.

²³ Fernando Luís Cardoso de Meneses e Tavares de Távora (Porto, 25 de Agosto de 1923 - Matosinhos, 3 de Setembro de 2005) foi um arquitecto português estabelecido no Porto, diplomado pela Escola de Belas-Artes do Porto em arquitectura no ano de 1952.

²⁴ Nuno Rodrigo Martins Portas (Vila Viçosa, São Bartolomeu, 23 de Setembro de 1934) é um arquitecto português. Frequentou a Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa e a Escola Superior de Belas-Artes do Porto, onde se licenciou em Arquitectura, em 1959

²⁵ "Aucun maître ne peut réellement faire faire un pas 'a la cause de l'éducation avant de connaître les conditions de la vie 'a laquelle cette éducation doit préparer son élève". Rustin, "Le Travail", Da função

Este é o pensamento com o qual Octávio Lixa Filgueiras nos confronta no início da leitura da sua obra “Da função social do Arquitecto” e que abre a porta para o percurso, ao longo da História, do papel do arquiteto, apoiando-se em vários autores e teóricos da arquitetura, justificando o seu texto.

Todas as épocas se revestiram de riscos para a vida da sociedade e do individuo. Os homens da ciência desempenham um papel na vida, diferente dos homens de estado, que por sua vez dependem mais que nunca dos primeiros. Os homens da ciência possuem os factos e as últimas e mais sólidas hipóteses. Os governantes têm a grave tarefa, importante para todos, de transformar esta verdade, na sua totalidade, em sabedoria política, e de agir de acordo com ela. É importante examinar a responsabilidade do arquiteto, na efetivação do que será uma herança para futuras gerações, uma herança do mundo atual, sobre o qual já pesam algumas faltas graves ou mesmo irreparáveis. Ao enriquecimento ou desaparecimento constante a que tudo está sujeito, a fenómenos de afirmação cultural ou de aculturação, correspondem no momento imediato, novas situações que, como sínteses de estados anteriores, são as realidades efetivas sobre as quais passou a atuar a vida. Ainda que pareça um pouco ambicioso invocar enquadramentos para situar o plano da ação do arquiteto, mesmo abstraindo o papel pelo qual é responsável na realização do mundo de amanhã, será suficiente considerarmos os desencontros a que se sujeitam as diferentes realidades culturais contidas na parcela da sociedade que beneficia do seu trabalho, para lhe reconhecemos o direito, e exigirmos o dever de tomar o mais amplo conhecimento da matéria. O esforço para aplicar a ideia de área antropológica de cultura à sociedade moderna tem resultados muito limitados, uma vez que formas diferentes de viver não são essencialmente uma questão de distribuição espacial. Na nossa civilização existe, no ponto de vista da antropologia, uma cultura cosmopolita uniforme, espalhada por todas as partes do globo, mas existe também divergência sem precedentes entre a classe operária e as “Quatrocentas”²⁶ (as quatrocentas famílias mais ricas e poderosas do mundo). A relativa liberdade de escolha que existe na sociedade torna possível a formação de grupos importantes, que defendem princípios muito diferentes. A natureza dos processos culturais não muda com as condições modernas, mas a unidade que inclui estes processos e onde se podem estudar já não os identifica unicamente. Admitindo que o projetista não provém do mesmo meio cultural para o

social do arquitecto, para uma teoria da responsabilidade numa época de encruzilhada, Octávio Lixa Filgueiras, Edições Sousa & Almeida, Lda., Porto, Portugal, p.7

²⁶ Conforme Octávio Lixa Filgueiras refere “As quatrocentas famílias mais ricas do Mundo: as mais ricas e por consequência, as mais poderosas”

qual projeta, pode levantar-se a questão das motivações e atitudes na atividade profissional. O futuro arquiteto, proveniente de um determinado ambiente que é o seu meio próprio, familiar, ao eleger a sua carreira, passa imediatamente a sofrer solicitações numa formação especializada que o envolvem num conjunto cada vez maior de responsabilidades, não só no plano individual, como no da coletividade. O arquiteto, como qualquer outro ser individual, que tenha uma vasta interferência na vida da sociedade, depara-se com a dificuldade de equacionar os problemas para agir em conformidade com a importância dos valores sociais e profissionais em causa. (Filgueiras, 1962, p. 17-23)

A procura incansável, sem um objetivo mais humano que o da especulação, orientada no caminho de uma arte desligada de um superior sentido da vida, continua a ser uma das manifestações de um fenómeno de degeneração ou desespero. Esta atitude, cada vez mais geral de alienação, é aproveitada pelos que pressentem a sua capacidade de liderança no futuro. O dramatismo da situação acentua-se com a percepção de uma alternativa de recuperação:

Se na vida de cada um de nós prevalecer o ideal da ética, dia virá em que todos farão o mesmo. E será esse regresso à estrada principal, ao verdadeiro caminho, fora do qual o mundo não conseguirá salvar-se. (Filgueiras, 1962, p. 26)

Os sábios esquecem-se porém de algo muito importante e verdadeiro: o conhecimento não é cultura... «...A verdadeira educação implica o completo domínio do conhecimento humano, nas suas linhas básicas. O mundo é todo um, e assim, cada indivíduo não pode alhear-se das vidas que o rodeiam, nem das suas opiniões, decisões e actividades, e muito menos, ainda, sacrificá-las.» (Filgueiras, 1962, p. 28)

Um futuro arquiteto não pode ignorar estas questões, mas também se depara com a dificuldade de traçar um percurso capaz. Deve sentir-se abrangido na luta por uma conquista cultural, para a sua ação profissional beneficie da marca de autenticidade. Deve reconhecer, também, que faz parte do movimento de conquista de uma cultura capaz de dar solução aos problemas que os métodos mais antigos não resolveram ou desconhecaram. Tem de acreditar em alguma coisa que aguente o embate com a vida, vencendo e dignificando sem destruir. No limiar de uma nova era que o progresso material impõe, verificará que a “sua” encruzilhada ultrapassa formalismos, estilos, aparências, tudo quanto representa uma dialética ultrapassada. Sentirá a necessidade de encontrar um sentido para a sua vida, dentro dos quadros de uma sociedade que forçosamente também terá de ter um sentido. Sendo a sociedade uma entidade mais ou menos abstrata, a posição dos indivíduos não é indiferente para as

repostas que necessita. Entre cultura e ciência, entre um sentido no fazer as coisas e a mera possibilidade de as fazer, resulta evidente que a arquitetura é de certa forma a encarnação da política, da vida, da história e da religião das pessoas. (Filgueiras, 1962, p. 24-29)

Toda a época tem a arte que merece e indica como bom exemplo disso a gesta medieva. Considerando esta fase da história como verdadeiro início do “nosso mundo”, sendo fortemente marcada por impressionante unidade cultural, que encontra nas catedrais. O renascimento do fenómeno urbano, o reatamento e alargamento das atividades de trocas criam ambiente favorável à conquista das primeiras liberdades urbanas, como são, o princípio das comunas, nomeadamente a liberdade de trabalho e a livre concorrência. Na economia agrária medieval, a única defesa da liberdade individual consistia na fuga aos trabalhos da lavoura. Não é difícil perceber a razão pela qual o movimento emancipador trazia marca de burguesia. As possibilidades materiais da cruzada das catedrais assentava na propensão das mentalidades imaturas para o colossal, e no bairrismo dos burgueses, juntamente com um aproveitar do complexo criado pelo escrúpulo do lucro, jogando como fonte de receitas. (Filgueiras, 1962, p. 31-33)

Não podemos ignorar as características desses tempos, é neles que temos de nos situar, com as suas limitações, com as suas conquistas. Era muito importante a classe social ou casta a que cada um pertencia, na organização do sistema social e tal transparecia mesmo nas igrejas e catedrais, nos atos de culto coletivo, onde existia a diferenciação clara de tratamento entre as pessoas. Daí a decadência litúrgica, ao vincar o papel passivo do povo ante o fenómeno do progressivo afastamento do clero. Eram essas as condições que se viviam na época. Através delas teremos de perceber os valores efetivos numa construção-símbolo, e não a sua negação. Escolas, teatros, tribunais, locais de reunião ou outros, permitiam a convivência de castas proporcionando-lhes a proximidade ou relativa aproximação. A cidade surge como centro coordenador da vida total, facto só possível pela existência de uma concordância cultural dominante. Assim se compreende a resposta dada pelos arquitetos, homens saídos das massas, ao desafio que a grandeza mental da época lhes lançava. A luta por uma diafaneidade que representa a vitória sobre o peso dos materiais, numa arquitetura de pedra, não para dar expressão a um sentido de espiritualidade que se vive diariamente, utilizando uma dialética específica, sujeita a uma filosofia prática, integralmente absorvida, eis a posição que os arquitetos do alto

gótico tão bem souberam ilustrar. Quer por uma finalidade imediata, sob os mais variados aspetos dirigida com total simplicidade ao total social, quer pelos processos utilizados, tais obras representam, à escala do tempo, autênticos valores sociais positivos. Num mundo que vivia a realidade da fé, a imagem de Cidade de Deus correspondia, de forma não abstrata, à efetivação de uma experiência cosmogónica, a partir de valores ao alcance da mentalidade corrente, não só capaz de os compreender, mas deles necessitando como formula de superação do embate entre realidade e o ideal. Não surpreende que estes arquitetos, saídos do anonimato do povo, nascidos para a profissão em custosa subida escalonada, solidários com a vida de todos os homens, lucrassem em projeção social a ponto da sua posição gerar inveja. Tudo isto serve para demonstrar o nível que então foi atingido pela classe. (Filgueiras, 1962, p. 33-38)

A guerra dos Cem Anos²⁷, a adoção do direito romano, a crise da religiosidade, a quebra do prestígio do papado, o aburguesamento da burguesia, o cerceamento dos direitos das comunas e as restrições ao livre exercício das profissões, as crises económicas e o declínio do movimento urbanístico são alguns dos aspetos de um fenómeno que precede e acompanha uma viragem. Esta viragem não se processa de repente. Ao indicar como positivo o que se passava durante a alta escolástica, não foram esquecidas as observações restritivas, que dizem respeito a fatores que passaram a agir negativamente no panorama do goticismo. Se é verdade que havia unidade cultural que irmanava o sentir de varias classes em face de uma ideia transcendental do fenómeno da existência, também não deixa de ser importante considerar um movimento de reação que separava o sentir das várias classes no que respeita à sua posição relativa perante a solução contemporânea dos problemas da vida, como alimentação, abrigo, segurança ou várias paixões que pervertem o coração do homem, nomeadamente a do mando. As indicações importantíssimas do que representou o movimento urbano, da parte que coube às comunas e do papel da burguesia, na construção da catedral gótica, e do verdadeiro e mais amplo significado que a esta se deva atribuir, permitem compreender o que a seguir se passa. No materializar das tendências, situar-se-ão num polo, aqueles que a servidão rural sujeita, constituindo a massa cada vez mais numerosa que sob o aspecto cultural vai persistir num submundo à parte, perdendo mesmo o que lhe viera por convivência

²⁷ A expressão Guerra dos Cem Anos, surgida em meados do século XIV, identifica uma série de conflitos armados, registrados de forma intermitente, durante o século XIV e o século XV (de 1337 a 1453, concordando com as datas convencionais), envolvendo a França e a Inglaterra. Embora a guerra tenha durado 116 anos o tempo foi arredondado para 100.

doutrinal dentro de um credo, no outro polo, os poderosos do mundo, incluindo os recém-emancipados burgueses. Para os primeiros a «catedral» restringe-se espacialmente. Para os primeiros deixarão de trabalhar aqueles que progrediram ao nível da aprendizagem, com as mesmas origens, até chegarem à posição de arquitetos. O arquiteto profissional era proveniente das massas e tornava-se importante pela função que ocupava profissionalmente. Com isto tornava-se um homem do mundo, que viajava frequentemente, que lia e gozava de um prestígio social sem precedentes. (Filgueiras, 1962, p. 39-42)

O arquiteto da idade do ouro da honesta simplicidade profissional não tem segredos a guardar, envolvido com as obrigações da observância duma ética profissional viva e natural, mas a alienação que se processa por intermédio da favorável evolução social, no seio de uma sociedade senhorial, traz em si mesma o veneno poderoso que destrói a vivencia do mestrado, conduzindo ao nível baixo a que seguidamente a classe irá chegar. (Filgueiras, 1962, p. 42-43)

A *queda* é o capítulo que o autor aborda com a indicação ao castigo tremendo que terá sido, sem dúvida, a nossa prova do fruto da árvore da sabedoria, da árvore da ciência do bem e do mal, de que resultou o corte puro e simples com as fontes da vida, a perda da despreocupação que lhes permite trabalhar em estado de graça natural, livres das tentações do mundo, das hesitações da dúvida, num caminhar espontâneo. Pretendeu-se unir o que nunca se devia ter unido, o respeito a Deus com os prazeres do mundo, enquanto o substrato cultural, sobre o qual assentou o Cristianismo²⁸, dispunha relativamente a este, de reduzida carga potencial. Poderia continuar a ser representativa da nova cultura, a arquitetura religiosa? Pelo lado estatístico, não tanto. (Filgueiras, 1962, p. 46)

No entanto, teremos de admitir para esta primeira jornada do ecletismo ocidental uma subdivisão de aspetos, o que se relaciona com a dominante “banqueiros”, simbolizando a força mundana das aristocracias do poder, e outro, a corrente que tentam acompanhar, mesmo sob premissas discutíveis, o bom do espírito liberto. Só com os arquitetos Italianos do século XV pode ser apreciada e divulgada, mediante uma nova interpretação científica da natureza. A tentativa de reabilitar os artistas do primeiro ecletismo, traz informações importantes para a apreciação do caso, mas não

²⁸ Cristianismo (do grego Χριστός, "Christós", messias) é uma religião abraâmica monoteísta centrada na vida e nos ensinamentos de Jesus de Nazaré, tais como são apresentados no Novo Testamento.

rebate o aspeto fundamental da questão, a marca da aculturação proveniente da relação impossível entre dois mundos antagónicos e, muito principalmente a adoção de um vocabulário cheio de compromissos com o mundo já distante. (Filgueiras, 1962, p. 45-51)

O transcendentalismo erudito e revivalista desses meios seletos que, apesar de tudo, perdurará através dos seculos seguintes, acabará também por originar fenómenos difíceis de classificar e de que o mais representativo será a transformação das corporações de arquitetos em associações de não profissionais lançados na pesquisa do absoluto, que restará numa simples visão mecanicista do universo. Bastariam talvez as honras da descoberta das leis da perspectiva, para dar a ilusão de que os arquitetos da época mereciam, no plano da nossa análise, total consideração. É inegável que em matéria de conhecimento, ou de sistematização de conhecimentos, eles foram inexcedíveis. Foram as grandes vítimas do grande equívoco. Na verdade, conhecimento não é cultura. E se foram inexcedíveis no modo que souberam trabalhar os materiais que o saber da época e o esforço próprio lhes forneciam, pecaram por ter vivido nessa época desastrosa, pecaram por não ter pressentido que era impossível realizar algo positivo com esses materiais. Cabe mesmo perguntar se o figurino dominante foi o que representava o idealismo à moda grega, ou pelo contrário, se não teriam efetivamente predominado os conceitos romanos de grandiosidade e luxo. Para o arquiteto, como para todos os artistas, a individualização anómala trouxe graves consequências. O culto do nome próprio e a preeminência social foram pagos, primeiro com o drástico afastamento do conceito de profissionalismo e mais tarde, por fórmulas de sujeição que anilaram qualquer resquício de vivência da sua arte que porventura tivesse subsistido. (Filgueiras, 1962, p. 52-59)

Em *De profundis* conforme escreve o autor, os artistas aceitam o ápodo de divinos. Eles e os seus magníficos patronos, cedendo ao apelo da terceira tentação, deliberadamente participam na queda da pequena bola de neve que os conduziram a formas espantosas de servidão e abjeção. A arte de uns e o poder dos outros acabará por ser tão imprestável como os alimentos que o pobre rei Midas transformava em ouro, pelo simples toque com as mãos amaldiçoadas. À catedral- centro cívico, às cidades que eram organismos quase espontâneos, opor-se-ão os grandiosos conjuntos urbanos e as concepções centristas das cidades ideais, despojados de todo o sentido orgânico. À posição de qualquer dos artistas da renascença teremos de vincular, em última análise a vergonhosa situação dos arquitetos do seculo XIX que,

exauridas todas as possibilidades do mero exercício de estilos, não são mais que um rol de decoradores de segunda ordem. Para sermos suficientemente justos, é preciso não esquecer que toda a arte e, de modo especial, a arquitetura, como fenómeno iminentemente social, por representativo ou instigador de expressões de cultura, tem de estar certa para um determinado lugar, em determinado tempo histórico, foi o que alguns homens impressionáveis souberam e puderam fazer, enquanto membros de uma sociedade. A superioridade que a “Renascença” proporcionou aos artistas, que colocou ao mesmo nível, ou superior, ao plano dos mecenas, pouca duração teve. A parte equilibrada dos apreciadores dum esteticismo preocupados em conceber o mundo como uma criação estática e acabada, já não a sentem as novas gerações. Em seu lugar, uma arte sujeita aos frêmitos duma perturbação extrema. Mas o mundo para o qual o artista trabalhava, pede novamente à arte uma nova explosão, ganhando vida. O artista irá então, manipular o reportório usado, retirando-lhe os adornos de que se querem esquecer. É nesse mundo de esquecidos, de coisas esquecidas, que se perdem os arquitetos. O exercício da sua arte e dos seus conhecimentos limita-se a seguir os passos da beleza, que apenas se antevê no mundo sensual das formas. A estas conferem-se valores conceptuais de sentimentos elevados, de qualidades de ordem moral, de virtudes teológicas, de tudo quanto existe que possa servir para vencer um quotidiano revoltante. Compreende-se o aparecimento da indústria de perfumes francesa, tão necessária a uma alta sociedade de valores tão elevados, mas que desconhecia o banho. O preconceito da abjeção do trabalho, foi universalmente aceite. O arquiteto, em face de um mecenas-senhor, cuja grandeza é necessário enaltecer, como antes fora a da divindade, e cujas falhas e defeitos era necessário encobrir, trabalha para as pequenas glórias do mundo. A sua arte era uma arte de habilidades, destinada a merecer o sorriso de complacência do seu dono, e daí decai. O grande circo, na feira humana, devolve em aplausos o ignóbil sacrifício sem sentido, mas as luzes do grande circo, não servem para ocultar os problemas. A grande vida vive ao lado da vida sem a conhecer. O arquiteto já não acompanha a tarefa de teorizar a arte. O que fora um apreender progressivo, no gótico, e no plano da igualdade renascentista, passa a ser um subsequente princípio de passividade. A existência ficará subordinada a moldes cada vez mais rígidos, e não importa que a feição que lhes imprimira seja ou não adequada à sua natureza. A produção arquitetónica é mal ferida. Levantam-se antigas questões, há muito adormecidas, e discute-se em termos de classificações e sistemas se a arquitetura é uma arte das maiores, ou se é apenas para servir o dono, entendendo a sua detestável utilidade que

a coloca no inferno das boas intenções. O arquiteto manuseador de estilos começa por conseguir o desequilíbrio da sua aristocratizada arte, pela sobrevalorização da componente ornamental que beneficia de uma espécie de autonomia até então desconhecida. (Filgueiras, 1962, p. 60-67)

Prevaleceu sempre um certo conceito funcional, ainda que preso a particularizações restritivas e mesmo parciais. O desencontro de Bernini²⁹ com as exigências da vida na corte do Rei-Sol³⁰, exemplifica o fator funcional. O ambiente que origina a transferência de poderes de 1789 é francamente positivo no domínio da teorização da arquitetura. O espírito racional e revolucionário da França do século XVIII origina uma série de tratados arquitetónicos, onde surgem elementos que constituem o funcionalismo moderno. Não se julgue porém que este passo em frente constitui uma viragem efetiva, em relação a uma falta de mentalidade responsável perante os aspetos sociais da atividade profissional. O golpe mortal que a burguesia deu no feudalismo agrário vai fazer ascender ao cimo da sociedade uma casta de novos senhores, com muitas posses. Estes senhores arrebatam o poder e a com a crescente liberalização multiplicam-se. Na democratização burguesa estava ao dispor de todos o direito de usufruir e dispor dos objetos. Para a sociedade pagante os estilos entendem-se em função das coisas que se compram, e o arquiteto tenta adaptar-se a esta nova realidade e aos novos senhores. (Filgueiras, 1962, p. 68-75)

Leviathan é um período que o autor define como uma fase, que a partir da qual, conseguir sobreviver no meio de tanta confusão, é uma tarefa muito complicada. Só pacientemente e com método se consegue ir em frente com os objetivos. Existiam diferentes tipos de arquitetos com diferentes objetivos, mas que no essencial da questão não acrescentavam nada. Por diversas razões e necessidades, no final do século XVIII, surge a produção industrial do ferro. Uma civilização de fumo, ruído, de caos urbano apodera-se do mundo de uma forma nunca antes vista. Começa-se a investir capital em coisas elementares, com o objetivo de enriquecimento rápido. Num panorama assim, podemos questionar sobre o que era feito dos arquitetos neste período e qual o seu lugar. A tanta fealdade e desmoralização tentam alguns voltar

²⁹ Gian Lorenzo Bernini ou simplesmente Bernini (Nápoles, 7 de Dezembro de 1598 – Roma, 28 de Novembro de 1680) foi um eminente artista do barroco italiano, trabalhando principalmente na cidade de Roma. Distinguiu-se como escultor e arquiteto.

³⁰ Luís XIV (Saint-Germain-en-Laye, 5 de Setembro de 1638 — Versalhes, 1 de Setembro de 1715), conhecido como "Rei-Sol", foi o monarca que impulsionou o Absolutismo no Ocidente começando a exercê-lo no seu Reino de França (1643 a 1715) logo após a morte do seu primeiro-ministro, em Março de 1661, o Cardeal Mazarino.

aos tempos do artesanato da Idade Média, para vencer o industrialismo, ou tentam dignificar a arte, ou ainda, apesar de forçadas e compreensíveis limitações a uma visão total do problema, já sentem que basicamente a questão é outra. Nem a arte, nem a educação deveriam ser só para alguns, sob pena de não se justificar que nos dedicássemos a ambas. Mais fácil era todos participarem da técnica, que favorecida por uma época de especializações, mas realmente possuidora duma objetividade de ação, surge uma nova classe de técnicos na construção, a classe dos engenheiros. Com Napoleão³¹, em França, reestabeleceu-se a Escola de Belas Artes em 1806, enquanto a Politécnica fora fundada em 1794. As obras públicas passaram a ser dirigidas por engenheiros e na reforma de Paris, com Napoleão III³², nenhum arquiteto desempenhou tarefa de relevo. Este ultimo dado é importante, visto que as relações entre obra arquitetural e as concepções de carácter urbanístico entreteciam laços muito fortes.

A baixa cotação dos arquitectos em face duma inoperante atitude de mal compreendido idealismo, deve-se não tanto a uma baixa de senso profissional em relaxe, mas ao seu desvio do conjunto de preocupações que o deveria informar; [...] (Filgueiras, 1962, p. 80)

Surge a necessidade de dignificar a arquitetura, de fazer reformas desde a formação dos arquitetos. Por outro lado, a atuação do homem ativo, sem complexos nem duvidas, que aproveita todas as disponibilidades, não é sob o aspeto social, um fator amplamente positivo como parece. A aceitação da realidade da vida não preserva este homem do perigo da atitude de simples pragmatismo, de uma visão parcelar, imediata, sem entrar em linha de conta com os reflexos sobre o futuro nem sequer imaginado e que pode acumular em erros uma enorme e destrutiva carga de desumanização.

Passemos novamente a considerar o caso da reforma de Paris de Napoleão III, e das repercussões que teve na evolução da consciência profissional do arquiteto, no alargamento do âmbito da sua arte e que apesar da emergência nenhum arquiteto desempenhou tarefa de relevo. Nesse tempo a máquina provocava grandes

³¹ Napoleão Bonaparte (em francês: Napoléon Bonaparte; Ajaccio, 15 de Agosto de 1769 — Santa Helena, 5 de Maio de 1821) foi um líder político e militar durante os últimos estágios da Revolução Francesa. Adotando o nome de Napoleão I, foi imperador da França de 18 de Maio de 1804 a 6 de Abril de 1814, posição que voltou a ocupar por poucos meses em 1815 (20 de Março a 22 de Junho). Sua reforma legal, o Código Napoleónico, teve uma grande influência na legislação de vários países. Através das guerras napoleónicas, ele foi responsável por estabelecer a hegemonia francesa sobre maior parte da Europa.

³² Carlos Luís Napoleão Bonaparte, em francês Charles Louis Napoléon Bonaparte (Paris, 20 de Abril de 1808 - Chislehurst, 9 de Janeiro de 1873), foi o primeiro presidente - eleito por sufrágio universal masculino em 10 de Dezembro de 1848 com 74,33 % dos votos - e posteriormente proclamado imperador de França, com o título de Napoleão III.

concentrações humanas, mas não unia os homens. O fenómeno urbano ganha dimensão e a escala dos problemas postos é ameaçadora. Desde os romanos que se reconhece a importância das redes viárias na pacificação dos povos. Haussmann³³, utiliza esse velho conceito de sabedoria política e realiza uma viragem, com a qual o arquiteto sai beneficiado. Já não é só a importante função «circular» que será atendida, a uma escala até então desconhecida, a planificação de conjuntos, ainda que para as edificações envolventes dos espaços livres públicos fique circunscrita ao simples conceito de «fachada», tal planificação de conjuntos estabelecerá uma generalização do princípio fundamental de relação entre a obra de arquitetura e o seu enquadramento. Isso tira-a dum plano deficiente de caso isolado, tanto mais que as características fundamentais de tais conjuntos é a da racional uniformidade de aspeto. O problema da posição do arquiteto face desta arrancada, bem o podemos imaginar mais como vítima de circunstâncias infelizes, de malformações derivadas da mentalidade da época, apanhada de surpresa por todas as possibilidades efetivas que a técnica proporcionou a Haussmann para realizar a sua grande obra num período de dezassete anos. É só nos nossos dias, com Chandigarh³⁴ e Brasília³⁵, que o repto ficará vencido, depois de briosamente aceite. Tiremos a moralidade deste episódio, poderíamos encontrar na maneira direta como o problema da neutralização das revoluções populares se mistura ao bem-estar e distração das populações, nesse período haussmanniano. Paris voltou-se deliberadamente para a vida de relação. Haussmann age no plano da realidade, empolgado pelo sentimento construtivo de um verdadeiro criador. A Burguesia não o acompanha e provoca a sua queda. (Filgueiras, 1962, p. 77-87)

Contudo, algo de fundamental se tinha processado, a palavra mágica fora pronunciada, o caminho ficava aberto. O encontro com a vida, talvez efectivado com certa rudeza e

³³ Georges-Eugène Haussmann (Paris, 27 de Março de 1809 — Paris, 11 de Janeiro de 1891), largamente conhecido apenas como Barão Haussmann- o "artista demolidor", foi prefeito do antigo departamento do Sena (que incluía os atuais departamentos de Paris, Hauts-de-Seine, Seine-Saint-Denis e Val-de-Marne), entre 1853 e 1870. Durante aquele período foi responsável pela reforma urbana de Paris, determinada por Napoleão III, e tornou-se muito conhecido na história do urbanismo e das cidades.

³⁴ Chandigarh é a capital dos estados do Punjab e de Haryana, na Índia. Localiza-se no noroeste do país, no território do mesmo nome, entre os dois Estados. Tem cerca de 1.003.301 habitantes. Foi fundada em 1947 após a divisão da Índia para servir de capital à parte indiana do Punjab. A antiga capital do estado, Lahore, ficou em território paquistanês. Em 1966, o Punjab foi dividido, ficando Chandigarh a capital de dois estados: o novo estado de Haryana e o Punjab. A cidade foi projetada por arquitetos como Le Corbusier, Pierre Jeanneret, Matthew Nowicki e Albert Mayer.

³⁵ Brasília é a capital federal do Brasil e a sede do governo do Distrito Federal. A cidade está localizada na região Centro-Oeste do país, ao longo da região geográfica conhecida como Planalto Central. No censo demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em 2010, a sua população era de 2 562 963 habitantes (3 716 996 em sua área metropolitana), sendo, então, a quarta cidade brasileira mais populosa. A capital brasileira é a maior cidade do mundo construída no século XX.

primarismo, rompera o involucro artificial que tornava imprestável a arquitectura. (Filgueiras, 1962, p. 87)

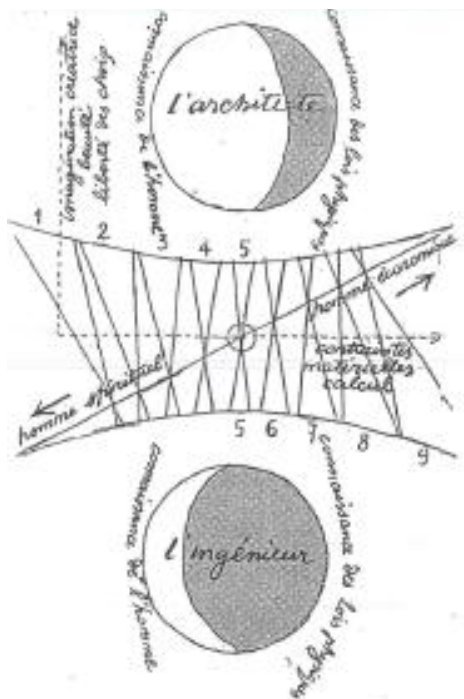


Ilustração 20 – “Símbolo da A.S.C.O.R.A.L. reproduzido no número *hars série de l'Architecture d'Aujourd'hui*, dedicado a Le Corbusier”. (Filgueiras, 1962, p. 88)

A história do progresso material das populações e da conquista de alguns direitos não se perceberá muito bem se não entrarmos em linha de conta com as retroações, que agem como tabelas invisíveis, ou efeitos insuspeitos, nas relações sociais, conforme refere o autor na introdução do capítulo a que chama *Dionisos*. O cheque imposto ao arquiteto por tarefas não usuais, a escalas desconhecidas, veio por em causa publicamente todo um sistema errado de orientação de ensino profissional, já denunciado pelos espíritos mais lúcidos da classe. A transformação da vida que Paris experimentara, demonstrou que as velhas mas tímidas, ou parcelares, ou teóricas inferências de organização espacial de conjuntos, alargadas ao âmbito da própria cidade, seria o escalão necessário na prossecução da tarefa do arquiteto, porque ficaria igualmente demonstrada a falência básica da mentalidade de simples formação tecnicista que, perfeitamente capaz de resolver os problemas no campo da produção-realização, se mostrara impotente para enfrentar os que afetam a parte mais delicada da arte de compor, e podem fazer variar os valores de uma obra por aquilo que ela represente de humanização ou desumanização efetiva. A história permite-nos verificar o corolário destes factos.

“Todo o arquitecto moderno é urbanista”, conforme Bruno Zevi (1957, p. 109).

Só depois, porque então, parte do aspeto negativo dessa iniciativa de urbanismo de estado, também está relacionada com a própria crise de consciência do século XIX. A resposta deu-a a vida, apresentando ao arquiteto um novo cliente, que não o novo-rico, burguês-capitalista da primeira revolução maquinista. O novo cliente, poderoso, anónimo dos arquitetos percussores foi, junto das fábricas industriais a enorme massa dos novos habitantes da cidade, foi a multidão que tinha criado a metrópolis. O surgimento da arquitetura moderna identifica-se com a pressão e com a consciência do problema urbanístico. O arquiteto moderno, por ser arquiteto-engenheiro, é arquiteto urbanista. O seu cliente não é só aquele que quer construir um palácio, nem é o mecenas, o ditador que quer abrir uma avenida monumental, é sim toda a massa de cidadãos em toda a sua complexidade social e psicológica. Para esta transformação contribuíram, além da economia, todos os aspetos positivos da cultura do século passado. A nova consciência de responsabilidade profissional, ampliada com uma componente de responsabilidade social, revigorará a arquitetura, e todas as suas novas conquistas serão pautadas por um ideal de dignificação da vida de toda a gente. Haussmann, o administrador, resolveu em parte um problema de trânsito e abriu, um tanto inconscientemente as portas à vida. Howard³⁶, Tony Garnier³⁷, Le Corbusier³⁸, ou F. L. Wright são arquitetos importantes neste período que se segue contribuindo com obra e teoria para a arquitetura. No fundo, a situação é bem a da arquitetura como problema moral. A arquitetura deixou de ser um monopólio de especialistas agnósticos e negociantes que construíam tudo quanto os seus clientes desejavam. Abandonou a sua indiferença, adquiriu o valor necessário para afrontar decisivamente a vida. Semelhante consciencialização de responsabilidades reveste de aspetos inéditos a inserção dessa arte nos embates das grandes correntes de pensamento de um mundo em transformação. Fator tanto mais dramático quanto a

³⁶ Sir Ebenezer Howard (Londres, 29 de Janeiro de 1850 — Hertfordshire, 1 de Maio de 1928) foi um pré-urbanista inglês; tornou-se conhecido por sua publicação *Cidades-jardins de Amanhã* (*Garden Cities of To-morrow*), de 1898, na qual descreveu uma cidade utópica em que pessoas viviam harmonicamente juntas com a natureza. A publicação resultou na fundação do movimento das cidades-jardins. As primeiras cidades-jardins foram construídas na terra natal de Howard, no início do século XX.

³⁷ Tony Garnier (Lyon, 13 de Agosto de 1869 — Roquefort-la-Bédoule, 19 de Janeiro de 1948) foi um arquiteto e urbanista francês que, em 1904, elaborou um projeto de cidade para Lyon, como trabalho de conclusão de curso.

³⁸ Charles-Edouard Jeanneret-Gris, mais conhecido pelo pseudónimo de Le Corbusier (La Chaux-de-Fonds, 6 de Outubro de 1887 — Roquebrune-Cap-Martin, 27 de Agosto de 1965), foi um arquiteto, urbanista e pintor francês de origem suíça. É considerado juntamente com Frank Lloyd Wright, Alvar Aalto, Mies van der Rohe e Oscar Niemeyer, um dos mais importantes arquitectos do século XX. Conhecido por ter sido o criador da *Unité d'Habitation*, conceito sobre o qual começou a trabalhar na década de 1920.

profissão do arquiteto, iminentemente construtiva, senão encontra possibilidade de realizar-se dentro de padrões culturais suficientemente válidos, não resiste à prova que a vida se encarrega de lhe impor. A preocupação de todos é a mesma, todos sentem que, conforme o autor refere.

o verdadeiro arquitecto não é um elegante elaborador de formas de variados gostos, mas antes um moralista cuja tarefa é aumentar a alegria da vida e dela extrair os símbolos necessários para lhe dar forma. (Filgueiras, 1962, p. 96)

O arquiteto é moralista a quem preocupa o facto de as suas conquistas extraordinárias no domínio da qualidade não se terem ainda transformado em uso, isto é, no testemunho reconhecido de uma civilização, seguindo-se como igualmente extraordinário o desenvolvimento dos problemas quantitativos. (Filgueiras, 1962, p. 89-97)



Ilustração 21 - "Robert Macaire, gründet eine Sanitare Gesellschaft, do álbum *Honoré Daumier*". (Filgueiras, 1962, p. 91)

Finale, presto, é como o autor finaliza este percurso histórico, colocando a questão “Que será 1962?”. O autor faz uma abordagem às crises políticas, militares e sociais mundiais do século XX e indica a solução para os mesmos sem recorrer a guerras. Refere ainda, no mesmo período que seja como for, a importância e o alcance humano do desenvolvimento científico e tecnológico são tremendos e seria desejável que os seus artífices, sem prejuízo das próprias tarefas especializadas, participassem, também, com o coração, na formação desse mundo novo que lhes sai da cabeça e das mãos. A vocação iminentemente construtiva do arquiteto leva-o por caminhos mais positivos. Há sempre um nascer novo porque o tempo não permanece igual. Não basta, pois, que o arquiteto seja mais um animal carregado de livros, nem que siga as recomendações de Vitruvius, pelo lado das aparências. Na torre de Babel perdura o símbolo do orgulho que perdeu os homens confundindo-lhes as línguas. (Filgueiras, 1962, p. 99-108)

Em conclusão, Octávio Lixa Filgueiras deixa um forte pensamento com o qual não poderia estar mais de acordo.

Que os novos arquitectos se lembrem da responsabilidade enorme que abraçam. Os monumentos apagam-se com o tempo, mas a beleza perdura na atitude que cala fundo no coração de todo o Homem. A sua vida será justificada, se também com a sua ajuda a humanidade poder encontrar o seu caminho pelos caminhos do amor e da verdade, que é o mesmo que dizer, o verdadeiro caminho da justiça. Pois hoje, mais do que nunca, o velho Tigre poderia sustentar que uma sociedade sem justiça é como um bando de animais a caminho do matadouro. (Filgueiras, 1962, p.108)

Fernando Távora, em “da organização do espaço” exhibe um esclarecimento em torno das dimensões, relações e características do espaço organizado, comenta a situação do homem contemporâneo e a organização do seu espaço, expõem a organização do espaço português contemporâneo e insere a posição do arquiteto em todo este processo.

Para conseguir expor o conteúdo do seu pensamento, Fernando Távora divide a obra em quatro capítulos, atingindo o seu objetivo de tal forma, que vamos tomando a noção de como é facto o assunto subjacente à obra.

Introduzindo a questão das dimensões, relações e características do espaço organizado, o autor nota que a pintura, escultura e arquitetura, apesar de “formas artísticas” representam uma pequena percentagem do espaço organizado que nos

envolve, pois existem muitas outras atividades humanas de importância semelhante e que o afetam igualmente.

O espaço organizado tem como importante característica a sua continuidade. É contínuo não aceitando limitações. Assim a forma e o espaço estão ligados funcionando um como negativo do outro, um é importante para caracterizar o outro. O que se deixa por fazer é tão importante como o que se faz, isto mostra a continuidade do espaço. O geral e o particular, aparentemente opostos são realmente complementares. O tempo surge aqui como agente que altera definitivamente o espaço, caracterizando-o de irreversibilidade.

Em consequência, o autor apresenta o espaço como irreversível e contínuo nas suas dimensões físicas estando o processo da sua organização dependente da colaboração de todos.

Para o autor devemos ter em consideração dois tipos de participação na organização do espaço; participação horizontal, que se verifica entre homens da mesma época e participação vertical que se realiza entre homens de épocas diferentes. Devemos notar que no caso da participação vertical existe com maior incidência o factor tempo. Para que a organização do espaço seja harmónica, a participação deve transformar-se em colaboração, tanto no plano horizontal como no vertical.

Na elaboração da organização do espaço, este é condicionado e será durante a sua existência condicionante, qualquer obra, ao ser executada, é condicionada mas, uma vez realizada, passa a ser elemento condicionante.

Aos fatores naturais e humanos que envolvem o homem damos o nome de “circunstância” da organização do espaço. No que diz respeito a formas, estas variam conforme a circunstância em que foram criadas e, para melhor as compreender, devemos analisar as mesmas em função dessa circunstância.

Num processo de organização do espaço, para o autor, existem dois aspetos importantes que devem estar na base da atividade dessa mesma organização, a liberdade de poder escolher indo ao encontro de determinada circunstância e a consciência da importância do espaço organizado.

Enquanto organizador, o homem não pode obedecer ou ignorar completamente as circunstâncias com que se depara, deve seleccionar os aspetos positivos e tentar

eliminar os mais negativos da circunstância existente. Desde que se prove que esta alteração de circunstância foi correta e positiva, o homem é importante na sua intervenção. Entre o abandono da circunstância e o compromisso total da mesma existe uma infinidade de posições que podem ser tomadas por uma igual infinidade de homens, daí a importância do compromisso entre todos. Existe assim o risco da individualização por parte de quem tem grande capacidade, mas a organização deve satisfazer a sociedade e não só o autor. Os mais aptos ou capazes devem usar as suas obras de forma pedagógica, devem ter a noção de como podem influenciar quando organizam o espaço.

Por outro lado, quando as formas se desintegram do espaço desvalorizam-no e originam a delapidação do mesmo, afetando o homem e consequentemente a sociedade em diversos campos (social, económico, cultural). Assim, pode dizer-se que a função de organizador do espaço é uma das mais altas funções que o homem pode atribuir-se e a delapidação do espaço é uma das maiores ofensas que o homem pode cometer.

Com isto, o autor consegue caracterizar o campo de intervenção ou seja o espaço, indica o método de organização e as circunstâncias que devemos respeitar, em suma, aponta o percurso. (Távora, 2008, p. 11-27)

Quando analisa a situação do homem contemporâneo e a organização do seu espaço, o autor começa por referenciar que caminhamos paulatinamente para uma unificação cultural. Mas, no que respeita ao campo material e sobretudo técnico esta evolução pode ser mais rápida.

A Europa surge na origem do fenómeno da universalização cultural, daí o receio das alterações e das suas descobertas, ao passo que os Estados Unidos aceitam totalmente esta situação, pois é um país novo, chegando mesmo a afetar a Europa neste sentido.

Da evolução do homem na história europeia destaca-se a valorização do mesmo e a procura do conhecimento das suas relações com o universo. O período da Renascença é caracterizado pela descoberta por intermédio da ciência. Entusiasmado com a evolução, nesta fase, o homem passa a focar-se nos objetivos sem ter em conta os meios para os atingir, originando uma descontinuidade, deixando de ver as coisas como um todo mas sim como uma soma de partes. Em resultado, o homem

começa a analisar esta evolução tentando-a controlar para evitar ser submerso pela mesma. Daqui surge a necessidade de reestruturação e com ela a posição de esperança e a de desespero.

Quando o autor analisa como vem sendo organizado o nosso espaço, sobretudo do homem ocidental, conclui que o espaço contemporâneo é descontínuo. Surge a cidade como manifestação de desordem e descontinuidade com problemas complementares inéditos. Existe um novo tipo de espaço organizado, tão impressionante pelas suas dimensões como ultrajante, impondo-se ao homem e arrasando tudo. Os espaços vizinhos também são descontínuos. Eis a delapidação do espaço. As cidades americanas são exemplos de descontinuidade do espaço organizado. Nesta matéria, o autor deixa a ideia de desordem contemporânea sem solução. A cidade torna-se um caos e as suas consequências passam a causa do mesmo caos. Existe uma dissociação da natureza e uma tentativa de a dominar. A característica de insatisfação das cidades leva-as a exigir sempre do homem e a provocar a rarefação em seu redor. As cidades apresentam muitos aspetos negativos quer como condicionada, quer como condicionante.

Posto este cenário e á medida que os problemas da cidade aumentam e são consciencializados, a necessidade de planeamento intensifica-se, mas deve ser controlada. Segundo indica o autor a solução para resolver este caos passa pela colaboração e necessita grande número de técnico e obriga a que o planeamento económico acompanhe o planeamento do território, pois, se o segundo não estiver bem definido, pode afetar o primeiro.

O autor adverte que, apesar de considerar caótica a situação da cidade, existem já sinais de tentativa de solucionar os problemas que passam também pela revisão que o homem contemporâneo faz de si próprio, incluindo o espaço organizado que o envolve. Para corrigir o espaço organizado anula formas negativas e introduz formas que o valorizem.

Numa época de extremos e opostos como a nossa, surge o formalismo em oposição ao funcionalismo. Em exemplo disso, aparece a arquitetura funcional que se caracteriza pela falta de individualismo, pois servia qualquer homem e qualquer lugar indiferentemente, e contemporaneamente com esta surge a arquitetura orgânica que esquece os outros devido à sua individualidade, assim se verifica a dificuldade de

encontrar um ponto de equilíbrio. Só será possível atingir o equilíbrio quando o homem atingir o seu. Parece utópica a visão de todos trabalharem para um mesmo fim.

Indica o autor que, quando analisamos cidades ou espaços, esta análise deve ser feita de forma geral, sob pena de estarmos a analisar uma amostra que seja a exceção e não a regra. Assim, partindo do estado da organização do espaço, podemos afirmar que o homem ocupou o espaço e não o organizou.

Com a produção industrial os objetos perdem qualidade e por vezes utilidade e a produção artesanal copia modelos do passado, dando aqui origem à descontinuidade e delapidação do espaço. Por outro lado, a indústria, contrariamente ao método artesanal, favorece o fator económico (menos custos) e liberta o homem para pensar (ocupando menos tempo), podendo assim dedicar-se a repensar a organização do espaço.

Deste modo o autor aponta que, apesar do caos, existe esperança e, apesar dos obstáculos, a obtenção da harmonia do espaço organizado constitui um dos grandes objetivos do homem contemporâneo. (Távora, 2008, p. 29-46)

A organização do espaço português contemporâneo é abordada agora pelo autor com base nas análises anteriores e permitindo que o leitor tenha a perceção exata do que documenta neste capítulo.

Segundo o autor, não existem registos da evolução da organização do espaço português, mas considera dramática a atual situação. Relata ainda que o espaço passado é de quase total harmonia e esta visão de harmonia do passado deve-se em muito à desarmonia de hoje. O autor para analisar este estado do espaço organizado português trata fundamentalmente de urbanismo e arquitetura. Aponta como principal causa de desequilíbrio a existência de dois polos urbanos como Lisboa e Porto.

A ocupação da cidade de Lisboa agrava a sua própria situação e da zona que a rodeia assim como do resto do país. Como medida de correção, deve recorrer-se a uma política de urbanismo a aplicar a Lisboa e ao resto do país. Constata-se assim a ausência de planeamento do país e a urgência de que esse planeamento satisfaça as suas necessidades e tenha um enquadramento regional. Este planeamento regional é importante até por questões económicas. Por demora em solucionar esta questão, o planeamento físico do território tem evoluído do particular para o geral, ou seja,

contrariando a lógica. Muitos planos de urbanismo existentes estão ultrapassados por diversas razões. Os planos devem ter sentido dinâmico e é importante criar condições para planejar o espaço, quer legalmente, quer através de gabinetes de urbanização. Devem verificar-se os limites das zonas a planejar, estes devem ser coerentes com as possibilidades da região e procurar evitar a delapidação periférica.

No nosso país existe um problema de enquadramento do urbanismo com a arquitetura. A arquitetura distancia-se da circunstância, quando tem o papel de a resolver.

Surgem diversos problemas por falta de análise da relação técnica de construção e economia da construção e porque a construção não satisfaz a necessidade do homem. Não se estuda o espaço a que as obras se destinam e utiliza-se o critério do gosto sem enquadramento, o que implica ausência de razão. Isto é resultado de não se saber o que se quer. Outro ponto a ter em consideração é o da construção de obras novas junto de obras antigas de valor.

Verifica-se assim que, contrariamente ao pressuposto, é a carência económica que tem dificultado o degradar da situação.

O autor esclarece ainda, em forma de advertência, que o edifício deve ter uma relação de equilíbrio com o seu sítio. O espaço no passado caracterizava-se por um equilíbrio que não se verifica atualmente.

Para tentar solucionar estas situações, o autor indica que deveriam existir comissões para supervisionar de modo geral o enquadramento. O problema, desta forma, volta-se para o campo da educação com vista a controlar a organização do espaço, mas existe interferência negativa de outros elementos que a arquitetura não controla. Assim devemos aproveitar o melhor da circunstância atual.

O autor faz também referência ao facto da organização do espaço ser condicionada economicamente, dando por isso origem à sua descontinuidade. Surge então a industrialização para solucionar a questão económica. Mas com o crescimento industrial surgem edifícios industriais sem planeamento, causando graves incidências sobre o espaço, o que pode acabar por prejudicar o crescimento económico. Do mesmo modo podemos analisar a situação da habitação e referir que esta surge como agente da delapidação do espaço.

Por questões económicas a construção associa-se à indústria, esta ajuda a manter a qualidade e possibilita a quantidade. O autor alerta para a necessidade da colaboração entre todos para vencer as dificuldades neste sector.

Considerando que as questões de ordem cultural e económica estão relacionadas, o desequilíbrio de uma conduz ao desequilíbrio da outra, e aqui o autor refere que a falta de cultura também implica a falta de organização do espaço. Assim, sem se ultrapassar a questão económica, é impossível ultrapassar a questão da organização.

No passado existia cultura, o que permitia manter o espaço organizado. Apesar de não ser feita por arquitetos, a organização respeitava a continuidade. Em relação a esta situação o autor indica que é importante que o arquiteto atual retire do passado o essencial tal como a unidade, coesão, equilíbrio, integração.

O homem contemporâneo surge distanciado de si próprio, assim apresenta-se a educação como um dos meios para integrar, reestruturar e para construir. A desintegração da cultura leva a aceitar facilmente outras culturas. Aqui fica implícito que os que têm mais conhecimento têm a obrigação de contribuir positivamente, colaborando e educando até pela influência que podem ter sobre os outros. É através da educação e da colaboração que podemos reencontrar a forma de organizar o espaço continuamente.

Referenciando o processo de controlo na organização do espaço, o autor salienta que este deverá existir, mas na sua medida exata, pois não resolve a situação por si só. A situação carece da colaboração intensa de todas as partes integrantes do processo da organização do espaço. O autor faz uma outra observação importante quando refere que a distância de formação entre os agentes dificulta a colaboração. Também a ausência da formação de urbanistas, tendo em conta a importância do urbanismo neste processo, e a investigação sobre a organização do espaço são apontadas como fundamentais.

O autor conclui este capítulo constatando que nunca estivemos tão mal e que a razão desta situação se deve a fatores de ordem externa para os quais existe esperança e fatores de ordem interna, onde existe muito trabalho a desenvolver e que só com a colaboração de todos se pode contornar a situação e encontrar a harmonia e consequente felicidade. (Távora, 2008, p. 47-72)

No último capítulo o autor aponta a posição do arquiteto em todo este processo, recordando várias questões fundamentais, como por exemplo que a forma criada é o prolongamento do homem com os seus defeitos e qualidades. O arquiteto tem responsabilidade na organização do espaço enquanto criador de formas, deve trabalhar para a sociedade e não em seu benefício e servir a mesma, intervém em diversos campos, deve ser consciencioso, conhecer a circunstância e fazer parte dela, deve educar, colaborar, valorizar o positivo e ser sempre aluno, deve ser humilde e conhecer o homem em geral, deve ser homem organizador do espaço, criador de felicidade.

Pode concluir-se que o autor, com a sua obra, ajuda-nos a compreender melhor o espaço que hoje conhecemos e a razão do seu estado. A exposição feita durante a obra permite ao leitor tomar consciência da situação abordada no texto e ter a plena noção do processo a seguir para a resolver. Faz uma caracterização do espaço e de como deve ser organizado, considerações a ter quando se faz tal organização e que circunstâncias devemos respeitar. Expõe a situação do homem contemporâneo e a situação do nosso país neste mesmo contexto. Indica-nos o percurso a seguir e alerta os principais intervenientes da sua real função e responsabilidade neste processo. Após a análise deste livro, podemos dizer que ficamos enriquecidos quanto ao tema descrito e que possivelmente, se alguma vez formos intervenientes sob qualquer forma, teremos já em consideração algumas coordenadas dadas pelo autor.

Esta obra é fundamental para compreendermos a realidade em que se encontra a organização do espaço, ao mesmo tempo que é elucidativa das dificuldades do percurso a efetuar para corrigir uma situação da qual somos responsáveis e da qual depende o nosso bem-estar. (Távora, 2008, p. 73-75)

De acordo com Nuno Portas em “A cidade como arquitectura”, a arquitetura encontra-se atualmente ausente no processo de transformação do território, conforme se verificava com Le Corbusier, Rossi³⁹ da arquitetura da cidade, Gregotti⁴⁰ do território da arquitetura, Blasi⁴¹ da estrutura urbana da arquitetura, ou Smithson⁴² do

³⁹ Aldo Rossi (Milão, 3 de Maio de 1931 — Milão, 4 de Setembro de 1997) foi um arquiteto e teórico italiano. Em 1959 licenciou-se em arquitetura pela Escola Politécnica de Milão.

Era conhecido por usar formas puras: cubos, esferas, cones, etc.

⁴⁰ Vittorio Gregotti (Novara, 1927) é um arquiteto italiano e chefe do estúdio Gregotti Associati, responsável por vários projetos importantes como o do Estádio Olímpico de Barcelona, o Centro Cultural de Belém em Lisboa, o Teatro Arcimboldi de Milão e vários campos universitários, como o da Universidade da Calábria.

⁴¹ Cesare Blasi, autor de “Struttura Urbana dell Architettura”, 1968

estruturando cidade. A reflexão sobre a estrutura urbana situa-se entre a crítica e uma realidade nacional demasiado feia e a teoria enunciada sem existir o conforto da experiência que tem sido retirada ao arquiteto na oportunidade de fazer cidade. A arquitetura urbana é uma disciplina em refundação, com uma nova dimensão figurativa de intervenção no território. Os novos arquitetos deverão ser preparados ou provocados para compreender o que implica a quase mítica vontade de dar estrutura e forma a toda a escala do espaço arquitetónico, mostrando-a a um tempo continua e diferenciada, desde o objeto que se desloca no ambiente, à edificação que o designa, à urbe que o relaciona em definitivo com o território que excede. Será necessário que exista a agilidade que implica compor para a mobilidade e a mudança como, dialeticamente, para o duradouro estabelecimento de sítios, significativamente ancorados e ancorantes.

É fundamental ter consciência da necessidade de uma mudança de ótica, a resolver pela educação permanente quando os problemas da arquitetura atual se põem na escala urbana e na conceção de sistemas funcionais novos que põem tipologias tradicionais sob revisão. Na arquitetura urbana todos os edifícios devem fazer cidade, toda a estrutura deve ser parte da morfologia urbana, evitando a diferenciação e o individualismo.

Contudo as cidades, ou não cidades, que habitamos permanecem mal estruturadas e feias. Muitos técnicos procuram alterar esta situação mas, como este processo se desenvolve sem procurar entender a verdadeira questão urbana, o resultado é o de cidades ainda mais dilaceradas ou sem forma, sem vulto, um vulto que é conceção, estrutura, projeto, desenho e desígnio.

A cidade precisa de cada vez mais arquitetura e nenhum técnico sectorial a pode formar como estrutura de serviço e significação que é. A história tem demonstrado que a intervenção das técnicas coincide com a desestruturação e morte do urbano. O arquiteto que com alguma inconsciência se auto-atribui a qualificação de homem de síntese, se realmente quiser devolver à cidade da era da técnica e dos técnicos dos fenómenos complexos de cuja solução há que dar conta, deve esforçar-se numa

⁴² Peter Smithson (18 Setembro de 1923 - 3 Março de 2003) Os arquitetos ingleses Alison Smithson (22 de Junho de 1928-16 de agosto de 1993) e Peter Smithson (18 de setembro de 1923 - 3 de Março 2003) formaram uma das mais importantes parcerias na arquitectura do século XX, associada com o Novo Brutalismo. Foram, juntamente com Aldo van Eyck, Jacob Bakema, George Candilis, Shadrac Wood, entre outros, os grandes propulsores de reformas no pensamento arquitetónico dos anos 1950. Peter Smithson nasceu em Stockton-on-Tees, nordeste da Inglaterra.

alteração da sua formação, procurando uma nova posição na edificação de cidade. O arquiteto deve perceber se o seu papel enquanto arquiteto se limita a projetista de edifícios isolados ou de edifícios de exceção. O arquiteto deve perceber se se esgota aí a sua ação e competência, quando o essencial e o normal habitat ou cidade se decidem ao seu lado, sem a sua necessária intervenção. O arquiteto não pode adiar o seu projeto em função de uma alteração contextual, no campo político, social e tecnológico, pois pode correr o risco de se tornar um “fugitivo” e não dar à sua comunidade a sua ideia do que deveriam ser as estruturas físicas possíveis de que ela carece, pois só mediante os seus projetos podemos perceber a importância dos mesmos. É a exibição do seu trabalho que lhe permite o valor da contestação, considerando sempre que deve ser razoável e objetivo nas suas propostas, não correndo o risco de se tornar incompetente na sua função. O arquiteto não deve ser passivo no contexto que lhe é fornecido, devendo antes contestá-lo, sob pena de se tornar oportunista e conformado, servindo-se e não servindo a sua comunidade e negando os princípios éticos e a metodologia da arquitetura moderna. (Portas, 2011, p. 13-19)

3. O ESPAÇO REABILITADO

3.1. A INTERVENÇÃO NA ARQUITETURA DO PASSADO

Intervir na arquitetura do passado sempre despertou o interesse do homem, como tema apaixonante que é e conduziu a um forte debate.

Podemos afirmar que cada obra constitui um caso singular, único com todas as suas vicissitudes, as suas especificidades e os seus momentos de plenitude. Mesmo partindo do pressuposto que existem práticas tipificadas, metodológicas e métodos teóricos semelhantes, cada edifício antigo carrega as suas próprias histórias, vivências e fantasmas ou surpresas provocadas pelos vestígios encontrados. O resultado destas intervenções é sempre uma incógnita que surge como resultado das opções que se tomam em função da complicada gestão, da conjugação dos fatores exógenos, com os fatores endógenos.

Com o Renascimento aparece uma outra atitude de intervenção que até então não existia. Até este período as intervenções sucederam-se sem grandes complexos, sem qualquer sensibilidade pelas pré-existências, eram por regra resultantes da simples necessidade de atualização funcional. É este o primeiro período da história que de facto procura estabelecer um criterioso diálogo entre a arquitetura nova e a arquitetura pré-existente. Com isto surgem várias correntes de pensamentos. As cartas de restauro que estabeleceram bases doutrinárias são formalizadas, constituindo a “Carta de Veneza” (de 1964) uma importante referência com muitos dos princípios que enuncia a prevalecerem ainda válidos nas atuais intervenções.

As intervenções de reabilitação tornaram-se mais frequentes nas últimas décadas, pelo estado de abandono a que esteve sujeito o nosso património, pelas aceleradas e contínuas alterações do contexto económico e cultural, ou pelas necessidades de conforto e dos hábitos e estilos de vida, dos recursos técnicos e tecnológicos.

Tendo isto em consideração, o trabalho dos arquitetos tem vindo a orientar-se nessa direção. E quando, neste contexto, os projetos incidem sobre o património classificado, os defensores da mínima intervenção e aqueles que advogam o “restauro crítico”, apesar de no passado o debate sobre esta temática, ter sido mais duro e fundamentalista, ainda conseguem levantar pertinentes polémicas. Para alguns arquitetos o confronto com a necessidade de intervir, terá de partir da consideração de

que cada caso é um caso, pois cada edifício tem a sua própria especificidade, isto sempre sem negligenciar uma importante componente, o seu passado. E quando a reutilização de um edifício implica a introdução de novos elementos, estes arquitetos procuram perceber de forma cuidada o modo das novas estruturas se conjugarem com as antigas. Por regra, é assumido um contraste linguístico/formal entre o velho e o novo, com a introdução de novos elementos arquitetónicos, gerando-se assim uma distância das posturas miméticas que pela mais variadas ocasiões desvirtuaram e falsificaram o legado histórico das gerações que nos antecederam.

Para os defensores desta teoria, intervir é o mesmo que (re) projetar, o que exige um posicionamento que questione de forma crítica, sempre acompanhada de um conhecimento histórico e arquitetónico rigoroso do edifício sobre o qual se pretende intervir. Este momento exige uma análise crítica e sensível das qualidades que se devem preservar e assim delinear uma estratégia para a intervenção, que pode mesmo resultar na conclusão de que será melhor não intervir.

A reabilitação do património é fundamental enquanto instrumento que assegura a manutenção da memória coletiva que importa transpor para gerações futuras, implicando este desígnio um esforço consciente e responsável de todos os agentes, privados e públicos. (Campos, 2012, p. 6)

3.2. ESPAÇOS E EDIFÍCIOS REABILITADOS – PARA QUE SERVE E O QUE REPRESENTA O PATRIMÓNIO?

O tempo é seguramente uma abstracção constante que nos envolve como um fluído mágico. É por isso um auspicioso e incógnito caleidoscópio, onde se espreitam, potenciam e revelam oportunidades onde nos posicionamos no espaço por este regulado.

O tempo da nossa existência não deve ficar como que suspenso por imposição de um qualquer decreto-lei ou por conformismo de uma visão mesquinha, político-económica de um momento de crise, mergulhando-nos num estado ilusório e depressivo pois observamos a sua silenciosa e inexorável passagem sobre o património construído tal como o sentimos sobre todos os seres vivos.

O património enquanto coisa física dinâmica, tem efectivamente no tempo um dos mais delicados fatores de perturbação e/ou “salvação”. Esta circunstancia só se percebe por via do interesse do homem em se constituir no seu verdadeiro centro geográfico, enquanto agente de validação e regeneração, conjugando os fatores culturais e tecnológicos que levam à sua permanência qualificada.

Só o homem, sábio, dispõem de uma ética de intervenção, também ela em movimento sobre o património e só ele o poderá reger como uma partitura através de um conjunto alargado de intérpretes cujo desempenho confere sentido técnico e elevação estética a um ideal de beleza e bem-estar que transmitem.

Cada unidade do tempo que nos alcança revela-nos o nosso posicionamento num determinado contexto ético e estético. Em consequência e face à elevada acumulação nos últimos dois séculos de tantos bens patrimoniais, quer em grandes unidades urbanas, edifícios notáveis e como também em espaços públicos de sociabilização, que destino temos para eles na atualidade? Farão sentido ainda na nossa vida atual? Todos têm lugar? Temos critérios objetivos e subjetivos válidos para suportar as escolhas para o presente e para o futuro? Atualmente para sermos modernos temos de incorporar parte ou o todo antigo herdado? E com que critérios e expressões? O património humaniza a sociedade? Mas então o que é o património e que importância tem efetivamente nas nossas atuais vidas? Existe um ideal de património só porque existe património? O património é a alma nostálgica do homem perante si próprio? (Mestre, 2012, p. 9)

Conforme este texto, que expõe de forma vertiginosa a posição do homem perante a intervenção no património, podemos verificar como ainda são diversas as questões mediante o debate que se pretende. Será que na atualidade perante tantas certezas que buscamos, continuamos na incerteza do caminho a percorrer? Só sendo críticos a cada passo, só tendo a capacidade de ouvir e assumir as nossas dúvidas, só com a consciência da dificuldade de perceber qual o percurso, podemos desenhar uma estratégia com garantias, adequada e sustentada para a intervenção num quadro com estas características, no quadro da reabilitação e valorização do património. É com este perfil que podemos almejar um objetivo que não nos há de descaracterizar na nossa identidade que percebemos do passado e procuramos para o futuro. É com certeza um desafio que pretende ser sério e para o qual o arquiteto se deve informar, para que na sua intervenção se encontre a justificação exigida pela mesma, sem que exista a necessidade de rever a sua posição mediante tal tarefa por si levada a cabo.

3.3. QUESTÕES, ESTRATÉGIA E MÉTODO

“Nenhuma restauração se deve empreender, nem se deve autorizar sem que previamente se define, bem precisa e bem nitidamente, qual o fim de utilidade social a que esse trabalho se consagra (...)” (Ortigão *apud* Aguiar, 1998, p. 1)

Guimarães é uma referência quando tratamos da intervenção de conservação do património urbano, pois procura reabilitação para as pessoas e pelas pessoas,

evitando a gentrificação⁴³, promovendo a conservação estrita dos valores identitários e de autenticidade, preservando as qualidades referenciais existentes na arquitetura da cidade histórica, transportando-as para um território subjugado a um desmedido processo orientado para o desenvolvimento e para a transformação. Preocupa-se com a viabilidade da continuidade das permanências essenciais de longo prazo, considerando a cidade enquanto monumento, na estrutura da sua morfologia e tipologia fundiária, conservando as qualidades formais que esta tem enraizadas, a arquitetura erudita e vernácula que com o tempo edificou o seu “Centro Histórico”, mas acompanhada em simultâneo pela preocupação de integrar as novas oportunidades e resolver de forma eficaz as contrariedades.

A intervenção no património e no espaço é fundamental o processo estratégico de “conservação do património urbano”, de forma sustentada, no lugar da “renovação urbana”, dos anos sessenta e da “reabilitação urbana” dos anos setenta e sessenta, muito apoiada na reabilitação fachadista⁴⁴. É necessário combater o planeamento rígido baseado em negativismos regulamentares, que não acompanha o presente, através da prática de projeto e desenho em tempo real, uma perspetiva positiva.

É num processo com estas características, importante estabelecer regras claras de gestão, que favorecem os licenciamentos, que potencia a iniciativa particular, que promova a negociação com os proprietários e com os autores dos projetos, evitando a demolição e a reconstrução em betão e assim recusar o fachadismo, que continua a ser encarado como a solução ideal de projeto a aplicar nos centros históricos.

Esta política estratégica de conservação do património urbano é acompanhada de vantagens, com a redução de tempo na aprovação de processos, na determinação dos critérios a adotar mediante as diferentes situações e na orquestração de políticas e na coerência na gestão patrimonial.

⁴³ Chama-se gentrificação, a uma tradução literal do inglês "gentrification", que não consta nos dicionários de português, o fenómeno que afeta uma região ou bairro pela alteração das dinâmicas da composição do local, tal como novos pontos comerciais ou construção de novos edifícios, valorizando a região e afetando a população de baixa renda local. Tal valorização é seguida de um aumento de custos de bens e serviços, dificultando a permanência de antigos moradores de renda insuficiente para sua manutenção no local cuja realidade foi alterada.

⁴⁴ Entendendo fachadismo como a demolição de antigos edifícios e sua substituição por construções novas, com profundas mudanças tipológicas, volumétricas, estruturais e construtivas, onde a antiga fachada sobre a rua principal é preservada de forma acrítica, ou é reconstruída numa imitação forçada da antiga.

O quadro de atuação deve basear-se no propiciar da adaptação do núcleo urbano histórico aos atuais modos de vida e às suas mais estritas exigências de segurança e conforto, conservando a sua identidade, para que, para além da arquitetura, importa conservar a população residente, promovendo a recuperação e beneficiação das habitações.

Canalizar o investimento para a requalificação dos espaços públicos, equipamentos, infraestruturas, com a intensão de cativar o interesse privado. Com resultado, estes espaços aumentam a qualidade da sua arquitetura, a capacidade de funcionar como polos de atração da população que originam o encontro humano, promovendo a intergeracionalidade e a reabilitação tanto na forma como na função, tornando o espaço num todo, anulando as diferenças entre os centros e as periferias e gerando capacidades antes desconhecidas nas mesmas.

Numa conservação do património urbano, não se deve apelar ao excesso de projeto. As intervenções nos edifícios privados devem seguir uma lógica de um restauro e beneficiação cautelosa, evitando a renovação excessiva, nem o poder público deve substituir a economia privada, comprando para alugar ou (re) vender, salvo quando compete a este proteger o seu próprio património, não se convertendo num gestor de um imenso património, anulando os recursos necessários à continuidade de novas operações de intervenção e conservação, num processo longo.

A atração deve ser parcelar, evitando o reordenamento cadastral, que quando altera de forma significativa a sua tipologia, origina a descaracterização e transformação do património urbano. Esta gestão de intervenção associada ao controlo do “skyline” que evita o aumento do volume construído, viabiliza economicamente e arquitetonicamente o processo, preservando a memória do lugar e a sua continuidade, tornando-se sustentável de conservação e não de negação ao processo da sua própria história.

A intervenção é participada, com uma estratégia de marketing territorial que promove a análise no local, com consulta à população, num trabalho de reconhecimento das capacidades económicas e do grau de intervenção, conforme o estado de conservação e solvência do processo, tendo em consideração os poucos recursos de financiamento do estado, o que vinca a ponderação das intervenções. Os espaços urbanos que acolhem unanimidade na sua importância funcional e na organização do espaço, devem ser privilegiados nas atuações.

Conservar a Cidade Histórica é trabalhar com a população e para a sua população. A gestão da cidade histórica e a sua operacionalização é decisiva para a salvaguarda do património urbano, mais do que a regulamentação ou o plano que se lhe destina. Esta questão depende do interesse e participação dos atores das cidades. O projeto deve ter como base a realidade, desenhar com base nas necessidades das populações e resolver as questões pelo desenho, percebendo cada diferente realidade, cativando as populações e capitalizando resultados, num processo que se constrói a cada intervenção, testando, avaliando, corrigindo, elaborando num método que se justifica perante todos.

Quando falamos da requalificação dos espaços públicos como motor de reinteresse privado, percebemos que o controlo, o estímulo e o apoio técnico às iniciativas particulares, primeiro, a conservação, restauro e a reabilitação modelar do património e dos edifícios de responsabilidade municipal, seguida da requalificação dos espaços públicos, são a estratégia operacional num processo destes. A melhoria dos espaços públicos em áreas históricas tem consequências diretas na qualidade residencial das mesmas.

Na cidade histórica, o espaço público e os seus equipamentos, sempre foram apropriados pelos espaços privados, funcionando como parte dos mesmos, sendo um todo, por todos vivido. Com base neste pressuposto os espaços públicos devem ser alvo de intervenções muito qualificadas e criteriosas, de acordo com o texto de José Aguiar⁴⁵, quando trata o tema da estratégia e método na experiência de reabilitação urbana considerando a cidade de Guimarães como exemplo. (Aguiar, 1998, p.1-219)

3.4. ESPAÇO ARQUITETÓNICO: LUGARES PRATICADOS E LUGARES DE MEMÓRIA

A evolução do ocidente, ao nível do edificado, teve como por base o princípio unitário da ordem. Porém, atualmente, a desordem procura abraçar tanto a natureza como todo o mundo artificial construído pelo homem. O período complexo contemporâneo implica um novo reconhecimento da realidade para reorganizar os instrumentos disciplinares necessários à sua simplificação.

⁴⁵ Arquitecto, Doutor em Conservação do Património Arquitectónico pela U.E., Investigador Auxiliar do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC).

Na nossa civilização a desordem permitiu sempre a evolução, sendo esta que originou a necessidade de fazer arquitetura para satisfazer as necessidades práticas do homem. Contudo a desordem, o caos, alargou-se ao caos artificial que é a cidade, obrigando o homem a coexistir com ele através da experiência metropolitana.

Não compartilhamos o comprazimento quase geral provocado pela consideração conformista da “desordem” como produto natural de um sistema imutável e sem alternativa, posição que nos coloca numa serena e passiva análise de factos consumados, como se aquela desordem fosse importante, interessante e bela.

A esta rotura entre o passado e o presente, que se descreve pelas leis do mercado, que nós chamamos desordem ou fenómeno acelerado e generalizado de urbanização difusa.

Esta desordem continua a representar no terreno a imperfeição social, a exclusão, a desigualdade, o desemprego, todos os efeitos de um desenvolvimento desequilibrado, do liberalismo selvagem, do abandono de terras, fábricas, palácios, dos centros históricos das cidades, do apagamento dos lugares.

Na questão atual a arquitetura deve ser ética e acreditar no desenho da cidade apoiado na participação cidadã. É importante perceber que existe atualmente a capacidade de nos questionarmos e perceber a exigência deste período no combate aos não-lugares que se perfilam no nosso mundo.

O termo “centro-histórico” constitui em si mesmo uma armadilha, uma vez que se desliga do resto da cidade. Todo o espaço pertence à cidade e toda a cidade é constituída por elementos que herdamos da sua história.

A história interessa aos arquitetos, particularmente quando alguns dos seus aspetos ajudam a reconhecer o território para o exercício disciplinar. Assim, como este exercício surge da capacidade de imaginar soluções para o futuro, são estas eventuais soluções que fornecem a matriz analítica, ou seja, são estas que condicionam, definem e limitam o campo de análise, não sendo, assim, toda a história que interessa.

É assim, mesmo ficando o futuro da cidade, como facto social por excelência, é, ainda, numa nebulosa, sem contornos claros, através do processo da evidência que o desenho permite, num processo que o vai conformando, encaminhando-o para a definição rigorosa. É o nosso desígnio que vai evidenciando a necessidade de análise:

a história e todas as outras, as geográficas, as morfotipológicas ou sociológicas e antropológicas, ou as políticas por estarmos a atuar no campo dos direitos dos cidadãos.

Com esta abordagem, fica implícita a não consideração de qualquer fatalidade inelutável para o desenho do território em transformação, que colocaria de parte a necessidade de intervenção do arquiteto, que se alargaria possivelmente aos centros históricos, que se encontram num estado estabilizado e a conservar, dada a sua classificação patrimonial, que os acredita como lugares especiais, bem definidos e delimitados, protegidos da vontade desenfreada, seja da especulação ou do exercício das necessidades vitais da contemporaneidade. A separação dos centros históricos do contexto mais alargado da cidade em expansão, tem originado pelas mais diversas ocasiões a opção menos correta, isto é, os maiores equívocos.

Tomando em consideração estas questões, surge de forma sustentada a ambição e necessidade de refletir de forma livre e sem as condicionantes que tantas vezes nos aprisionam.

[...] falar das pedras velhas, deixando as novas para a cartografia do difuso ou para os livros de Álvaro Domingues⁴⁶, aproveitando para tentar discutir os conceitos subjacentes à frase da contracapa do livro citado na nota que aqui reproduzimos: O urbano é um «exterior» desconfiado e instável, por contraposição à imagem da cidade amuralhada. Tratando, num primeiro lugar, dos processos analíticos na sua relação com o projecto, temos a convicção de que, mesmo que baseemos a análise da cidade em técnicas e procedimentos aparentemente objectivos, isso não impede que aquela não seja tomada pelo desejo, pela imaginação e pela recordação. É aí que residirá a chave que nos permite considerar a análise como parte do projeto. (Costa, 2013, p. 10)

Aqui, a análise assume-se como redescrição, é o mesmo que redescrever. É unicamente com um trabalho rigoroso de redescrição da cidade que podemos almejar conhecer a substância que tem adjacente. A interpretação da cidade depende de observar, imaginar e projetar, pressupondo uma ideia de transformação e de projeto. A mistura entre rigor e invenção facilita a interpretação da relação análise/projeto.

A relação, ou ligação que estabelecemos com a cidade e a sua condição enigmática, originam um processo pouco estável e de complexidade considerável. O mesmo reside simultaneamente na cumplicidade e ao mesmo tempo deriva na repreensão. Mas, a experiência que vamos tendo, resultado da nossa vivência da cidade, vai

⁴⁶ Álvaro Domingues nasceu em Melgaço, em 1959. Geógrafo pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto

converter-se numa construção imaginária, à qual podemos e devemos dar forma. É importante acreditar no exercício da arquitetura, desde que exista a coragem e vontade de voltar a falar de política, pois só deste modo se pode desbloquear este processo e garantir que a arquitetura é fundamental para o bom resultado do mesmo. (Costa, 2013, p. 8-10)

4. REABILITAÇÃO E REUTILIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO

4.1. PRINCÍPIOS DA REABILITAÇÃO



Ilustração 22 – Fotografia de João Ferrand. (Freitas, 2013, p. 3)

As ações necessárias e suficientes de intervenção em edifícios para os tornar eficazes no que concerne às condições de conforto, funcionalidade e segurança, sem pôr em questão a arquitetura que o caracteriza, o seu sistema construtivo, ou a sua tipologia, são as ações que consideramos de reabilitação de edifícios. Na sua maioria, os projetos que se denominam como projetos de “reabilitação”, não o são de facto, uma vez que a intervenção que estes preveem implica a reconstrução integral destes edifícios no seu interior, com construção nova, conservando somente as suas paredes resistentes exteriores. Uma reabilitação com um processo com estas premissas resulta num processo bastante intrusivo e com um resultado pouco equilibrado.

Portugal subscreveu a “Carta da Cracóvia 2000 – Princípios para a Conservação e Restauro do Património Construído”, carta de recomendações internacionais, que é muito clara no reconhecimento do valor intrínseco ao sistema construtivo do edifício colocando o valor histórico e o valor artístico a par com outras áreas interessadas na conservação do património construído, nomeadamente com o valor arquitetónico. Conforme descrito nos princípios 1, 2 e 3 da Carta Cracóvia 2000, estabelece-se o que se deve compreender por uma boa prática de reabilitação, ou conservação de um edifício e a importância do necessário envolvimento e funcionamento de equipas multidisciplinares. Um pressuposto importante de um projeto que prevê uma intervenção de reabilitação é o de entender o edifício como um todo unitário e não como o resultado de um somatório de partes, no qual existem umas mais fundamentais e importantes para o edifício, que devem ser conservadas, conforme

ocorre correntemente com as fachadas e outras menos importantes que, por consequência, podem ser demolidas. Com o decorrer do tempo deixamos de dominar as práticas e técnicas antigas de construção, sendo assim complicado recorrer e encontrar mão-de-obra qualificada nestas áreas, o que dificulta a prática de ações de reabilitação e manutenção. São muitas vezes os estudos económicos, pouco fundamentados que apontam no sentido da demolição e reconstrução. Mas existem também situações em que simplesmente se aceita que o edifício não possui capacidade resistente para cumprir a função a que se destina, porque é antigo ou porque não se domina esta prática construtiva, sendo que na maior parte da vezes um diagnóstico rigoroso permite concluir que a estrutura se encontra em bom estado e que os materiais são de qualidade que permite a sua reabilitação. É importante referir que grande parte dos edifícios antigos degradados resultam do seu abandono e falta de manutenção e não da fraca qualidade construtiva ou dos materiais utilizados. (Freitas, 2012, p. 24)

4.2. PATRIMÓNIO MODERNO: A IMPORTÂNCIA DA SUA CONSERVAÇÃO E REUTILIZAÇÃO

A questão da reutilização do património moderno corrente ou que merece o reconhecimento como caso singular parte do pressuposto de que tanto a deterioração como as alterações nos edifícios demonstram a necessidade de adaptação e adequabilidade aos usos atuais, que hoje são expectáveis. Assim, um dos objetivos da recuperação poderá passar por encontrar um léxico específico, que conjugue simultaneamente, o carácter único do edifício a preservar e as diversas alterações que se desenvolveram na sua vivência. A legislação em vigor relativa à segurança, desempenho energético e conforto ambiental, posicionam as intervenções para a reutilização de forma equiparada às exigidas ao edificado novo, bloqueando por diversas situações, uma recuperação ponderada e qualificada.

O arquiteto encontra hoje uma grande oportunidade com o atual quadro da necessidade de preservação do património arquitetónico moderno.

A fórmula de construir no existente resulta do facto de que a enorme produção da construção recente nos confronta com objetos utilizados no limbo da crítica e da história. (Tostões, 2013, p. 46)

A reflexão sobre a conservação do património arquitetónico do Movimento Moderno promove a oportunidade de reutilizar edifícios que perderam a sua função original, que

podem ser material e tecnicamente obsoletos e já não cumprir as normas, que são sempre mais exigentes e penalizantes. Por isso coloca-se a questão sobre o seu valor patrimonial e se pode ser considerado um recurso económico ou social.

Sustentados na noção de que o património se modifica connosco, o projeto de reutilização assume-se com relevante importância, sendo possível encontrar nos edifícios correntes um recurso, que carece da nossa atenção no que concerne à qualidade, sustentabilidade e economia, da mesma forma que os monumentos reconhecidos. O edificado corrente, representa a maior percentagem de construção demonstrando a sua legitimidade a longo prazo, como conceito dotado de uma segura longevidade.

Quando abordamos a questão da intervenção no património moderno, percebemos que a problemática não é muito diversa da relativa ao património histórico, considerando que quando nos referimos a matéria patrimonial estamos a desenvolver um discurso universal com especificidades tipológicas, linguísticas e construtivas próprias de cada época. O que torna necessário o estabelecimento de critérios e medidas de intervenção, são as características próprias do património moderno, conceptuais, formais e programáticas. Podemos referir que a consciência da arquitetura do movimento moderno como património, é relativamente recente, facto que não invalida o importante debate sobre a sua valorização e conservação. (Tostões, 2013, p. 46)

4.3. PATRIMÓNIO URBANO: PRÁTICAS DE CONSERVAÇÃO E REABILITAÇÃO

A preservação do património arquitectónico é parte essencial da própria memória que o homem vai construindo e legando. A sua conservação e reabilitação é a arte de conciliar o desejável e o possível, justando o indispensável conhecimento ao bom senso que é ingrediente fundamental para o sucesso. (Appleton, 2013, p. 31)

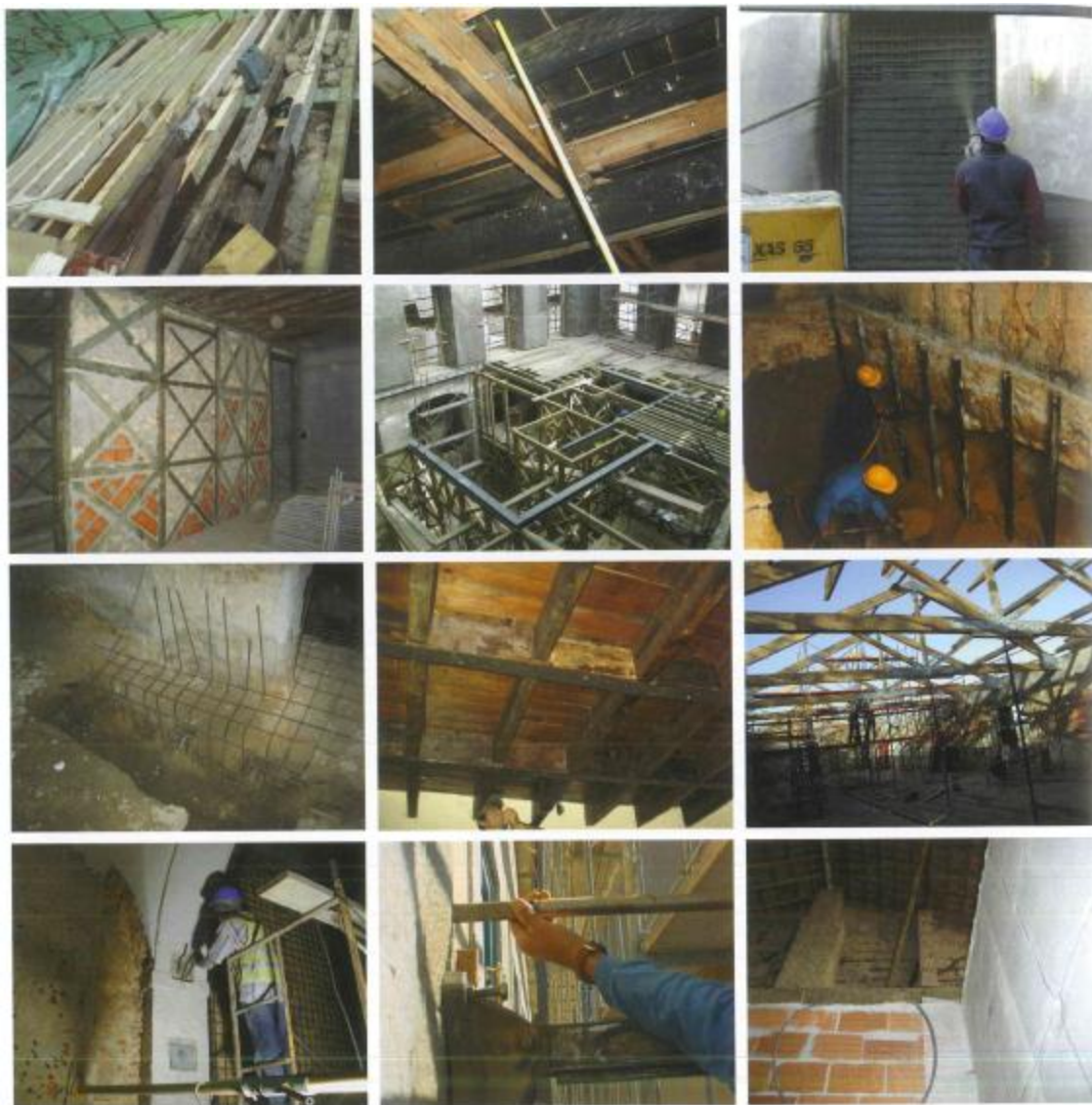


Ilustração 23 – Intervenções de reabilitação. (Appleton, 2013, p. 34)

Ultimamente temos assistido a uma transformação profunda no sector da construção civil em Portugal, que tem o seu reflexo no sector público e no sector privado, surgindo aqui, em simultâneo, diversos fenómenos que merecem ser referenciados. O volume de construção de edifícios novos atingiu valores consideráveis nas duas últimas décadas, tornando-se esta questão uma variável que altera o quadro de escassez que vigorava desde os anos sessenta do século XX, para um quadro de excesso de

habitação, considerando que muitas são segundas habitações, outras indiciando um elevado número de fogos devolutos. Num outro prisma de análise assistimos á incapacidade e falta de iniciativa que pode permitir a evolução do processo da construção de novas edificações, num contexto em que surge como razão principal a falta de capacidade financeira do país e o crédito inexistente para construir e comprar, resultando daqui a existência de excesso de casas construídas que permanecem desabitadas ou um processo de construção insustentável num panorama de crise.

Esta rotura no sector de mercado da construção edifícios novos, com consequências que no presente não podemos ainda quantificar, pode originar um efeito contrário, quando tratamos do sector que se refere à reabilitação de edifícios, nomeadamente habitacionais. Num enquadramento com estas características, a reabilitação, que diversas vezes foi indicada como fundamental na estratégia de pensar cidade, e que na realidade nunca se desenvolveu na escala que lhe era justificada, aferindo na prática resultados muito modestos, passa a ser encarada como futuro a considerar de forma séria para os projetistas e para a indústria da construção.

Sempre se justificou valorizar a reabilitação, mas considerando o período trágico em que se encontra a construção de edifícios novos, o processo de reabilitação assume um protagonismo do qual não deve abdicar. A reabilitação, e por maioria de razão, a conservação, é na maior parte dos casos uma opção inteligente e racional, seja no sector cultural, económico ou no que respeita a aspetos ambientais.

Mesmo considerando o património arquitetónico corrente, constituído por edifícios que individualmente se podem considerar sem valor patrimonial, mas que em conjunto assumem uma importância histórica e cultural de considerável relevo, devem ser adotadas regras de abordagem e assumidas metodologias de projeto e construção que através dos quais se atinjam os objetivos fundamentais, sejam, recuperar em bases economicamente sustentáveis o edificado existente, dotando-o ou voltando a dotar o mesmo de capacidades funcionais adequadas às necessidades contemporâneas, conservando o essencial do corpo e do espírito do objeto que foi intervencionado, por um processo que garante, com todas as componentes, a criação de uma nova unidade diferente da original.

Uma intervenção de conservação e reabilitação num edifício existente é um processo árduo e com diversas condicionantes, e que se torna mais complexo quanto mais

comum seja o edifício a intervir, uma vez que a singularidade e o valor intrínseco de objetos únicos ou singulares, os protege de operações mais intrusivas.

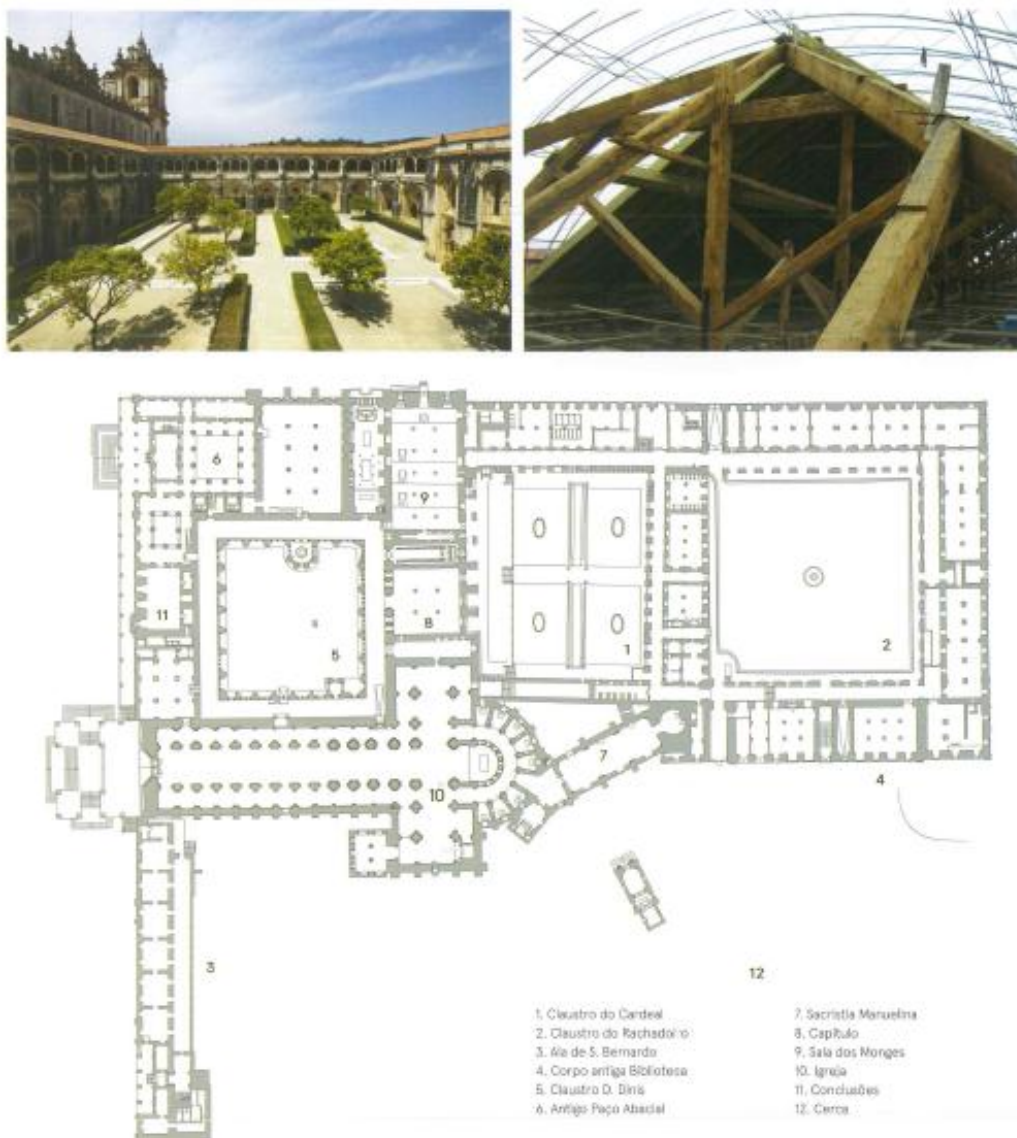


Ilustração 24 – “Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça”. (Appleton, 2013, p. 70)

É normal menosprezar o património corrente, conduzindo este procedimento à opção pela sua destruição, sem uma necessária justificação, acreditando ser esta a via mais simples, dado o seu aspeto vulgar. O princípio tem como base a justificação de que, uma vez que existem vários edifícios com as mesmas características, não é necessariamente fundamental nem importante conservar todos. Esta forma de abordar a questão, sem um critério rigoroso, como acontece em muitas cidades, constituídas por edifícios comuns, surge de igual modo no que concerne ao menosprezo cívico

pelo espaço público que é evidenciado quando se cospe ou se deita fora um pedaço de papel, para o chão.

É importante referir que neste processo complexo nos deparamos com diversas dificuldades e que entre elas, nas operações de efetiva reabilitação está a generalização das operações que por hipocrisia técnica e cultural, dá privilégio à demolição integral injustificada dos interiores, com a preservação exclusiva das fachadas principais, valorizando a cidade da aparência, do “fachadismo”, em que o que a rua mostra nada tem que ver com o que as casas escondem. Esta situação pode verificar-se, se o edifício em questão se encontra num estado de ruína, ou que já foi profundamente adulterado, ou quando a reconstrução integral de um edifício novo possa criar roturas arquitetónicas indesejáveis.

Tendo como foco principal as operações de reabilitação, incluindo ações de conservação, que não atinjam este extremo, que nem deveria ser considerado reabilitação, as dificuldades técnicas e éticas que surgem, expressam-se na diversidade e na complexidade da tarefa multidisciplinar que se impõe e na multiplicação do número e tipo de trabalhos, estudos e projetos que são necessários. Numa intervenção de reabilitação é importante uma boa análise às características do edificado, do ponto de vista construtivo e estrutural, com observação, registo e diagnóstico das anomalias que o afetam. O conhecer bem o objeto sobre o qual se vai intervir é uma necessidade tão lógica que não merecia ser referida, não fosse o caso de se verificar com frequência a forma displicente, pouco competente e eficaz com que este processo se desenvolve.

É com base no diagnóstico que se avaliam as condições de conservação e segurança em que o edifício existente se encontra. Este diagnóstico é fundamental para um eficaz desenvolvimento dos diversos projetos, como o de arquitetura, em particular, uma vez que identifica elementos que condicionam as opções arquitetónicas e outras, merecendo referência todos os que constituem o todo estrutural ou os que têm importância no que respeita ao seu carácter artístico e simbólico.

Da mesma forma que não basta um bom diagnóstico para poder garantir um bom projeto de reabilitação, também um estudo de diagnóstico deficiente impedirá o sucesso de um bom projeto, assumindo-se assim como fundamental este período de análise, que possibilitará a definição do percurso da reabilitação, com critérios adequados.

A concretização de uma operação de reabilitação apoia-se na fase de projeto. Para que o projeto resulte é necessário dispor de informação exaustiva e correta sobre o existente, adotando duas atitudes fundamentais que devem orientar a equipa multidisciplinar que se forma. A capacidade de trabalhar em grupo, usando as melhores competências de cada um, a humildade perante o edificado existente, com o necessário respeito pelos conhecimentos daqueles que antes o produziram. Esta postura de carácter menos objetivo, deve ser de grande rigor no desenvolvimento de todo o processo de projeto e construção.

Existe outro procedimento, embora com um carácter mais genérico, que diz respeito a um princípio fundamental para qualquer processo de reabilitação. Este procedimento diz respeito ao facto de ser o processo a adaptar-se ao objeto construído que é alvo da intervenção e à essência que o caracteriza e não o objeto a adaptar-se ao processo. Se em algum momento é o edifício que é obrigado a adaptar-se ao projeto, a operação entra num caminho de risco que a pode condenar ao insucesso, uma vez que será certa a degradação da sua unicidade e identidade original, sem que exista a preocupação de recriar outra, que respeite a inicial, que a transforme e enalteça.

É este problema que mais vezes leva à demolição do edifício com a preservação da fachada, como sinal da incapacidade de adaptação do edifício existente às novas exigências do programa proposto e consequentemente do desajustamento deste programa às características intrínsecas do existente, que são assim consideradas um obstáculo ao objetivo.

Numa análise mais tecnológica podemos referir que a reabilitação se movimenta numa área em que existem várias opções e em que surgem em contraponto de materiais e de tecnologias tradicionais, entendidas como as que replicam as pré-existentes e as soluções inovadoras, entendidas como as que se distinguem das tradicionais. Esta é uma questão constante e, quando se fala de reabilitação, em que parecem confrontar-se dois pontos de vista antagónicos, entre os conservacionistas, mais ou menos fundamentalistas, e reformistas que valorizam menos as questões patrimoniais. Estes antagonismos não têm razão de existir, sendo mesmo injustificados, criando equívocos que afetam o melhor desenvolvimento dos processos de reabilitação.

Podemos referir que o recurso exclusivo a materiais e tecnologias tradicionais não são garantia de uma intervenção bem-sucedida, do mesmo modo que a utilização de materiais e técnicas inovadoras, diferentes das tradicionais, não significa o desprezo

por estas e a sua utilização pode até ser fundamental para a preservação de outros valores fundamentais presentes no edificado.

Numa conservação, onde se segue de perto as características arquitetónicas e construtivas “originais” do existente, não se deve prescindir da introdução de alterações de melhoramento dos níveis de funcionalidade e desempenho, que dão origem à aproximação entre as ações de conservação e reabilitação. Nestas opções é fundamental o programa arquitetónico que pode ser mais exigente e excessivo e que implica a utilização de materiais de mais alto desempenho estrutural, tornando inviável o recurso exclusivo de soluções tradicionais.



Ilustração 25 – “Intervenções de reabilitação”. (Revista Património Numero Um, 2013, p. 32)

Na área estrutural, de uma forma especial, é necessário considerar a reabilitação como um exercício complexo de ponderação entre o que se pode e deve fazer, partindo de uma atitude mais abrangente de reflexão que, baseada no bom senso e nos conhecimentos técnicos e científicos, enriquece todo este processo. É importante aqui salientar novamente a importância de multidisciplinariedade que a reabilitação implica, que consagra a participação de agentes que normalmente estão ausentes dos projetos, como historiadores, historiadores de arte, arqueólogos, conservadores-restauradores, cuja atuação impõem limitações ao processo de decisão que na maior parte dos casos é unicamente tecnocrática ou económico-financeira.

São estes os pressupostos que permitem falar em intervenções exemplares, seja na fase de execução ou na fase de projeto. O modelo de pensamento que se deve estabelecer para as intervenções estruturais deve estender-se a todas as atividades em que consiste a operação de reabilitação. Este princípio orientador vai enfrentar um vasto conjunto de problemas associados à forma como se interpretam os regulamentos técnicos que vigoram atualmente, pensados e elaborados para a edificação de edifícios novos que, quando aplicada a operações de reabilitação, pode resultar na destruição do valor patrimonial dos edifícios em questão.

O tema da reabilitação é cada vez mais um tema central, sendo este um dos indícios de que o âmbito de atuação sofreu alterações, e que aqueles que surgem hoje em minoria formam a guarda avançada de uma postura que vencerá os preconceitos, conduzindo a um interesse a cada momento maior e entusiasta, por este tipo de intervenções. (Appleton, 2013, p. 30-35)



Ilustração 26 – “Mosteiro de Santa Maria de Salzedas, aspecto geral dos trabalhos de recuperação da noviciaria e a sua adaptação a núcleo museológico”. (Revista Património Numero Um, 2013, p. 103)

4.4. EDIFÍCIOS ANTIGOS



Ilustração 27 – “Fotografia de João Ferrand”. (Freitas, 2013, p. 21)

O património monumental, os edifícios classificados e o património edificado corrente, em que os materiais dominantes são a pedra, a madeira, a cal e o vidro, são aqueles que consideramos edifícios antigos. São edifícios que foram construídos antes da generalização da aplicação das estruturas de betão armado e que passam a ser muito frequentes a partir da segunda guerra mundial.

As entidades municipais e as instituições ligadas ao património impõem limitações quando se pretende intervir em património edificado com estas características.

As condições impostas devem ser consideradas como desafios e não como obstáculos, sendo que estas condições são mais rigorosas quando se trata de património classificado. De um modo geral podemos dividir os edifícios antigos em património monumental, património edificado classificado e património edificado corrente.

Podemos referir que existem conjuntos de excelência, que pela sua relevância internacional são classificados como Património Mundial da Humanidade, como são os casos dos centros históricos do Porto e de Guimarães.

Considerando o seu valor cultural, o património monumental deve exigir uma abordagem na qual a preservação dos métodos e técnicas construtivas tradicionais deve ser imprescindível, do mesmo modo que estas intervenções não podem ser intrusivas nem irreversíveis, atendendo que deve ser privilegiada a lógica de

conservação face à lógica exigencial. Com base em informação do INE⁴⁷, que foi atualizada em Janeiro de 2010, o número de fogos que se incluem neste grupo, é superior a 700 000. (Freitas, 2012, p. 21)



Ilustração 28 - “Fotografia de João Ferrand”. (Freitas, 2013, p. 2)

4.5. EVOLUÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO PARQUE HABITACIONAL

Esta análise justifica-se para verificarmos a importância e a evolução do processo de reabilitação na nossa história recente. Com base nos dados recolhidos percebemos a forma pouco séria como tem sido avaliada a importância da reabilitação no quadro nacional, da qual resultam muitos dos problemas da organização e funcionamento das nossas cidades, assim como a desvalorização da identidade dos seus lugares.

Nas últimas décadas em Portugal, a política seguida foi de incentivo à construção de novos edifícios e à aquisição de habitação própria. Entre 1922 e 2002, mais de 70% do apoio anual do estado ao sector da habitação convergiu para a aquisição de habitação própria, sendo que o arrendamento e a reabilitação, conjuntamente, significam neste panorama, menos de 30%. (Freitas, 2012, p. 21)

⁴⁷ Instituto Nacional de Estatística

GRÁFICO 2.1. APOIO DO ESTADO AO SECTOR DA HABITAÇÃO ENTRE 1992 E 2002

FONTE: SECRETARIA DE ESTADO DA HABITAÇÃO, 2004

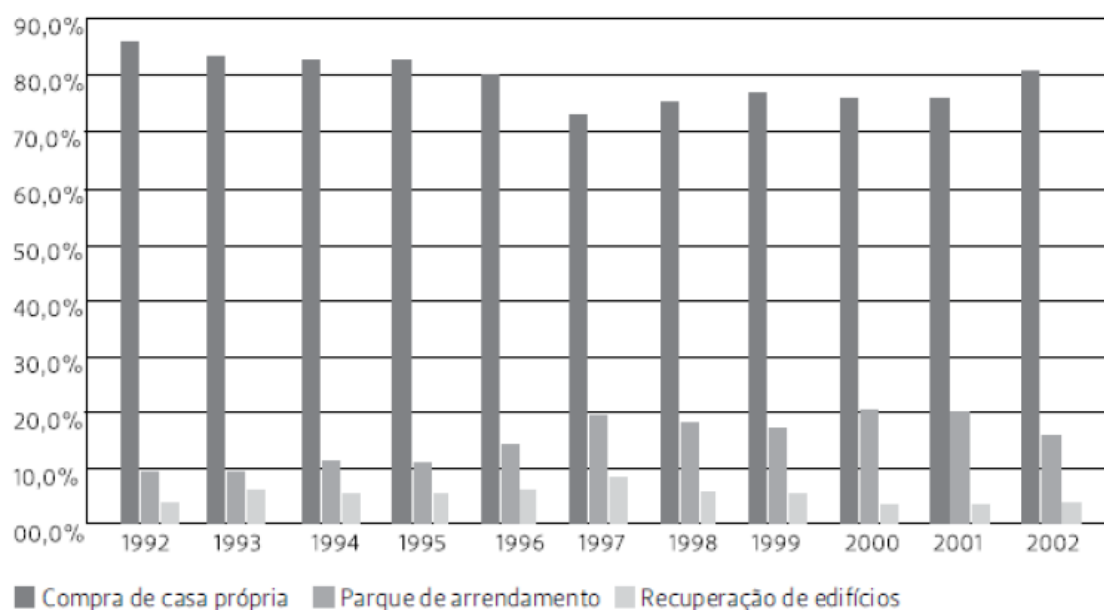


Ilustração 29 – “Gráfico de apoio do estado ao sector da habitação entre 1992 e 2002”. (Freitas, 2012, p. 21)

QUADRO 2.1. ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS FOGOS. FONTE: INE, CENSOS 2001

	Totais	Residência habitual	Uso sazonal	Devolutos
Muito degradado	114.183	56.774	10.830	46.579
Grandes reparações	211.320	129.952	27.662	53.706
Reparações médias	470.117	322.591	71.129	76.397
Pequenas reparações	1.132.792	827.704	190.317	114.771
Sem necessidade de reparação	3.091.013	2.214.208	624.481	252.324
Totais	5.019.425	3.551.229	924.419	543.777

Ilustração 30 – “Gráfico do estado de conservação dos fogos, de acordo com os CENSOS 2001”. (Freitas, 2012, p. 22)

GRÁFICO 2.4. INVESTIMENTO NO SECTOR DA CONSTRUÇÃO EM PORTUGAL – PREVISÃO.
FONTE: EUROCONSTRUCT

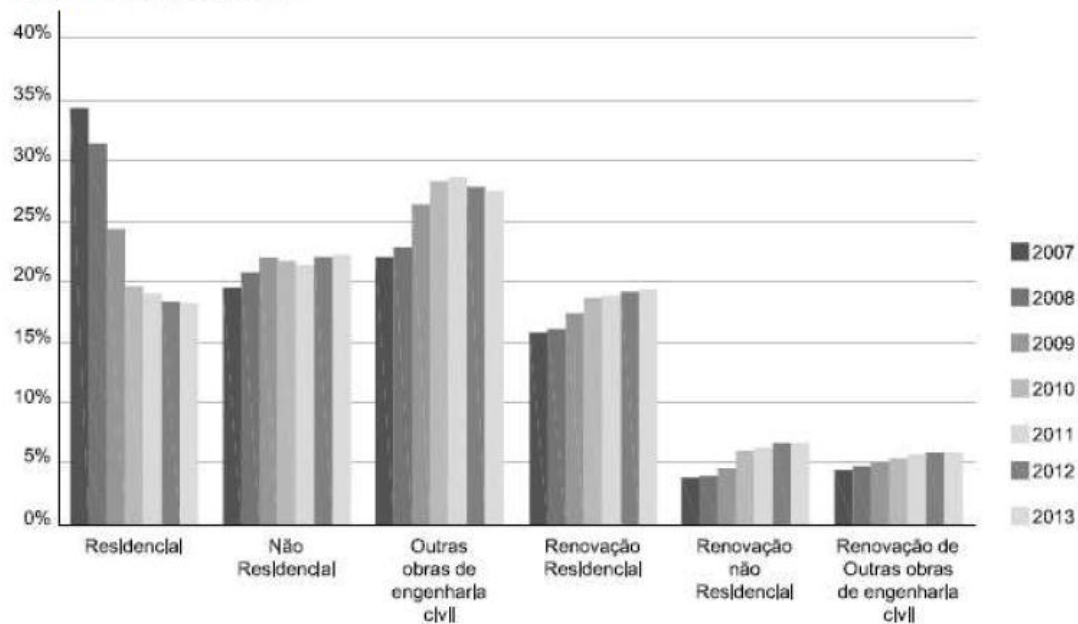


Ilustração 31 - “Gráfico do investimento no sector da construção em Portugal”. (Freitas, 2012, p. 23)

5. PROCESSO DE REABILITAÇÃO

5.1. VIABILIDADE DA INTERVENÇÃO

Para a realização de uma determinada operação de reabilitação, podemos considerar uma série de fatores que condicionam o processo, desde logo todos os aspectos relacionados com a pré-existência do imóvel, com o seu valor patrimonial, com o seu estudo de conservação, ou com as restrições que normalmente surgem por questões de vizinhança próxima em zonas urbanas.

O promotor deve iniciar o processo de reabilitação por uma análise de viabilidade e por uma definição do programa, considerando que num edifício antigo o programa é que se deve adaptar e não o contrário. Num contexto com estas características é importante conhecer profundamente a construção que se pretende reabilitar, uma vez que esta é fundamental na definição da intervenção a realizar.

Este conhecimento deve alargar-se à envolvente próxima da construção a intervencionar, podendo esta proximidade limitar-se às construções justapostas ao edifício alvo de reabilitação, ou estender-se ao arruamento, ou quarteirão, se existir justificação.

Deve existir uma ponderação séria entre esse conhecimento e as decisões que esse conhecimento permitirá tomar. As ações de pesquisa documental, levantamento, reconhecimentos, ensaios e todas as demais tarefas necessárias a um diagnóstico, são demoradas e acarretam custos, restando invariavelmente um conjunto de incertezas que, por vezes, só com a intervenção física, ficam esclarecidas.

Na maior parte dos casos é importante considerar uma abordagem faseada da informação que se pretende obter, para um mais eficaz processo de decisão. A viabilidade de um processo de reabilitação depende da sua exequibilidade no campo temporal, financeiro e técnico, que permita decidir favoravelmente a sua promoção.

A viabilidade das operações de reabilitação está economicamente dependente da escala das intervenções, podendo observar-se que muitos casos se encontram próximos da inviabilidade. É importante ter noção que a margem de incerteza, associada a uma intervenção de reabilitação, vai variar favoravelmente ou desfavoravelmente, consoante a qualidade com que é elaborado o estudo de diagnóstico e posterior projeto de execução. A falta de rigor e critério destes estudos e

projetos vai refletir-se no descontrolo financeiro e consequente sobrecusto gerado por novos trabalhos não previstos em fase de projeto, originando interferência na própria gestão da obra.

Quando o tema a tratar é o da reabilitação de edifícios antigos, é necessário considerar, para além da valorização tangível do imóvel, a valorização intangível por preservação de valores de ordem artística, cultural ou histórica. Sendo ainda de referir que a reabilitação é necessária para um desenvolvimento sustentável, reutilizando o construído numa perspetiva de economizar energia e recursos.

Na reabilitação de edifícios antigos é muito difícil assegurar algumas das exigências atuais, sendo muitas vezes impossível, ou possível, mas com condições económicas difíceis de comportar. Esta dificuldade surge também porque a legislação nacional em vigor para a construção é uma legislação voltada para a construção de edifícios novos, não tendo grande preocupação com as exigências específicas no caso de uma intervenção de reabilitação, sendo que a necessidade de respeitar a legislação, para a construção nova, também não é clara. Tendo em consideração a importância desta questão é necessária uma análise sobre a atual legislação e o projeto de reabilitação de edifícios antigos. (Freitas, 2012, p.25)

5.2. DIAGNÓSTICO

Na avaliação da necessidade de intervir num edifício antigo, é importante saber se esta intervenção tem o objetivo de repor a sua qualidade inicial, ou se as obras de que este vai ser alvo, vão permitir melhorar as suas condições de funcionamento, adequando-o às exigências de conforto e qualidade. Aqui surge o estudo de diagnóstico, que permite uma análise detalhada e consciente da necessidade e âmbito de intervenção, desde que realizada por técnicos experientes, conhecedores das diversas técnicas tradicionais de construção, no que respeita aos materiais e ao seu comportamento ao longo do tempo. Neste período de processo deve avaliar-se o estado de conservação do edifício e delinear a estratégia a seguir para garantir o cumprimento do programa estabelecido.

Tendo consciência que cada caso é particular, pode apontar-se de uma forma geral a seguinte metodologia:

- 1 – Pesquisa histórica que identifique a funcionalidade presente e passada da construção.
- 2 – Recolha e análise de informação desenhada e escrita.
- 3 – Levantamento exaustivo do seu estado no interior.
- 4 – Análise do seu estado exterior e condições da envolvente.
- 5 – Análise de implementação de um plano de monitorização à estrutura.
- 6 – Sondagens e ensaios que permitam a caracterização dos materiais.

Estas ações vão permitir um diagnóstico que deve sustentar as ações de intervenção sobre o edifício. Estas ações poderão ser de reabilitação, restauro ou de substituição ou demolição de elementos, ou ainda a necessidade de estabelecer novas medidas de apoio ao diagnóstico.

Este diagnóstico é complexo e combina vários fatores distintos de análise, pelo que deve ser elaborado por uma equipa multidisciplinar com experiência e devidamente qualificada nos domínios da patologia e reabilitação de edifícios.

De acordo com um maior ou menor grau de intervenção no edifício, e do seu valor, os procedimentos a incluir no diagnóstico serão estudados pela equipa projetista. Toda a informação que este diagnóstico fornece deve ser sistematizada para facilitar a sua consulta e compreensão, traduzindo-se num documento escrito com a seguinte estrutura:

1 - Introdução; 2 – Localização e descrição do edifício; 3 – Descrição dos elementos construtivos em análise; 4 – Sondagens, medições e ensaios; 5 – Caracterização do estado de degradação e identificação de anomalias; 6 – Causas prováveis de anomalias; 7 – Metodologia proposta para os trabalhos de reabilitação; 8 – Estimativa de custos; 9 – Conclusão.

A estratégia a seguir num processo com estas características vai depender em muito da qualidade das soluções propostas e da estimativa orçamental global. (Freitas, 2012, p.26-27)

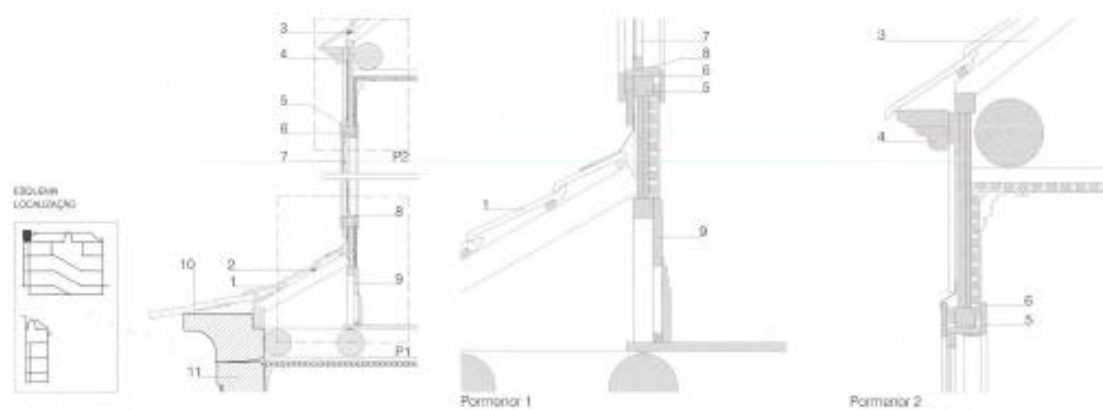


Ilustração 32 – “Descrição da solução construtiva – situação existente”. (Freitas, 2012, p. 91)



Ilustração 33 – “Tipificação dos principais elementos com funções estruturais”. (Freitas, 2012, p. 61)

Ref. ^a	Elemento	Descrição
FR01_C1	Cobertura	Cobertura inclinada com desvão não útil (revestimento em telha cerâmica)
FR02_C2		Cobertura inclinada com desvão útil (revestimento em telha cerâmica)
FR03_C3		Cobertura em terraço (estrutura resistente em madeira)
FR04_P1	Parede	Parede exterior em alvenaria de pedra à vista
FR05_P2		Parede exterior em alvenaria de pedra rebocada
FR06_P3		Parede exterior em pedra – fachada ventilada
FR07_V1	Janela	Vão envidraçado exterior – janela
FR8_Pav1	Pavimento	Pavimento térreo
FR9_Pav2		Pavimento de separação de fracções autónomas

Ilustração 34 – “Fichas com soluções-tipo de reabilitação em zona corrente, Ação de Formação de Projeto de reabilitação de edifícios antigos, soluções tipo de edifícios antigos”. (Freitas e Barreiro, 2013 p. 4)

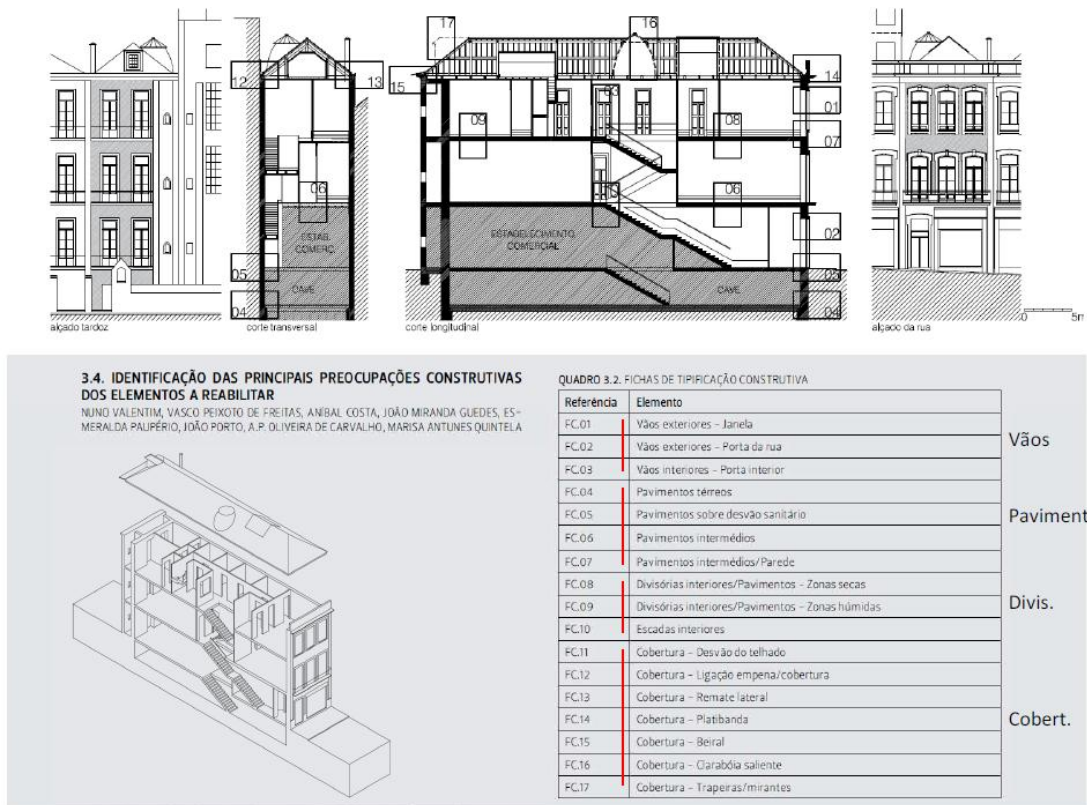


Ilustração 35 – “Identificação das principais preocupações construtivas de elementos a reabilitar, Ação de Formação de Projeto de Reabilitação de Edifícios Antigos”. (Freitas e Lopes, 2012, p. 10)

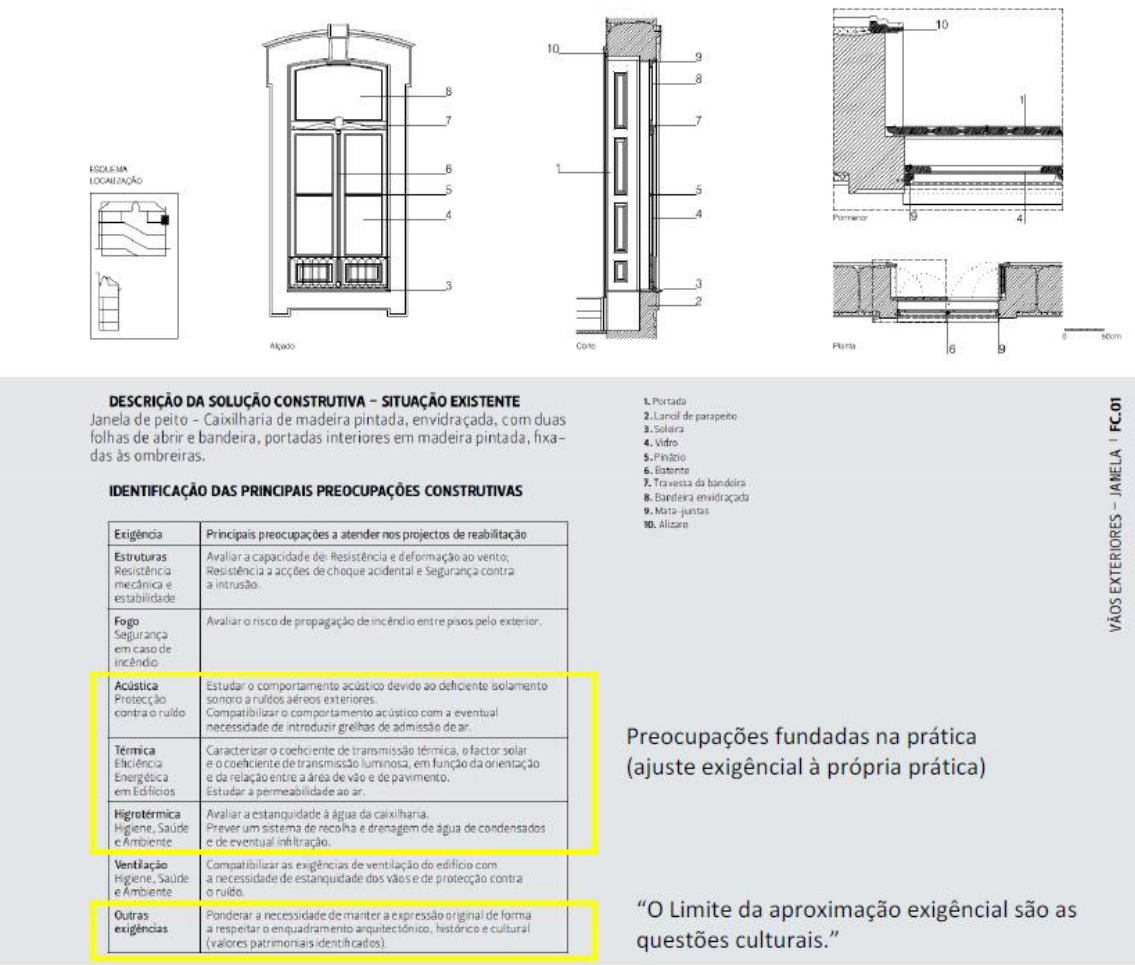


Ilustração 36 - “Descrição e identificação das principais preocupações construtivas de elementos a reabilitar, Ação de Formação de Projeto de Reabilitação de Edifícios Antigos”. (Freitas e Lopes, 2012, p. 11)

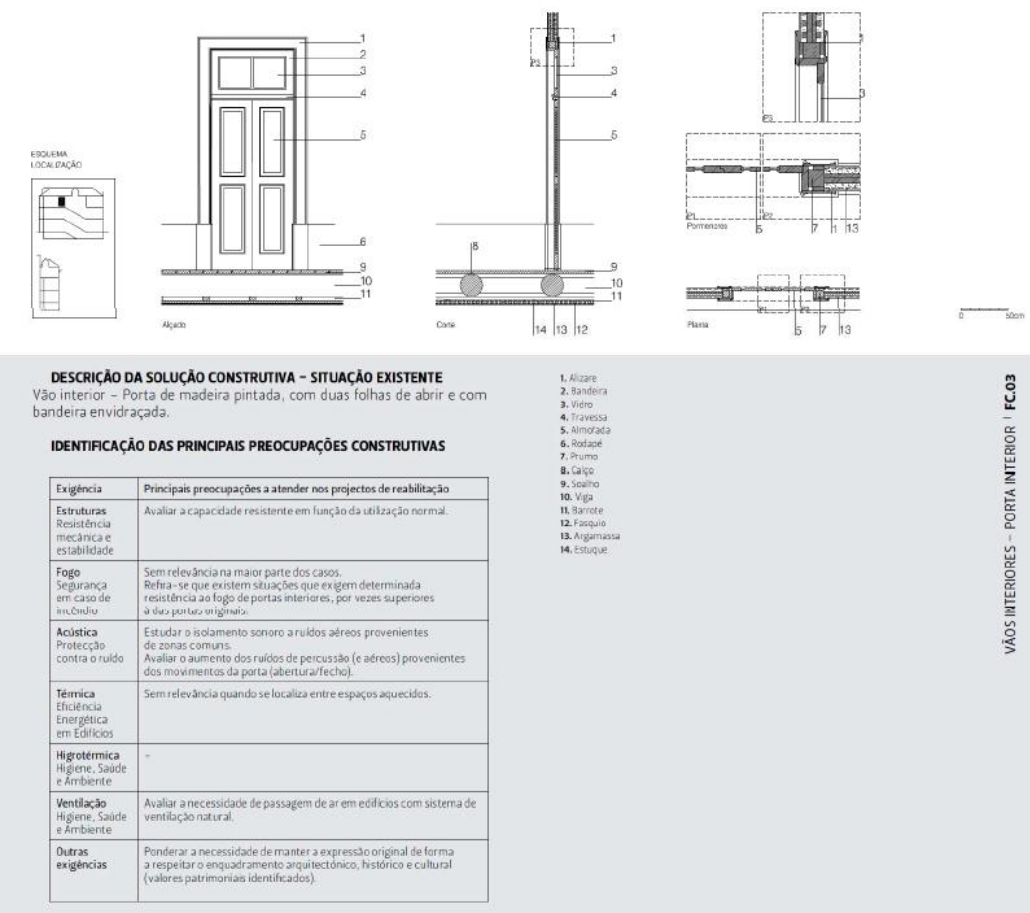


Ilustração 37 - “Descrição e identificação das principais preocupações construtivas de elementos a reabilitar”. (Freitas e Lopes, 2012, p. 23)



Ilustração 38 - “Escadaria principal do edifício em análise”. (Freitas e Lopes, 2012, p. 25)

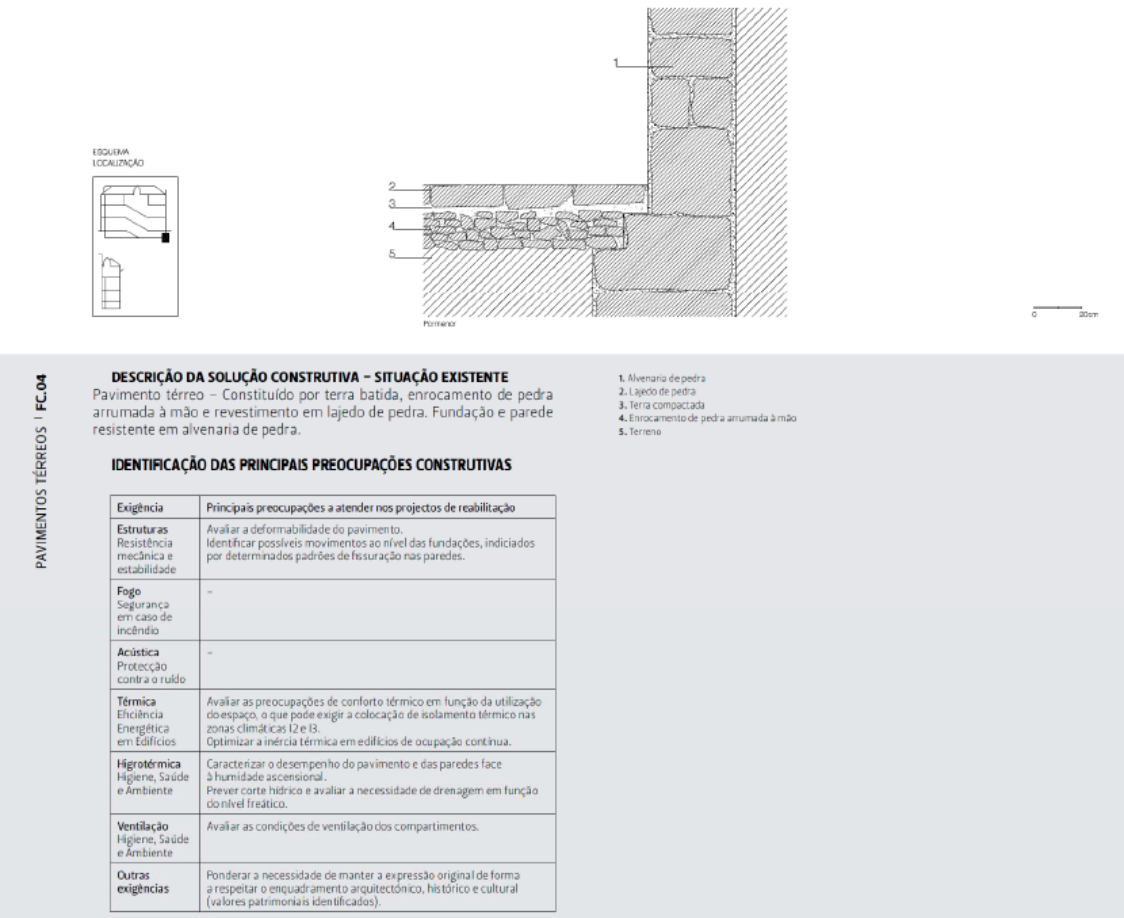


Ilustração 39 - "Descrição e identificação das principais preocupações construtivas de elementos a reabilitar, Ação de Formação de Projeto de Reabilitação de Edifícios Antigos". (Freitas e Lopes, 2012, p. 27)



Ilustração 40 - "Descrição e identificação das principais preocupações construtivas de elementos a reabilitar, Ação de Formação de Projeto de Reabilitação de Edifícios Antigos". (Freitas e Lopes, 2012, p. 28)

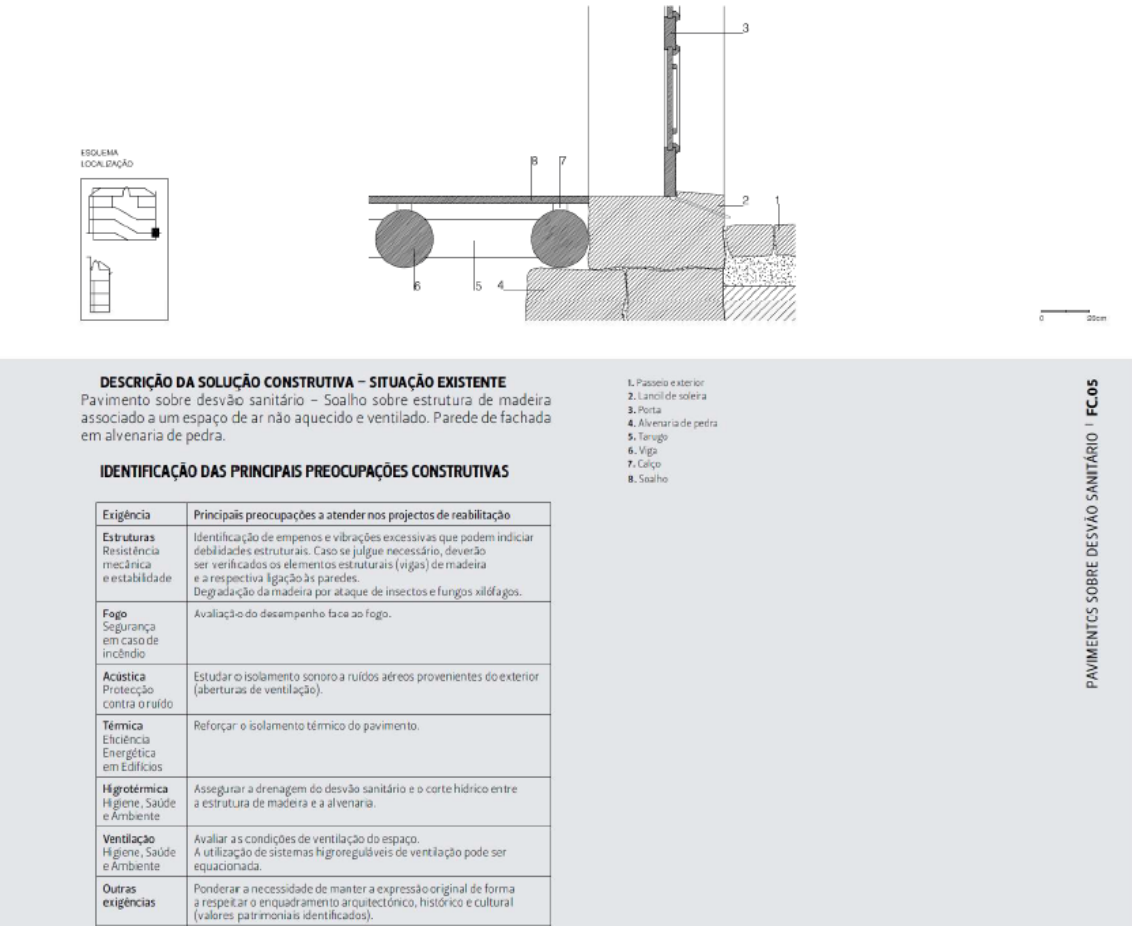


Ilustração 41 - “Descrição e identificação das principais preocupações construtivas de elementos a reabilitar, Ação de Formação de Projeto de Reabilitação de Edifícios Antigos”. (Freitas e Lopes, 2012, p. 30)



Ilustração 42 - “Descrição e identificação das principais preocupações construtivas de elementos a reabilitar, Ação de Formação de Projeto de Reabilitação de Edifícios Antigos”. (Freitas e Lopes, 2012, p. 31)

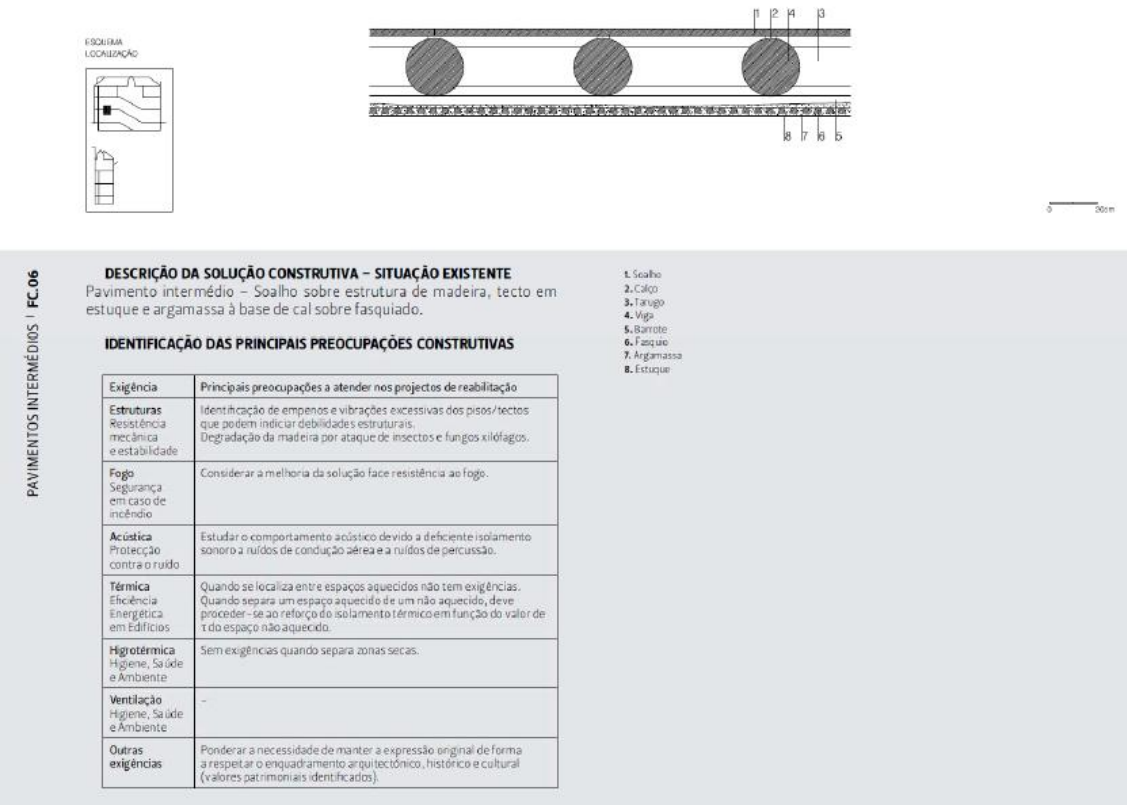


Ilustração 43 - “Descrição e identificação das principais preocupações construtivas de elementos a reabilitar, Ação de Formação de Projeto de Reabilitação de Edifícios Antigos”. (Freitas e Lopes, 2012, p. 32)



Ilustração 44 - “Descrição e identificação das principais preocupações construtivas de elementos a reabilitar, Ação de Formação de Projeto de Reabilitação de Edifícios Antigos”. (Freitas e Lopes, 2012, p. 33)

5.3. DEFINIÇÃO DA ESTRATÉGIA

O pormenor da intervenção de reabilitação, após conhecer o estudo de diagnóstico, passa a conhecer as necessidades de intervenção global no edifício, as soluções de reparação e a estimativa de custo unitário dos trabalhos de reabilitação, que lhe possibilitará definir uma estratégia de intervenção. É importante perceber que diferentes soluções têm custos e durabilidades diferentes pelo que é fundamental o promotor efetuar uma correta avaliação técnica e económica.

Na intervenção em determinados edifícios é pertinente dar especial atenção à garantia de qualidade, fundamentalmente quando a intervenção recai em edifícios considerados importantes ao nível patrimonial. Para garantir essa qualidade existem fatores que não devem ser descorados, devendo esta passar: pela garantia de autenticidade; pela necessidade de durabilidade, uma vez que se espera que o tempo de vida de uma construção antiga seja bastante maior do que o de uma construção corrente; pela exigência de compatibilidade e reversibilidade, na perspetiva de que a não compatibilidade de material trará degradação e danos a curto prazo e que reversibilidade deixará aberta a possibilidade de no futuro se alterar a solução implementada; pela análise económica que deverá em certos casos ter uma atenção ao valor patrimonial intangível do imóvel, parcela dificilmente quantificável, mas que deverá ser contabilizada na análise económica do mesmo. Um edifício vale pelo que representa para um povo ou para uma cultura, e não pelo somatório de parcelas atribuídas ao terreno, ao imóvel, ao tipo de ocupação, etc. (Freitas, 2012, p. 27)



Ilustração 45 - "Fotografia de João Ferrand". (Freitas, 2013, p. 37)

5.4. PROJETO DE EXECUÇÃO

A elaboração do projeto de execução surge quando a estratégia de intervenção se encontra bem definida. Quando se considerar que a intervenção programada é muito complexa e intrusiva, deve realizar-se um anteprojeto ou projeto base. Neste quadro poderá ser também necessária a revisão ao projeto. O projeto deve ser construído por peças escritas e desenhadas que descrevam de forma detalhada os diversos trabalhos necessários para a reabilitação do edifício. É um projeto global integrado, com a articulação clara dos diferentes projetos parcelares. O sucesso do processo de reabilitação estará sempre condicionado pela especificidade, rigor, critério e qualidade dos desenhos de pormenor.

Da parte escrita, deve constar uma memória descritiva, integrada e com correspondência aos diversos projetos que constituem o processo, que justifique e explicita a razão das opções do projeto (resultados de simulação numérica, ensaios e sondagens realizadas e a sua interpretação, etc.,). O caderno de encargos deve ser para cumprir, deve ser exigencial e não prescritivo e deve existir uma relação unívoca, clara, de uma única interpretação entre as condições técnicas especiais e o mapa de quantidades e trabalhos. (Freitas, 2012, p. 27)

5.5. ANÁLISE TÉCNICO-ECONÓMICA DE PROPOSTAS

É primordial o recurso a uma empresa especializada em reabilitação para garantir o sucesso da intervenção. Devem ser analisadas várias propostas de diferentes empresas, para obter uma base comparativa de preços para os diferentes trabalhos. Muitas vezes surgem variações grandes em preços para a execução do mesmo trabalho, o que se pode dever ao facto do trabalho não estar bem especificado, ao desconhecimento da tecnologia proposta por parte da entidade executante ou, porque simplesmente não existe um número suficiente de empresas especializadas no sector da reabilitação dada a pequena dimensão deste mercado.

A análise técnico-económica das propostas desenvolvida por intermédio do projetista ou do gestor/coordenador do projeto tem como foco os seguintes objetivos:

Avaliar a proposta elaborada pelo empreiteiro do ponto de vista processual; efetuar uma análise comparativa detalhada dos preços unitários de forma a detetar preços aberrantes, analisar as situações para as quais os empreiteiros não responderam ao

Mapa de trabalhos e Quantidades e Caderno de Encargos; estudar eventuais alternativas apresentadas, colocando todos os concorrentes em igualdade de circunstâncias; Avaliar a capacidade técnica das diferentes empresas; nomeadamente, a experiência em trabalhos de índole semelhante; fazer análise comparativa dos produtos propostos pelas empresas para a execução dos trabalhos de reparação, tendo em atenção que os cadernos de encargos devem ser exigenciais e não prescritivos; Elaborar uma análise multicritério (preço, prazos, garantias, etc,) que permita ordenar (do ponto de vista técnico e financeiro) as propostas. (Freitas, 2012, p. 27)

5.6. EXECUÇÃO DA OBRA

A execução de obra encerra em si uma enorme responsabilidade, pois é aqui que todo o processo converge, exigindo por conseguinte, um enorme rigor na exigência e no acompanhamento por parte do responsável pelo projeto. Dada a natureza e especificidade dos trabalhos de reabilitação e por muito cuidadosa e aprofundada que tenha sido a fase de estudo de Diagnóstico e do Projeto de Execução, surgem sempre algumas imprecisões, ajustes e adaptações a introduzir na fase de execução de obra. Um acompanhamento constante, rigoroso e exigente permite reduzir ou eliminar erros de execução que, quando surgem, no seu processo de reparação acarretam custos significativos. É igualmente importante o recurso a uma equipa de fiscalização de controlo técnico e financeiro dos trabalhos, para que a obra decorra com o mínimo de problemas.

De acordo com a dimensão e a complexidade da obra, num processo de reabilitação intervêm diferentes entidades, sendo necessário definir previamente as condições de intervenção e as tarefas e competências atribuídas, para que o resultado da operação seja positivo.

Num quadro de intervenção em edifícios antigos, no início do processo de promoção da intervenção, é primordial a consulta às entidades que têm responsabilidades na administração do território, promoção da reabilitação e salvaguarda do património.

Estas entidades responsáveis, com interesse em que o processo se desenvolva de forma regulamentar, para diminuir riscos de procedimentos intrusivos, ainda que involuntários, devem facultar a legislação em vigor pela qual se devem reger as reabilitações em centros urbanos históricos. Tratando-se de uma intervenção num

edifício com potencial de ser classificado, estar em vias de classificação, ou estar implantado numa zona de proteção do património, as intervenções serão alvo de restrições mais rigorosas, de forma a garantir a conservação do património. Nestas situações, as entidades competentes (IGESPAR⁴⁸; Direção Regional da Cultura, SRU⁴⁹, Autarquias,...) têm o poder de condicionar e definir o tipo de intervenção aceitável. Compete ao IGESPAR, em colaboração com as Direções Regionais de Cultura, avaliar, autorizar e acompanhar os processos de intervenção em bens imóveis classificados ou em vias de classificação e respetivas zonas de proteção, assim como redigir legislação vinculativa neste sector. (Freitas, 2012, p. 28-29)

⁴⁸ Instituto de Gestão do Património arquitectónico e Arqueológico

⁴⁹ Sociedades de Reabilitação Urbana

6. ESTUDO DE CASO – ALVÔCO DAS VÁRZEAS – REMETO PARA OS DISCURSOS TEÓRICOS ACIMA DESCRITOS (APLICAÇÃO SUBJACENTE)

Alvôco das Várzeas é uma freguesia de Oliveira do Hospital, com cerca de 10,73 km² e 320 habitantes. Alvôco das Várzeas é uma aldeia rural com potencial na área do Turismo, dada a sua localização geográfica. A sua requalificação do ponto de vista arquitetónico tem como primeiro objetivo promover a qualidade de vida dos seus habitantes, procurar a fixação da população e renovar os edifícios e espaços públicos através dos recursos da região, não a descaracterizando e colocando-a na rede das Aldeias de Xisto.

Neste processo pretende-se aplicar e justificar os princípios da reabilitação, percebendo a viabilidade da intervenção, através de um diagnóstico rigoroso e com uma estratégia que deve funcionar em consonância com os objetivos a que se propõe.

6.1. LEVANTAMENTO E ANÁLISE DO TERRITÓRIO

6.1.1. ANÁLISE DO SUPORTE FÍSICO NATURAL



Ilustração 46 - Alvôco das Várzeas localiza-se em Portugal Continental. (Google Inc, 2012).



Ilustração 47 - Alvôco das Várzeas é uma freguesia de Oliveira do Hospital. (Google Inc, 2012).



Ilustração 48 - Alvôco das Várzeas é uma aldeia rural com cerca de 10,73 km² e 320 habitantes. (Google Inc, 2012).



Área de Intervenção

Ilustração 49 - Planta da área de intervenção. ([Adaptado a partir de:] Santos, 2012).

Alvôco das Várzeas localiza-se geologicamente numa zona de Xisto, conforme o mapa indica, o que lhe confere um forte potencial para se tornar uma referência na Rede das Aldeias de Xisto. A sua requalificação deve considerar as variantes climatéricas e pluviométricas, para obter os requisitos de qualidade pretendidos.

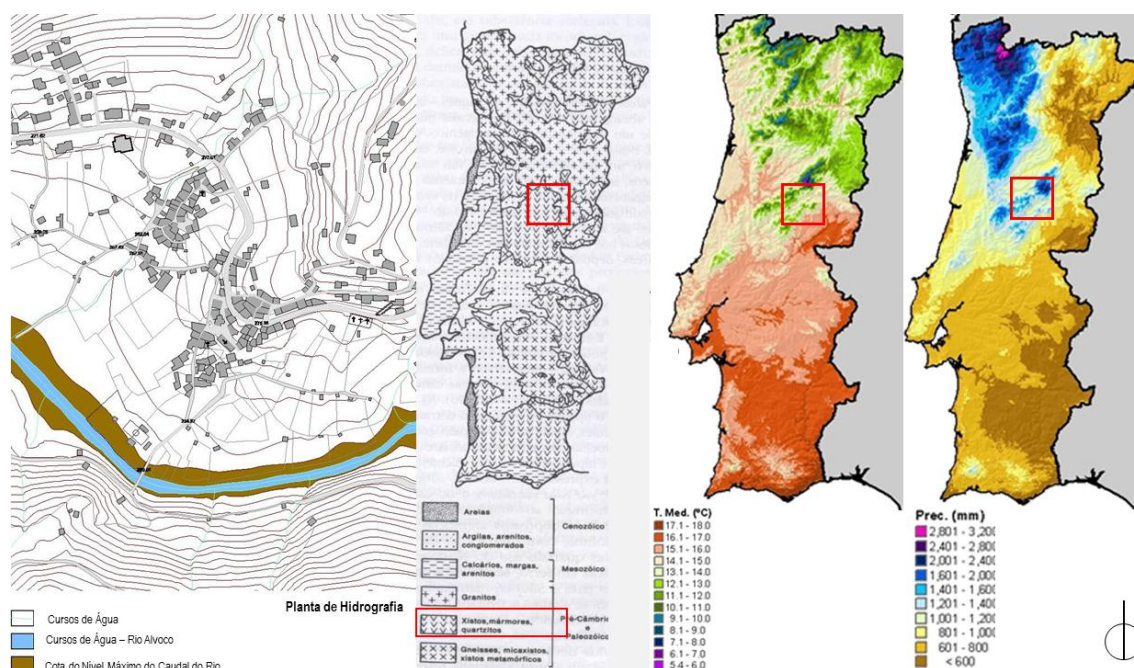


Ilustração 50 - Planta hidrográfica. ([Adaptado a partir de:] Santos, 2012).

Alvôco das Várzeas desenvolve o seu edificado na proximidade da ribeira de Alvôco, adequando a sua construção a zonas de menor declive. A sua localização num vale permite à sua malha construída uma exposição solar a sul, que lhe confere luz e energia, iluminando-a e potencializando os seus alçados, conforme podemos aferir da análise das plantas hipsométrica, de declive e de exposição solar.

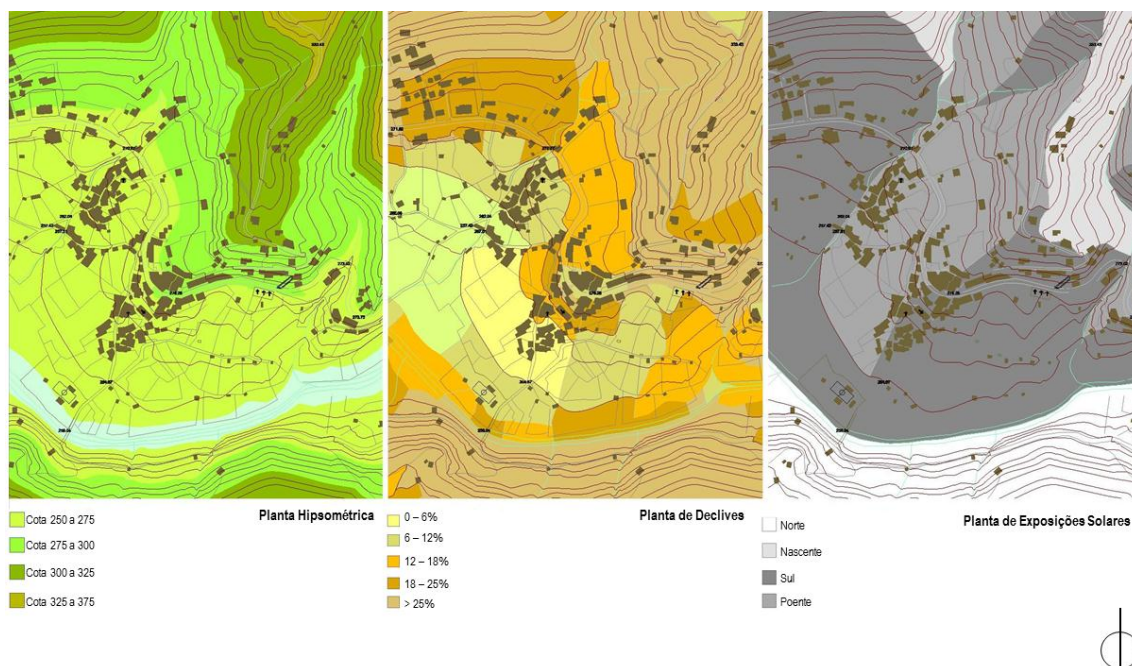


Ilustração 51 – Planta hipsométrica, planta de declive e planta de exposições solares. ([Adaptado a partir de:] Santos, 2012).

6.1.2. ANÁLISE DO SUPORTE FÍSICO HUMANIZADO

As áreas agrícolas estendem-se na proximidade da Ribeira de Alvôco e das áreas residenciais. Na direção oposta à Ribeira de Alvôco e à medida que aumentam as cotas altimétricas, surgem as áreas florestais, conforme planta.

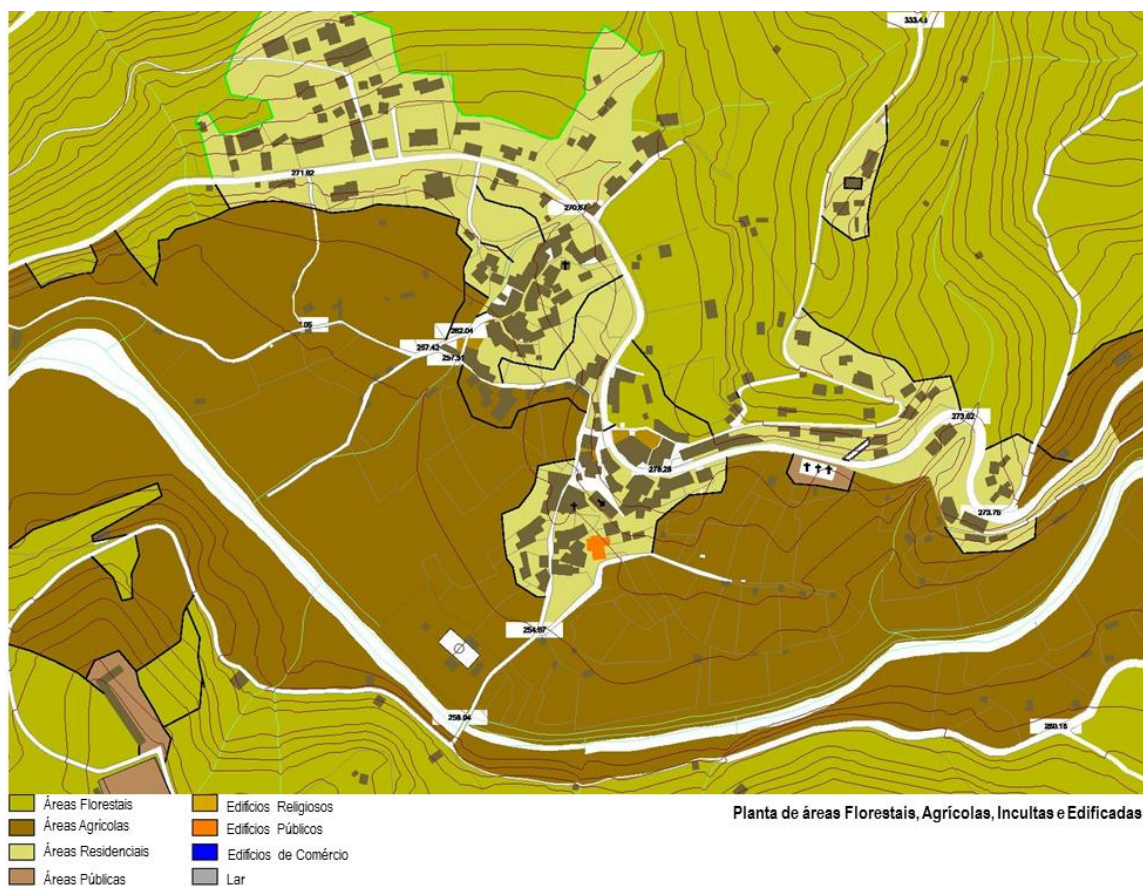


Ilustração 52 – Planta de áreas florestais, agrícolas, incultas e edificadas. ([Adaptado a partir de:] Santos, 2012).

A planta abaixo permite analisar o suporte físico humanizado, a organização da malha construída, da rede viária, dos muros de suporte e da rede de rega existente, assim como o relacionamento destas partes entre si.

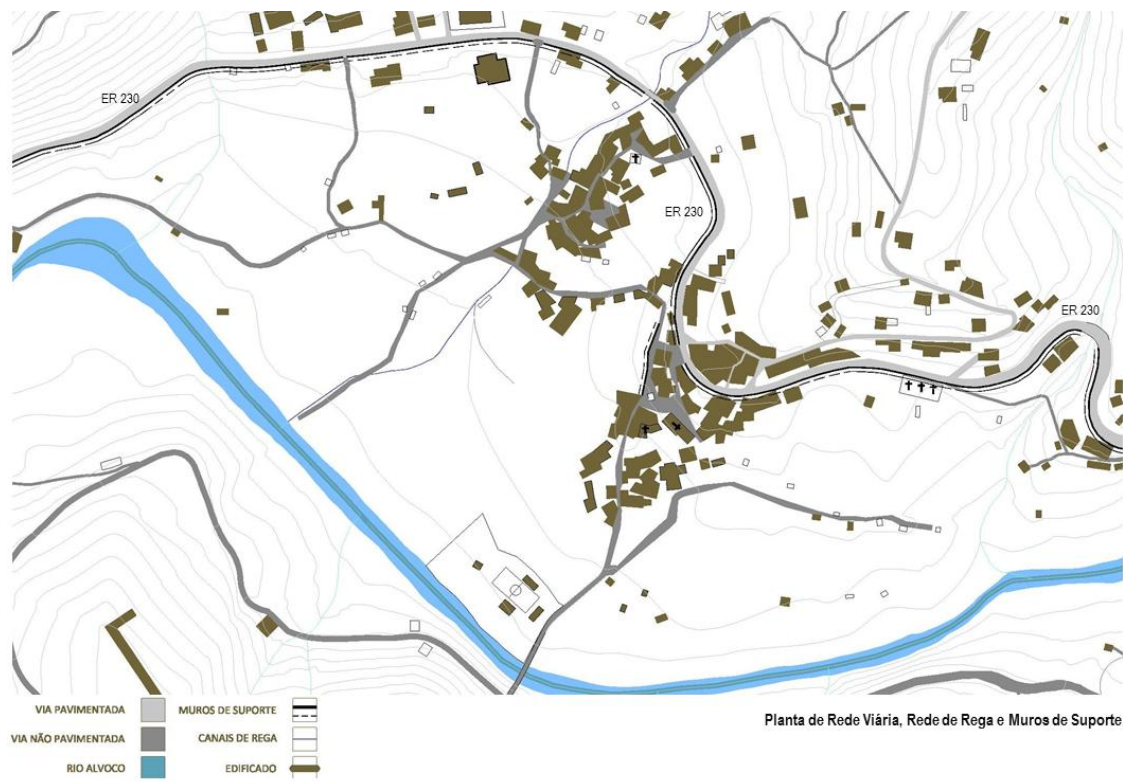


Ilustração 53 - Planta de rede viária, rede de rega e muros de suporte. ([Adaptado a partir de:] Santos, 2012).

6.1.3. ANÁLISE DO EDIFICADO – DIAGNÓSTICO E CONCLUSÕES

O arquiteto tem o poder de influenciar a vivência humana e numa intervenção com estas características deve existir a plena consciência de tal facto. Tudo o que for alterado vai influenciar o quotidiano de quem vive este espaço. Todas as alterações devem ser pensadas para favorecer e melhorar a qualidade de vida da população de Alvôco das Várzeas. Assim, para permitir uma análise mais pormenorizada de Alvôco das Várzeas dividiu-se a área de intervenção conforme a planta seguinte, tendo em consideração o desenvolvimento da aldeia ao nível dos percursos, do edificado e disposição no terreno. A interpretação da aldeia fica assim mais facilitada, convergindo esta situação num entendimento mais simplificado do seu funcionamento e numa melhor perspetiva de resolução dos seus problemas.



Ilustração 54 - Planta de divisão da área de intervenção. ([Adaptado a partir de:] Santos, 2012).

Após esta divisão, pode analisar-se mais pormenorizadamente cada área resultante, procurando fazer a sua caracterização, como é exemplo planta que se segue, onde se descreve, de forma sucinta, o estado e as características do edificado, neste sector de análise, que nos permite de igual modo, perceber as relações entre os diferentes edifícios e o seu período de edificação na sua relação direta, que evidencia a evolução da aldeia no tempo.



Ilustração 55 – Caracterização do edificado. (Ilustração nossa, 2012).

É importante perceber como se caracteriza o espaço público e compreender como se organiza no que confere ao revestimento dos seus pavimentos, à transição dos materiais utilizados e à sua adequabilidade. No sector abaixo seleccionado podemos verificar que é essencialmente constituído por arruamentos em cubo de granito, existindo unicamente um arruamento de trânsito mecânico em pavimento betuminoso com a transição para percursos pedonais em cubo de granito, conforme indicam os pormenores 1 e 3. Com esta análise podemos verificar ainda se estes percursos apresentam um estado de conservação carenciado de intervenção e qual o grau que esta deve assumir na sua requalificação.

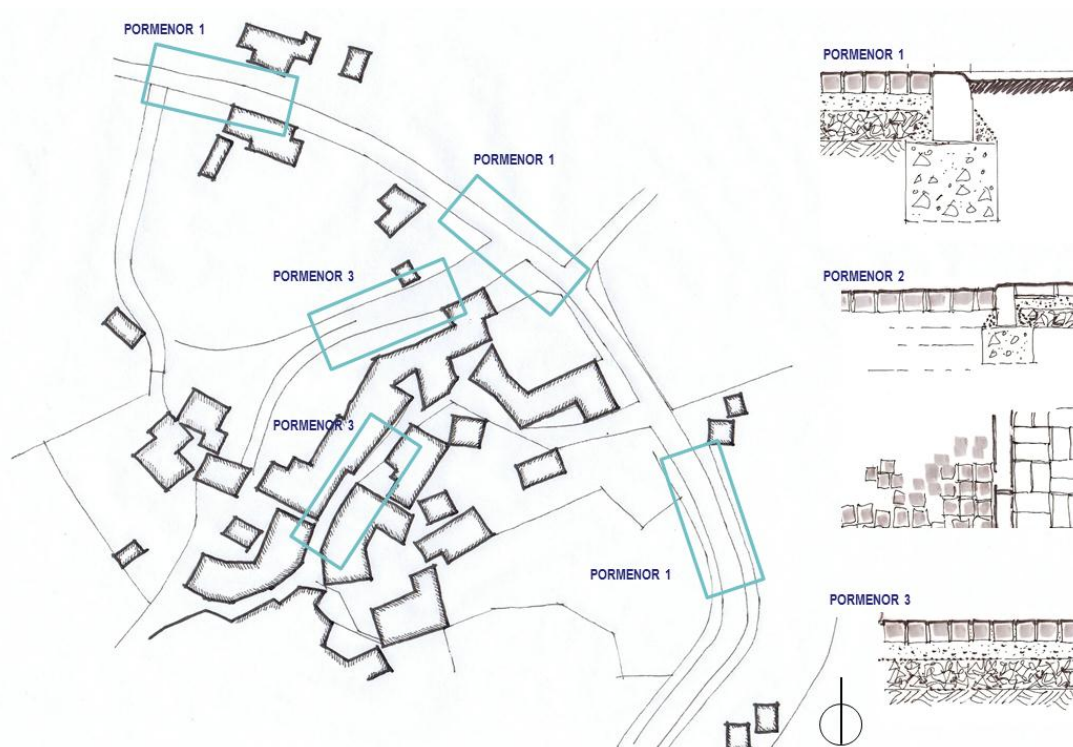


Ilustração 56 – Caracterização dos pavimentos. (Ilustração nossa, 2012).

Para uma melhor compreensão da Aldeia de Alvôco, nos diferentes sectores de estudo, desenham-se perfis que representem os seus arruamentos, caracterizando-os no seu desnível, na altimetria dos edifícios, relação de proximidade entre si e do sistema construtivo destes, assim como o seu estado de conservação. Desta análise surge a percepção da necessidade de intervenção e a escala a que esta deve acontecer.

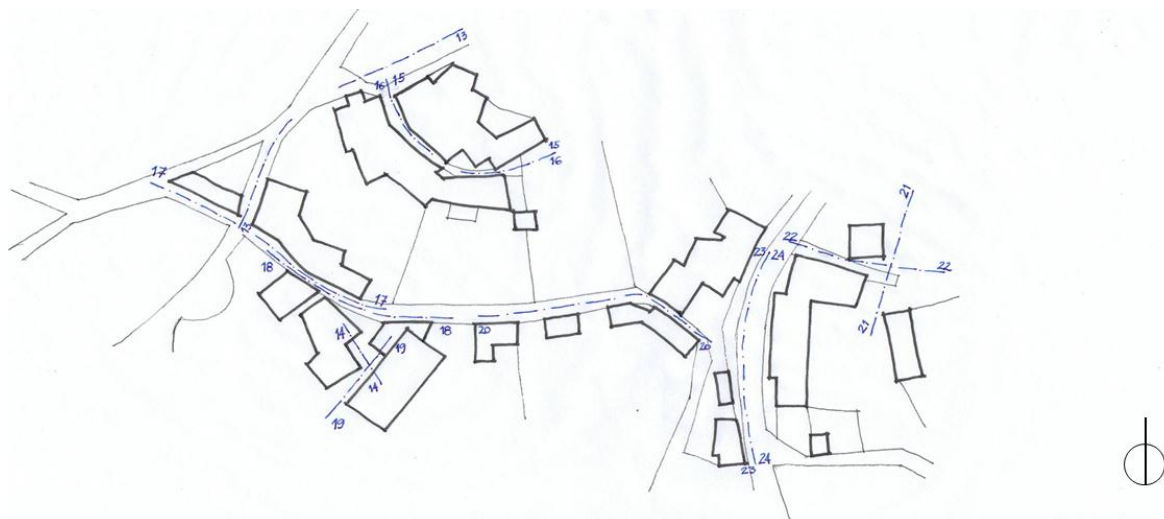


Ilustração 57 – Planta com marcação de perfis. (Ilustração nossa, 2012).

Estes perfis contêm informação necessária para uma análise mais detalhada dos edifícios, assinalando pormenores que se consideram importantes para compreender o seu sistema construtivo, no que respeita aos materiais utilizados nas fachadas, vãos ou coberturas.

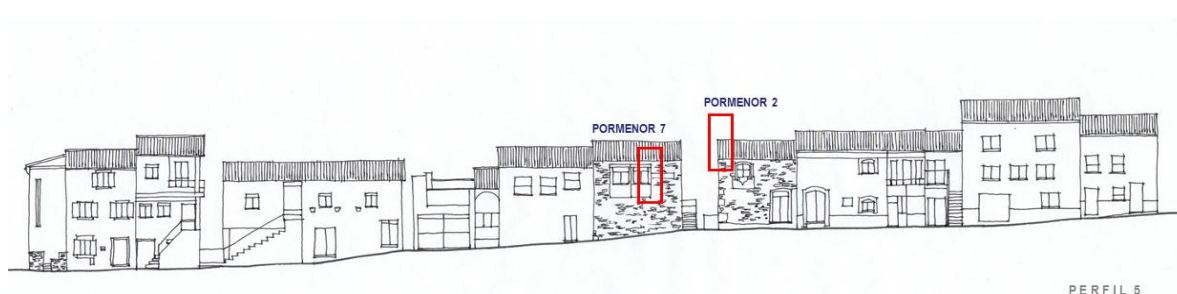


Ilustração 58 – Desenho de perfis. (Ilustração nossa, 2012).

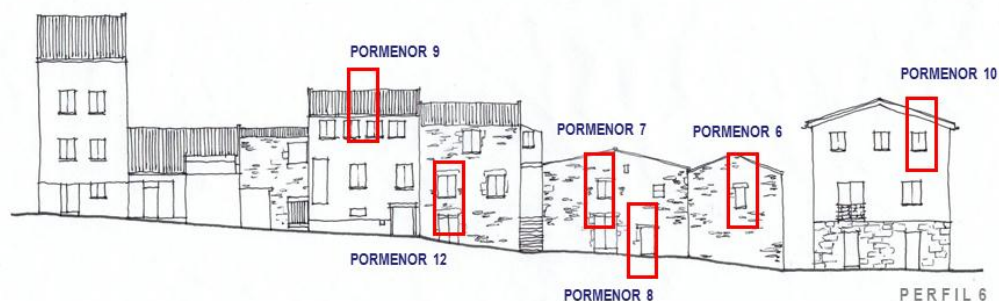


Ilustração 59 – Desenho de perfis. (Ilustração nossa, 2012).

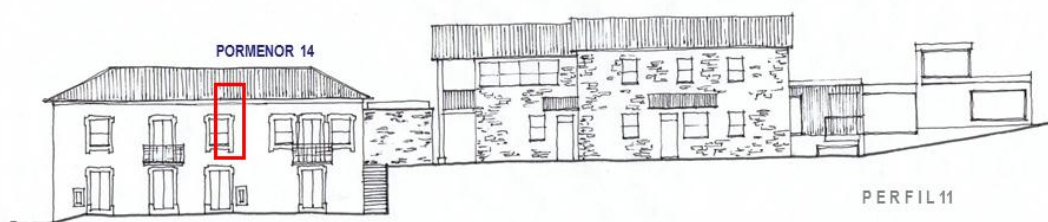


Ilustração 60 – Desenho de perfis. (Ilustração nossa, 2012).

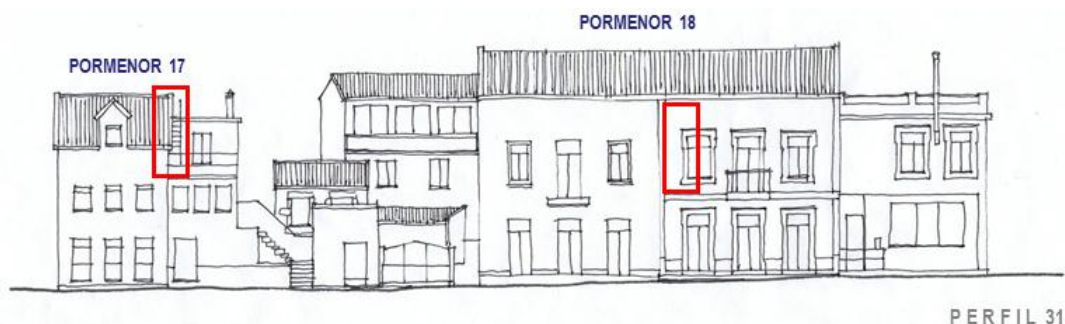


Ilustração 61 – Desenho de perfis. (Ilustração nossa, 2012).

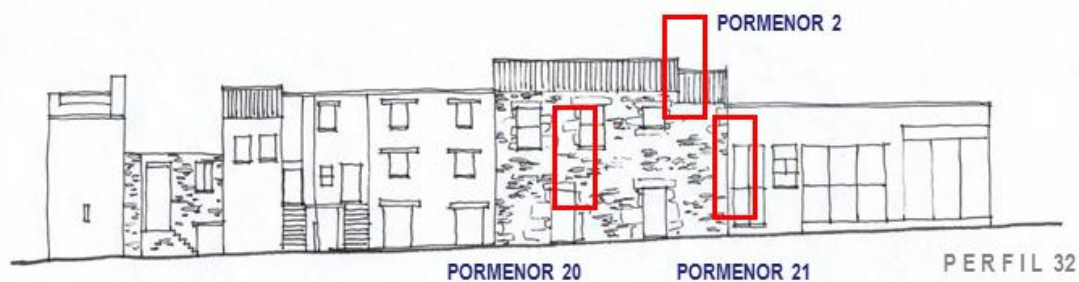


Ilustração 62 – Desenho de perfis. (Ilustração nossa, 2012).



Ilustração 63 – Desenho de perfis. (Ilustração nossa, 2012).

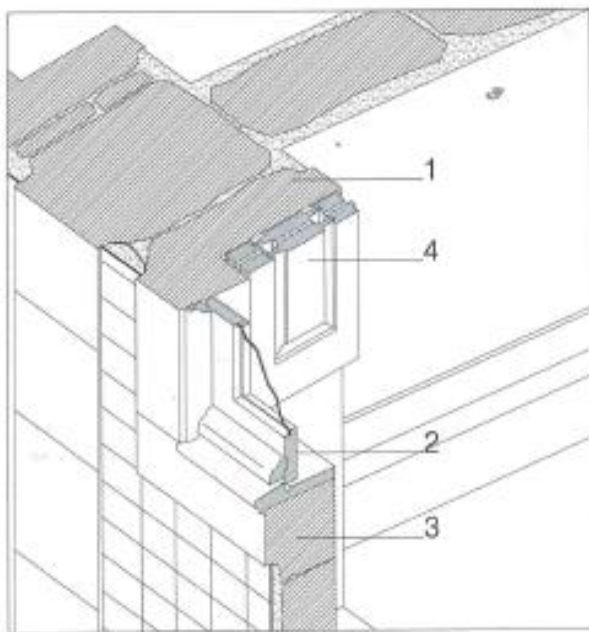
Numa primeira fase, é necessário um trabalho de campo que exige um levantamento das características do edificado, onde deve constar a idade do edifício, o seu estado, as condições de salubridade, o seu carácter espacial, a qualidade, o número de fogos

e a sua utilização. Esta informação é obtida em levantamento no local e registada e documentada, conforme o exemplo das fichas usadas para esta intervenção.

Nas edificações mais antigas, com métodos de construção tradicional, surge por diversas vezes a repetição do sistema construtivo, facilitando a identificação de anomalias e da falta da adequabilidade às exigências de conforto atuais. Deste modo as necessidades de intervenção são similares nos diferentes edifícios, uma vez que as patologias são genericamente comuns e com a mesma origem.

Para facilitar a interpretação na fase de recolha de dados no processo de reabilitação, surge como boa prática a elaboração de desenhos que permitam compreender o edifício tridimensionalmente, caracterizando os seus elementos constituintes e percebendo a função que cada um tem no mesmo. Esta informação deve ser exposta em fichas de tipificação construtiva, para posterior análise.

DESENHO 3.3. PORMENOR DE PAREDE DE FACHADA DA RUA OU DE TARDOZ COM VÃO DE JANELA DE PEITO.



1. Lancil de ombreira; 2. Janela de parapeito; 3. Lancil de parapeito; 4. Portada interior.

Ilustração 64 – “Caracterização e tipificação construtiva dos edifícios antigos”. (Freitas, 2012, p. 37)

ALVOCO DAS VARZEAS - LEVANTAMENTO DO EDIFÍCIO

IDADE DO EDIFÍCIO		ESTADO DO EDIFÍCIO		SALUBRIDADE	
ANTIGO	<input checked="" type="checkbox"/>	BOM	<input type="checkbox"/>	BOM	<input type="checkbox"/>
MÉDIO	<input type="checkbox"/>	MÉDIO	<input type="checkbox"/>	MÉDIO	<input type="checkbox"/>
RECENTE/NOVO	<input type="checkbox"/>	MAU	<input checked="" type="checkbox"/>	MAU	<input checked="" type="checkbox"/>
CONSTRUÇÃO	<input type="checkbox"/>	RUÍNA	<input type="checkbox"/>	RUÍNA	<input type="checkbox"/>

CARACT. ESPACIAL		QUALIDADE		FOTOS	
URBANO	<input checked="" type="checkbox"/>	PARADIGMÁTICO	<input type="checkbox"/>	Nº DE FOTOS <u>1</u>	
RURAL	<input type="checkbox"/>	IMÓVEL CLASSIFICADO	<input type="checkbox"/>		
		SINTAGMÁTICO	<input checked="" type="checkbox"/>		

ACTIVIDADE / OCUPAÇÃO				VOLUMETRIA	
HABITAÇÃO		MISTO		Nº DE PISOS <u>1</u>	
HABITAÇÃO	<input checked="" type="checkbox"/>	SI	ND		
INTERA	<input type="checkbox"/>	COMÉRCIO	<input type="checkbox"/>	EDIF. Nº <u>15</u>	
ANEXO	<input type="checkbox"/>	SERVIÇOS	<input type="checkbox"/>		
GARAGEM	<input type="checkbox"/>	EQUIPAMENT	<input type="checkbox"/>		

NOTAS:

Edifício antigo construído em taipa de facho;
Cobertura em duas águas com telha Marselha;
Caixilharia e gradeamento em alumínio;
Gradeamento em ferro;
Porta de entrada em alumínio;
Nº de polícia 27;

FOTOGRAFIA:




Ilustração 65 – Ficha de levantamento do edificado. (Ilustração nossa, 2012).

ALVOCO DAS VARZEAS - LEVANTAMENTO DO EDIFÍCIDO

IDADE DO EDIFÍCIO		ESTADO DO EDIFÍCIO		SALUBRIDADE	
ANTIGO	<input checked="" type="checkbox"/>	BOM	<input type="checkbox"/>	BOM	<input type="checkbox"/>
MÉDIO	<input type="checkbox"/>	MÉDIO	<input checked="" type="checkbox"/>	MÉDIO	<input checked="" type="checkbox"/>
RECENTE/NOVO	<input type="checkbox"/>	MAU	<input type="checkbox"/>	MAU	<input type="checkbox"/>
CONSTRUÇÃO	<input type="checkbox"/>	RUÍNA	<input type="checkbox"/>	RUÍNA	<input type="checkbox"/>

CARACT. ESPACIAL		QUALIDADE		FOGOS	
URBANO	<input checked="" type="checkbox"/>	PARADIGMÁTICO	<input checked="" type="checkbox"/>	Nº DE FOGOS	<u>1</u>
RURAL	<input type="checkbox"/>	IMÓVEL CLASSIFICADO	<input type="checkbox"/>		
		SINTAGMÁTICO	<input type="checkbox"/>		

ACTIVIDADE / OCUPAÇÃO				VOLUMETRIA	
HABITAÇÃO		MISTO		Nº DE PISOS	<u>2</u>
HABITAÇÃO	<input checked="" type="checkbox"/>	SI	ND	EDIF. Nº	<u>16</u>
INTERA	<input type="checkbox"/>	COMÉRCIO	<input type="checkbox"/>		
ANEXO	<input type="checkbox"/>	SERVIÇOS	<input type="checkbox"/>		
GARAGEM	<input type="checkbox"/>	EQUIPAMEN	<input type="checkbox"/>		

NOTAS:

Edifício antigo construído em xisto aparente com ombreiras e padieiras dos vãos em pedra de granito;
 Escadaria em xisto;
 Portas do R/C em madeira e chapa de ferro pintada;
 Cabideiros em ferro, vidro simples e estores em pvc;
 Caleiras e tubos de queda em zinco;
 Cobertura em duas águas com telha Marselha e beiral em xisto;
 Padieira de madeira no R/C;
 Porta do piso 1 em alumínio;
 Edifício habitado;

Nº de polícia 23 e 25;

FOTOGRAFIA:




Ilustração 66 – Ficha de levantamento do edificado. (Ilustração nossa, 2012).

ALVOCO DAS VARZEAS - LEVANTAMENTO DO EDIFÍCIO

IDADE DO EDIFÍCIO		ESTADO DO EDIFÍCIO		SALUBRIDADE	
ANTIGO	<input checked="" type="checkbox"/>	BOM	<input checked="" type="checkbox"/>	BOM	<input type="checkbox"/>
MÉDIO	<input type="checkbox"/>	MÉDIO	<input type="checkbox"/>	MÉDIO	<input checked="" type="checkbox"/>
RECENTE/NOVO	<input type="checkbox"/>	MAU	<input type="checkbox"/>	MAU	<input type="checkbox"/>
CONSTRUÇÃO	<input type="checkbox"/>	RUÍNA	<input type="checkbox"/>	RUÍNA	<input type="checkbox"/>

CARACT. ESPACIAL		QUALIDADE		FOGOS	
URBANO	<input type="checkbox"/>	PARADIGMÁTICO	<input checked="" type="checkbox"/>	Nº DE FOGOS	1
RURAL	<input checked="" type="checkbox"/>	IMÓVEL CLASSIFICADO	<input type="checkbox"/>		
		SINTAGMÁTICO	<input type="checkbox"/>		

ACTIVIDADE / OCUPAÇÃO				VOLUMETRIA	
HABITAÇÃO		MISTO		Nº DE PISOS	3
HABITAÇÃO	<input checked="" type="checkbox"/>	SIM	NÃO		
INTERNA	SIM NÃO	COMÉRCIO	<input checked="" type="checkbox"/>		
ANEXO	<input type="checkbox"/>	SERVIÇOS	<input checked="" type="checkbox"/>		
GARAGEM	<input checked="" type="checkbox"/>	EQUIPAMEN.	<input checked="" type="checkbox"/>	EDIF. Nº	18

NOTAS:

Funcionalidade: - Comércio no piso térreo (Mini-Mercado)
 - Habitação unifamiliar nos pisos superiores.

Habitação antiga, em pedra.


Terrço na cobertura.



Telhado com 6 águas.

Lote sem terreno.

Materiais: - Granito e Xisto
 - Alvenaria colocada nos caixilheiros (...)

Edifício paradigmático negativo








Ilustração 67 – Ficha de levantamento do edificado. (Ilustração nossa, 2012).

Elaboração de desenhos de pormenor para melhor interpretação do sistema construtivo.

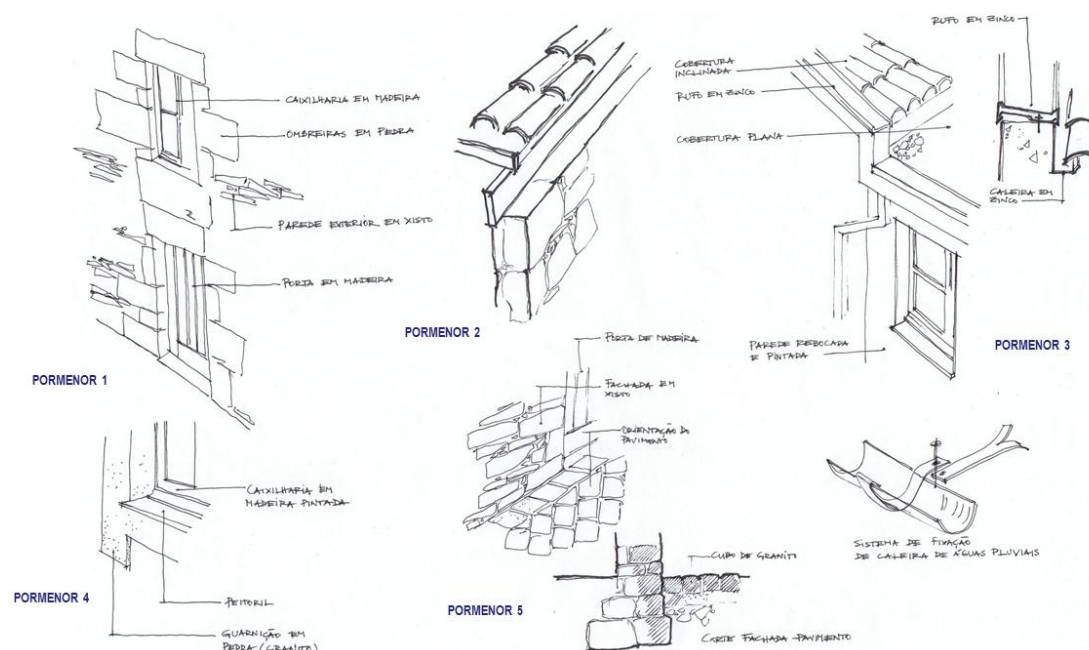


Ilustração 68 – Desenhos de caracterização de pormenores e do sistema construtivo existente. (Ilustração nossa, 2012).

Estes desenhos são referenciados com os perfis dos arruamentos, de forma a facilitar a sua interpretação.

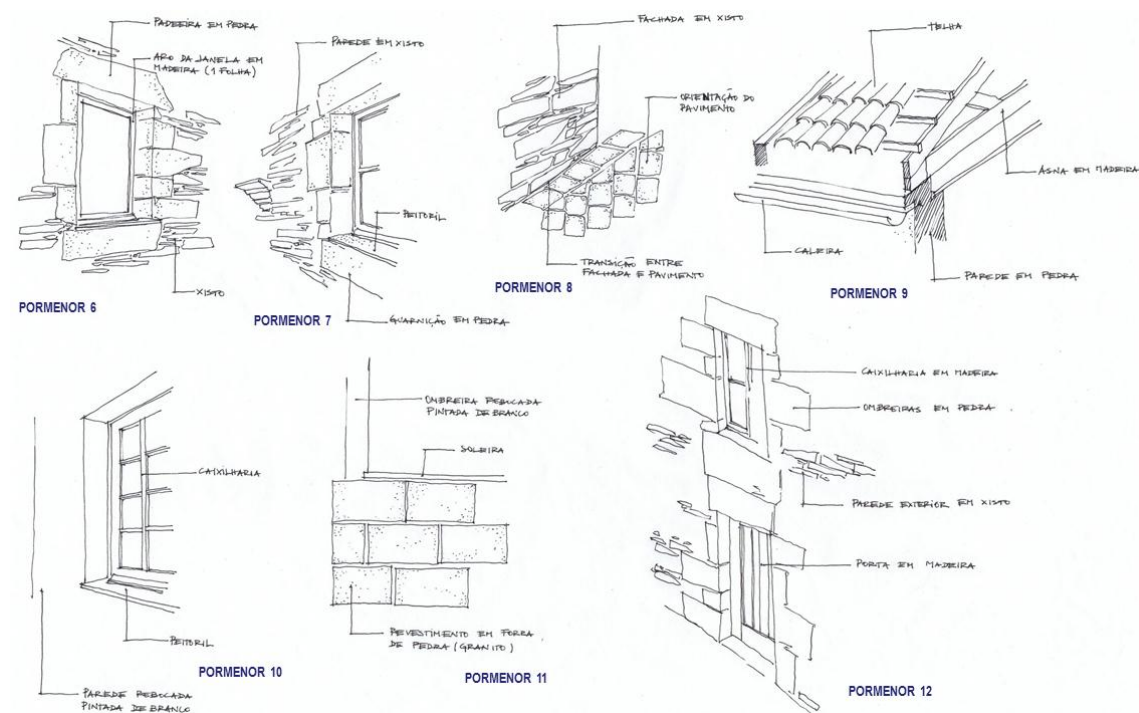


Ilustração 69 – Desenhos de caracterização de pormenores e do sistema construtivo existente. (Ilustração nossa, 2012).

Nestes desenhos deve existir a identificação dos materiais utilizados e a sua correspondência. Devem ser desenvolvidos de forma elucidativa e clara para a sua fácil interpretação.

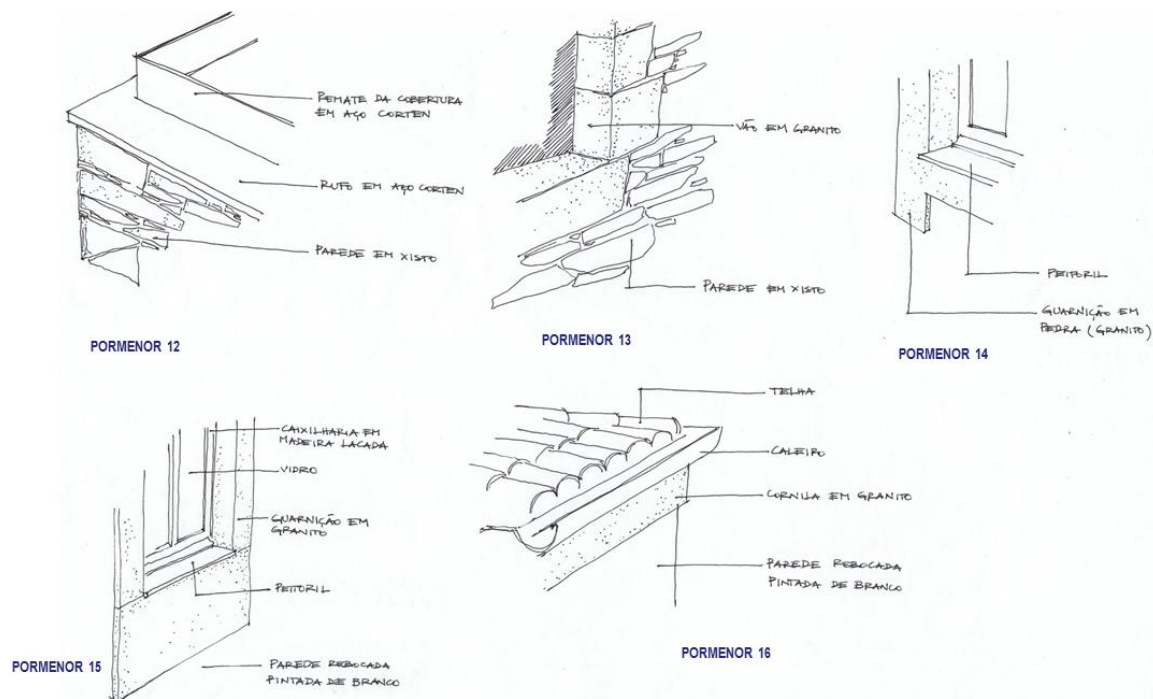


Ilustração 70 – Desenhos de caracterização de pormenores e do sistema construtivo existente. (Ilustração nossa, 2012).

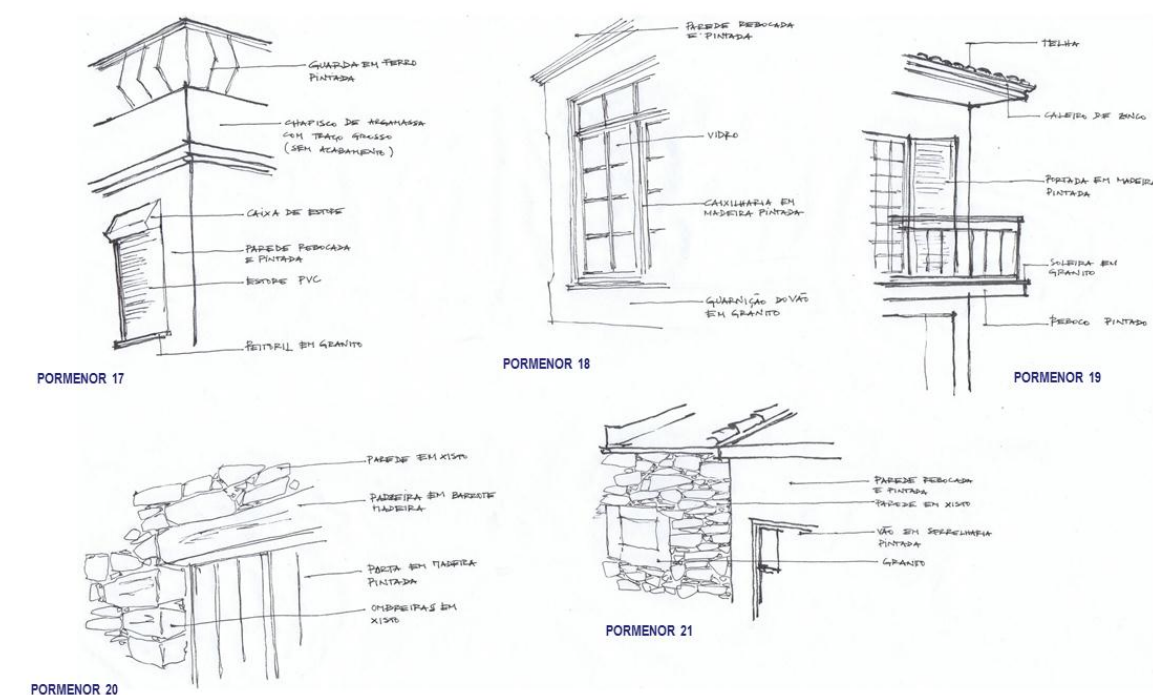


Ilustração 71 – Desenhos de caracterização de pormenores e do sistema construtivo existente. (Ilustração nossa, 2012).

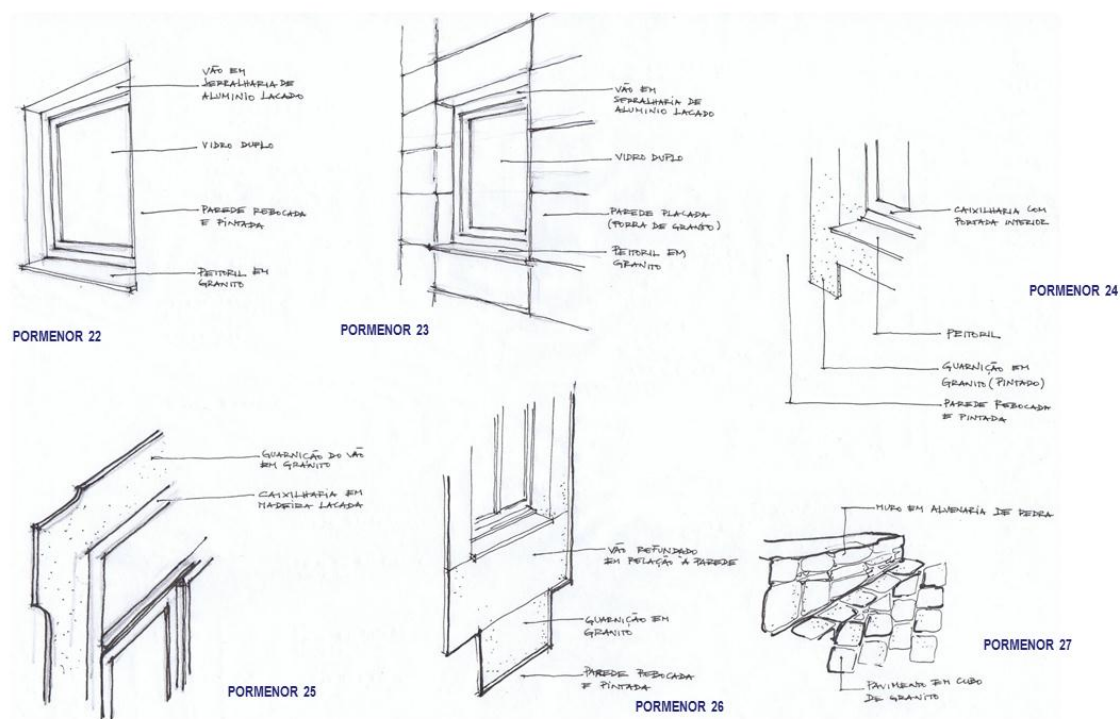


Ilustração 72 – Desenhos de caracterização de pormenores e do sistema construtivo existente. (Ilustração nossa, 2012).

QUADRO 3.1. FICHAS DOS ELEMENTOS COM FUNÇÕES ESTRUTURAIS

Referência	Elemento
FE.01_F1	Fundações
FE.02_PR1	Paredes Resistentes
FE.03_PR2	Paredes Resistentes em Pedra
FE.04_PR3	Paredes Resistentes em Terra
FE.05_PR4	Paredes Resistentes/Pilares em Tijolo
FE.06_PR5	Paredes Resistentes em Madeira
FE.07_PR6	Paredes Resistentes Mistas
FE.08_PD1	Paredes Divisórias em Madeira
FE.09_P1	Pavimentos com Estrutura em Madeira
FE.10_P2	Pavimentos com Estrutura Mista Madeira-Metal
FE.11_C1	Coberturas com Estrutura em Madeira
FE.12_E1	Escadas em Madeira

Ilustração 73 – “Tipificação dos principais elementos com funções estruturais”. (Freitas, 2012, p. 61)

6.2. PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO – FORMULAÇÃO E JUSTIFICAÇÃO

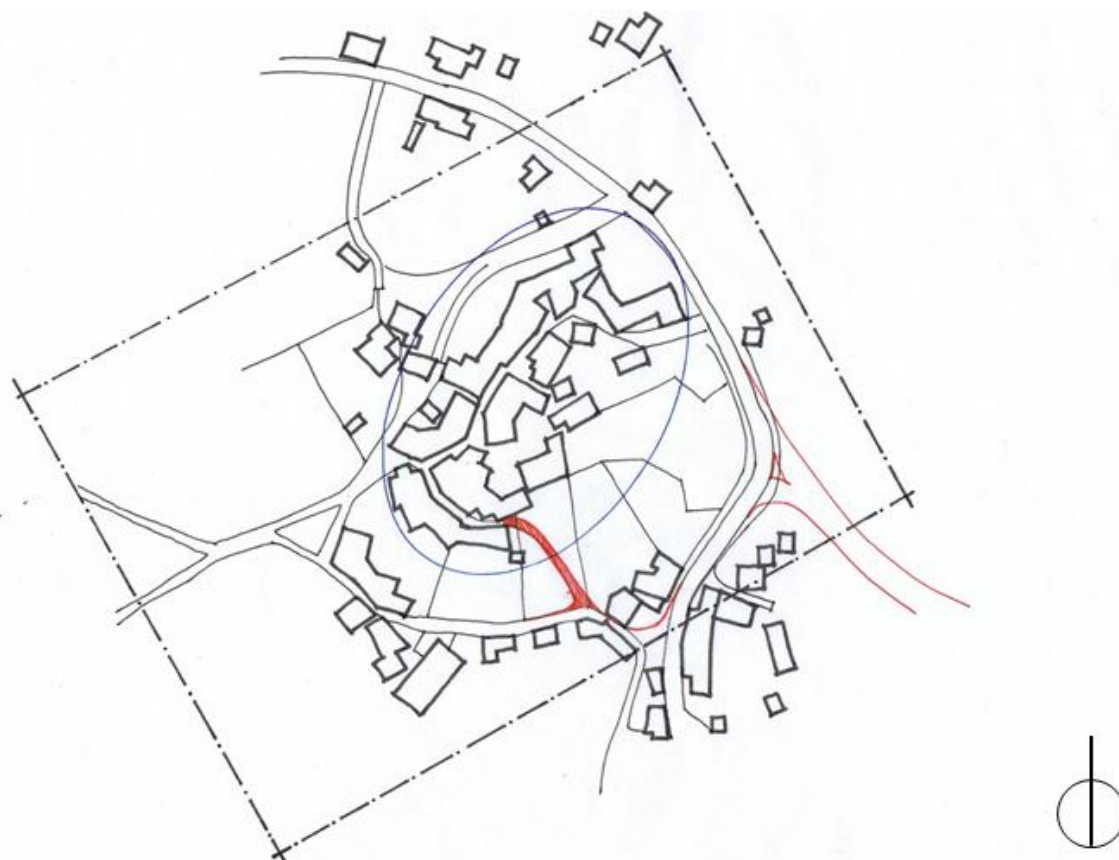


Ilustração 74 – Formulação de proposta. (Ilustração nossa, 2012).

Na análise da proposta para a área de intervenção proposta, tendo em consideração o funcionamento e potencialidade do seu espaço, optou-se por subdividir o mesmo para a sua melhor interpretação. Surgem assim 3 áreas significativas. A que se localiza mais a norte assume características de zona de repouso, quer pela dimensão dos arruamentos, pelos edifícios que a constituem, ou até mesmo pelo ligeiro afastamento do espaço mais central de Alvôco das Várzeas. Esta área reúne condições para explorar o conceito de dormitório. A recuperação do edificado neste espaço deveria pensar o mesmo como *suites* de hotel com todos os requisitos das habitações atuais, tendo especial atenção aos materiais e critérios de intervenção previamente definidos, promovendo a sustentabilidade. Conforme o desenho acima, seria necessário criar um novo acesso a este espaço, com o objetivo de enriquecer os seus percursos. Estes deveriam todos ser alvo de requalificação e iluminação (mesmo ao nível dos pavimentos, para iluminar as fachadas) que devolveria a beleza do dia à noite. Esta intervenção tem como primeiro objetivo melhorar as condições de quem vive estes espaços.



Ilustração 75 – Formulação de proposta. (Ilustração nossa, 2012).

A área indicada é alvo de uma intervenção mais profunda, ao nível da estruturação do espaço, da reorganização da malha construída e dos seus percursos. É objetivo principal eliminar a passagem de trânsito rápido pelo coração de Alvôco das Várzeas. Para tal será necessário alterar o percurso da estrada que divide a já pequena população, conforme o desenho indica, desviando o mesmo do centro e concordando novamente com o traçado existente, já fora da zona central de Alvôco da Várzeas. O acesso ao centro será feito num percurso de trânsito condicionado, repavimentado com material característico da região, com os percursos pedonais ao nível do mesmo. Os edifícios assinalados no desenho ganham protagonismo com esta situação, surgindo pequenas praças entre si, se considerarmos que estes espaços assumem características de percursos pedonais. Surge um maior espaço para contemplar o edificado, que para tal deve ser iluminado também a partir do pavimento, com luz rasante nas suas fachadas. Na zona mais a sul desta área em análise, está indicado um edifício com um potencial enorme, orientado para o rio e com uma área a explorar no plano de exposições ao ar livre e convívio social.



Ilustração 76 – Formulação de proposta. (Ilustração nossa, 2012).

A planta representada exhibe as áreas novas resultantes das alterações propostas. É evidente a organização da malha que resulta da eliminação do percurso de trânsito rápido. Esta área será objeto de estudo e proposta de arranjo urbano, com requalificação de espaços e edificado. É importante devolver Alvôco aos seus habitantes, que por razões diversas se ausentam. Devem ser criadas condições para promover a aproximação e hábitos dos habitantes. A recolocação estratégica de edifícios e dos percursos vai atrair a população, resultando daí uma nova vivência dos espaços. É importante que a Igreja, Junta de Freguesia, Casa da Cultura, Casa do Povo, Artesanato e Serviços ocupem este espaço central para obrigar a população a fazer estes percursos e a conviver simultaneamente, eliminando o isolamento social. A área destinada a exposições e convívio é igualmente importante neste propósito. Num outro olhar sobre o espaço, podemos dizer que esta área funciona como zona social da zona de dormitório localizada mais a norte, daí que a administração da zona de dormitório deva funcionar no espaço mais central de Alvôco das Várzeas. Deste modo industrializa-se, criam-se postos de trabalho, fortalece-se o turismo local (potenciado pela proximidade da Serra da Estrela), beneficia-se em grande escala a população local e cria-se uma vontade de voltar àqueles que forçosamente se ausentam.

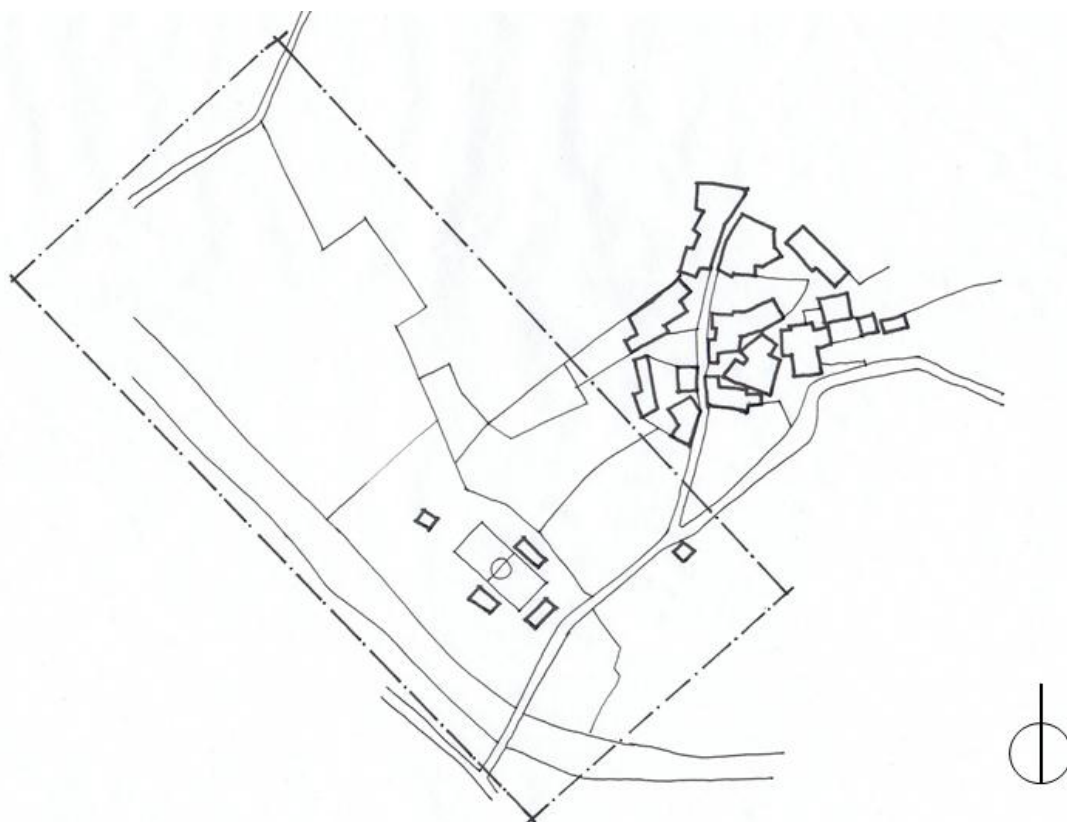


Ilustração 77 – Formulação de proposta. (Ilustração nossa, 2012).

Esta área será alvo de estudo e análise posterior. Trata-se de um espaço localizado a sul da população, com uma linha de água e com uma ligação à outra margem por meio de uma ponte em pedra. É uma área arborizada, muito rica do ponto de vista da exploração das suas potencialidades.

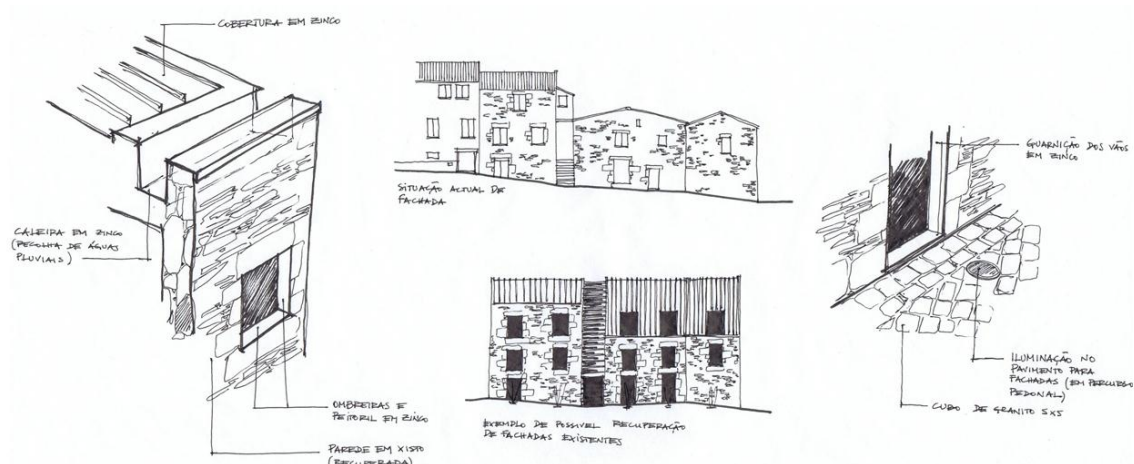


Ilustração 78 – Formulação de proposta. (Ilustração nossa, 2012).

A requalificação do edificado deve obedecer a critérios pré definidos. Aproveitar os recursos da região, do ponto de vista da sustentabilidade. Todas as casas em xisto devem ser requalificadas para dotar a aldeia das suas principais características. Os materiais devem ser escolhidos criteriosamente e o skyline deve ser corrigido de modo a homogeneizar os alçados das ruas. As aberturas nas fachadas devem ser revistas do ponto de vista dos alinhamentos e da dimensão, salvaguardando a salubridade dos espaços interiores resultantes das alterações. As caixilharias deveriam ser ocultas, nos edifícios recuperados, funcionando como negativos das fachadas recuperadas, promovendo-as simultaneamente. A localização de iluminação nos pavimentos tem o objetivo de iluminar as fachadas sublinhando a beleza dos materiais e enaltecendo as paredes em xisto que se levantam do chão. Os remates dos vãos, as coberturas e os pisos de correção do skyline devem ser em zinco ou cobre, enriquecendo os alçados. Em edifícios de requalificação diferente, em que não existe xisto, as caixilharias devem ser alvo de estudo, ao nível do funcionamento, estrutura, material e cor (branco ou preto).

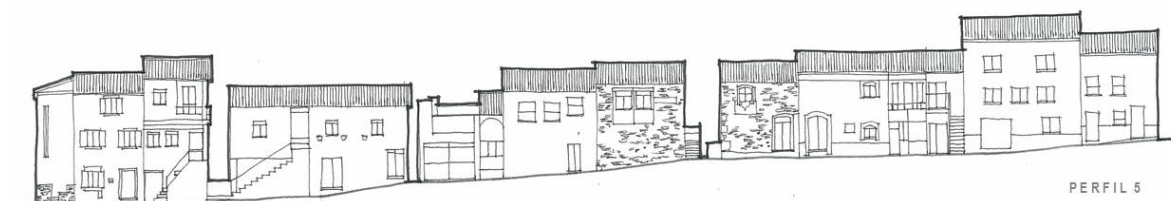


Ilustração 79 – Análise de perfis. (Ilustração nossa, 2012).



Ilustração 80 – Análise de perfis. (Ilustração nossa, 2012)

Este é um exemplo dos perfis que permitem uma análise do alinhamento altimétrico das fachadas que os constituem. Com um estudo criterioso estes alinhamentos podem ser corrigidos com o objetivo de enriquecer os alçados que compõem a aldeia de Alvôco das Várzeas, sendo que esta intervenção criteriosa não deve nunca eliminar a arquitetura vernacular que a caracteriza e lhe dá identidade. Esta intervenção não

passa unicamente por subir a altura dos edifícios existentes, com vista a corrigir a “Skyline”, mas também por baixar a altura dos mesmos, se se achar conveniente. Uma intervenção mais difícil, que implicaria a alteração estrutural dos edifícios alvo de renovação, seria os alinhamentos altimétricos dos vãos, entre diferentes habitações.

Todas as intervenções a desenvolver devem ter como preocupação fundamental nunca retirar o carácter do espaço da aldeia.

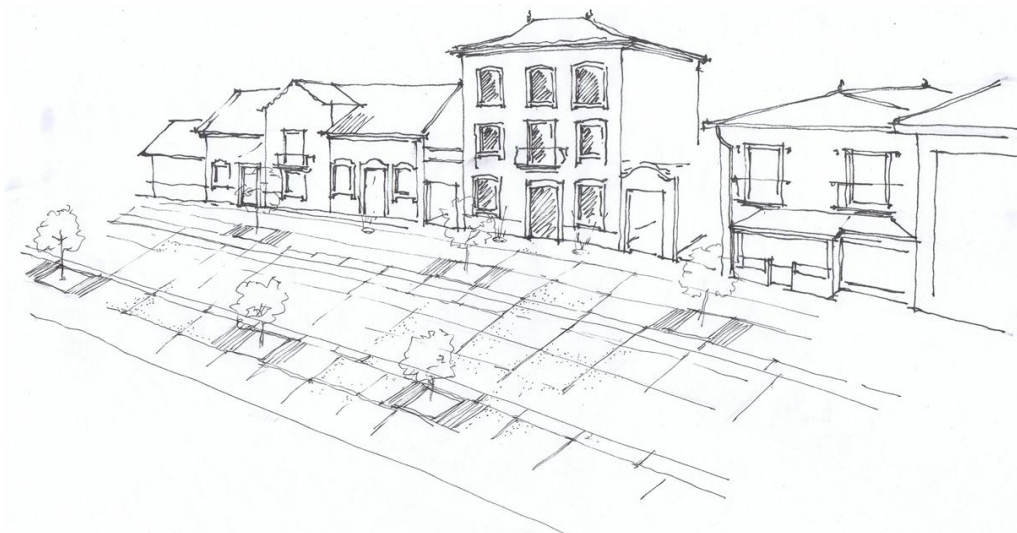


Ilustração 81 – Estudo desenvolvido na formulação da proposta. (Ilustração nossa, 2012).



Ilustração 82 – Estudo desenvolvido na formulação da proposta. (Ilustração nossa, 2012).

Conforme já referido, a elaboração do projeto de execução surge quando a estratégia de intervenção se encontra bem definida. Quando se considerar que a intervenção programada é muito complexa e intrusiva, deve realizar-se um anteprojeto ou projeto base. O projeto deve ser construído por peças escritas e desenhadas que descrevam de forma detalhada os diversos trabalhos necessários para a reabilitação do edifício. É um projeto global integrado, com a articulação clara dos diferentes projetos parcelares. O sucesso da reabilitação dependerá da qualidade e especificidade dos desenhos de pormenor, que são de difícil elaboração.

6.3. PROJECTO DE DESENHO URBANO

O projeto de desenho urbano tem também como alvo a zona junto à Ribeira de Alvôco das Várzeas. Surgindo como área fundamental na reestruturação e revitalização da aldeia, propõe-se para este espaço uma requalificação simples que consiste num percurso pedonal paralelo à ribeira, executado em betão branco e rasgado com iluminação à medida que se desenvolve e em diferentes zonas de estar, marcadas por pequenos edifícios de equipamento que as organizam. Assim, junto à ponte surge um espaço de informação, destinado ao apoio balnear. Continuando a percorrer o espaço, surge um espaço de repouso e leitura. Gradualmente, organiza-se todo o espaço junto à ribeira, no qual surge posteriormente uma zona destinada a um Bar/Café associado a um espaço onde podem ser feitos exercícios ou onde as crianças podem brincar. O pequeno edifício de equipamento mais próximo do final do percurso paralelo à ribeira será um atelier para pintura ou escultura, acompanhado por um espaço ao ar livre, convidando à participação de todos nestas atividades. Todo o espaço ao ar livre será caracterizado pela existência de árvores, bancos em betão branco com iluminação individual, percursos que permitem usufruir o máximo do espaço, obedecendo a uma malha estrutural, mas desenvolvendo-se de forma abstrata e muros em xisto que compartimentam o mesmo espaço. No final do percurso pedonal principal, este ganha cota, desligando-se do chão e permitindo uma contemplação melhor da paisagem.

O edifício a requalificar (onde nasceu Alvôco) será denominado ALVOCULTURA e pretende funcionar como núcleo, uma vez que será do mesmo que se organiza o funcionamento do Hotel das Casa Brancas disperso pela aldeia. Todas as casas devolutas, em xisto, serão requalificadas, obedecendo aos critérios já referenciados, mas caracterizando-se pela cor branca em todo o seu espaço interior (exceto pavimento). A receção e todos serviços de apoio necessários num hotel, terão aí

residência. Este edifício será também dotado de uma zona de exposições permanente, localizada no edifício (ou parte dele) existente em pedra. Aqui estará sempre exposto tudo que Alvôco pode promover, localizado junto à receção e funcionando ao mesmo tempo como zona de espera do Hotel. No tardoz deste primeiro corpo que assume o existente surge um pátio exterior e um novo edifício que se levanta do xisto e assume a nova forma (a base será iluminada e as paredes também, a partir do pavimento). Este edifício comporta um espaço de exposições temporárias, adequadas a um calendário de arte a definir, uma biblioteca (com pátio central) e zona de documentação de Alvôco, uma área informática e um auditório com um pequeno foyer. Existe também um restaurante com vista privilegiada sobre a Ribeira de Alvôco, que se desenvolve abaixo da cota de entrada, beneficiando da morfologia do terreno e adaptando-se a ele. Este corpo promove um espaço superior de pátio com espelho de água e é construído em xisto, simulando o afloramento da rocha.

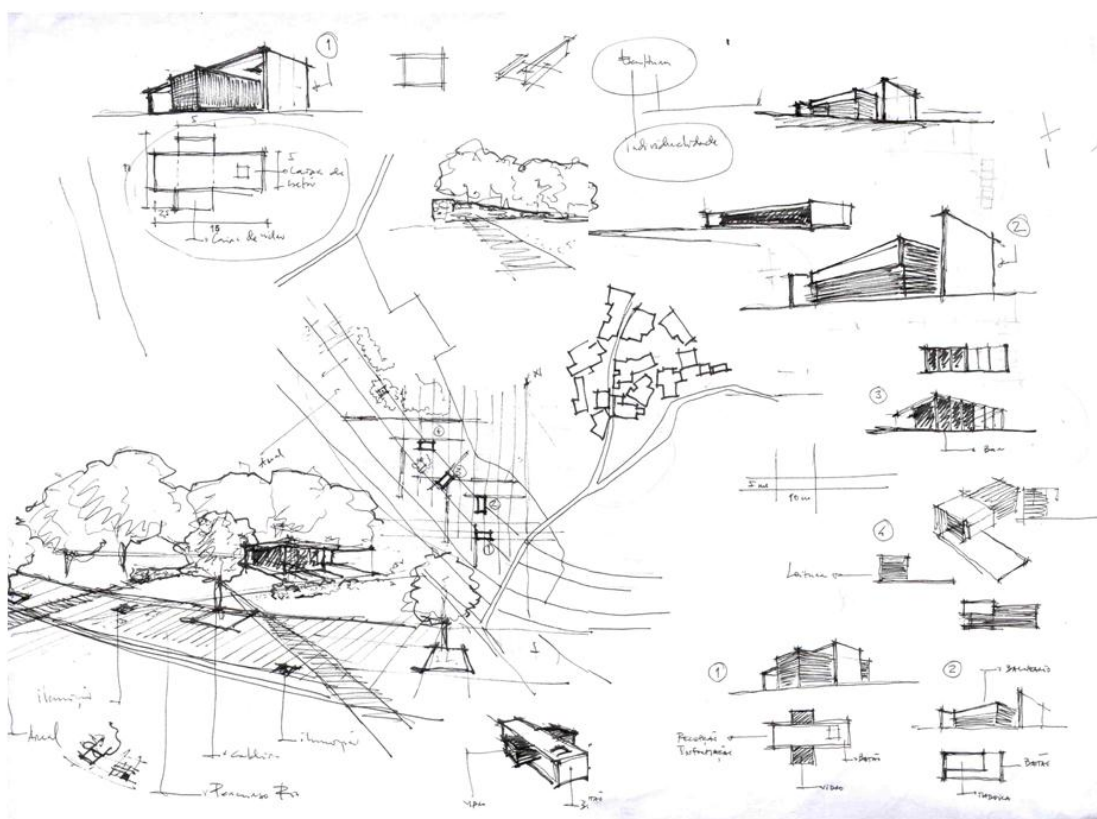


Ilustração 83 – Estudos desenvolvidos na proposta de desenho urbano. (Ilustração nossa, 2012).

Desenhos e estudos de funcionamento do edifício “Alvocultura”, a reabilitar

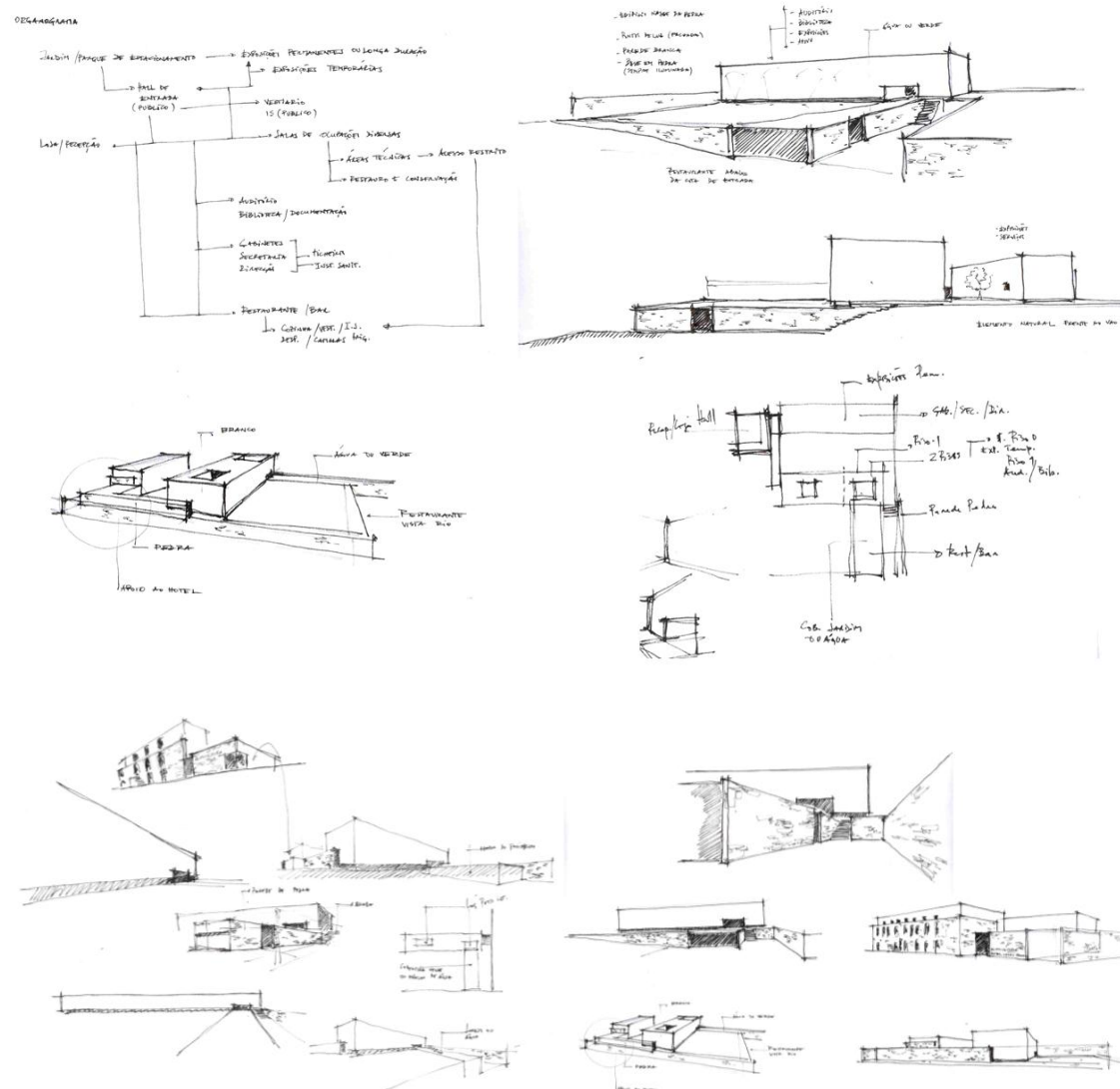


Ilustração 84 – Estudos desenvolvidos na proposta de projecto. (Ilustração nossa, 2012).



Ilustração 85 – Planta geral da area de intervenção com a proposta a desenvolver. ([Adaptado a partir de:] Santos, 2012).



Ilustração 86 – Planta geral da area de intervenção com a definição de áreas a detalhar. ([Adaptado a partir de:] Santos, 2012).



Ilustração 87 – Planta da intervenção proposta para área junto à ribeira de Alvôco das Várzeas. ([Adaptado a partir de:] Santos, 2012).

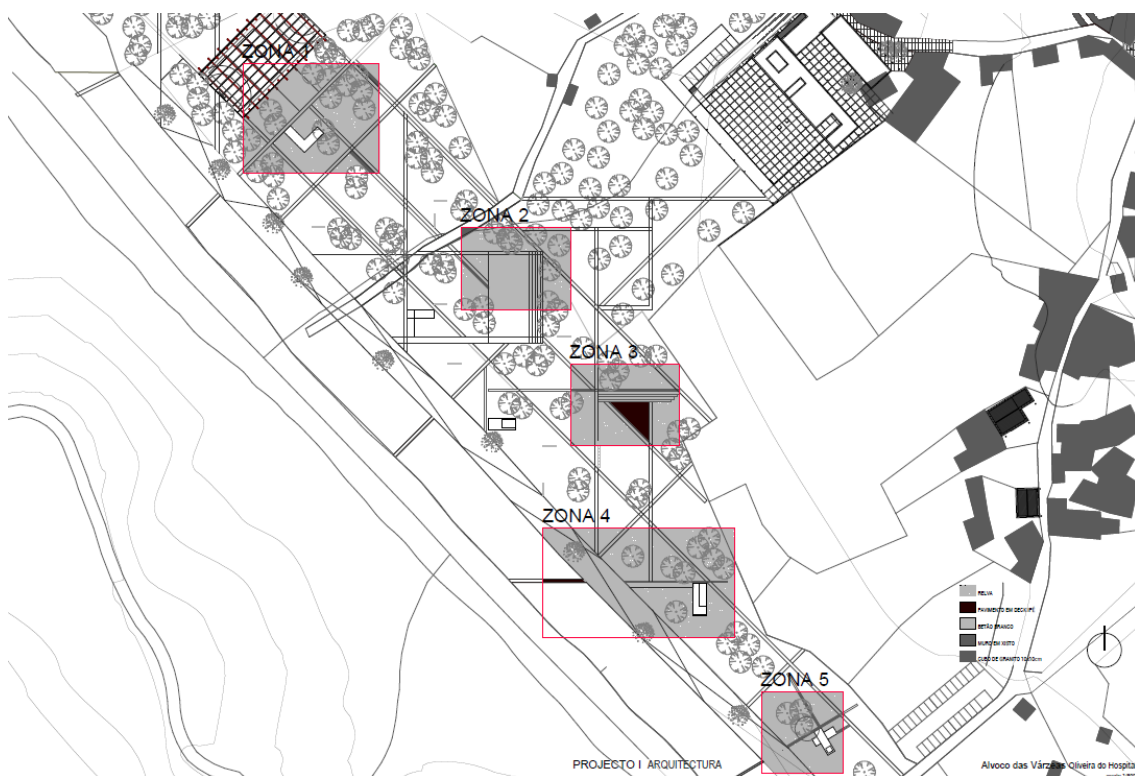


Ilustração 88 – Planta com identificação das zonas a detalhar para área junto à ribeira de Alvôco das Várzeas. ([Adaptado a partir de:] Santos, 2012).

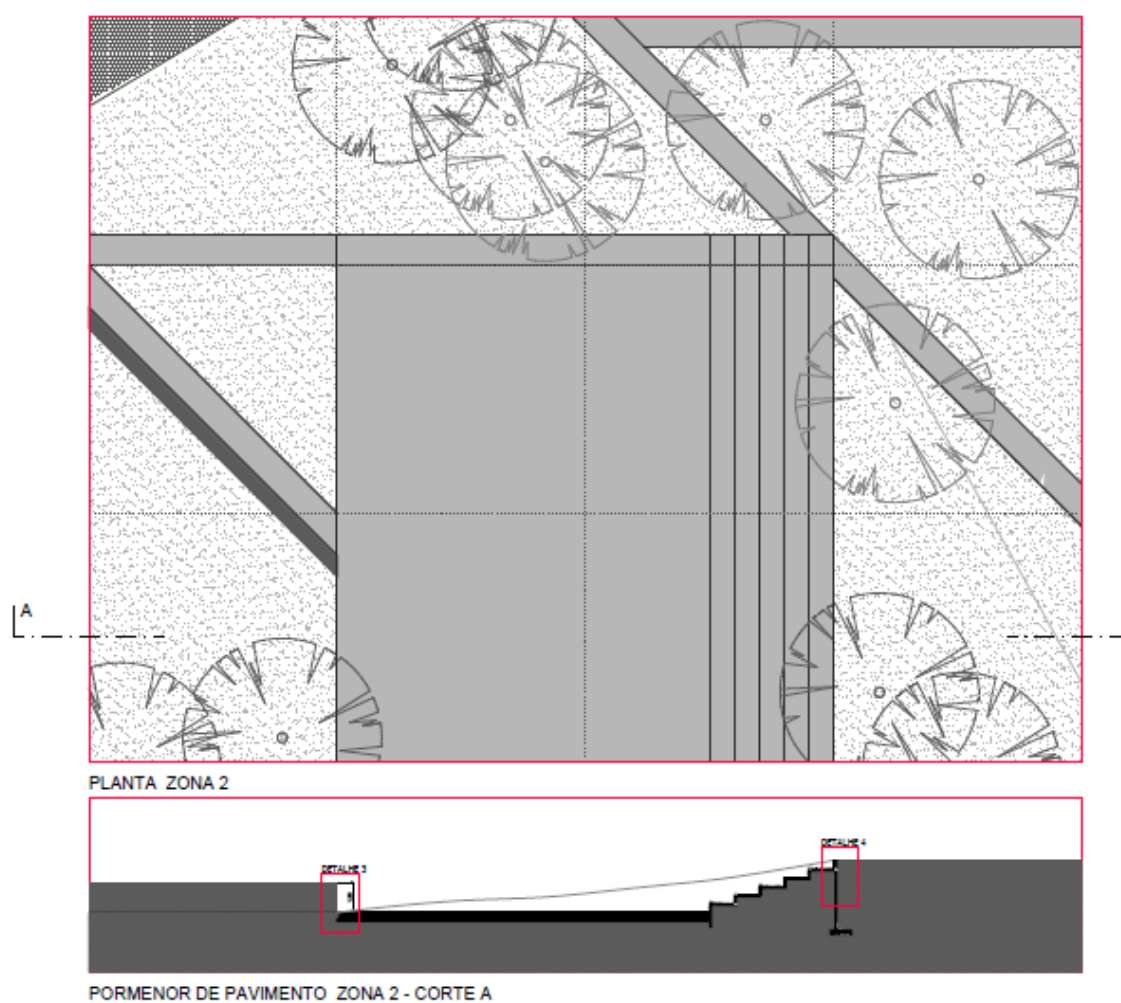


Ilustração 89 – Zonas a detalhar e respectivos pormenores construtivos. (Ilustração nossa, 2012).

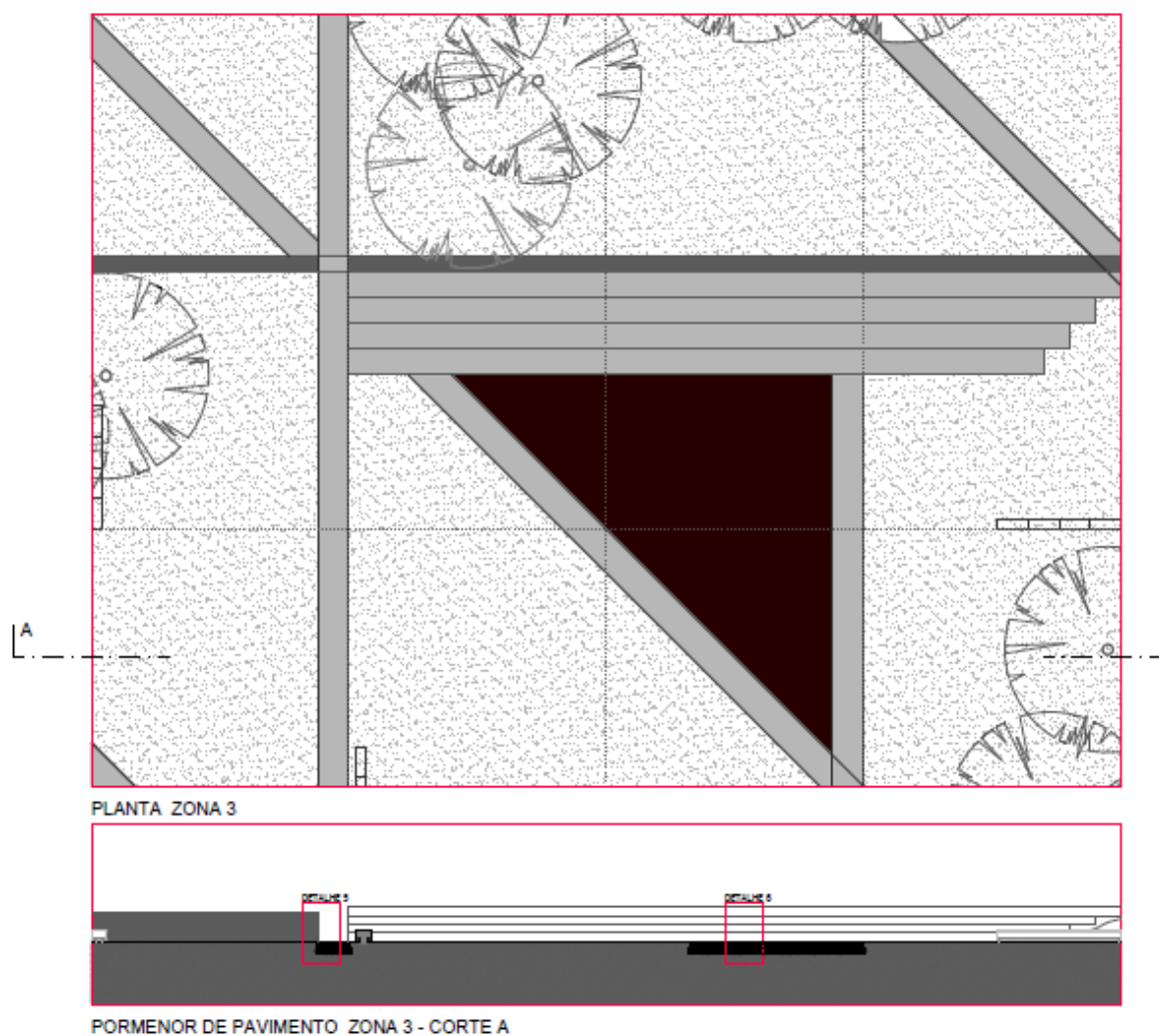


Ilustração 90 – Zonas a detalhar e respectivos pormenores construtivos. (Ilustração nossa, 2012).

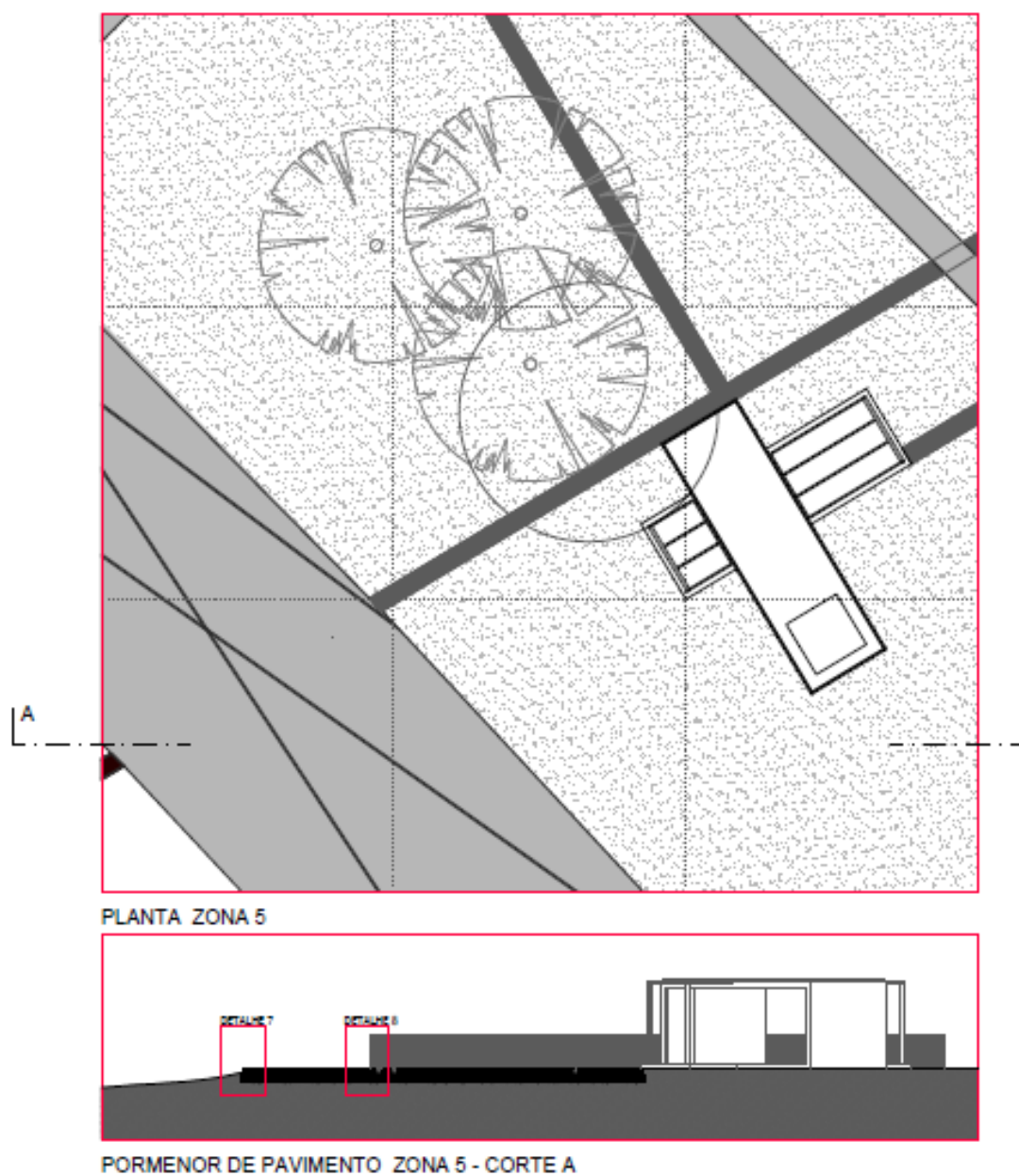


Ilustração 91 – Zonas a detalhar e respectivos pormenores construtivos. (Ilustração nossa, 2012).

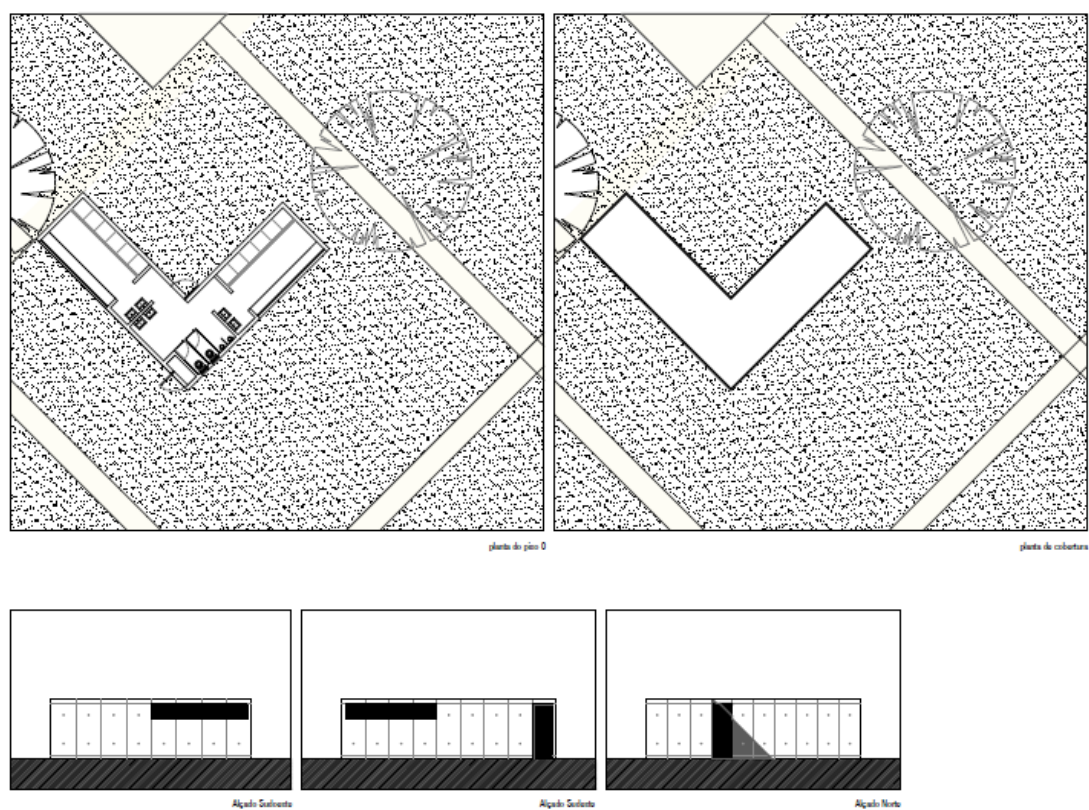


Ilustração 92 – Equipamento de apoio a localizar na área de intervenção junto à ribeira de Alvôco das Várzeas. (Ilustração nossa, 2012).

6.4. PROJECTO DE ARQUITECTURA



Ilustração 93 – Planta da intervenção proposta para área central de Alvôco das Várzeas. ([Adaptado a partir de:] Santos, 2012).



Ilustração 94 – Planta com a identificação das zonas a detalhar na área central de Alvôco das Várzeas. ([Adaptado a partir de:] Santos, 2012).



Ilustração 95 – Zonas a detalhar e respectivos pormenores construtivos. (Ilustração nossa, 2012).



Ilustração 96 – Planta da Intervenção proposta para a requalificação do edifício existente (aqui nasceu Alvôco) a designar “Alvocultura”. (Ilustração nossa, 2012).

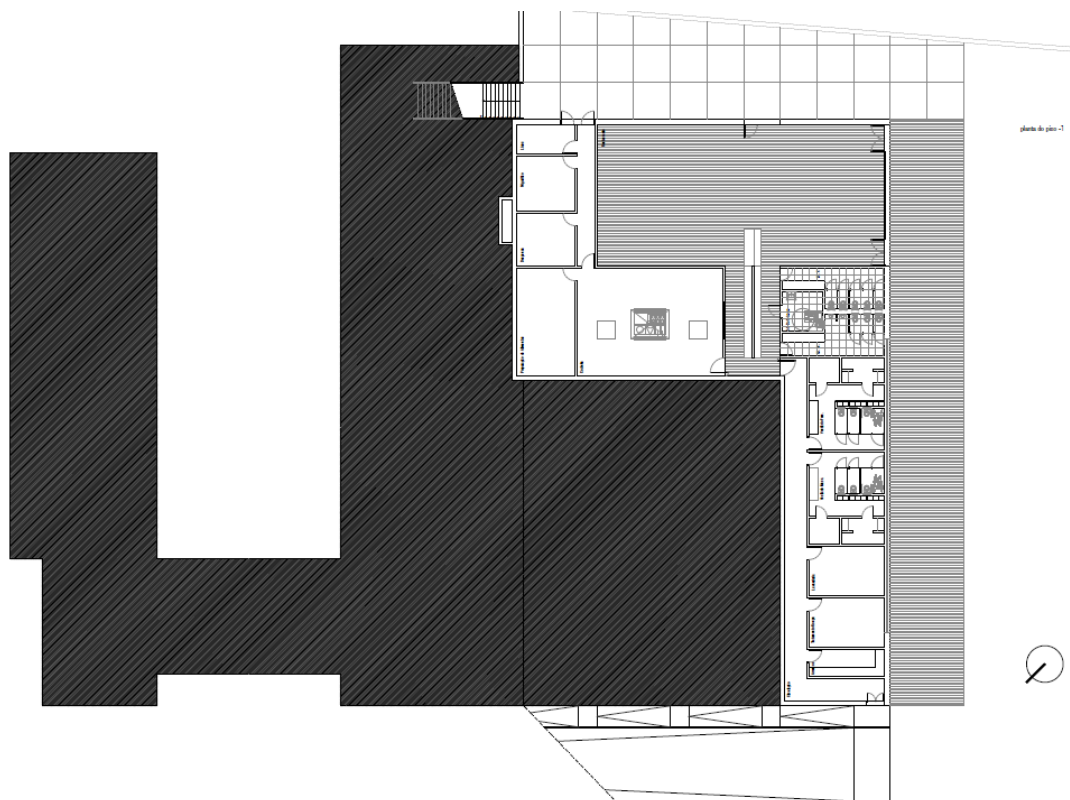


Ilustração 97 - Planta do Piso -1 do edifício “Alvocultura”. Zona do Restaurante. (Ilustração nossa, 2012).

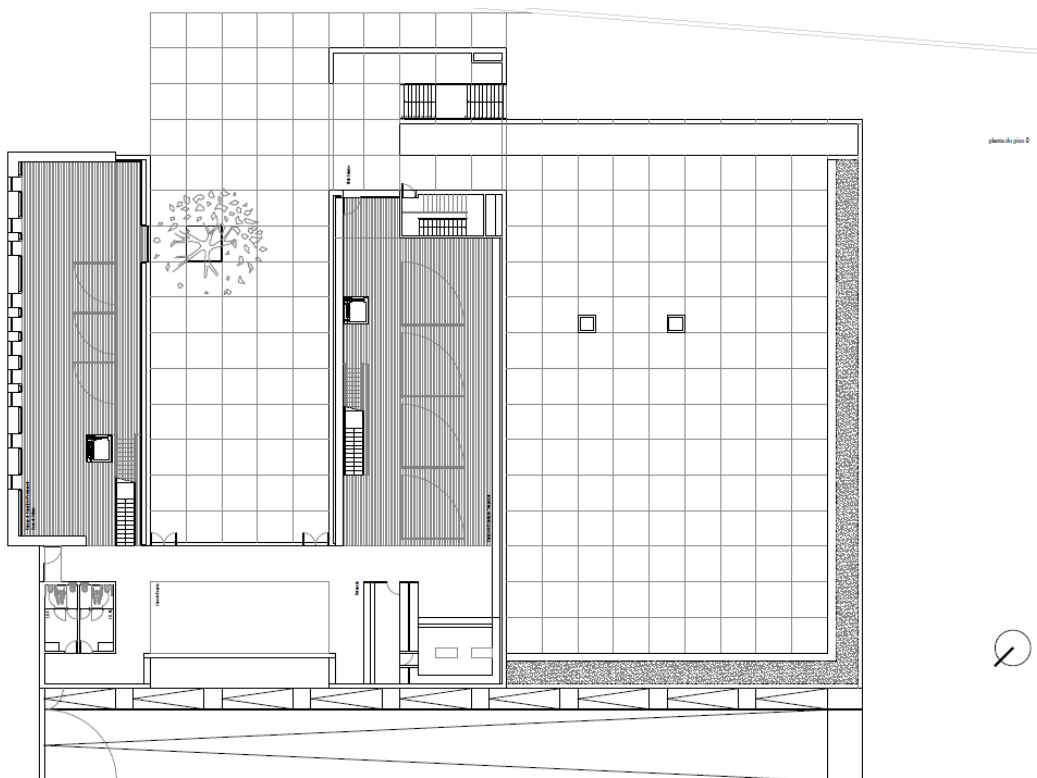


Ilustração 98 - Planta do Piso 0 do edifício “Alvocultura”. Zona de Recepção e Exposições. (Ilustração nossa, 2012).

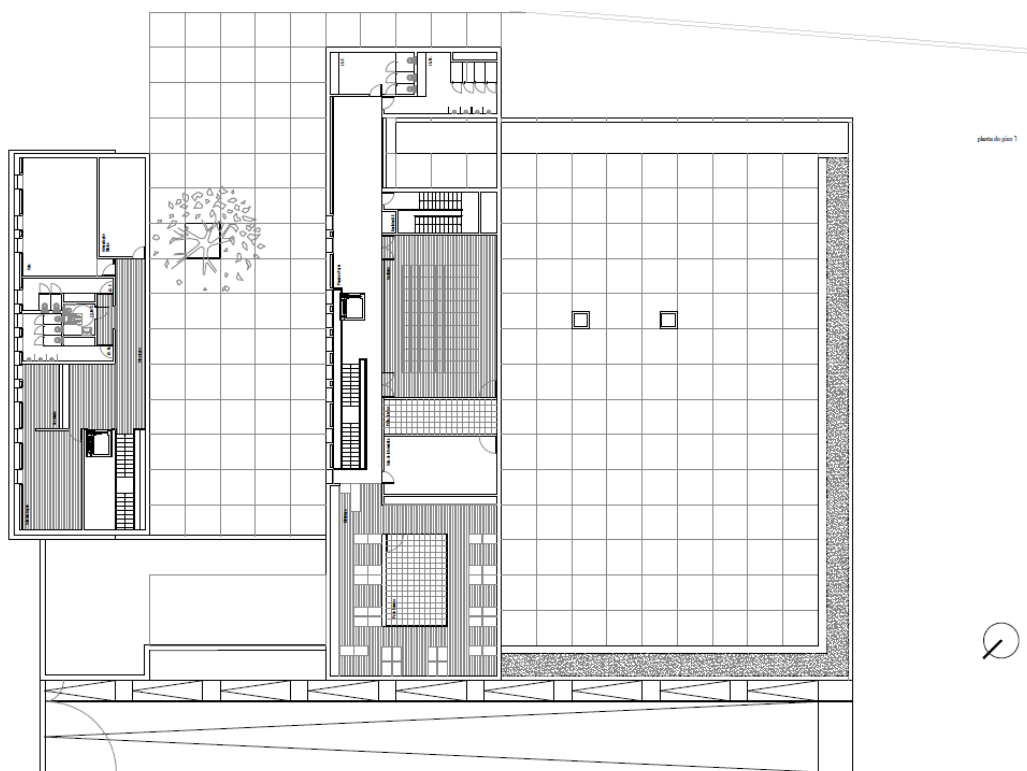


Ilustração 99 - Planta do Piso 1 do edifício “Alvocultura”. Zona de Auditório, Biblioteca e Formação. (Ilustração nossa, 2012).

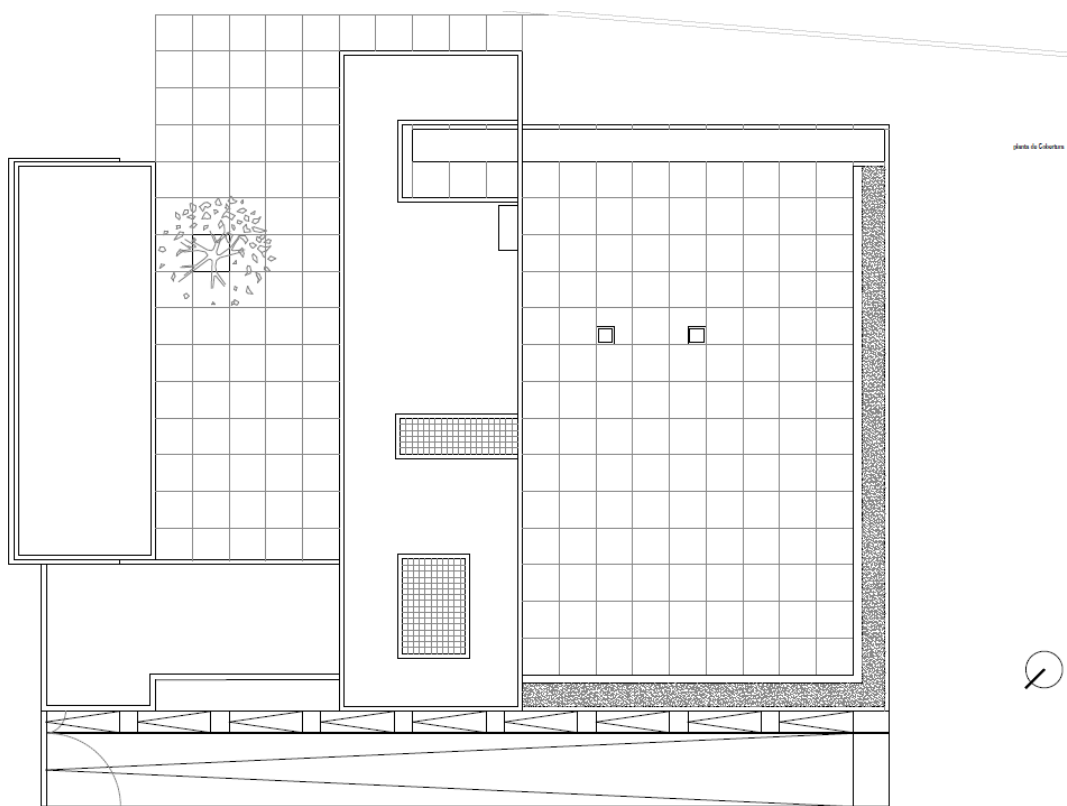


Ilustração 100 - Planta da Cobertura do edifício “Alvocultura”. (Ilustração nossa, 2012).

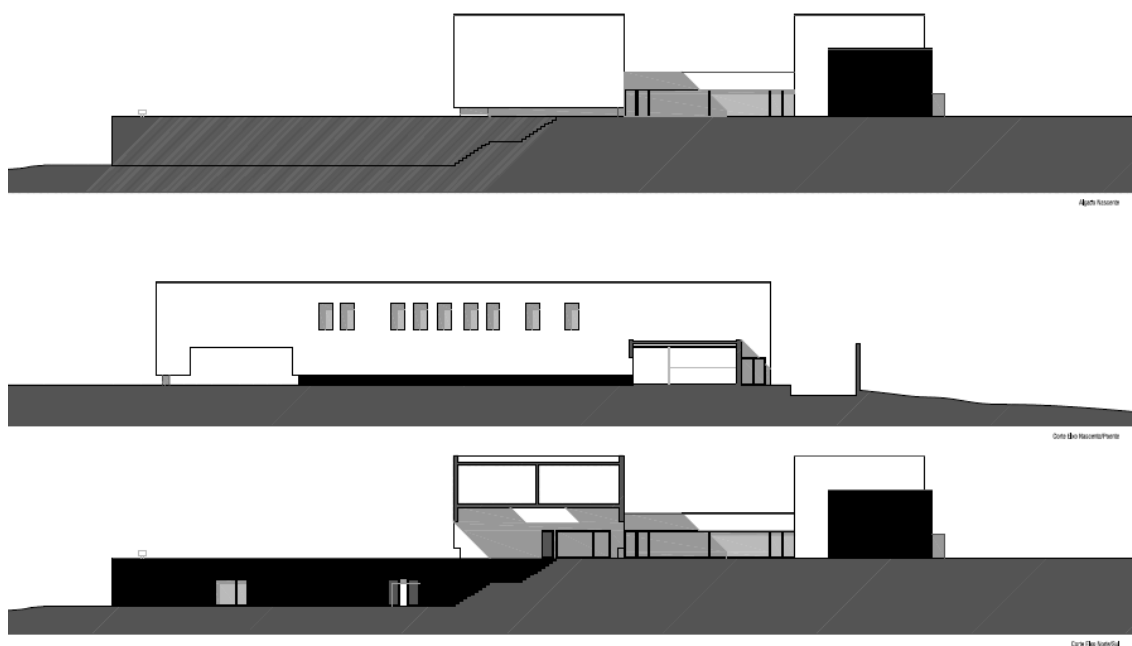


Ilustração 101 - Corte Longitudinais do edifício "Alvocultura". (Ilustração nossa, 2012).

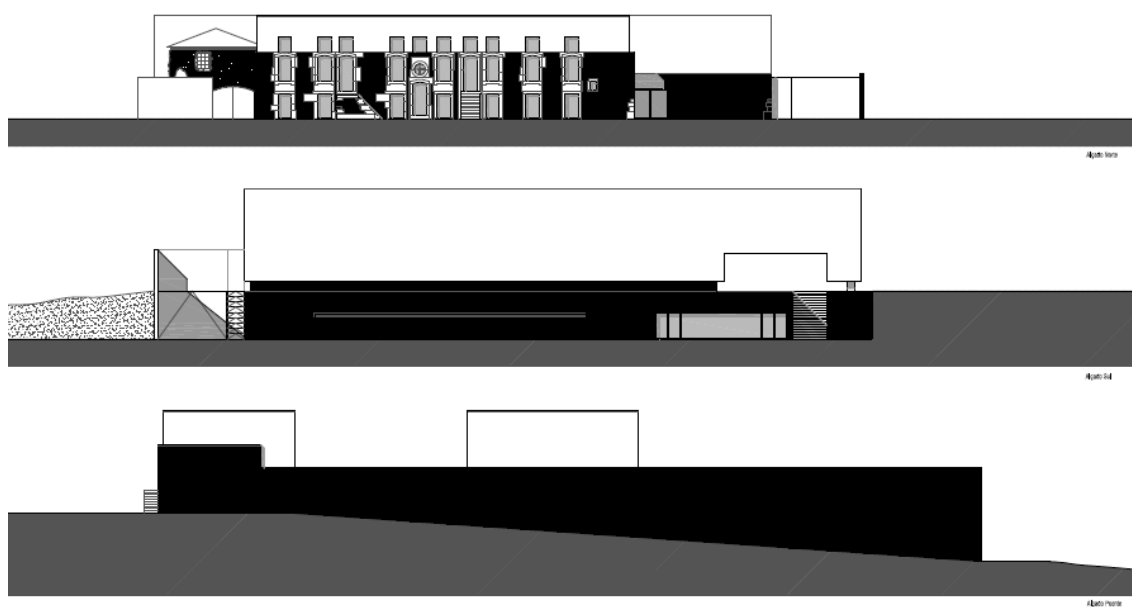


Ilustração 102 - Alçados do edifício "Alvocultura". (Ilustração nossa, 2012).

Plantas e alçados dos edifícios a requalificar em Alvôco das Várzeas, para posterior utilização como quartos do “Hotel das Casas Brancas”. Estes edifícios recuperados existem dispersos pela aldeia, funcionando como apêndices do edifício central “Alvocultura” e promovendo a interação dos visitantes com os habitantes.

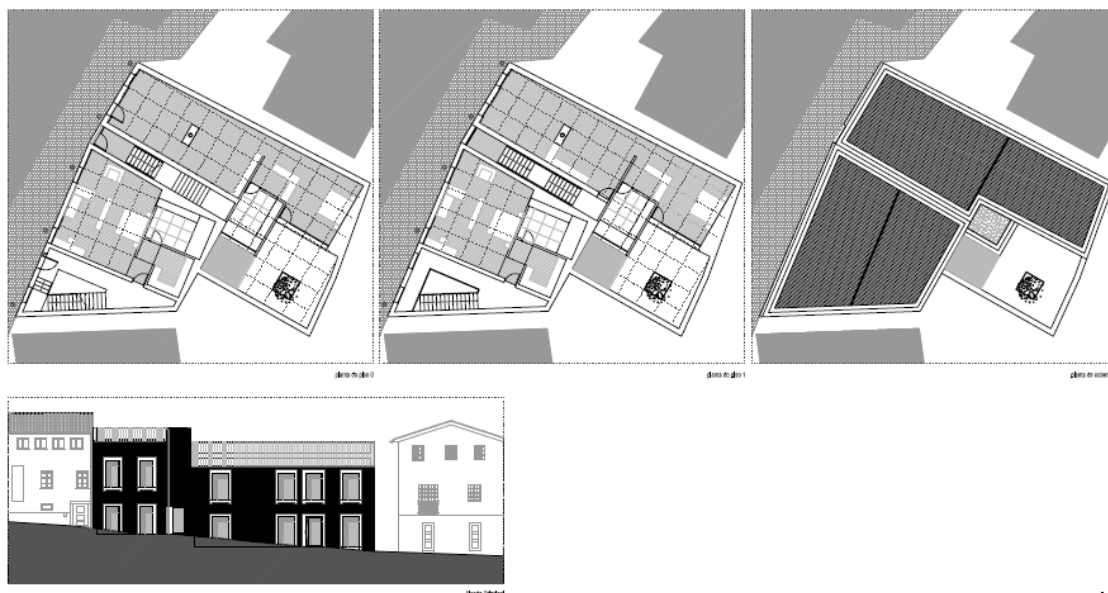


Ilustração 103 - Plantas e alçados dos edifícios a requalificar em Alvôco das Várzeas. (Ilustração nossa, 2012).

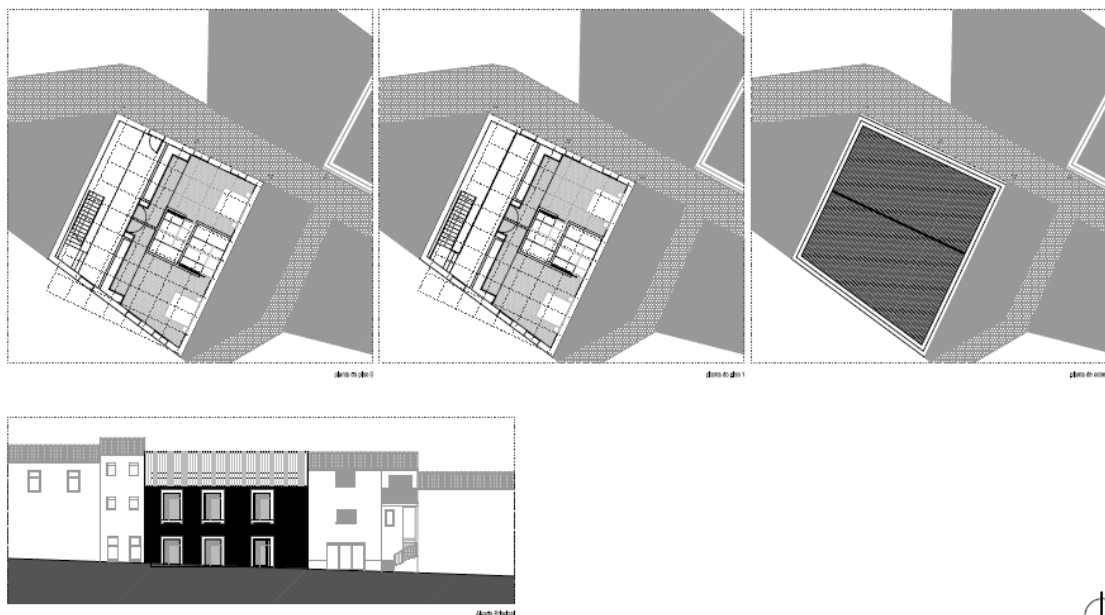


Ilustração 104 - Plantas e alçados dos edifícios a requalificar em Alvôco das Várzeas. (Ilustração nossa, 2012).

7. CONCLUSÃO

Com o desenvolvimento deste exercício pude inteirar-me que muitas das questões que me ensombravam, no que concerne ao tema em debate, já foram levantadas por diversos teóricos da arquitetura, que criteriosamente as debateram e expuseram, indicando caminhos e ponderando soluções. Atualmente convivemos com problemas na reabilitação das nossas cidades que já foram suscitados, mas que para os quais, preferimos ignorar a sua solução. A razão para tal facto, eu desconheço, mas tenho a plena noção de que nos mais diversos tempos a solução esteve lá e na grande maioria das situações não foi opção. Foi um caminho que se tomou, que conduziu a um crescente degradar do património, a uma perda de identidade das pessoas com os espaços das cidades e a uma descaracterização do tecido humano que desemboca na extinção da alma de muitos lugares.

Reabilitar não é simplesmente recuperar um edifício, respeitando toda a legislação. Reabilitar é muito mais. Reabilitar é devolver o seu estado capaz, a tudo o que o perdeu. Não nos devemos esconder atrás dos termos e devemos perceber o que de facto se deve fazer. A reabilitação necessária é mais profunda e talvez abstrata do que a que atualmente se proclama. Quando percebemos que as ações que atualmente se desenvolvem na área da reabilitação se cingem maioritariamente à preocupação com o parque edificado devemos ficar preocupados por assistir a uma diminuição de uma questão tão relevante, que interfere e condiciona a nossa forma de viver.

As críticas atuais sobre a produção da cidade recaem fundamentalmente sobre o seu acionamento e não necessariamente sobre a sua conceção. Atualmente existe um certo consenso sobre as propostas estruturadas, mas a sua concretização é dúbia e não é avaliada na sua monitorização e revisão. Não existe coordenação entre os atores no desenvolvimento das políticas das cidades. É urgente racionalizar as políticas de ordenamento territorial. É fundamental a capacidade de gerir sistemas complexos, o aumento da base científica da ação e avaliação e uma maior participação dos cidadãos. Devem ser acionadas políticas que integrem o urbano, o emprego, o social, a cultura e as formas de participação.

Os atores devem agir em sintonia e defender um modelo de desenvolvimento sustentado, ambientalmente protegido e politicamente concertado.

Num processo de reabilitação de uma cidade, espaço ou lugar deve ser elaborada uma análise das tensões sociais do planeamento. O pensamento estratégico procura novas relações sociais, que exigem um novo contexto de confiança, transformando as relações entre indivíduos e a sociedade, favorecendo a renovação de laços sociais.

É importante perceber as atuais transformações das cidades no contexto económico, os efeitos socio espaciais causados pelos modelos civilizacionais nas cidades e modos de vida urbanos e a complexidade dos modelos de gestão urbana. A vida da cidade é cada vez mais condicionada pelas formas de organização social.

A coesão social e a coesão espacial estão no centro de dois desafios, sendo a constituição da economia do mundo e o individualismo pós-moderno. Estas duas questões juntam-se na diversidade de opções e modos de vida da sociedade moderna.

Os três principais traços que formatam a problemática da coesão social que afetam os modos de vida na cidade são a crise da “sociedade salarial” refletida através do desemprego, o ator enquanto sujeito capaz de se afirmar e o reconhecimento das diferenças entre grupos sociais.

Estas questões traduzem alterações que encontram a sua origem nas transformações da organização social, dos sistemas produtivos, da família, nos processos de socialização.

Reestruturação económica, coesão social e efeitos espaciais, são questões fulcrais a articular no pensamento atual de reabilitação das cidades.

São muitas as tensões que atravessam o urbanismo, as formas de viver e de se apropriar da cidade. A cidade estrutura o espaço e o tempo da vida quotidiana seja na diversidade dos territórios ou nos modos de apropriação. As cidades sem qualidade, com deficientes condições de acessibilidade, com deficientes condições de mobilidade, sem relação entre si e com espaços recortados, geram distanciamento social. Por outro lado uma cidade com qualidade, que sofra um processo de reabilitação adequado, satisfaz a diversidade de necessidades, favorece a autonomia espacial, a gestão do espaço e a gestão do tempo em função das necessidades. Para isso é importante garantir mobilidade, oferecer equipamentos e serviços articulados, cuidado sobre o património e reabilitar a identidade urbana. A cidade deve permitir

individualização do tempo e da vida quotidiana. A cidade com qualidade tem identidade urbana pela capacidade de cada um gostar do sítio, do bairro e da cidade onde vive, por se identificar com ela. Esta cidade deve valorizar as acessibilidades e a multiculturalidade.

As cidades são palco da vida coletiva. Os sociólogos sempre se interrogaram, como se consegue viver em conjunto e constituir como “sociedade” sendo tão diferentes, com poderes desiguais e interesses tão distintos. Tradicionalmente a sociedade rural era mais homogénea e a sociedade urbana era o inverso.

Para procurar colmatar falhas cometidas e realizar processos de reabilitação sérios, a política de cidades a desenvolver, deve privilegiar a redefinição política e urbanística do estatuto de bairro, a identificação de espaços, funções e identidades, aperfeiçoar a envolvente territorial, coser a cidade, privilegiar relação entre espaços, gerar condições de segurança e produzir espaço público.

Para solucionar problemas relacionados com uma sociedade socialmente desigual, as políticas de cidade necessárias devem preparar a cidade multicultural, reforçar espaços equipando espaços públicos, promover formas públicas de manifestação multicultural, criar espaços atrativos equipados e promover formas de apropriação do espaço, alterar espaços segregados, evitar realojamentos concentrados e promover a vigilância de proximidade. Deste modo podemos dotar a cidade daquilo para que foi concebida, isto é, dotá-la da capacidade de ser vivida.

A cidade tornou-se difícil de gerir porque é heterogénea. A crítica aos processos de gestão tradicional fizeram privilegiar a “gestão estratégica”, que num contexto de excessiva polarização se transforma num processo inconsequente, com a descentralização de competências. É importante preparar um sistema único de informação urbanística, criar um sistema de monitorização e avaliação da vida da cidade, clarificação, organização e solidificação dos vários níveis de competência, desburocratização e descentralização. É primordial desenvolver uma gestão de proximidade com a participação dos cidadãos.

Que agora talvez já se possa perceber melhor do que quando me referia ao território enquanto arquitetura, implicando necessariamente “arquitetos”, de diferentes e convergentes habilidades. Se as respetivas formações souberem responder aos novos desafios espaciais da urbanidade contemporânea. (Portas, 2011, p. 212)

O futuro do nosso espaço, dos nossos contextos, depende da nossa capacidade de perceber como nos fazer bem a nós próprios. O nosso empreendedorismo no capítulo da reabilitação pode ser a base forte da construção e desenho das nossas cidades. A nossa vontade de nos reabilitarmos reabilitando pode acercar-nos de um processo de regeneração e devolução de formas de vida da cidade, que hoje já não recordamos.

Dizia François Archer que “as cidades constroem-se sobre compromissos” (2010, p. 171). É essencial assimilar este facto, mais num período em que compreendemos a importância de rever a forma de viver as cidades, o método de as desenvolver e a necessidade de as reabilitar. Do arquiteto depende parte substancial deste ganho de consciência para a construção de melhor cidade, recuperação da alma dos lugares e da identidade dos atores com os mesmos. Como já anteriormente referi, reabilitar é dotar novamente da capacidade que antes existiu e a que algo se propôs. É intervir sem descaracterizar.

É o momento do arquiteto desenvolver aquilo para que se preparou, é o tempo do arquiteto exigir para si o papel de conceber, corrigir e devolver ao seu estado todo o espaço que possa ser alvo da ponta do seu lápis, com um traço firme e seguro de quem está preparado e sabe como fazer.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, José (1998) - A experiência de reabilitação urbana do GTL de Guimarães : estratégia, método e algumas questões disciplinares [Em linha]. [S.l. : s.n.]. [Consult. 18 Mar. 2014]. Disponível em WWW:<URL:http://home.fa.utl.pt/~al004899/RU-GTLGuimaraes.pdf>.

APPLETON, João (2013) – Património urbano: boas práticas de conservação e reabilitação de edifícios. Revista Património. Lisboa. 1 (Nov. 2013) 30-35.

ARCHER, François (2010) - Novos princípios do urbanismo seguido de novos compromissos do urbanismo um léxico. 2.^a ed. Lisboa : Livros Horizonte.

CAMPOS, Nuno (2012) – Introdução. In TRAÇO ALTERNATIVO – ARQUITECTOS ASSOCIADOS EVIDA - Guia de arquitectura, espaços e edifícios reabilitados. Lisboa : Vida Económica. p. 6.

CIDRAIS, Álvaro (2010) - Um breve discurso sobre o valor da cidade. [S.l. : s.n.]. Documento de apoio à disciplina de Cidade e Território, de Álvaro Cidrais, acedido na plataforma Moodle da Universidade Lusíada de Lisboa. [Consult. 27 Nov. 2012]. Disponível em WWW:<URL:www.lis.ulusiada.pt>.

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE CONSERVAÇÃO “CRACÓVIA 2000” (2000) - Carta de Cracóvia 2000 : princípios para a conservação e o restauro do património construído [Em linha]. Cracóvia : [s.n.]. [Consult. 18 Jun. 2014]. Disponível em WWW:<URL:http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/cc/cartadecracovia2000.pdf>.

CONSELHO EUROPEU DE URBANISTAS (2003) - A Nova Carta de Atenas 2003 : a visão do Conselho Europeu de Urbanistas sobre as cidades do século XXI. Lisboa : CEU.

COSTA, Alexandre Alves (2013) – Lugares praticados versus lugares de memória. Revista Património. Lisboa. 1 (Nov. 2013) 8-10.

FILGUEIRAS, Octávio Lixa (1962) - Da função do social do arquitecto, para uma teoria da responsabilidade numa época de encruzilhada. Porto : Edições Sousa & Almeida, Lda.

FREITAS, Vasco Peixoto (2012) - Manual de apoio ao projecto de reabilitação de edifícios antigos, Coordenação Vasco Peixoto de Freitas, FEUP, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, 1ª edição

FREITAS, Vasco Peixoto ; BARREIRO, Eva (2012) - Projeto de reabilitação de edifícios antigos : ação de formação. Braga: [s.n.]. Ação de formação promovida pela Ordem dos Engenheiros na Biblioteca Lúcio Craveiro a 8 e 9 de Março de 2013.

FREITAS, Vasco Peixoto ; LOPES, Nuno Valentim (2013) - Projeto de reabilitação de edifícios antigos : ação de formação. Braga: [s.n.]. Ação de formação promovida pela Ordem dos Engenheiros na Biblioteca Lúcio Craveiro a 8 e 9 de Março de 2013.

GOOGLE INC. (2012) – Google earth [Em linha]. Mountain View : Google Inc. [Consult. 11 Out. 2012]. Disponível em WWW:<URL: <http://download-start.com/downloads/98865>>.

ICOMOS (1999) - Carta de Florença : carta dos jardins históricos 1981. Cadernos de sociomuseologia [Em linha]. 15 (1999) 215-221. [Consult. 18 Jun. 2014]. Disponível em

WWW:<URL:<http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&frm=1&source=web&cd=1&ved=0CCAQFjAA&url=http%3A%2F%2Frevistas.ulusofona.pt%2Findex.php%2Fcadernosociomuseologia%2Farticle%2Fdownload%2F341%2F250&ei=d325U8qTJqie0QXlpYCgAQ&usg=AFQjCNGPVaHf1Mp6kObzhW8jPH5w9XR9MA&bvm=bv.70138588,d.bGQ>Carta de Atenas, 1931

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE ARQUITETOS E TÉCNICOS DE MONUMENTOS HISTÓRICOS, Veneza, (1964) - Carta de Veneza : carta internacional sobre a conservação e o restauro de monumentos e sítios [Em linha]. Veneza : [s.n.]. [Consult. 25 Jun. 2014]. Disponível em WWW:<URL:http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/d7af9_Carta_de_Veneza_1964.pdf>.

MESTRE, Victor (2012) – Espaços e edifícios reabilitados: o que é o património e para que serve. In TRAÇO ALTERNATIVO – ARQUITECTOS ASSOCIADOS EVIDA - Guia de arquitectura, espaços e edifícios reabilitados. Lisboa : Vida Económica. p. 9.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (1999) - Carta de Nairobi, 1976. Cadernos de sociomuseologia [Em linha]. 15 (1999) 187-208. [Consult. 18 Jun. 2014]. Disponível em WWW:<URL:<http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&frm=1&source=web&cd=2&ved=0CCUQFjAB&url=http%3A%2F%2Frevistas.ulusofoa.pt%2Findex.php%2Fcadernosociomuseologia%2Farticle%2Fdownload%2F339%2F248&ei=x365U6njCsrL0QX12IGwDA&usg=AFQjCNFNJPE31eldaAkNvfvp7neUPFdZsw&bvm=bv.70138588,d.bGQ>>.

PORTAS, Nuno (1969) – A cidade como Arquitectura. Lisboa : Livros Horizonte.

SANTOS, Carlos (2011) – Planta topográfica de Alvôco das Várzeas. [S.l. : s.n.]. Documento de apoio à disciplina de Projecto I, de Carlos Santos, acedida na plataforma Moodle da Universidade Lusíada de Famalicão. [Consult. 11 Out. 2011]. Disponível em WWW:<URL:www.fam.ulusiada.pt>.

SERRANO, Carlos Montes (1992) - Representación y Análisis Formal. Universidad de Valladolid, Secretariado de Publicaciones.

TÁVORA Fernando (2008) - Da Organização do Espaço. 8.^a ed. Porto : FAUP publicações.

TOSTÕES, Ana (2013) – Património moderno: conservação e reutilização como um recurso. Revista Património. Lisboa. 1 (Nov. 2013) 45-46.

UNIÃO EUROPEIA. Conselho da Europa (1975) - Carta europeia do património arquitetónico : adotada pelo Conselho da Europa em Outubro de 1975 [Em linha]. Amesterdão : [s.n.]. [Consult. 18 Jun. 2014]. Disponível em WWW:<URL:<http://5cidade.files.wordpress.com/2008/03/cartaeuropeiadopatrimonioarquitectonico.pdf>>.

ZEVI, Bruno (1957) - História da arquitectura moderna. 2.^a ed. Buenos Aires : Emecé Editores, S. A.

BIBLIOGRAFIA

BRANDI, Cesare (2006) – Teoria do Restauro. Alfragide : Orion.

CULLEN, Gordon (1983) – Paisagem Urbana. Lisboa : Edições 70.

LAMAS, José MRG (2004) – Morfologia urbana e desenho da cidade. Porto : Fundação Calouste Gulbenkian.

LINCH, Kevin (1960) – A imagem da cidade. Lisboa : Edições 70.

MASCARÓ, J. (2010) – O custo das decisões arquitectónicas. Porto Alegre : Masquatro.

RODRIGUES, Duarte (2002) – A evolução do parque habitacional português: reflexões para o futuro. Lisboa : INE.

TOMÉ, Miguel (2002) – Património e Restauro em Portugal (1920-1995). Porto : FAUP.

LISTA DE ANEXOS

- Anexo A** - Carta de Veneza.
- Anexo B** - Carta de Amsterdão, 1975.
- Anexo C** - Carta de Nairobi, 1976
- Anexo D** - Carta de Florença, Carta dos jardins históricos, 1981
- Anexo E** - Carta de Cracóvia, 2000
- Anexo F** - Carta de Atenas, 2003

ANEXO A

Carta de Veneza

CARTA INTERNACIONAL SOBRE A CONSERVAÇÃO E O RESTAURO DE MONUMENTOS E SÍTIOS, 1964

DEFINIÇÕES

Art.1 - O conceito de monumento histórico engloba, não só as criações arquitectónicas isoladamente, mas também os sítios, urbanos ou rurais, nos quais sejam patentes os testemunhos de uma civilização particular, de uma fase significativa da evolução ou do progresso, ou algum acontecimento histórico. Este conceito é aplicável, quer às grandes criações, quer às realizações mais modestas que tenham adquirido significado cultural com o passar do tempo.

Art.2 - A conservação e o restauro dos monumentos devem recorrer à colaboração de todas as ciências e técnicas que possam contribuir para o estudo e a proteção do património monumental.

Art.3 - A conservação e o restauro dos monumentos têm como objetivo salvaguardar tanto a obra de arte como as respectivas evidências históricas.

CONSERVAÇÃO

Art.4 - Para a conservação dos monumentos é essencial que estes sejam sujeitos a operações regulares de manutenção.

Art.5 - A conservação dos monumentos é sempre facilitada pela sua utilização para fins sociais úteis. Esta utilização, embora desejável, não deve alterar a disposição ou a decoração dos edifícios. É apenas dentro destes limites que as modificações que sejam necessárias efectuar poderão ser admitidas.

Art.6 - A conservação de um monumento implica a manutenção de um espaço envolvente devidamente proporcionado. Sempre que o espaço envolvente tradicional subsista, deve ser conservado, não devendo ser permitidas quaisquer novas construções, demolições ou modificações que possam alterar as relações volumétricas e cromáticas.

Art.7 - Um monumento é inseparável da história de que é testemunho e do meio em que está inserido. A remoção do todo ou de parte do monumento não deve ser permitida, exceto quando tal seja exigido para a conservação desse monumento ou por razões de grande interesse nacional ou internacional.

Art.8 - Os elementos de escultura, pintura ou decoração que façam parte integrante de um monumento apenas poderão ser removidos se essa for a única forma de garantir a sua preservação.

RESTAURO

Art.9 - O restauro é um tipo de operação altamente especializado. O seu objectivo é a preservação dos valores estéticos e históricos do monumento, devendo ser baseado no respeito pelos materiais originais e pela documentação autêntica. Qualquer operação desse tipo deve terminar no ponto em que as conjecturas comecem; qualquer trabalho adicional que seja necessário efectuar deverá ser distinto da composição arquitectónica original e apresentar marcas que o reportem claramente ao tempo presente. O restauro

deve ser sempre precedido e acompanhado por um estudo arqueológico e histórico do monumento.

Art.10 - Quando as técnicas tradicionais se revelarem inadequadas, a consolidação de um monumento pode ser efetuada através do recurso a outras técnicas modernas de conservação ou de construção, cuja eficácia tenha sido demonstrada cientificamente e garantida através da experiência de uso.

Art.11 - As contribuições válidas de todas as épocas para a construção de um monumento devem ser respeitadas, dado que a unidade de estilo não é o objetivo que se pretende alcançar nos trabalhos de restauro. Quando um edifício apresente uma sobreposição de trabalhos realizados em épocas diferentes, a eliminação de algum desses trabalhos posteriores apenas poderá ser justificada em circunstâncias excepcionais, quando o que for removido seja de pouco interesse e aquilo que se pretenda pôr a descoberto tenha grande valor histórico, arqueológico ou estético e o seu estado de conservação seja suficientemente bom para justificar uma ação desse tipo. A avaliação da importância dos elementos envolvidos e a decisão sobre o que pode ser destruído não podem depender apenas do coordenador dos trabalhos.

Art.12 - Os elementos destinados a substituírem as partes que faltam devem integrar-se harmoniosamente no conjunto e, simultaneamente, serem distinguíveis do original por forma a que o restauro não falsifique o documento artístico ou histórico.

Art.13 - Não é permitida a realização de acrescentos que não respeitem todas as partes importantes do edifício, o equilíbrio da sua composição e a sua relação com o ambiente circundante.

SÍTIOS HISTÓRICOS

Art.14 - Os sítios dos monumentos devem ser objecto de um cuidado especial, por forma a assegurar que sejam tratados e apresentados de uma forma correta. Os trabalhos de conservação e restauro a efectuar nesses locais devem inspirar-se nos princípios enunciados nos artigos precedentes.

ESCAVAÇÕES

Art.15 - Os trabalhos de escavação devem ser efectuados de acordo com as normas científicas e com a "Recomendação definidora dos princípios internacionais a aplicar em matéria de escavações arqueológicas", adoptadas pela UNESCO em 1956. Deve ser assegurada a manutenção das ruínas e tomadas as medidas necessárias para garantir a conservação e protecção dos elementos arquitectónicos e dos objectos descobertos. Para além disso, devem tomar-se todas as medidas que permitam facilitar a compreensão do monumento, sem distorcer o seu significado. Todos os trabalhos de reconstrução devem ser rejeitados à priori. Só a anastylosis, isto é, a remontagem das peças soltas que existam num estado de desagregação, pode ser permitida. Os materiais utilizados para reintegração deverão ser sempre reconhecíveis e o seu uso restringido ao mínimo necessário para assegurar as condições de conservação do monumento e restabelecer a continuidade das suas formas.

PUBLICAÇÃO

Art.16 - Os trabalhos de conservação, restauro ou escavação devem ser sempre acompanhados por um registro preciso, sob a forma de relatórios analíticos ou críticos, ilustrados com desenhos e fotografias. Todas as fases dos trabalhos de reparação, consolidação, recomposição e reintegração, assim como os elementos técnicos e formais identificados ao longo dos trabalhos devem ser incluídos. Este registro deverá ser guardado nos arquivos de um organismo público e posto à disposição dos investigadores. Recomenda-se também, que seja publicado.

Texto aprovado no II Congresso Internacional de Arquitectos e Técnicos de Monumentos Históricos, em Veneza, no período de 25 a 31 de maio de 1964.

ANEXO B

Carta de Amsterdão, Carta europeia do património arquitetónico, adotada pelo
Conselho da Europa em Outubro de 1975

INTRODUÇÃO

Graças à iniciativa do Concelho da Europa em declarar 1975 como o Ano Europeu da Arquitectura, foram feitos esforços consideráveis em todos os países Europeus para tornar o público mais consciente dos insubstituíveis valores cultural, social e económico representados pelos monumentos históricos, pelos grupos de edifícios e pelos sítios interessantes situados quer nas cidades, quer no campo. Era importante coordenarem-se todos estes esforços a nível Europeu, para se conseguir uma abordagem conjunta ao assunto e, acima de tudo, para se forjar uma linguagem comum que declarasse os princípios gerais em que deve ser baseada a acção concertada das autoridades responsáveis e do público em geral. Foi com essa intenção que o Concelho da Europa rascunhou a Carta que se apresenta a seguir.

Claro que não chega declararem-se os princípios; eles têm que ser aplicados. No futuro, o Concelho da Europa irá dedicar os seus esforços a um estudo aprofundado sobre as formas e os meios de aplicação destes princípios em cada país diferente, ao firme melhoramento das leis e dos regulamentos existentes e ao desenvolvimento da formação vocacional neste campo. A Carta Europeia do Património Arquitectónico foi adoptada pelo Comité de Ministros do Concelho da Europa e foi solenemente proclamada no Congresso sobre o Património Arquitectónico Europeu, reunido em Amsterdão entre 21 e 25 de Outubro de 1975. O Comité de Ministros, considerando que o objectivo do Concelho da Europa é conseguir uma maior unidade entre os seus membros para as questões relativas à salvaguarda, e concretizar os ideais e princípios que são seu património comum; Considerando que os estados membros do Concelho da Europa que aderiram à Convenção Cultural Europeia e, em 19 de Dezembro de 1954, se comprometeram, à luz do Artigo 1 dessa convenção, a tomar as medidas apropriadas para salvaguardarem e para encorajarem o desenvolvimento de outras contribuições nacionais para o património cultural Europeu comum; Reconhecendo que o património arquitectónico, uma insubstituível expressão da riqueza e da diversidade da cultura Europeia, é partilhado por todos os povos, e que todos os Estados Europeus devem mostrar uma solidariedade real para com esse património; Considerando que o futuro do património arquitectónico depende largamente da sua integração no contexto da vida dos povos, bem como do peso que lhe for dado no planeamento regional e urbano, e nos esquemas de desenvolvimento; Tendo em atenção a Recomendação da Conferência Europeia de Ministros responsáveis pela preservação e reabilitação do património cultural de monumentos e sítios, reunida em Bruxelas, em 1969, e a Recomendação 589 (1970) da Assembleia Consultiva do Concelho da Europa, apelando por uma carta relacionada com o património arquitectónico; Declara a sua determinação em promover uma política comum Europeia e uma acção concertada para a protecção do património cultural baseadas nos princípios da conservação integrada; Recomenda que os governos dos estados membros empreendam os necessários passos legislativos, administrativos, financeiros e educacionais para implementarem uma política de conservação integrada, bem como para despertarem o interesse público por essa política, tendo em consideração os resultados da campanha do Ano Europeu do Património Arquitectónico, organizado em 1975 sob os auspícios do Concelho da Europa; Adopta e proclama os princípios da seguinte carta, delineada pelo Concelho do Comité Europeu para os Monumentos e Sítios:

1. O Património arquitectónico Europeu não consiste apenas nos nossos monumentos mais importantes; ele inclui também o agrupamento de edifícios menores existentes nas nossas cidades antigas e nas aldeias características, situados nos seus ambientes

naturais ou produzidos pelo homem. Durante muitos anos, só eram protegidos e restaurados os maiores monumentos e, ainda assim, sem referência às respectivas envolventes. Compreendeu-se, mais recentemente, que se as envolventes forem ameaçadas, até mesmo esses monumentos podem perder muito do seu carácter. Actualmente é reconhecido que os grupos de edifícios, mesmo se estes não estiverem

Incluídos entre os de mérito extraordinário, podem ter uma atmosfera que lhes proporcione a qualidade de obras de arte, aglutinando diferentes períodos e estilos num conjunto harmonioso. Esses grupos também devem ser preservados. O património arquitectónico é uma expressão da história e ajuda-nos a compreendermos a relevância que tem o passado para a vida actual.

2. O passado, conforme está incorporado no património arquitectónico, proporciona o tipo de ambiente indispensável a uma vida completa e equilibrada.

Actualmente, em face de uma civilização em rápida transformação, na qual os sucessos brilhantes são acompanhados por perigos graves, as pessoas têm um sentimento instintivo sobre o valor deste património. Este património deve se transmitido às gerações futuras no seu estado autêntico e na totalidade da sua variedade como parte essencial da memória da raça humana. De outra forma, será destruída parte da consciência que o homem tem da sua própria comunidade.

3. O património arquitectónico é um capital de insubstituível valor espiritual, cultural, social e económico. Cada geração constrói uma diferente interpretação do passado e deriva uma nova inspiração a partir dele. Este capital tem sido acumulado ao longo dos séculos; a destruição de qualquer parte desse passado deixa-nos mais pobres, uma vez que nada de novo que tenhamos criado, mesmo que de muita qualidade, consegue fazer valer a pena essa perda. A nossa sociedade actual tem que acautelar os seus recursos. Longe de ser um luxo, este património é um bem económico que pode ser usado para se economizarem os recursos da comunidade.

4. A estrutura dos centros e sítios históricos conduz a um equilíbrio social harmonioso.

Pela oferta das condições correctas para o desenvolvimento de uma larga gama de actividades, as nossas cidades e aldeias antigas favorecem a integração social. Elas podem se adaptar novamente a uma benéfica diversidade de actividades e a uma mistura social mais satisfatória.

5. O património arquitectónico desempenha um papel importante na educação. O património arquitectónico proporciona uma riqueza de material para a explicação e para a comparação de formas e de estilos, bem como das suas aplicações. Actualmente, quando a apreciação visual e a experiência directa desempenham um papel decisivo na educação, é essencial manterem-se vivas as evidências dos diferentes períodos e das suas realizações. A sobrevivência desta evidência só pode ser assegurada se for compreendida a sua necessidade pelo maior número possível de pessoas, especialmente pela geração mais nova que irá ser o seu guardião futuro.

6. O património está em perigo. Ele é ameaçado pela ignorância, pela obsolescência, por degradações de todos os tipos e pela negligência. O planeamento urbano pode ser destrutivo quando as autoridades cedem muito rapidamente às pressões económicas e às exigências do tráfego motorizado. A tecnologia contemporânea mal aplicada e o

restauro mal concebido podem ser desastrosos para as estruturas antigas. Acima de tudo, a especulação imobiliária alimenta todo o tipo de erros e omissões, e derrota os planos mais cuidadosamente concebidos.

7. A conservação integrada previne estes perigos. A conservação integrada é conseguida pela aplicação de técnicas sensatas de restauro e pela correcta escolha de funções apropriadas. No curso da história, os centros das cidades e de algumas aldeias têm sido deixados degradarem-se e transformaram-se em áreas com habitação em condições abaixo do aceitável. Esta degradação deve ser compreendida num espírito de justiça social e não deve provocar a partida dos habitantes mais pobres. Por essa razão, a conservação deve ser uma das primeiras considerações em todos os planeamentos urbanos e regionais. Deve-se assinalar que a conservação integrada não impede a introdução da arquitectura moderna nas áreas que contêm edifícios antigos, desde que sejam totalmente respeitados o contexto, as proporções, as formas, as dimensões e a escala existentes, e que sejam usados materiais tradicionais.

8. A conservação integrada está dependente de suporte legal, administrativo, financeiro e técnico.

Legal

A conservação integrada deve usar plenamente as leis e regulamentos existentes que contribuam para a protecção e preservação do património arquitectónico. Quando essas leis e regulamentos forem insuficientes para este objectivo, eles devem ser suplementados por instrumentos legais apropriados aos níveis nacional, regional e local.

Administrativo

Para a execução de uma política de conservação integrada, devem ser estabelecidos serviços administrativos adequadamente providos de pessoal.

Financeiro

Sempre que necessário, devem ser encorajados a manutenção e o restauro do património arquitectónico e das partes individuais que lhes pertencem através de formas adequadas de apoio e de incentivo financeiro, inclusivamente de medidas fiscais. É essencial que os recursos financeiros necessários disponibilizados pelas autoridades públicas para o restauro dos centros históricos sejam, pelo menos, iguais aos alocados para a construção nova.

Técnico

Actualmente existem poucos arquitectos, técnicos de todos os tipos, empresas especializadas e operários formados para responderem às necessidades do restauro. É necessário que se desenvolvam estruturas de formação e que se aumentem as perspectivas de emprego para as competências de gestão, técnicas e manuais relevantes. A indústria da construção deve ser instada a adaptar-se a estas

necessidades. As profissões tradicionais devem ser encorajadas em vez de as deixarmos morrer.

9. A conservação integrada não consegue ser bem-sucedida sem a cooperação de todos. Apesar de o património arquitectónico pertencer a todos, cada uma das suas partes está, ainda assim, à mercê de qualquer indivíduo. O público deve ser correctamente informado para que os cidadãos possam ser chamados a participarem nas decisões que afectam o seu ambiente. Cada geração só tem o uso deste património durante a duração da sua vida, mas é responsável pela sua transmissão às gerações futuras.

10. O património arquitectónico europeu é propriedade comum do nosso continente. Os problemas da conservação não são peculiares de um qualquer país. Eles são comuns a toda a Europa e devem ser tratados de uma forma coordenada. Compete ao Conselho da Europa garantir, dentro de um espírito de solidariedade, que os estados membros seguem políticas coerentes.

ANEXO C

Carta de Nairobi, 1976

UNESCO - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA

19ª SESSÃO - NAIROBI, 1976

A Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, reunida em Nairobi, de 26 de Outubro a 30 de Novembro de 1976, em sua décima nona sessão.

Considerando que os conjuntos históricos ou tradicionais fazem parte do ambiente quotidiano dos seres humanos em todos os países, constituem a presença viva do passado que lhes deu forma, asseguram ao quadro da vida a variedade necessária para responder à diversidade da sociedade e, por isso, adquirem um valor e uma dimensão humana suplementares, Considerando que os conjuntos históricos ou tradicionais constituem através das idades os testemunhos mais tangíveis da riqueza e da diversidade das criações culturais, religiosas e sociais da humanidade e que sua salvaguarda e integração na vida contemporânea são elementos fundamentais na planificação das áreas urbanas e do planeamento físico-territorial,

Considerando que, diante dos perigos da uniformização e da despersonalização que se manifestam constantemente em nossa época, esses testemunhos vivos de épocas anteriores adquirem uma importância vital para cada ser humano e para as nações que neles encontram a expressão de sua cultura e, ao mesmo tempo, um dos fundamentos de sua identidade, Considerando que, no mundo inteiro, sob pretexto de expansão ou de modernização, destruições que ignoram o que destroem e reconstruções irracionais e inadequadas ocasionam grave prejuízo a esse património histórico considerando que os conjuntos históricos ou tradicionais constituem um património imobiliário cuja destruição provoca muitas vezes perturbações sociais, mesmo quando não resulte em perdas económicas.

Considerando que essa situação implica a responsabilidade de cada cidadão e impõe aos poderes públicos obrigações que só eles podem assumir, considerando que, diante de tais perigos de deterioração e até de desaparecimento total, todos os Estados devem agir para salvar esses valores insubstituíveis, adoptando urgentemente uma política global e activa de protecção e de revitalização dos conjuntos históricos ou tradicionais e de sua ambiência, como parte do planeamento nacional, regional ou local.

Constatando que em muitos países falta uma legislação suficientemente eficaz e flexível que diga respeito ao património arquitectónico e a suas relações com o planeamento físico-territorial.

Observando que a Conferência Geral já adoptou instrumentos internacionais para a protecção do património cultural e natural, tais como a Recomendação que Define os Princípios Internacionais a serem Aplicados em Relação às Escavações Arqueológicas (1956), a Recomendação Relativa à Salvaguarda da Beleza e do Carácter dos Sítios e Paisagens (1962), a Recomendação sobre a Preservação dos Bens Culturais Ameaçados pela Realização de Obras Públicas ou Privadas (1968) e a Recomendação sobre a Protecção, no Plano Nacional, do Património Cultural e Natural (1972).

Desejando complementar e ampliar o alcance das normas e dos princípios formulados nesses instrumentos internacionais. Tendo-lhe sido apresentadas propostas relativas à salvaguarda dos conjuntos históricos ou tradicionais e sua função na vida contemporânea, questão que constitui o ponto 27 da ordem do dia da sessão. Tendo decidido, em sua décima oitava sessão, que esse assunto seria objecto de uma recomendação aos Estados Membros.

Adopta, em 26 de Novembro de 1976, a presente recomendação. A Conferência Geral recomenda aos Estados Membros que apliquem as disposições seguintes, adoptando medidas sob a forma de lei nacional ou de outra forma, destinadas a efectivar, nos territórios sob sua jurisdição, os princípios e as normas formuladas nesta recomendação.

A Conferência Geral recomenda aos Estados Membros que levem esta recomendação ao conhecimento das autoridades nacionais, regionais e locais, assim como às instituições, serviços ou órgãos e associações interessados na salvaguarda dos conjuntos históricos ou tradicionais e seu entorno a Conferência Geral recomenda aos Estados Membros que lhe apresentem, nas datas e na forma que ela determinar, relatórios sobre a maneira como aplicaram a presente recomendação.

DEFINIÇÕES

1 Para os efeitos da presente recomendação considera-se conjunto histórico ou tradicional, todo o agrupamento de construções e de espaços, inclusive os sítios arqueológicos e paleontológicos, que constituam um assentamento humano, tanto no meio urbano quanto no rural e cuja coesão e valor são reconhecidos do ponto-de-vista arqueológico, arquitectónico, pré-histórico, histórico, estético ou sociocultural.

Entre esses "conjuntos", que são muito variados, podem-se distinguir especialmente os sítios pré-históricos, as cidades históricas, os bairros urbanos antigos, as aldeias e lugarejos, assim como os conjuntos monumentais homogêneos, ficando entendido que estes últimos deverão, em regra, ser conservados em sua integridade.

Entende-se por "ambiência" dos conjuntos históricos ou tradicionais, o quadro natural ou construído que influi na percepção estática ou dinâmica desses conjuntos, ou a eles se vincula de maneira imediata no espaço, ou por laços sociais, económicos ou culturais.

Entende-se por "salvaguarda" a identificação, a protecção, a conservação, a restauração, a reabilitação, a manutenção e a revitalização dos conjuntos históricos ou tradicionais e de seu entorno.

PRINCÍPIOS GERAIS

2- Dever-se-ia considerar que os conjuntos históricos ou tradicionais e sua ambiência constituem um património universal insubstituível. Sua salvaguarda e integração na vida colectiva de nossa época deveriam ser uma obrigação para os governos e para os cidadão dos Estados em cujo território se encontram. Deveriam ser responsáveis por isso, no interesse de todos os cidadãos e da comunidade internacional, as autoridades

nacionais, regionais ou locais, segundo as condições próprias de cada Estado Membro em matéria de distribuição de poderes.

3- Cada conjunto histórico ou tradicional e sua ambiência deveria ser considerado em sua globalidade, como um todo coerente cujo equilíbrio e carácter específico dependem da síntese dos elementos que o compõem e que compreendem tanto as actividades humanas como as construções, a estrutura espacial e as zonas circundantes. Dessa maneira, todos os elementos válidos, incluídas as actividades humanas, desde as mais modestas, têm, em relação ao conjunto, uma significação que é preciso respeitar.

4- Os conjuntos históricos ou tradicionais e sua ambiência deveriam ser protegidos activamente contra quaisquer deteriorações, particularmente as que resultam de uma utilização imprópria, de acréscimos supérfluos e de transformações abusivas ou desprovidas de sensibilidade que atentam contra sua autenticidade, assim como as provocadas por qualquer forma de poluição. Todos os trabalhos de restauração a serem empreendidos deveriam basear-se em princípios científicos. Do mesmo modo, uma grande atenção deveria ser dispensada à harmonia e à emoção estética que resultam da conexão ou do contraste dos diferentes elementos que compõem os conjuntos e que dão a cada um deles seu carácter particular.

5- Nas condições da urbanização moderna, que produz um aumento considerável na escala e na densidade das construções, ao perigo da destruição directa dos conjuntos históricos ou tradicionais se agrega o perigo real de que os novos conjuntos destruam indirectamente a ambiência e o carácter dos conjuntos históricos adjacentes. Os arquitectos e urbanistas deveriam empenhar-se para que a visão dos monumentos e conjuntos históricos, ou a visão que a partir deles se obtém, não se deteriore e para que esses conjuntos se integrem harmoniosamente na vida contemporânea.

6- Numa época em que a crescente universalidade das técnicas construtivas e das formas arquitectónicas apresentam o risco de provocar uma uniformização dos assentamentos humanos no mundo inteiro, a salvaguarda dos conjuntos históricos ou tradicionais pode contribuir extraordinariamente para a manutenção e o desenvolvimento dos valores culturais e sociais peculiares de cada nação e para o enriquecimento arquitectónico do património cultural mundial.

POLÍTICA NACIONAL, REGIONAL E LOCAL

7- Em cada Estado Membro deveria se formular, nas condições peculiares a cada um em matéria de distribuição de poderes, uma política nacional, regional e local a fim de que sejam adoptadas medidas jurídicas, técnicas, económicas e sociais pelas autoridades nacionais, regionais e locais para salvaguardar os conjuntos históricos ou tradicionais e sua ambiência e adaptá-los às exigências da vida contemporânea. Essa política deveria influenciar o planeamento nacional, regional e local e orientar a ordenação urbana e rural e o planeamento físico-territorial em todos os níveis. As acções resultantes desse planeamento deveriam se integrar à formulação dos objectivos e programas, à distribuição das funções e à execução das operações. Dever-se-ia buscar a colaboração dos indivíduos e das associações privadas para a aplicação da política de salvaguarda.

MEDIDAS DE SALVAGUARDA

8- A salvaguarda dos conjuntos históricos ou tradicionais e de sua ambiência deveria se ajustar aos princípios anteriormente enunciados e aos métodos expostos a seguir, determinando-se as medidas concretas de acordo com as competências legislativas e constitucionais e com a organização social e económica de cada Estado.

MEDIDAS JURÍDICAS E ADMINISTRATIVAS

9- A aplicação de uma política global de salvaguarda dos conjuntos históricos e tradicionais e de sua ambiência deveria basear-se em princípios válidos para cada país em sua totalidade. Os Estados Membros deveriam adaptar as disposições existentes ou, se necessário, promulgar novos textos legislativos e regulamentares para assegurar a salvaguarda dos conjuntos históricos e tradicionais e de sua ambiência, levando em conta as disposições contidas neste capítulo e nos seguintes. Conviria revisar as leis relativas ao planeamento físico territorial, ao urbanismo e à política habitacional de modo a coordenar e harmonizar suas disposições com as das leis relativas à salvaguarda do património arquitectónico. Essas legislações deveriam encorajar a adaptação ou a adopção de disposições, nos planos urbanos, regional ou local, para assegurar tal salvaguarda.

10- As disposições que estabeleçam um sistema de salvaguarda dos conjuntos históricos ou tradicionais deveriam enunciar os princípios gerais relativos ao estabelecimento e à adopção dos planos e documentos necessários e, particularmente: as condições e restrições gerais aplicáveis às zonas protegidas por lei e a suas imediações; a indicação dos programas e operações previstas em matéria de conservação e de infra-estrutura de serviços; as funções de manutenção e a designação dos encarregados de desempenhá-las; os campos a que se poderão aplicar as intervenções de urbanismo, de reestruturação e de ordenação do espaço rural; a designação do órgão encarregado de autorizar qualquer restauração, modificação, nova construção ou demolição no perímetro protegido; as modalidades de financiamento e de execução dos programas de salvaguarda.

11- Os planos e documentos de salvaguarda deveriam definir especialmente: as zonas e os elementos a serem protegidos; as condições e restrições específicas que lhes dizem respeito; as normas que regulam os trabalhos de manutenção, restauração e transformação; as condições gerais de instalação das redes de suprimento e dos serviços necessários à vida urbana ou rural; as condições que regerão a implantação de novas construções.

12- A legislação de salvaguarda deveria ser, em princípio, acompanhada de disposições preventivas contra as infracções à regulamentação de salvaguarda e contra qualquer alta especulativa dos valores imobiliários nas zonas protegidas, que possa comprometer uma protecção e uma restauração concebidas em função do interesse colectivo. Essas disposições poderiam envolver medidas de planeamento urbano que influam no preço dos terrenos por construir - tais como o estabelecimento de planos de ordenação distritais ou de extensão mais reduzida, a concessão do direito de preempção e a um órgão público, a expropriação no interesse da salvaguarda, ou a intervenção compulsória em caso de incapacidade ou descumprimento por parte dos proprietários - e instituir sanções efectivas como a suspensão das obras, a obrigação de reconstituir e/ou multa apropriada.

13- O respeito às medidas de salvaguarda deveria ser imposto tanto às colectividades públicas quanto às particulares. Dever-se-ia estabelecer, todavia, um mecanismo de recurso contra as decisões ilegais, arbitrárias ou injustas.

14- As disposições referentes à construção de edifícios para órgãos públicos e privados e a obras públicas e privadas deveriam adaptar-se à regulamentação da salvaguarda dos conjuntos históricos e de sua ambiência.

15- Em particular, as disposições relativas aos imóveis e quarteirões insalubres, assim como à construção de habitações sociais deveriam ser concebidas ou reformuladas de modo que não apenas se ajustem à política de salvaguarda, mas que para ela contribuam. O regime de eventuais subvenções deveria ser, consequentemente, estabelecido e modulado sobretudo para facilitar o desenvolvimento de habitação subsidiadas e de edifícios públicos através da reabilitação de construções antigas. Só deveriam ser permitidas as demolições de edificações sem valor histórico ou arquitectónico e as subvenções ocasionalmente resultantes deveriam ser estritamente controladas. Além disso, uma parte suficiente dos créditos previstos para a construção de habitações sociais deveria ser destinada à reabilitação de edificações antigas.

16- Os efeitos legais das medidas de protecção a edificações e terrenos deveriam ser levadas ao conhecimento público e registradas em um órgão oficial competente.

17- Respeitadas as condições próprias a cada país e a distribuição de poderes das diversas administrações nacionais, regionais e locais, a execução de obras de salvaguarda deveria se inspirar nos seguintes princípios: uma autoridade responsável deveria encarregar-se da coordenação permanente de todos os intervenientes: serviços públicos nacionais, regionais e locais ou grupos de particulares; os planos e documentos de salvaguarda deveriam ser elaborados depois que todos os estudos científicos necessários houverem sido efectuados por equipas multidisciplinares compostas, principalmente, de: especialistas em conservação e restauração, incluídos os historiadores da arte; arquitectos e urbanistas; sociólogos e economistas; ecólogos e arquitectos paisagistas; especialistas em saúde pública e assistência social; e, em geral, especialistas em todas as matérias relativas à protecção e revitalização dos conjuntos históricos e tradicionais; as autoridades deveriam tomar a iniciativa de organizar a consulta e a participação da população interessada; os planos de salvaguarda deveriam ser aprovados pelo órgão designado por lei; os serviços públicos encarregados de aplicar as disposições de salvaguarda em qualquer nível - nacional, regional e local - deveriam contar com pessoal necessário e com meios técnicos, administrativos e financeiros adequados.

MEDIDAS TÉCNICAS, ECONÔMICAS E SOCIAIS

18- Dever-se-ia estabelecer, nos níveis nacional, regional ou local, uma relação dos conjuntos históricos ou tradicionais e sua ambiência a serem salvaguardados. Essa relação deveria indicar prioridades para facilitar uma alocação racional dos limitados recursos disponíveis para fins de salvaguarda. As medidas de protecção, de qualquer tipo, que tiverem carácter urgente, deveriam ser tomadas sem esperar que se estabeleçam planos e documentos de salvaguarda.

19- Deveria ser feita uma análise de todo o conjunto, inclusive de sua evolução espacial, que contivesse os dados arqueológicos, históricos, arquitectónicos, técnicos e económicos. Deveria ser produzido um documento analítico destinado a determinar os imóveis ou os grupos de imóveis a serem rigorosamente protegidos, conservados sob certas condições, ou, em circunstâncias absolutamente excepcionais e escurpulosamente documentadas, destruídos, o que permitiria às autoridades suspender qualquer obra incompatível com esta recomendação. Além disso, deveria ser realizado, com a mesma finalidade, um inventário dos espaços abertos, públicos e privados, assim como de sua vegetação.

20- Além dessa investigação arquitetónica, são necessários estudos pormenorizados dos dados e das estruturas sociais, económicas, culturais e técnicas, assim como do contexto urbano ou regional mais amplo. Esses estudos deveriam abranger, se possível, dados demográficos e uma análise das actividades económicas, sociais e culturais, os modos de vida e as relações sociais, os problemas fundiários, infraestrutura urbana, o estado do sistema viário, as redes de comunicação e as inter-relações recíprocas da zona protegida com as zonas circundadas. As autoridades competentes deveriam atribuir suma importância a esses estudos e compreender que, sem eles, não seria possível estabelecer planos eficazes de salvaguarda.

21- Antes da formulação de planos e normas de salvaguarda e depois da análise acima descrita, conviria, em princípio, estabelecer uma programação que leva-se igualmente em consideração o respeito aos dados urbanísticos, arquitectónicos, económicos e sociais, e a capacidade de o tecido urbano e rural acolher funções compatíveis com seu carácter específico. A programação deveria visar à adaptação das densidades de ocupação e a prever o escalonamento das operações, assim como a necessária acomodação temporária durante as obras e os locais para realojamento permanente dos habitantes que não puderem regressar a sua morada anterior. Essa programação deveria ser elaborada com a maior participação possível das colectividades e populações interessadas. Uma vez que o contexto social, económico e físico dos conjuntos históricos e de sua ambiência está em constante evolução, os estudos e investigações deveriam ser regularmente actualizados. Seria essencial, portanto, que a elaboração dos planos de salvaguarda e sua execução se baseassem nos estudos disponíveis, em vez de serem retardadas indefinidamente enquanto se aprimora o processo de planeamento.

22- Uma vez estabelecidos e aprovados os planos e normas de salvaguarda pela autoridade pública competente, seria conveniente que seus autores fossem encarregados de sua execução ou direcção.

23- Nos conjuntos históricos ou tradicionais que possuam elementos de vários períodos diferentes, a acção de salvaguarda deveria levar em consideração as manifestações de todos esses períodos.

24- Quando existirem planos de salvaguarda, os programas de saneamento urbano ou de beneficiamento que consistirem na demolição de imóveis desprovidos de interesse arquitectónico ou histórico ou arruinados demais para serem conservados, na supressão de acréscimos e construções superpostas sem valor e, até mesmo, na demolição de edificações recentes que rompem a unidade do conjunto só poderão ser autorizados nos termos do plano de salvaguarda.

25- Os programas de saneamento urbano ou de beneficiamento aplicáveis a zonas que não estão incluídas nos planos de salvaguarda deveriam respeitar os edifícios e outros elementos que possuam um valor arquitectónico ou histórico e seus acessórios. Se tais elementos estivessem arriscados de sofrer danos com esses programas deveriam ser elaborados, necessária e previamente, os planos de salvaguarda pertinentes.

26- É necessária uma vigilância permanente para evitar que essas operações beneficiem apenas a especulação ou sejam utilizadas com finalidades contrárias aos objectivos do plano.

27- Em qualquer operação de saneamento urbano ou de beneficiamento que afecte um conjunto histórico deveriam ser observadas as normas gerais de segurança relativas a incêndios e catástrofes naturais, desde que sejam compatíveis com os critérios de salvaguarda do património cultural. Em caso contrário, devem ser buscadas soluções particulares em colaboração com todos os serviços interessados, a fim de garantir o máximo de segurança, sem ameaça alguma ao património cultural.

28- Um cuidado especial deveria ser adoptado na regulamentação e no controle das novas construções para assegurar que sua arquitectura se enquadre harmoniosamente nas estruturas espaciais e na ambiência dos conjuntos históricos. Para isso, uma análise do contexto urbano deveria preceder qualquer construção nova, não só para definir o carácter geral do conjunto, como para analisar suas dominantes: harmonia das alturas, cores, materiais e formas, elementos constitutivos do agenciamento das fachadas e dos telhados, relações dos volumes construídos e dos espaços, assim como suas proporções médias e a implantação dos edifícios. Uma atenção especial deveria ser prestada à dimensão dos lotes, pois qualquer modificação poderia resultar em um efeito de massa, prejudicial à harmonia do conjunto.

29- Não se deveria autorizar o isolamento de um monumento através da supressão do seu entorno; do mesmo modo, o seu deslocamento só deveria ser decidido excepcionalmente e por razões de força maior.

30- Os conjuntos históricos ou tradicionais e sua ambiência deveriam ser protegidos contra a desfiguração resultante da instalação de suportes, cabos eléctricos ou telefónicos, antenas de televisão ou painéis publicitários de grande escala. Se já existirem, deverão ser adoptadas medidas adequadas para suprimi-los. Os cartazes, a publicidade luminosa ou não, os letreiros comerciais, a sinalização das ruas, o mobiliário urbano e o revestimento do solo deveriam ser estudados e controlados com o maior cuidado, para que se integrem harmoniosamente ao conjunto. Deveria ser feito um esforço especial para evitar qualquer forma de vandalismo.

31- Os Estados Membros e as instituições interessadas deveriam proteger os conjuntos históricos ou tradicionais e sua ambiência contra os danos cada vez mais graves causados por determinados avanços tecnológicos, tais como quaisquer formas de poluição, através da proibição de se implantarem indústrias nocivas em sua proximidade e da adopção de medidas preventivas contra os efeitos destrutivos dos ruídos, dos choques e das vibrações produzidas contra as deteriorações provenientes de uma excessiva exploração turística.

32- Dado o conflito existente na maior parte dos conjuntos históricos ou tradicionais entre o trânsito automobilístico, por um lado e a densidade do tecido urbano e as

características arquitectónicas por outro, os Estados Membros deveriam estimular e ajudar as autoridades locais a encontrar soluções para esse problema. Para conseguir e para favorecer o trânsito de pedestres, conviria estudar com extremo cuidado a localização e o acesso dos parques de estacionamento não só dos periféricos como dos centrais, e estabelecer redes de transporte que facilitem ao mesmo tempo a circulação dos pedestres, o acesso aos serviços e o transporte público. Numerosas operações de reabilitação, tais como, entre outras, a instalação subterrânea de redes eléctricas e de outros cabos, que seriam demasiadamente onerosas se fossem feitas separadamente, poderiam ser, então, coordenadas fácil e economicamente com o desenvolvimento da rede viária.

33- A protecção e a restauração deveriam ser acompanhadas de actividades de revitalização. Seria, portanto, essencial manter as funções apropriadas existentes e, em particular, o comércio e o artesanato e criar outras novas que, para serem viáveis a longo prazo, deveriam ser compatíveis com o contexto económico e social, urbano, regional ou nacional em que se inserem. O custo das operações de salvaguarda não deveria ser avaliado apenas em função do valor cultural das construções, mas também do valor derivado da utilização que delas se possa fazer. Os problemas sociais decorrentes da salvaguarda só podem ser colocados correctamente se houver referência a essas duas escalas de valor. Essas funções teriam que se adaptar às necessidades sociais, culturais e económicos dos habitantes, sem contrariar o carácter específico do conjunto em questão. Uma política de revitalização cultural deveria converter os conjuntos históricos em pólos de actividades culturais e atribuir-lhes um papel essencial no desenvolvimento cultural das comunidades circundantes.

34- Nas zonas rurais todos os trabalhos que implicarem uma degradação da paisagem, assim como quaisquer mudanças nas estruturas económicas e sociais deveriam ser cuidadosamente controlados para preservar a integridade das comunidades rurais históricas em seu ambiente natural.

35- A acção de salvaguarda deveria associar a contribuição da autoridade pública à dos proprietários particulares ou colectivos e à dos habitantes e usuários, isoladamente ou em grupo, cujas iniciativas e participação activa deveriam ser estimuladas. Uma cooperação constante em todos os níveis deveria, portanto, ser estabelecida entre as colectividades e os particulares, especialmente através dos seguintes meios: informações adaptadas aos tipos de pessoas atinentes; pesquisas preparadas com a participação das pessoas interrogadas; criação de grupos consultivos nos órgãos de planeamento; representação dos proprietários, dos habitantes e dos usuários, a título consultivo, nos órgãos de decisão, de gestão e de revitalização das operações relacionadas com os planos de salvaguarda, ou criação de órgãos de economia mista que participem da execução.

36- Deveriam ser estimuladas a fundação de grupos voluntários de salvaguarda e de associações de carácter não lucrativo e a instituição de recompensas honoríficas ou pecuniárias para que sejam reconhecidas as realizações exemplares em todos os campos da salvaguarda.

37- Os investimentos públicos previstos pelos planos de salvaguarda dos conjuntos históricos e de sua ambiência deveriam ser avalizados pela consignação de créditos adequados nos orçamentos das autoridades centrais, regionais e locais. O conjunto desses créditos deveria ser administrado de forma centralizada pelos órgãos de direito

público, privado ou mistos encarregados de coordenar nos níveis nacional, regional ou local todas as formas de ajuda financeira e de orientá-las a uma aplicação global.

38- A ajuda pública, em qualquer das formas descritas nos parágrafos seguintes, deveria pressupor as intervenções da colectividade, onde for necessário e conveniente, e levar em consideração o custo adicional da restauração, ou seja, o custo suplementar imposto ao proprietário em relação ao novo valor venal ou locativo do edifício.

39- Em geral, esses investimentos públicos deveriam servir, antes de mais nada, para conservar os edifícios existentes, particularmente as habitações de baixa renda e somente aplicar-se a novas construções na medida em que elas não constituírem uma ameaça à utilização e às funções dos edifícios existentes.

40- Dever-se-iam conceder doações, incentivos fiscais, subsídios ou empréstimos em condições favoráveis aos proprietários particulares e usuários que houverem realizado as obras estabelecidas pelos planos de salvaguarda e de acordo com as normas fixadas por esses planos. Esses incentivos fiscais, doações, subsídios e empréstimos poderiam ser concedidos, em carácter prioritário, a agrupamentos de proprietários ou de usuários de habitações e estabelecimentos comerciais, pois as operações agrupadas se tornam economicamente mais vantajosas que as acções individuais. As vantagens financeiras a serem concedidas aos proprietários particulares e aos usuários deveriam estar, eventualmente, subordinadas ao acatamento de determinadas condições impostas no interesse do público, tais como garantia da integridade dos imóveis, possibilidade de visitação aos edifícios, acesso aos parques, jardins ou sítios, realização de fotografias, etc.

41- Dotações especiais deveriam ser previstas nos orçamentos dos órgãos públicos ou privados para a protecção dos conjuntos históricos ou tradicionais ameaçados por grandes obras públicas ou privadas e pela poluição. As autoridades públicas deveriam prever igualmente dotações especiais para a reparação dos danos causados pelos desastres naturais.

42- Todos os serviços e administrações que atuam na construção pública deveriam, ainda, agenciar seus programas e orçamentos de maneira a contribuir para a reabilitação dos conjuntos históricos ou tradicionais, através do financiamento a obras que correspondam simultaneamente a seus próprios objectivos e aos dos planos de salvaguarda.

43- Para aumentar os recursos financeiros disponíveis os Estados Membros deveriam incrementar a criação de estabelecimentos financeiros públicos ou privados para a salvaguarda dos conjuntos históricos e tradicionais e de sua ambiência, dotados de personalidade jurídica e que pudessem receber doações de particulares, de fundações e de empresas industriais e comerciais. Os doadores poderiam desfrutar de isenções fiscais.

44- As instituições públicas e os estabelecimentos de crédito privados poderiam facilitar o financiamento a obras de qualquer género destinadas a proteger os conjuntos históricos ou tradicionais e sua ambiência, através da criação de um órgão que se encarregasse da concessão de empréstimos aos proprietários, com taxas reduzidas e longos prazos de reembolso.

45- Os Estados Membros e as autoridades interessadas em todos os níveis poderiam facilitar a criação de associações sem fins lucrativos que se encarregassem da aquisição e, se for o caso, depois de restaurá-los, da venda dos imóveis mediante a utilização de fundos de operações especialmente destinados a manter nos conjuntos históricos ou tradicionais os proprietários que desejarem protegê-los e preservar suas características.

46- É essencial evitar que as medidas de salvaguarda acarretem uma ruptura da trama social. Para evitar, nos imóveis ou nos conjuntos a serem restaurados, o traslado dos habitantes, com prejuízo dos menos favorecidos, poderiam ser concedidas indemnizações que compensassem a alta do aluguel, para que os ocupantes pudessem conservar suas habitações e seus pontos de comércio e produção assim como seus modos de vida e suas ocupações tradicionais, especialmente o artesanato rural, a agricultura em pequena escala, a pesca etc. Essas indemnizações, determinadas em função dos rendimentos, ajudariam os interessados a fazer frente ao aumento dos encargos provocados pelas obras realizadas.

PESQUISA, ENSINO E INFORMAÇÃO

47- Para aperfeiçoar a competência dos especialistas e dos artesãos necessários e para fomentar o interesse e a participação de toda a população no trabalho de salvaguarda, os Estados Membros deveriam adoptar as medidas que se seguem, de acordo com sua competência legislativa e constitucional.

48- Os Estados Membros e as colectividades interessadas deveriam encorajar as pesquisas e os estudos sistemáticos sobre: aspectos urbanísticos dos conjuntos históricos ou tradicionais e de sua ambiência; as interconexões entre salvaguarda, urbanismo urbano e planeamento físico-territorial; os métodos de conservação aplicáveis aos conjuntos históricos; a alteração dos materiais; a aplicação das técnicas modernas aos trabalhos de conservação; as técnicas artesanais indispensáveis à salvaguarda.

49- Deveriam ser instaurados e desenvolvidos ensinamentos específicos sobre os temas acima e que compreendessem estágios de formação prática. Além disso é indispensável estimular a formação de técnicos e de artesãos especializados na salvaguarda dos conjuntos e de quaisquer espaços abertos que os circundam. O desenvolvimento das técnicas artesanais, ameaçadas pelo processo de industrialização, também deveria ser estimulado. Seria de desejar que as instituições interessadas cooperassem nessa esfera com os organismos internacionais especializados no assunto, tais como o Centro de Estudos para a Conservação e a Restauração dos Bens Culturais, de Roma, o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) e o Conselho Internacional de Museus (ICOM).

50- A formação do pessoal administrativo encarregado das operações locais e salvaguarda dos sectores históricos deveria, onde for adequado e necessário, ser financiada e dirigida pelas autoridades competentes, de acordo com um programa a longo prazo.

51- A tomada de consciência em relação à necessidade da salvaguarda deveria ser estimulada pela educação escolar, pós-escolar e universitária e pelo recurso aos meios de informação tais como os livros, a imprensa, a televisão, o rádio e o cinema e as

exposições itinerantes. As vantagens, não apenas estéticas e culturais, mas também sociais e económicas que pode oferecer uma política bem conduzida de salvaguarda dos conjuntos históricos ou tradicionais e sua ambiência deveriam ser objecto de uma informação clara e completa. Essa informação deveria ser amplamente difundida entre os organismos especializados, tanto privados como públicos, nacionais, regionais e locais e entre a população, para que saiba porque e como seu padrão de vida pode ser melhorado.

52- O estudo dos conjuntos históricos deveria ser incluído no ensino em todos os níveis e, particularmente, no de história, para inculcar no espírito dos jovens a compreensão e o respeito às obras do passado e para mostrar o papel desse património na vida contemporânea. Esse ensino deveria utilizar amplamente os meios audiovisuais e as visitas aos conjuntos históricos ou tradicionais.

53- Conviria facilitar o acesso a cursos de aperfeiçoamento e reciclagem para pessoal docente e para guias, bem como a formação de instrutores para ajudar os grupos de jovens e de adultos desejosos de se iniciar no conhecimento dos conjuntos históricos ou tradicionais.

COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

54- Os Estados Membros deveriam colaborar, no que se refere à salvaguarda dos conjuntos históricos ou tradicionais e de sua ambiência, recorrendo, se for necessário, à ajuda de organizações internacionais, intergovernamentais e não governamentais, principalmente ao Centro de Documentação UNESCO - ICOM - ICOMOS. Essa cooperação multilateral ou bilateral deveria ser judiciosamente coordenada e concretizar-se através de medidas com as seguintes: intercâmbio de informações de todos os géneros e de publicações científicas e técnicas; organização de seminários e de grupos de trabalho sobre temas específicos; concessão de bolsas de estudos e de viagem, envio de pessoal científico, técnico e administrativo e fornecimento de material; luta contra todas as formas de poluição; execução de grandes projectos de salvaguarda de conjuntos históricos ou tradicionais e de sua ambiência e difusão da experiência adquirida. Nas regiões situadas de um lado e de outro de uma fronteira onde ocorrerem problemas comuns de planeamento e salvaguarda de conjuntos históricos ou tradicionais e sua ambiência, os Estados Membros deveriam coordenar suas políticas e acções para conseguir a melhor utilização e protecção desse património; assistência mútua entre países vizinhos para a salvaguarda de conjuntos de interesse comum, característicos do desenvolvimento histórico e cultural de região.

De acordo com o espírito e com os princípios da presente recomendação, nenhum Estado Membro deveria tomar qualquer medida para demolir ou alterar as características dos bairros, cidades e sítios históricos situados nos territórios ocupados por esse Estado.

ANEXO D

Carta de Florença, Carta dos jardins históricos, ICOMOS, 1981

O Comité Internacional dos Jardins Históricos do ICOMOS-IFLA reunido em Florença em 21 de Maio de 1981 decidiu elaborar uma carta relativa à salvaguarda dos jardins históricos que assumirá o nome desta cidade. Esta carta foi redigida pelo Comité e registada pelo ICOMOS em 15 de Dezembro de 1982 como complemento da Carta de Veneza neste domínio particular.

Definições e objectivos:

Artigo 1 - "Um jardim histórico é uma composição arquitectónica e vegetal que apresenta interesse público dos pontos de vista histórico e artístico". Nesse sentido deve ser entendido como "monumento".

Artigo 2 - "Um jardim histórico é uma composição de arquitectura cujo material constituinte é principalmente de origem vegetal, consequentemente vivo, e como tal perecível e renovável". O seu aspecto resulta de um equilíbrio perpétuo entre o movimento cíclico das estações, do desenvolvimento e decadência da Natureza e da vontade artística e compositiva que tende a perpetuar a sua condição.

Artigo 3 - Enquanto monumento o jardim histórico deve ser salvaguardado de acordo com o espírito da Carta de Veneza. Todavia, como "monumento vivo", a sua salvaguarda decorre de regras específicas que constituem a presente Carta.

Artigo 4 - Intervêm na composição arquitectónica do jardim histórico:

a sua planta e os diversos perfis do terreno; as massas vegetais: essência, volume, jogo cromático, espaço e alturas respectivas; os elementos construídos e decorativos; as águas móveis ou estagnadas, que reflectam o céu.

Artigo 5 - Expressão das relações estreitas entre a civilização e a Natureza, lugar de deleite, próprio à meditação ou ao sonho, o jardim assume assim o sentido cósmico de uma imagem idealizada do mundo, um "paraíso" no sentido etimológico do termo, mas que é testemunho de uma cultura, de um estilo, de uma época, eventualmente dependente da originalidade do seu criador.

Artigo 6 - A denominação de jardim histórico aplica-se de igual forma tanto aos jardins modestos como aos parques monumentais ou ornamentais.

Artigo 7 - Quer esteja ligado ou não a um edifício, do qual é um complemento inseparável, o jardim histórico não pode ser afastado do seu contexto urbano ou rural, artificial ou natural.

Artigo 8 - Um sítio histórico é uma paisagem definida, evocativa de um facto memorável: local de um grande acontecimento histórico, origem de um mito ilustre ou de um combate épico, tema de um quadro célebre, etc.

Artigo 9 - A salvaguarda dos jardins históricos exige que sejam identificados e inventariados. Impõe intervenções diferenciadas tais como a manutenção, a conservação ou o restauro. Pode ser eventualmente considerada a sua reconstituição. A "autenticidade" de um jardim histórico compreende tanto o desenho e o volume das partes, como a sua decoração ou a escolha dos componentes vegetais e minerais que o constituam.

Manutenção, conservação, restauro e reconstituição:

Artigo 10 - Qualquer operação de manutenção, conservação, restauro ou reconstituição de um jardim histórico ou de uma das suas partes deve ter em conta, simultaneamente, o conjunto de todos os seus elementos. A diferenciação dos tratamentos poderia propiciar uma alteração do efeito geral do jardim.

Manutenção e conservação:

Artigo 11 - A manutenção dos jardins históricos é uma operação fundamental e necessariamente contínua. Uma vez que o seu constituinte principal é vegetal, os trabalhos de manutenção deverão ser conduzidos através de substituições pontuais e, a longo prazo, por renovações cíclicas (corte e replantação de espécies já formadas).

Artigo 12 - A escolha das árvores, arbustos, plantas e flores de substituição periódica deve ser efectuada de acordo com os usos estabelecidos e reconhecidos para diferentes zonas botânicas e culturais, num propósito de manutenção e investigação das espécies de origem.

Artigo 13 - Os elementos de arquitectura, de escultura e de decoração fixos ou móveis que façam parte integrante de um jardim histórico não devem ser retirados ou deslocados dos seus locais, excepto por exigências da sua própria conservação ou restauro. A substituição ou o restauro de elementos em risco deve ser efectuada segundo os princípios da Carta de Veneza, indicando a data de qualquer substituição.

Artigo 14 - O jardim histórico deve ser conservado num contexto apropriado. Qualquer modificação do meio físico que ponha em risco o equilíbrio ecológico deve ser proscrita. Essas medidas dizem respeito ao conjunto das infra-estruturas, quer internas, quer externas (canalizações, sistemas de irrigação, estradas, estacionamento, recintos, dispositivos de vigilância, de exploração, etc.).

Restauro e reconstituição:

Artigo 15 - Qualquer restauro e, sobretudo, qualquer reconstituição de um jardim histórico só deverá realizar-se após um estudo aprofundado que contemple a escavação e a recolha de todos os documentos relativos ao jardim em análise e a outros semelhantes, susceptível de assegurar o carácter científico da intervenção. Antes de ser executado, esse estudo deve ser objecto de um projecto a ser analisado por um conjunto de peritos.

Artigo 16 - As operações de restauro devem respeitar a evolução do jardim. Em princípio, os trabalhos não devem privilegiar uma dada época em detrimento de outra, excepto se o estado de degradação ou de ruína de certas partes aconselhe efectuar uma reconstituição de carácter excepcional, apoiada em vestígios ou em documentação irrefutável. As partes do jardim mais próximas de um edifício poderão ser objecto de uma reconstituição mais específica, por forma a salientar a sua coerência global.

Artigo 17 - Se um jardim deixou de existir completamente ou se apenas existem elementos conjecturais dos seus estados anteriores, não deve ser efectuada qualquer tentativa de reconstituição baseada na noção de jardim histórico.

Neste caso, os trabalhos inspirados nas formas tradicionais executados no local de implantação de um jardim antigo ou num local onde não tenha existido qualquer jardim, ligam-se à noção de "evocação" ou de "criação", excluindo qualquer qualificação como jardim histórico.

Utilização:

Artigo 18 - Se um jardim histórico for destinado a ser visitado e percorrido, o seu acesso deve ser limitado em função da sua extensão e da sua fragilidade, por forma a conservar a sua substância e a sua mensagem cultural.

Artigo 19 - Por natureza e vocação, o jardim histórico é um local aprazível que favorece o contacto, o silêncio e a escuta da natureza. Esta abordagem quotidiana contrasta com o uso excepcional do jardim histórico como local de festa.

É conveniente definir as condições de visita dos jardins históricos por forma a que uma festa, realizada com carácter excepcional, possa exaltar o espectáculo do jardim e não contribuir para o desnaturar ou degradar.

Artigo 20 - Muito embora, na vida quotidiana, os jardins possam adaptar-se à prática de jogos pacíficos, é conveniente criar em paralelo aos jardins históricos locais apropriados a jogos movimentados e violentos e ao desporto, por forma a dar resposta a essa exigência social sem que tal possa danificar a conservação dos jardins e dos sítios históricos.

Artigo 21 - A prática da manutenção ou da conservação decorrentes das condicionantes sazonais, ou as pequenas intervenções que contribuam para restituir a autenticidade devem ter sempre prioridade sobre os vínculos de utilização. A organização de visitas de um jardim histórico deve ser submetida a regras de conveniência próprias à manutenção do espírito do local.

Artigo 22 - Quando um jardim está cercado por muros, não se deve proceder à sua remoção sem considerar todas as implicações negativas decorrentes da modificação do seu ambiente e das possíveis consequências para a sua conservação.

Protecção legal e administrativa:

Artigo 23 - Compete às autoridades responsáveis, depois de ouvidos os especialistas competentes, tomar as disposições legais e administrativas adequadas a identificar, inventariar e proteger os jardins históricos. A sua salvaguarda deve ser integrada nos planos de ocupação dos solos e nos documentos de planificação e ordenamento do território. É também competência das autoridades responsáveis, com base no parecer de especialistas, criar as medidas financeiras adequadas para favorecerem a manutenção, a conservação, o restauro e eventualmente a reconstituição dos jardins históricos.

Artigo 24 - Pela sua natureza, o jardim histórico é um dos elementos do património cuja sobrevivência exige maiores cuidados permanentes de pessoas qualificadas. É portanto conveniente implementar uma pedagogia adequada que permita assegurar a formação dessas pessoas, quer se tratem de historiadores, arquitectos, arquitectos paisagistas, jardineiros ou botânicos.

Por outro lado, deve assegurar-se a produção regular das espécies vegetais susceptíveis de entrar na composição dos jardins históricos.

Artigo 25 - O interesse pelos jardins históricos deve ser estimulado por todas as acções adequadas à valorização deste património e a torná-lo mais conhecido e apreciado: promoção da investigação científica, contactos internacionais e difusão de informação, publicação e divulgação, encorajamento da abertura controlada dos jardins ao público, sensibilização dos meios de comunicação social para o respeito pela Natureza e pelo património histórico. Os jardins históricos mais importantes poderão ser propostos para figurar na Lista do Património Mundial.

Nota:

Estas recomendações adequam-se ao conjunto dos jardins históricos do mundo. Esta Carta será posteriormente susceptível de complementos específicos aos diversos tipos de jardins, descrevendo de forma sucinta as suas tipologias.

ANEXO E

Carta de Cracóvia, 2000

Reconhecendo o contributo dos indivíduos e das instituições que, ao longo de três anos, participaram na preparação da Conferência Internacional sobre Conservação “Cracóvia 2000” e na sua Sessão Plenária com o título “o património cultural como fundamento do desenvolvimento da civilização”, os signatários, participantes na Conferência Internacional sobre Conservação “Cracóvia 2000”, conscientes dos profundos significados associados ao património cultural, submetem aos responsáveis pelo património os seguintes princípios como orientação dos seus esforços na salvaguarda desses bens culturais.

PREÂMBULO

Actuando no espírito da Carta de Veneza (1964), tendo em conta as recomendações internacionais e motivados pelo processo da unificação europeia, na entrada do novo milénio, os signatários da presente Carta estão conscientes de viver um tempo no qual as identidades, num contexto cada vez mais amplo, se tomam mais distintas e singulares. A Europa actual caracteriza-se pela diversidade cultural e, assim, pela pluralidade de valores fundamentais associados ao património móvel, imóvel e intelectual, o que implica diferentes significados que originam conflitos de interesse. Esta situação requer de todos os responsáveis pela salvaguarda do património cultural uma maior atenção aos problemas e às decisões a serem tomadas na prossecução dos seus objectivos.

Cada comunidade, tendo em conta a sua memória colectiva e consciente do seu passado, é responsável, quer pela identificação, quer pela gestão do seu património.

Os monumentos, considerados como elementos individuais desse património, possuem valores que se alteram com o tempo. Esta alteração de valores, que podemos identificar em cada monumento é, afinal, uma das características do património, ao longo da História. Através deste processo de mudança de valores, cada comunidade desenvolve uma consciência e um conhecimento da necessidade de preservar os bens culturais construídos, pois eles são portadores dos seus próprios valores patrimoniais comuns.

Este processo não pode ser objecto de uma definição redutora. Apenas se pode indicar o modo segundo o qual pode ser identificado. Os instrumentos e os métodos utilizados para uma correcta preservação do património devem adaptar-se às situações concretas, que são evolutivas, sujeitas a um processo de contínua mudança.

O contexto particular de escolha destes valores requer a elaboração de um projecto de conservação e a tomada de uma série de decisões que constituem o projecto de restauro, de acordo com critérios técnicos e organizativos apropriados.

Conscientes dos profundos valores da Carta de Veneza, e trabalhando para os mesmos objectivos, propõem os seguintes princípios para a conservação e restauro do património construído.

OBJECTIVOS E MÉTODOS

1. O património arquitectónico, urbano ou paisagístico, assim como os elementos que o compõem resulta de uma dialéctica entre os diferentes momentos históricos e os respectivos contextos socioculturais. A conservação deste património é o objectivo

desta Carta. A conservação pode ser realizada mediante diferentes tipos de intervenções, tais como o controlo do meio ambiental, a manutenção, a reparação, o restauro, a renovação e a reabilitação. Qualquer intervenção implica decisões, escolhas e responsabilidades relacionadas com o património, entendido no seu conjunto, incluindo os elementos que embora hoje possam não ter um significado específico, poderão, contudo, tê-lo no futuro.

2. A manutenção e a reparação constituem uma parte fundamental do processo de conservação do património. Estas acções exigem diversos procedimentos, nomeadamente investigações prévias, testes, inspecções, controlos, acompanhamento dos trabalhos e do seu comportamento pós-realização. Os riscos de degradação do património devem ser previstos em relatórios apropriados para permitir a adopção de medidas preventivas.

3. A conservação do património construído é executada de acordo com o projecto de restauro, que se inscreve numa estratégia para a sua conservação a longo prazo. O “projecto de restauro” deverá basear-se num conjunto de opções técnicas apropriadas e ser elaborado segundo um processo cognitivo que integra a recolha de informações e a compreensão do edifício ou do sítio. Este processo pode incluir o estudo dos materiais tradicionais, ou novos, o estudo estrutural, análises gráficas e dimensionais e a identificação dos significados histórico, artístico e sociocultural. No projecto de restauro devem participar todas as disciplinas pertinentes e a coordenação deve ser levada a cabo por uma pessoa qualificada na área da conservação e restauro.

4. Devem ser evitadas reconstruções de partes significativas de um edifício, baseadas no que os responsáveis julgam ser o seu “verdadeiro estilo”. A reconstrução de partes muito limitadas, com um significado arquitectónico pode ser excepcionalmente aceite, na condição de se fundamentar, em documentação precisa e irrefutável. Se for necessário para o uso adequado do edifício, podem-se incorporar elementos espaciais e funcionais, mas estes devem exprimir a linguagem da arquitectura actual. A reconstrução total de um edifício, que tenha sido destruído por um conflito armado ou por uma catástrofe natural, só é aceitável se existirem motivos sociais ou culturais excepcionais, que estejam relacionados com a própria identidade da comunidade local.

DIFERENTES TIPOS DE PATRIMÓNIO CONSTRUÍDO

5. Qualquer intervenção que afecte o património arqueológico, devido à sua vulnerabilidade, deve estar estritamente relacionada com a sua envolvente: o território e a paisagem. Os aspectos destrutivos das escavações devem reduzir-se tanto quanto seja possível. Cada escavação deve ser acompanhada de documentação completa sobre os trabalhos arqueológicos. Tal como em qualquer intervenção patrimonial, os trabalhos de conservação de achados arqueológicos devem basear-se no princípio da intervenção mínima. Os trabalhos arqueológicos só podem ser realizados por profissionais e a metodologia e técnicas usadas devem ser estritamente controladas. Para a protecção e apresentação pública de sítios arqueológicos deve encorajar-se: o recurso a técnicas modernas; a criação de bancos de dados; a utilização de sistemas de informação e a utilização de técnicas de apresentação virtual dos sítios.

6. O objectivo da conservação dos monumentos e dos edifícios com valor histórico, que se localizem em meio urbano ou rural, é o de manter a sua autenticidade e integridade, incluindo os espaços interiores, o mobiliário e a decoração, de acordo com o seu

aspecto original. Tal conservação requer um “projecto de restauro” apropriado, que defina os métodos e os objectivos. Em muitos casos, requer-se ainda um uso apropriado para os monumentos e edifícios com valor histórico, compatível com os seus espaços e o seu significado patrimonial. As obras em edifícios com valor histórico devem analisar e respeitar todas as fases construtivas pertencentes a períodos históricos distintos.

7. A decoração arquitectónica, as esculturas e os elementos artísticos, que fazem parte integrante do património construído, devem ser preservados mediante um projecto específico vinculado ao projecto geral de restauro. Esta metodologia pressupõe que o especialista em restauro do património construído possua os conhecimentos e a formação adequadas, para além da capacidade cultural, técnica e prática, para interpretar os diferentes ensaios e análises nas áreas artísticas específicas. O “projecto de restauro” deve garantir uma relação correcta com o conjunto envolvente, incluindo o ambiente, a decoração e a escultura e respeitando as técnicas tradicionais da construção e a sua necessária integração como uma parte substancial do património construído.

8. As cidades e as aldeias históricas, no seu contexto territorial, representam uma parte essencial do nosso património universal. Cada um destes conjuntos patrimoniais deve ser considerado como um todo, com as suas estruturas, os seus espaços e as características socioeconómicas, em processo de contínua evolução e mudança. Qualquer intervenção deve envolver todos os sectores da população e requer um processo de planeamento integrado, cobrindo uma ampla gama de actividades. Em meio urbano, a conservação tem por objecto, quer os conjuntos edificados, quer os espaços livres. A sua área de intervenção tanto pode restringir-se a uma parcela de um grande aglomerado urbano, como englobar a totalidade de uma pequena cidade ou mesmo uma aldeia, integrando sempre os respectivos valores imateriais, ou intangíveis. Neste contexto, a intervenção na cidade histórica deve ter presente a morfologia, as funções e as estruturas urbanas, na sua interligação com o território e a paisagem envolventes. Os edifícios que constituem as zonas históricas podendo não se destacar pelo seu valor arquitectónico especial, devem ser salvaguardados como elementos de continuidade urbana, devido às suas características dimensionais, técnicas, espaciais, decorativas e cromáticas, elementos de união insubstituíveis para a unidade orgânica da cidade. O “projecto de restauro” das cidades ou aldeias históricas deve, não só verificar a sustentabilidade das opções estratégicas que assume, como prever o processo de gestão de futuras alterações, ligando as questões da conservação do património aos aspectos económicos e sociais. Para além do conhecimento das estruturas físicas, devem ser estudadas as influências que futuras alterações poderão provocar, bem como os necessários instrumentos para gerir essas alterações. O “projecto de restauro” de cidades e aldeias históricas deve considerar que os imóveis do tecido urbano desempenham uma dupla função:

a) são elementos definidores da forma urbana, mas também; b) possuem uma espacialidade interna, que constitui um dos seus valores essenciais.

9. As paisagens reconhecidas como património cultural são o resultado e o reflexo da interacção prolongada nas diferentes sociedades entre o homem, a natureza e o meio ambiente físico. São testemunhos da relação evolutiva das comunidades e dos indivíduos com o seu meio ambiente.

Neste contexto, a sua conservação, preservação e desenvolvimento centram-se nos aspectos humanos e naturais, integrando valores materiais e intangíveis. É importante compreender e respeitar o carácter das paisagens e aplicar leis e normas adequadas que harmonizem os usos mais importantes do território com valores paisagísticos essenciais. Em muitas sociedades, as paisagens possuem uma relação histórica com o território e com as cidades. A integração da conservação da paisagem cultural com o desenvolvimento sustentado de regiões e localidades com actividades ecológicas, assim como com o meio ambiente natural requerem uma consciencialização e uma compreensão das suas relações ao longo do tempo, o que implica o estabelecimento de relações com o meio ambiente construído, de regiões metropolitanas, cidades e núcleos históricos. A conservação integrada de paisagens arqueológicas ou com interesse paleontológico, bem como o desenvolvimento de paisagens que apresentam alterações muito significativas, envolvem a consideração de valores sociais, culturais e estéticos.

10. As técnicas de conservação devem estar intimamente ligadas à investigação pluridisciplinar sobre materiais e tecnologias usadas na construção, reparação e no restauro do património edificado. A intervenção escolhida deve respeitar a função original e assegurar a compatibilidade com os materiais, as estruturas e os valores arquitectónicos existentes. Quaisquer novos materiais ou tecnologias devem ser rigorosamente testados, comparados e experimentados antes da respectiva aplicação. Embora a aplicação in situ de novas tecnologias possa justificar-se para uma boa conservação dos materiais originais, estas devem ser constantemente controladas tendo em conta os resultados obtidos, o seu comportamento ao longo do tempo e a possibilidade da sua eventual reversibilidade. Deve estimular-se o conhecimento dos materiais e técnicas tradicionais de construção, bem como a sua apropriada manutenção no contexto da sociedade contemporânea, considerando-as como componentes importantes do património cultural.

GESTÃO

11. A gestão das cidades históricas e do património cultural em geral, tendo em conta os contínuos processos de mudança, transformação e desenvolvimento, consiste na adopção de regulamentos apropriados, na tomada de decisões, que implicam necessariamente escolhas, e no controlo dos resultados. Um aspecto essencial deste processo, é a necessidade de identificar os riscos, de antecipar os sistemas de prevenção apropriados e de criar planos de actuação de emergência. O turismo cultural, apesar dos seus aspectos positivos para a economia local, deve ser considerado como um risco. Deve prestar-se uma particular atenção à optimização dos custos envolvidos. A conservação do património cultural deve constituir uma parte integrante dos processos de planeamento económico e gestão das comunidades, pois pode contribuir para o desenvolvimento sustentável, qualitativo, económico e social dessas comunidades.

12. A pluralidade de valores do património e a diversidade de interesses requerem uma estrutura de comunicação que permita uma participação efectiva dos cidadãos no processo, para além dos especialistas e gestores culturais. Caberá às comunidades adoptar os métodos e as formas apropriadas para assegurar uma verdadeira participação dos cidadãos e das instituições nos processos de decisão.

FORMAÇÃO E EDUCAÇÃO

13. A formação e a educação em património cultural exige a participação da sociedade e a integração da temática nos sistemas nacionais de educação a todos os níveis. A complexidade dos projectos de restauro, ou de quaisquer outras intervenções de conservação, por envolverem aspectos históricos, técnicos, culturais e económicos, requerem a nomeação de responsáveis bem formados e competentes. A formação dos especialistas em conservação deve ser interdisciplinar e incluir o estudo da história da arquitectura, da teoria e das técnicas da conservação. Esta formação deve assegurar uma qualificação adequada, necessária à resolução de problemas de investigação, bem como para resolver correctamente as intervenções de conservação e restauro de uma forma profissional e responsável. A formação de profissionais e técnicos nas disciplinas da conservação deve considerar a evolução das metodologias e do conhecimento técnico e participar no debate actual sobre as teorias e as políticas de conservação. A qualidade da mão-de-obra e o trabalho técnico durante os projectos de restauro devem também ser valorizados com uma melhor formação profissional.

MEDIDAS LEGAIS

14. A protecção e conservação do património construído podem ser melhoradas através da adopção de medidas legais e administrativas. Estas medidas devem assegurar que os trabalhos de conservação sejam realizados por especialistas em conservação ou sob sua supervisão. As disposições legais também podem prever um período de estágios práticos, no contexto de programas estruturados. Deve conceder-se uma atenção especial aos recém-formados especialistas em conservação do património cultural, nomeadamente no momento da graduação como profissionais independentes. Este grau deveria ser adquirido sob supervisão de especialistas em conservação.

ANEXO F

Carta de Atenas, 2003

O Conselho Europeu de Urbanistas (CEU) está confiante que durante o séc. XXI a Europa irá progredir para uma integração plena. Nesta perspectiva, o CEU apresenta uma Visão partilhada e colectiva sobre o futuro das cidades europeias, como fundamento da Nova Carta de Atenas 2003 (parte A). Trata-se de uma Visão de uma rede de cidades, em que estas:

Conservarão a sua riqueza cultural e a sua diversidade, resultantes da sua longa história;

Ficarão ligadas entre si por uma multitude de redes, plenas de conteúdos e de funções úteis;

Permanecerão criativas e competitivas, mas procurarão, simultaneamente a complementaridade e a cooperação; Contribuirão de maneira decisiva para o bem-estar dos seus habitantes e, num sentido mais lato, de todos os que as utilizam;

A Visão que fundamenta a Nova Carta de Atenas 2003 é completada por (parte B):

Uma breve referência às principais questões e desafios que afectam as cidades no princípio do séc. XXI;

Os necessários compromissos dos urbanistas para pôr em prática esta Visão;

A Nova Carta de Atenas 2003 dirige-se sobretudo aos urbanistas profissionais que trabalham na Europa e a todos os que se interessam por este tipo de trabalho, a fim de os orientar nas suas acções, de modo a assegurar maior coerência na construção de uma rede de cidades com pleno significado e a transformar as cidades europeias em cidades coerentes, a todos os níveis e em todos os domínios.

O planeamento estratégico do território e o urbanismo são indispensáveis para garantir um Desenvolvimento Sustentável, hoje entendido como a gestão prudente do espaço comum, que é um recurso crítico, de oferta limitada e com procura crescente nos locais onde se concentra a civilização. Isto implica o trabalho de equipas multidisciplinares, abarcando todas as disciplinas e “savoir- faire”, a várias escalas e em processos de longo prazo. Este atributo especial que caracteriza a especificidade da profissão de urbanista consiste em saber considerar simultaneamente uma variedade de questões e de prever, antecipadamente, o seu impacto no espaço e na sociedade. O CEU está consciente tanto da variedade como da universalidade da profissão de urbanista na Europa, pois tem à sua responsabilidade a riqueza da diversidade das cidades e das regiões europeias. [...]

A identidade pessoal dos cidadãos está muito relacionada com a identidade da sua cidade. Ora, as dinâmicas que resultarem do fenómeno da imigração urbana contribuirão para novas e mais fortes identidades urbanas. Cada cidade desenvolverá a sua própria alquimia social e cultural – resultado da sua história e das formas do seu desenvolvimento. Terá como consequência a manutenção de uma grande diversidade de características e identidades das cidades e das regiões nas diferentes partes da Europa.

Na Cidade coerente, as trocas e as integrações entre as diferentes culturas presentes darão à vida na cidade uma riqueza e uma diversidade muito maiores, a juntar à

atractividade da cidade, não só para residência, como para o trabalho, a educação, os negócios e o lazer. [...]

Natureza, paisagem e espaços livres urbanos

A oportunidade de todos viverem e trabalharem em espaços de proximidade, ligados a um património cultural e natural bem conservado (paisagens significativas, sítios arqueológicos, monumentos, espaços rurais e vizinhanças tradicionais, parques, praças e outros espaços exteriores, massas de água, lagos, rios, zonas húmidas, litoral marítimo e margens de rios, reservas naturais), será cuidadosamente preservado e multiplicado. O planeamento do território e urbanismo continuarão a ser as ferramentas eficazes para conseguir a protecção destes elementos do património natural e cultural, bem como o veículo para a criação de novos espaços livres que darão coerência aos tecidos urbanos.

A relação emocional do homem com o seu ambiente, o sentido de pertença ao sítio, é uma condição fundamental para alcançar a qualidade de vida na cidade. As cidades e as aglomerações urbanas mais apreciadas são aquelas que proporcionam uma experiência ambiental rica e positiva. A qualidade ambiental que contribui para a harmonia social e a vitalidade cultural tornam-se um dos factores-chave do sucesso económico de uma cidade [...]

A coerência na utilização do espaço

Através do planeamento prudente e de outras intervenções adequadas, a articulação das diferentes redes espaciais, no interior e ao redor das cidades, será particularmente melhorada. Nas cidades coerentes, as funções essenciais dos centros e de outros nós das redes policêntricas serão mantidas e melhoradas; estes locais serão servidos eficazmente por redes de comunicação e transportes, sem que estes prejudiquem a sua vitalidade e animação.

Para ser coerente com estes princípios, os espaços naturais do Continente europeu deverão ser efectivamente protegidos contra a extensão e a multiplicação das redes urbanas, tanto pela conjugação de medidas de protecção e estímulo, como pela promoção pública da tomada de consciência sobre o valor e a necessidade absoluta da sua salvaguarda e valorização.

A importância do espírito do lugar e da cultura na coerência da cidade e na sua qualidade de vida

Paralelamente às considerações sobre o uso e a organização dos solos e do espaço, a atractividade própria de cada cidade europeia será preservada e melhorada, contribuindo assim para uma melhor qualidade de vida para todos, já que, perto de três quartos da população da Europa habita nas suas cidades. O desenho urbano e a composição urbana serão os elementos essenciais para o renascimento das cidades. Permitirão eliminar as clivagens entre as várias partes da cidade e procurarão preservar o carácter próprio de cada cidade e a sua continuidade face à tendência de homogeneização das relações interpessoais, através de diferentes políticas de espaços urbanos e diferentes tipos de medidas e intervenções, nos quais o urbanista terá um papel chave. Estas incluem:

O relançamento do desenho urbano e da composição urbana para proteger e melhorar as ruas, as praças, os caminhos de peões e outros percursos, como instrumentos da coesão social e de continuidade do tecido urbano;

Reabilitação das formas urbanas não humanizadas e degradadas; Medidas necessárias para facilitar os contactos entre as pessoas e para multiplicar os locais de descanso e de lazer;

Medidas para melhorar o sentimento individual e colectivo de segurança, que é um elemento essencial da liberdade e bem-estar individuais;

Esforços para criar ambientes urbanos simbólicos provenientes do espírito próprio de cada lugar, valorizando assim a diversidade de carácter de cada cidade;

Manutenção e exigência de um alto nível de excelência estética em todos os locais da cidade;

Protecção sistemática dos elementos do património natural e cultural, assim como a protecção e extensão das redes de espaços abertos urbanos.

Cada um destes desenvolvimentos positivos será gerido de diferentes modos em cada país e em cada cidade, segundo as condições históricas locais e segundo a importância atribuída às condições sociais e económicas. Ao mesmo tempo, a coesão no seio da União Europeia alargada aumentará; as estruturas administrativas e sociais da Europa ganharão maturidade e as orientações sobre a organização e planeamento e preservação do espaço serão gradualmente incorporadas e postas em prática, sendo incluídas no “acquis communautaire”. Os objectivos comuns às cidades europeias tornar-se-ão claros e largamente aceites, enquanto cada uma procurará valorizar e manter os elementos do seu carácter único. [...]

Desafios para as cidades do futuro

Os conceitos-chave do desenvolvimento sustentável, da identidade urbana, da vida em comunidade, da segurança, da saúde e da protecção médica, tornam-se cada vez mais assuntos sensíveis para os urbanistas e para os processos de planeamento estratégico do território.

A necessidade crescente de um ambiente urbano que ofereça qualidade de vida, mas também a protecção da saúde e a segurança pública, lançam às cidades o importante desafio de desenvolver um futuro no qual os aspectos de sustentabilidade social, económica e ambiental sejam equilibrados. Desenvolver novas identidades baseadas nas novas influências culturais é também um dos grandes desafios que as cidades devem resolver. A vida urbana tende a desenvolver uma grande diversidade de culturas capazes de coexistir e de respeitar a diversidade das suas tradições recíprocas. Além disso, as cidades europeias deveriam evoluir de tal forma que poderiam aproveitar as migrações internas dos cidadãos dos Estados Membros, actualmente autorizados a deslocar-se e a estabelecer-se livremente na maior parte dos países da Europa.

A recuperação dos laços e da solidariedade sociais entre as diferentes gerações parece ter-se transformado num elemento crítico para o futuro bem estar das populações urbanas.

O desenvolvimento de processos inovadores de democracia local constitui um outro desafio importante – trata-se de procurar novas vias para mobilizar todos os actores, com o objectivo de aumentar a participação e de assegurar a promoção dos interesses comuns de todos os grupos. A participação dos cidadãos permite uma melhor compreensão das exigências das pessoas e pode dar início a uma verdadeira evolução cultural, que conduzirá à aceitação de soluções muito diversas para fazer face às diferentes necessidades dos vários grupos, preservando sempre uma identidade partilhada da cidade. [...]

4. Alterações urbanas

Tendências

A cidade não é uma entidade edificada contínua, densa, mas inclui sempre uma variedade de formas e espaços urbanos. O desenvolvimento das cidades e das regiões não é só o resultado de técnicas modernas de planeamento do espaço, mas também o resultado de desenvolvimentos informais e não planeados do passado. O contexto para o desenvolvimento futuro das cidades está a mudar. As tecnologias de informação e de comunicação permitem comunicações mundiais directas e imediatas. A acessibilidade física progrediu imenso, como consequência da melhoria das infraestruturas, nomeadamente no que diz respeito ao transporte de pessoas e bens sobre redes optimizadas e bem geridas que se estendem rapidamente. Os sistemas tendem a funcionar com mais eficácia, a custos reduzidos, gerando novas soluções e novas formas e modelos urbanos.

Questões das cidades

Uma melhor acessibilidade física que resulta de infraestruturas de transporte melhoradas tende, no entanto, a criar barreiras e obstáculos, especialmente para os modos de transporte e de deslocação mais lentos. Tem como resultado que as estruturas físicas dominantes conduzam à fragmentação das estruturas dos arredores da cidade e da paisagem. A sub-urbanização e a dispersão das funções urbanas para as zonas periféricas da cidade implicam distâncias de deslocação maiores e, finalmente, a deterioração da qualidade dos equipamentos e dos serviços. Um decréscimo do uso do transporte público e um crescimento da utilização do transporte individual agrava ainda mais os problemas das cidades.

Em termos económicos, o processo de globalização manifesta-se por uma dispersão mundial da produção, assim como uma concentração da gestão e das funções nas grandes cidades. Isto pode conduzir ao crescimento acelerado das regiões metropolitanas em detrimento de outras formas de organização territorial.

A crescente disparidade entre os diferentes grupos terá como resultado não somente alterações nas políticas urbanas, mas também nas grandes zonas desfavorecidas, contrastando com os esquemas de desenvolvimento sofisticados para as novas actividades económicas e quarteirões residenciais bem mantidos, destinados a grupos privilegiados.

Desafios para as cidades do futuro

Devem ser aplicados os novos desenvolvimentos tecnológicos nas comunicações, na informação e nos transportes, de tal modo que os cidadãos e a vida na cidade no seu conjunto, deles beneficiem. Novos equilíbrios entre os objectivos históricos e culturais e a tecnologia terão como resultado a criação de novas identidades urbanas, mais atraentes. Não há que hesitar em utilizar todos os desenvolvimentos tecnológicos possíveis para apoiar o desenvolvimento sustentável e a perenidade das cidades no futuro.

São necessárias novas regras para o desenho e composição urbana, onde as partes antigas e novas das cidades devem ser planeadas de maneira coerente para oferecer soluções apropriadas, ligando sempre o passado ao futuro. É preciso também que existam laços contínuos entre os espaços livres e os espaços construídos – às diferentes escalas territoriais desde o quarteirão à cidade, e das redes de cidades ao território global da Europa. As formas urbanas devem integrar uma mistura social e urbana e devem contribuir para uma melhor qualidade de vida. O lazer na cidade pode tornar-se uma combinação de ambientes virtuais e físicos, com possibilidades ainda desconhecidas.

Ao mesmo tempo, é preciso lembrarmo-nos que um número significativo dos utilizadores das cidades não vive nas cidades. Para estes é importante oferecer ambientes e serviços de alta qualidade. O processo de planeamento do espaço deve gerar um verdadeiro compromisso entre todos os actores e salvaguardar os interesses colectivos – um instrumento essencial para assegurar o desenvolvimento sustentável e a coesão social.

Os critérios de organização do espaço deverão ser adaptados à competição entre as cidades para o desenvolvimento económico e, por essa razão, devem ser aplicadas todas as técnicas do pensamento estratégico nas políticas urbanas.

Finalmente, o carácter único da cultura urbana europeia, parcialmente herdada da sua histórica e dos seus diferentes estilos de vida, necessita de urbanistas profissionais que tenham a consciência e o saber fazer necessários para compatibilizar as novas formas urbanas com as necessidades da população do séc. XXI. [...]

B2 – Os compromissos dos Urbanistas

Esta parte da Carta apresenta os compromissos dos urbanistas profissionais que trabalham na Europa. Descreve o conjunto de valores que deve orientar os actos profissionais dos urbanistas nas suas intervenções junto dos poderes públicos e população, de forma a poder pôr em prática esta Visão e aplicar os princípios de desenvolvimento das cidades preconizados nesta Carta.

O urbanismo e o planeamento do território são fundamentalmente trabalho de equipa transdisciplinar, envolvendo diferentes profissionais e actores, num processo complexo. O objectivo deste capítulo – os compromissos dos urbanistas – é identificar os urbanistas com o trabalho de outros profissionais, clarificando as suas competências e reforçando a coesão e a solidariedade entre urbanistas.

O papel do urbanista evolui com o desenvolvimento da sociedade, das leis e das políticas de ordenamento do território. Estas variam segundo os quadros políticos e sociais de cada país onde trabalham os urbanistas nos diferentes papéis de investigadores, funcionários administrativos, gestores, especialistas consultores, ou professores. O que distingue os urbanistas é o facto de se concentrarem nos interesses da sociedade na sua globalidade, em cada forma de estabelecimento humano ou região, e sobre o futuro a longo prazo.

Os urbanistas analisam, elaboram esquemas, implementam e monitorizam estratégias e políticas de desenvolvimento. Como em todas as disciplinas, contribuem também para a formação profissional e investigação, a fim de adaptarem permanentemente o ensino às necessidades do presente e do futuro. Os urbanistas participam activamente, eles próprios, em todas as diferentes fases e escalas do processo de organização do espaço, ainda que não possam estar comprometidos da mesma maneira em todas elas ao mesmo tempo.

É largamente reconhecido que o planeamento não consiste apenas em elaborar planos. Trata-se também dum processo político para atingir um equilíbrio entre os interesses em causa, públicos e privados, de forma a permitir as arbitragens necessárias aos conflitos de interesse que surjam entre as diferentes exigências do planeamento e dos programas de desenvolvimento. Isto mostra a importância do papel de urbanista como mediador. O saber-fazer dos urbanistas em matéria de mediação e de negociação tornar-se-á cada vez mais importante, tanto hoje como no futuro.

O papel do urbanista é hoje mais exigente que nunca. Requer capacidades acrescidas em matéria de composição urbana, de síntese, de gestão e de administração, para desenvolver todas as etapas do processo do planeamento do território. Exige uma aproximação humanista e científica e a procura de um consenso social, sempre no respeito pelas diferenças individuais e decisões políticas, para conseguir pôr em prática a implementação, gestão, monitorização e revisão dos planos e programas.

A complexidade e o desafio deste papel requer toda uma série de obrigações específicas aos urbanistas, que serão os profissionais do séc. XXI, tanto como conselheiros estratégicos como “planeadores do território”, como gestores administradores-animadores urbanos ou como especialistas científicos.

O urbanista como humanista e cientista compromete-se a:

Analisar as características existentes e as tendências, considerando o contexto geográfico em sentido lato e concentrando-se nas necessidades a longo prazo, para oferecer uma informação completa, clara e rigorosa aos decisores, aos atores e à população em geral;

Tornar acessível a informação disponível, considerando os indicadores europeus, e adotar representações que facilitem o debate público e a compreensão partilhada das soluções propostas e dos processos de tomada de decisão;

Conservar um conhecimento apropriado sobre a filosofia, a teoria, a investigação e a prática contemporânea do ordenamento do território e do urbanismo, através da formação contínua;

Contribuir para a formação e ensino e para o desenvolvimento da profissão de urbanista na Europa, integrando a teoria e a prática;

Encorajar a crítica saudável e construtiva da teoria e prática do planeamento territorial e partilhar resultados da experiência e da investigação, para contribuir para a evolução do conhecimento e para a competência em matéria de planeamento do território e urbanismo.

O urbanista como planeador urbano e visionário compromete-se a:

Pensar em todas as dimensões que permitam a articulação de estratégias locais e regionais no quadro das tendências globais (“Pensar globalmente, Agir localmente”);

Aumentar as escolhas e as oportunidades para todos, reconhecendo uma responsabilidade especial nas necessidades das populações desfavorecidas; Proteger a integridade e o ambiente natural, a excelência da composição urbana e preservar a herança cultural do ambiente construído para as gerações futuras;

Propor alternativas em relação a problemas e desafios específicos, medindo limiares e impactos, pôr em evidência as identidades locais e contribuir para o seu próprio desenvolvimento, implementando programas e estudos de viabilidade;

Desenvolver e elaborar estratégias espaciais de desenvolvimento mostrando as oportunidades para o desenvolvimento futuro das cidades ou das regiões; Identificar o posicionamento óptimo do plano, ou do esquema, nas redes (inter) nacionais, mais relevantes, de cidades e regiões;

Convencer todos os actores a partilhar uma visão comum e de longo prazo, para a sua cidade ou região, acima dos interesses e objectivos individuais.

O urbanista como conselheiro estratégico e mediador compromete-se a:

Respeitar os princípios de solidariedade, subsidiariedade e igualdade nas tomadas de decisão, tanto nas decisões que propõe como na sua implementação;

Aconselhar as autoridades preparando-lhes propostas e soluções, com metas a cumprir, objectivos a atingir, análises de impacto e diagnósticos, procurando sempre melhorar e realçar a importância do bem-estar público; Sugerir e elaborar instrumentos operacionais que assegurem a eficiência e a justiça social nas políticas de ordenamento;

Facilitar a verdadeira participação pública e a responsabilização das autoridades locais, dos decisores, dos actores económicos e dos cidadãos, para coordenar desenvolvimentos e assegurar a continuidade e a coesão espaciais;

Coordenar e organizar a colaboração entre todos os actores envolvidos de forma a encontrar um consenso e resolver os conflitos através de decisões inequívocas preparadas para as autoridades competentes;

Esforçar-se por um alto nível de comunicação que assegure o conhecimento e a compreensão dos futuros utilizadores.

O urbanista como gestor-administrador urbano compromete-se a:

Adoptar modos de gestão estratégica no processo de desenvolvimento espacial, indo claramente acima da elaboração dos planos, destinados a servir as necessidades burocráticas administrativas;

Alcançar a eficiência e eficácia das proposições adoptadas, tendo em conta a viabilidade económica e os aspectos ambientais e sociais do desenvolvimento sustentável;

Considerar o planeamento do território segundo os princípios e os objectivos do Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário (EDEC) e outros documentos de política da União Europeia (UE), para adaptar as propostas locais e regionais às estratégias e políticas europeias;

Coordenar diferentes níveis territoriais e diferentes sectores a fim de assegurar a colaboração, o envolvimento e o apoio de todas as autoridades administrativas e territoriais;

Estimular o partenariado entre os sectores público e privado, para valorizar os investimentos, criar emprego e atingir a coesão social;

Beneficiar positivamente dos Fundos Europeus, encorajando a participação das autoridades locais e regionais nos programas e projectos co-financiados pela UE;

Monitorizar e avaliar permanentemente os planos para corrigir resultados não previstos, propor soluções ou acções, e assegurar uma inter-relação retroactiva contínua entre as políticas de planeamento territorial e a sua implementação. [...] (“A Nova Carta de Atenas 2003, A visão do Conselho Europeu de Urbanistas sobre as cidades do século XXI”, Lisboa, 20 de Novembro de 2003)